



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA TEXTUALMENTE ORIENTADA DO
ESCÂNDALO POLÍTICO MIDIÁTICO “PETROLÃO”: A MEDIAÇÃO TEXTUAL
DO EVENTO E SEUS EFEITOS DE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E
ANTAGONISMO SOCIAL



FORTALEZA – CEARÁ

2018

MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA TEXTUALMENTE ORIENTADA DO ESCÂNDALO
POLÍTICO MUDIÁTICO “PETROLÃO”: A MEDIAÇÃO TEXTUAL DO EVENTO E SEUS
EFEITOS DE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E ANTAGONISMO SOCIAL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Linguística Aplicada do Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada do Centro
de Humanidades da Universidade Estadual do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de doutor(a) em Linguística Aplicada.
Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Orientador: Prof. Dr. Ruberval Ferreira.

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Peixoto, Maria Eduarda Gonçalves.

Análise de discurso crítica textualmente orientada do escândalo político midiático "Petrolão": a mediação textual do evento e seus efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo social [recurso eletrônico] / Maria Eduarda Gonçalves Peixoto. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 246 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.
Área de concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. Escândalo político. 2. Mídia. 3. Discurso. 4. Texto. I. Título.

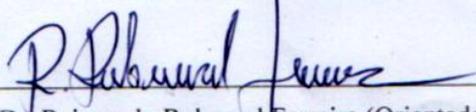
MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA TEXTUALMENTE ORIENTADA DO ESCÂNDALO
POLÍTICO MIDIÁTICO DO "PETROLÃO": A MEDIAÇÃO TEXTUAL DO EVENTO E
SEUS EFEITOS DE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E ANTAGONISMO SOCIAL

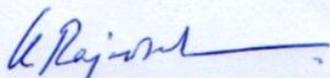
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Linguística Aplicada do Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada do Centro de
Humanidades da Universidade Estadual do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Linguística Aplicada.
Área de Concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 30 de novembro de 2018.

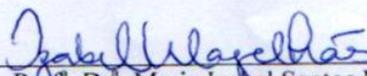
BANCA EXAMINADORA



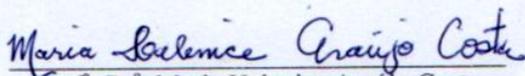
Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



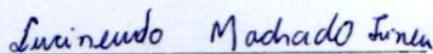
Prof. Dr. Kanavillil Rajagolapan
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP



Prof.^a. Dr.^a. Maria Izabel Santos Magalhães
Universidade de Brasília – UnB



Prof.^a. Dr.^a. Maria Helenice Araújo Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos que não estão mais aqui, depois que entoaram a canção contra o poder bárbaro. Aos que estão e resistem. Aos que ainda virão, porque escrevo com a vontade de futuro de quem faz uma promessa.

AGRADECIMENTOS

Há pessoas a quem devo deixar bem mais que agradecimentos, pois, por laços de afeto, procuraram compreender minha distância nos últimos anos: meus pais, Áurea Peixoto e Joan Pontes, que rebentaram caminho sob o firme sol, e meus irmãos, Joan Filho e Jordão, que caminham comigo; meus queridos avós, Alfredo Veras e Maria Peixoto, que são minha infância eterna, e minha bisavó, Francisca, que me banhou de luz; meu afilhado, Cauã, que é meu empenho; meu paciente noivo, Sinval, que cuida do meu coração; meus amigos, especialmente a Jana, a Thaysa, o Marquinhos, a Ana Paula, o Emanuel, a Poly, o Carlos Eduardo e a querida Mariam, com quem andei de mãos dadas neste percurso.

Minha gratidão se estende aos professores, funcionários e alunos(as) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde estudei e trabalhei e à qual devo me referir sempre como uma segunda casa. Mais particularmente, sou grata à Prof.^a Dr.^a Claudiana Nogueira, pelo espírito solidário e inspirador; à Prof.^a Dr.^a Dina Ferreira, pela generosidade dos braços sempre abertos; à Prof.^a Dr.^a Cibele Gadelha, ao Prof. Dr. Pedro Praxedes e ao Prof. Dr. João Batista, por suas contribuições durante as fases de qualificação e de pré-defesa; à secretária Jamille Azevedo, por sua atenção dedicada; aos meus colegas do doutorado, com quem dividi aprendizados, dúvidas e angústias; por fim, à Prof.^a Dr.^a Laura Tey e à Prof.^a Ma. Arminda Serpa, com quem tive o prazer de trabalhar, amadurecendo minha postura profissional.

Sou especialmente grata ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Ruberval Ferreira, por sua liberdade intelectual e fraternal; à Prof.^a Dr.^a Helenice Costa, pelas redescobertas da linguagem a cada aula; à Prof.^a Dr.^a Izabel Magalhães, pelo acolhimento de valor inestimado no Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP), da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pude expandir e aprofundar minha pesquisa; ao Prof. Dr. Lucineudo Machado, pelo refinamento da sabedoria em simplicidade e partilha e pela alma primaveril de quem vai à luta e ama; ao Prof. Dr. Alexandre Barbalho, pelas leituras sobre mídia e comunicação indicadas durante os primeiros rascunhos da pesquisa; ao Prof. Dr. Rajagopalan, que atravessa as páginas desta tese na forma do compromisso que assumo com uma linguística viva e crítica.

Meus agradecimentos também se destinam aos governos de Lula e de Dilma, que, a partir de um amplo projeto de inclusão e democratização do acesso à educação superior, tornaram possível o sonho de uma jovem do sertão cearense, filha de um policial e de uma dona de casa, entrar na universidade pública, tornar-se doutora e transformar o destino de sua família.

Sou grata, ainda, à Fundação CAPES, que fomentou esta pesquisa do início ao fim.

“Os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social.”

(Norman Fairclough)

“Estudamos a mídia porque precisamos compreender como ela contribui para o exercício do poder na sociedade tardo-moderna, tanto dentro quanto fora do processo político estabelecido.”

(Roger Silverstone)

RESUMO

Esta tese apresenta uma análise de discurso textualmente orientada do escândalo político midiático (EPM) “Petrolão”, iniciado nas eleições presidenciais de 2014 e desdobrado até meados de 2016, no Brasil, tendo sido precursor da crise político-institucional que implicou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). O objetivo geral é investigar o aspecto discursivo do evento em foco, partindo-se da hipótese segundo a qual o EPM é constituído discursivamente através de mediações textuais realizadas pelas instâncias enunciativas de mídia que o (in)formam. Mais especificamente, pretende-se analisar os recursos linguístico-textuais empregados em notícias publicadas pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*, classificadas respectivamente como instâncias enunciativas de mídia corporativa e alternativa, na construção dos significados acional, representacional e identificacional do “Petrolão”. A tese à prova consiste na defesa de que tais movimentos de significação, particularmente relacionados à recontextualização de gêneros em redes, à referenciação de práticas de transgressão e à identificação de sujeitos por meio de relações intertextuais de vozes, geram efeitos causais de hegemonia, ideologia e antagonismo social. Para dar conta desse compromisso, a pesquisa situa-se teórica e metodologicamente na Análise de Discurso Crítica (ADC), particularmente quanto aos estudos desenvolvidos por Fairclough (1989, 2000, 2001a, 2001b) e Chouliaraki e Fairclough (1999), estabelecendo diálogos multidisciplinares com a teoria social do escândalo político (THOMPSON, 2002, 2009; MARKOVITS, SILVERSTEIN, 1988), com a teoria do discurso (LACLAU, MOUFFE, 1987; LACLAU, 1996, 2008, 2011) e com os estudos sociointeracionistas da Linguística Textual (KOCH, 2004; KOCH, ELIAS, 2006; CAVALCANTE, 2016). Apropriando-se do enquadre teórico-metodológico de orientação explanatória e interpretativa sugerido pela ADC (FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002), o trabalho investigativo organiza-se em cinco etapas, que seguem da delimitação ontológico-epistemológica do EPM como evento social com aspecto discursivo à análise interacional detalhada da semiose do “Petrolão”. Ao fim, discute-se, a propósito de uma leitura crítica, a constituição do EPM como evento textualmente mediado pelas práticas discursivas articulatórias dos *media*, sendo caracterizado por movimentações de significação que se dão na interseção entre os campos da mídia, da justiça e da política, cujos efeitos, contingencial e historicamente, tornam-no um tipo de luta social.

Palavras-chave: Escândalo Político. Mídia. Discurso. Texto.

ABSTRACT

This thesis presents a textually oriented discourse analysis of the “Petrolão” media political scandal (MPS), begun in the 2014 presidential elections and unfolded until 2016 in Brazil, having been the forerunner of the political-institutional crisis that impeached the president Dilma Rousseff (PT). The general objective is to investigate the discursive aspect of the event in focus, starting from the hypothesis that the EPM is constituted discursively through textual mediations carried out by the enunciative media instances that inform it. More specifically, it is intended to analyze the linguistic-textual resources used in news published by *Veja* and *Carta Capital* journals, classified respectively as enunciative instances of corporate and alternative media, in the construction of the ational, representational and identificational meanings of "Petrolão". The thesis to the test consists in the defense that the movements of signification, particularly related to the recontextualization of genres in networks, to the reference of practices of transgression and to the identification of subjects through intertextual relations of voices, produce causal effects of hegemony, ideology and social antagonism. With this commitment, the research is theoretically and methodologically based on the Critical Discourse Analysis (ADC), particularly on the studies developed by Fairclough (1989, 2000, 2001a, 2001b) and Chouliaraki and Fairclough (1999), establishing multidisciplinary dialogues with the the social theory of political scandal (Thomsson, 2002, 2009), with discourse theory (LACLAU, MOUFFE, 1987, LACLAU, 1996, 2008, 2011) and socio-linguistic studies of Textual Linguistics (KOCH, 2004; KOCH, ELIAS, 2006; CAVALCANTE, 2016). Using the theoretical-methodological framework of explanatory and interpretive guidance suggested by ADC (FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002), the investigative work is organized in five stages, which follow from the ontological-epistemological delimitation of the EPM as a social event with discursive aspect to the detailed interactional analysis of the semiosis of the Petrolão. At the end, in relation to a critical reading, it is discussed, the constitution of the EPM as an event textually mediated by the articulatory discursive practices of the media, characterized by movements of meaning that occur at the intersection between the media, justice and political fields, whose effects, contingentially and historically, make it a type of social struggle.

Keywords: Political scandal. Media. Discourse. Text.

RESUMEN

Esta tesis presenta un análisis de discurso textualmente orientado del escándalo político mediático (EPM) "Petrolão", iniciado en las elecciones presidenciales de 2014 y desdoblado hasta mediados de 2016, en Brasil, siendo precursor de la crisis político-institucional que implicó el impeachment de la presidenta Dilma Rousseff (PT). El objetivo general es investigar el aspecto discursivo del evento en foco, partiendo de la hipótesis según la cual el EPM es constituido discursivamente a través de mediaciones textuales realizadas por las instancias enunciativas de medios que el (in) forman. Más específicamente, se pretende analizar los recursos lingüístico-textuales empleados en noticias publicadas por las revistas *Veja* y *Carta Capital*, clasificadas respectivamente como instancias enunciativas de medios corporativos y alternativa, en la construcción de los significados acional, representacional e identificacional del "Petrolão". La tesis a prueba consiste en la defensa de que tales movimientos de significación, particularmente relacionados a la recontextualización de géneros en redes, a la referencia de prácticas de transgresión ya la identificación de sujetos por medio de relaciones intertextuales de voces, generan efectos causales de hegemonía, ideología y antagonismo social. Para dar cuenta de ese compromiso, la investigación se sitúa teórica y metodológicamente en el Análisis de Discurso Crítico (ADC), particularmente en cuanto a los estudios desarrollados por Fairclough (1989, 2000, 2001a, 2001b) y Chouliaraki y Fairclough (1999), estableciendo diálogos multidisciplinares con la teoría social del escándalo político (THOMPSON, 2002, 2009, MARKOVITS, SILVERSTEIN, 1988), con la teoría del discurso (LACLAU, MOUFFE, 1987, LACLAU, 1996, 2008, 2011) y con los estudios sociointeracionistas de la Lingüística textual Y en el caso de las mujeres. El trabajo investigativo se organiza en cinco etapas, que siguen de la delimitación ontológico-epistemológica del EPM como un marco teórico-metodológico de orientación explicativa e interpretativa sugerido por la ADC (FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002) evento social con aspecto discursivo al análisis interaccional detallado de la semiosis del "Petrolão". Al final, se discute, a propósito de una lectura crítica, la constitución del EPM como evento textualmente mediado por las prácticas discursivas articularias de los medios, siendo caracterizado por movimientos de significación que se dan en la intersección entre los campos de los medios de comunicación, política, cuyos efectos, contingencial e históricamente, lo convierten en un tipo de lucha social.

Palabras-clave: Escándalo Político. Los medios de comunicación. Discurso. Texto.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro norteador da pesquisa	32
Quadro 2 - Características identificadoras do fenômeno do EPM	41
Quadro 3 - A textura midiática e simbólica do EPM.....	61
Quadro 4 - Relação entre elementos do contexto, metafunções da linguagem e sistemas de representação	65
Quadro 5 - Recontextualização das macrofunções segundo Fairclough (2001)	66
Quadro 6 - Quadro comparativo das concepções de discurso.....	75
Quadro 7 - A constituição discursiva tridimensional do EPM.....	77
Quadro 8 - Relação entre ação, gênero e hegemonia no EPM	81
Quadro 9 - Relação entre Representação, Discurso e Ideologia no EPM	86
Quadro 10 - Relação entre Identificação, Estilo e Antagonismo no EPM	88
Quadro 11 - Matriz da análise discursiva textualmente orientada do EPM.....	91
Quadro 12 - Disposição narratológica do “Petrolão”: seleção e organização do corpus	130
Quadro 13 - Resultado da análise da cadeia de gêneros em Veja e Carta Capital.....	144
Quadro 14 - Resultado da análise do significado representacional em Carta Capital.....	161
Quadro 15 - Resultado da análise do significado identificacional em Veja	176
Quadro 16 - Resultado da análise do significado identificacional em Carta Capital.....	177
Quadro 17 - As redes de gêneros em Veja e Carta Capital: inclusão, exclusão e proeminência	Erro! Indicador não definido.
Quadro 18 - Os processos de referenciação em Veja	188
Quadro 19 - Os processos de referenciação em Carta Capital	189
Quadro 20 – Total de participantes incluídos nas notícias de Veja e Carta Capital.....	196
Quadro 21 - Incorporação de vozes em Veja: Alberto Youssef e Dilma Rousseff.....	199
Quadro 22 - Grau de abstração na identificação de participantes em Veja e Carta Capital....	201
Quadro 23 - Conflitualidades de vozes em Carta Capital	204
Quadro 24 - Quadro comparativo de inclusão e exclusão de participantes em Veja e Carta Capital.....	206
Quadro 25 - Quadro comparativo de incorporação de vozes em Veja e Carta Capital: campo da política.....	207
Quadro 26 - Quadro comparativo de incorporação de vozes em Veja e Carta Capital: campo da justiça	208
Quadro 27 - Vozes em Veja	211
Quadro 28 - Vozes em Carta Capital	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
CC	Revista Carta Capital
CSMPF	Conselho Superior do Ministério Público Federal
DEM	Partido Democratas
EPM	Escândalo político midiático
IEM	Instância enunciativa de mídia
LC	Linguística Crítica
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (antigo PMDB)
MPF	Ministério Público Federal
N	Notícia
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
PP	Partido Progressista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RC	Realismo Crítico
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TCD	Teoria Crítica do Discurso
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Teoria do Discurso
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
V	Revista Veja

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	177
2	DELIMITAÇÃO ONTOLÓGICO-EPITEMOLÓGICA DO EPM COMO EVENTO SOCIAL.....	33
2.1	O QUE É UM EPM: IDENTIFICAÇÃO DO FENÔMENO.....	33
2.1.1	Transgressão a leis, normas ou convenções	33
2.1.2	Drama de ocultação e revelação.....	36
2.1.3	Desaprovação popular	37
2.1.4	Expressão pública da desaprovação	38
2.1.5	Prejuízo à reputação	38
2.1.6	Textura midiática	39
2.1.7	Natureza simbólica.....	40
2.2	O EPM COMO EVENTO SOCIAL: A PROPÓSITO DE UMA ANÁLISE CRÍTICA	41
2.2.1	Do surgimento da crítica à sua (suposta) falência	41
2.2.2	De volta à crítica: por uma análise explanatória e interpretativa do EPM	48
2.3	A TEXTURA MIDIÁTICA E SIMBÓLICA DO EPM.....	56
3	A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO EPM E SUA MEDIAÇÃO TEXTUAL.....	62
3.1	DEFININDO O DISCURSO NO EPM.....	63
3.1.1	O discurso como prática social.....	64
3.1.2	O discurso como momento da prática social.....	67
3.1.3	O discurso como prática articulatória discursiva	71
3.2	DEFININDO O TEXTO NO EPM	75
3.2.1	Ação, Gênero e Hegemonia.....	78
3.2.1.1	Cadeia de gêneros.....	80
3.2.2	Representação, Discurso e Ideologia.....	81
3.2.2.1	Introdução (ou ativação) referencial.....	84
3.2.2.2	Continuidade (ou reativação) referencial	85
3.2.3	Identificação, Estilo e Antagonismo Social	86
3.2.3.1	Relato direto	89
3.2.3.2	Relato indireto	89
3.2.3.3	Relato indireto livre.....	89
3.2.3.4	Relato narrativo de ato de fala.....	90
4	ANÁLISE DA CONJUNTURA DO “PETROLÃO”: POLÍTICA DE PACTOS, NEOLIBERALISMO E RUPTURA COM O PROCESSO DEVIDO	92

4.1	DOMÍNIOS SOCIAIS	93
4.1.1	Política, mídia e justiça	93
4.2	AS FORMAS DE PODER.....	98
4.2.1	(Inter)ação, controle e discurso.....	99
4.3	O “PETROLÃO” COMO LUTA SOCIAL: PRINCIPAIS OBSTÁCULOS.....	105
4.3.1	O colapso da política de pactos e o fim da Nova República.....	105
4.3.2	O avanço do neoliberalismo no Brasil	108
4.3.3	A ruptura da confiança pública no processo devido da democracia brasileira.....	109
5	ANÁLISE TEXTUAL DETALHADA DO “PETROLÃO”: OS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS EMPREGADOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL.....	120
5.1	METODOLOGIA DE DEFINIÇÃO DA SEMIOSE DO EPM: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ARTICULATÓRIAS DOS <i>MEDIA</i>	120
5.1.1	A formação discursiva do evento: regularidade, dispersão e conflitos.....	121
5.1.2	As relações de dominância na interação textual: mídia corporativa e mídia alternativa	123
5.1.2.1	Instância enunciativa de mídia corporativa: a revista <i>Veja</i>	123
5.1.2.2	Instância enunciativa de mídia alternativa: a revista <i>Carta Capital</i>	124
5.1.3	O processo de coleta do <i>corpus</i> para análise textual	125
5.1.3.1	Procedimento I: organização cronológica do “Petrolão” em sequências narrativas	125
5.1.3.2	Procedimento II: identificação de perfil contrastivo entre notícias.....	128
5.2	ANÁLISE DO SIGNIFICADO ACIONAL: REDE DE GÊNEROS	132
5.2.1	Modo de ação em <i>Veja</i>.....	132
5.2.1.1	Análise do texto NI-V	132
5.2.1.2	Análise do texto NII-V	134
5.2.1.3	Análise do texto NIII-V.....	135
5.2.1.4	Análise do texto NIV-V	136
5.2.2	Modo de ação em <i>Carta Capital</i>	138
5.2.2.1	Análise do texto NI-CC.....	138
5.2.2.2	Análise do texto NII-CC.....	139
5.2.2.3	Análise do texto NIII-CC	140
5.2.2.4	Análise do texto NIV-CC	141
5.3	ANÁLISE DO SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO A TRANSGRESSÕES ORIGINAIS E SECUNDÁRIAS	145
5.3.1	Modo de representação em <i>Veja</i>	145
5.3.1.1	Análise do texto NI-V	145
5.3.1.2	Análise do texto NII-V	146

5.3.1.3	Análise do texto NIII-V.....	146
5.3.1.4	Análise do texto NIV-V	148
5.3.2	Modo de representação em <i>Carta Capital</i>.....	149
5.3.2.1	Análise do texto NI-CC.....	149
5.3.2.2	Análise do texto NII-CC.....	151
5.3.2.3	Análise do texto NIII-CC	153
5.3.2.4	Análise do texto NIV-CC	155
5.4	ANÁLISE DO SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: RELATOS DE VOZES	164
5.4.1	Modo de identificação em <i>Veja</i>.....	164
5.4.1.1	Análise do texto NI-V	164
5.4.1.2	Análise do texto NII-V	164
5.4.1.3	Análise do texto NIII-V.....	165
5.4.1.4	Análise do texto NIV-V	167
5.4.2	Modo de identificação em <i>Carta Capital</i>.....	169
5.4.2.1	Análise do texto NI-C	169
5.4.2.2	Análise do texto NII-CC.....	169
5.4.2.3	Análise do texto NIII-CC	171
5.4.2.4	Análise do texto NIV-CC.....	172
6	A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO “PETROLÃO” COMO LUTA SOCIAL: OS EFEITOS TEXTUAIS DE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E ANTAGONISMO	179
6.1	CADEIA DE GÊNEROS E O EFEITO TEXTUAL DA HEGEMONIA.....	179
6.1.1	Inclusão, exclusão e proeminência de gêneros textual-discursivos	179
6.1.2	Recursividade e mobilidade da audiência no espaço-tempo: a hegemonia informacional do EPM.....	181
6.1.3	Hibridismo: os gêneros orais na dramatização da narrativa	182
6.1.4	Deslocamento de gêneros e acesso como forma de poder	183
6.2	REFERENCIAÇÃO E O EFEITO TEXTUAL DA IDEOLOGIA.....	187
6.2.1	Inclusão, exclusão e proeminência de práticas de transgressão.....	187
6.2.2	Modos de centralizar e descentralizar o processo de significação do escândalo	190
6.2.3	A (re)ativação de referentes na construção da memória do evento.....	191
6.2.4	A sequência de ações na composição narrativa	192
6.2.5	Produção de sentidos a serviço do poder.....	193
6.3	RELATOS DE VOZES E O EFEITO TEXTUAL DO ANTAGONISMO.....	195
6.3.1	Inclusão, exclusão e grau de proeminência de vozes	195
6.3.2	Dominância de voz e silenciamento	198
6.3.3	Grau de abstração no processo de identificação de participantes	201

6.3.4	Conflitualidade de vozes e estratégia de consenso.....	203
6.3.5	Heterogeneidade de vozes do campo político.....	205
6.3.6	Tensão em relações de copresença	208
6.3.7	Identificação das revistas.....	210
7	CONCLUSÃO.....	215
	REFERÊNCIAS	220
	ANEXOS	232
	ANEXO A – TEXTO NI-V	233
	ANEXO B – TEXTO NII-V	234
	ANEXO C – TEXTO NIII-V.....	235
	ANEXO D – TEXTO NIV-V	236
	ANEXO E – TEXTO NI-CC	239
	ANEXO F – TEXTO NII-CC	241
	ANEXO G – TEXTO NIII-CC	242
	ANEXO H – TEXTO NIV-CC.....	244

1 INTRODUÇÃO

“A ocorrência de um escândalo político é sempre um acontecimento contextualizado.”

(THOMPSON, 2002, p. 315)

No Brasil, em março de 2014, a Polícia Federal (PF) deflagrou o que logo veio a ser a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro na história do país, a assim denominada Operação Lava Jato, cujo título faz referência a uma rede de lavanderias e postos de combustíveis que, em Brasília, eram utilizados para movimentar dinheiro de origem ilícita. Com um histórico de mais de cinquenta fases de desenvolvimento até o segundo semestre de 2018, o início da operação deu-se quando a Justiça Federal do Paraná, investigando desde 2009 as organizações criminosas Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato, unificou-as em 2013 sob a alcunha desta última. Tais organizações, lideradas por diferentes doleiros¹, realizavam crimes diversos, de sonegação de impostos a contrabando de pedras valiosas, tendo destaque um esquema sofisticado de pagamento de propinas envolvendo grandes empreiteiras², parlamentares e diretores e gerentes de empresas públicas.

Em abril de 2014, já contando com a cooperação de outros países, entre os quais Suíça e EUA, o Ministério Público Federal (MPF) compôs uma força-tarefa para dar conta da investigação³, mediante a necessidade de reforço para a análise do amplo material coletado nas primeiras etapas da operação. Neste momento inicial, o foco da investigação eram as práticas de doleiros que, no interior de uma complexa rede de propinas, envolvendo empreiteiras e agentes públicos em torno da mais importante empresa estatal brasileira, a Petrobrás, em seus diversos setores, articulavam recursos da administração pública federal e realizavam contratos públicos admitidos em processos licitatórios fraudulentos e prejudiciais ao sistema econômico

¹ Doleiros são operadores do mercado paralelo de câmbio que realizam movimentação financeira e lavagem de dinheiro de pessoas físicas e jurídicas.

² As principais empreiteiras referidas na Operação são: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, UTC, Mendes Júnior, Engevix, OAS e Galvão Engenharia.

³ A equipe era composta do seguinte modo: a força-tarefa do MPF do Paraná e a força-tarefa do MPF do Rio de Janeiro, formadas por procuradores da República para atuarem na primeira instância da Justiça Federal do Paraná e do Rio respectivamente; o grupo de trabalho da Procuradoria-Geral da República, cujos membros participam da análise de processos tramitados no Supremo Tribunal Federal (STF); a força-tarefa instituída pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), que atua junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ); e, mais recentemente, a força-tarefa formada pelos procuradores regionais da República, criada em 2015, atuando junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

e financeiro nacional. Entre agosto e setembro de 2014, à véspera da eleição presidencial considerada uma das mais acirradas desde a redemocratização do país, protagonizada por Dilma Rousseff (PT-RS), então presidenta e candidata à reeleição, e por Aécio Neves (PSDB-MG), senador e principal adversário, veio à tona o escândalo do “Petrolão”, assim intitulado pelos veículos de imprensa à época. A expressão nos faz lembrar, pela sua formação morfológica, o escândalo do “Mensalão”, desenvolvido entre 2005 e 2006, durante o governo Lula, em que se revelou a compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, envolvendo principalmente práticas de evasão de divisas, formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

Não tardou muito para que o caso da Lava Jato ganhasse os holofotes da mídia e fosse noticiado como revelador do maior caso de corrupção no Brasil e um dos maiores em todo o mundo, tornando-se desencadeador, mais tarde, de uma crise governamental e institucional profunda e de um rompimento irreconciliável do laço da soberania popular no país. O clima tornou-se tenso no cenário nacional, quando, através de delações premiadas de ex-diretores e gerentes da Petrobrás investigados pela PF, a Operação Lava Jato alcançou membros importantes da legenda partidária da presidenta e aliados da sua base governista. Apesar das proporções do escândalo e de seus prejuízos à imagem dos envolvidos, a chapa formada por Dilma Rousseff (PT) e pelo vice Michel Temer (MDB, antigo PMDB) venceu as eleições com 51,64% dos votos válidos em todo o território nacional. O escândalo, no entanto, não perdeu fôlego na imprensa e passou a assombrar os primeiros meses do segundo mandato presidencial de Dilma.

No início de 2015, o Brasil experimentava um contexto de alta dos juros e da inflação, acompanhada de crescente desemprego, compondo um quadro de contração econômica tido como dos mais preocupantes nas últimas duas décadas. A base do governo na Câmara dos Deputados enfraqueceu-se dramaticamente com o esforço insistente de parlamentares em inviabilizar quaisquer propostas e medidas advindas do comando do poder executivo. As crises econômica e governamental foram somadas, então, à crise política de representatividade e legitimidade, exibida nos altos índices de insatisfação com o governo petista e na sensação de indignação alimentada pelos novos desdobramentos midiáticos do “Petrolão”, que, à essa altura, atingia em cheio às instâncias do poder legislativo, na câmara dos deputados e no senado federal. Em março, dezenas de milhares de brasileiros foram às ruas em protestos que, entre diversas reivindicações, como a da intervenção militar, pautavam-se

majoritariamente na reprovação da presidenta eleita, promovendo panelaços⁴ e manifestações contra o governo vigente.

Em dezembro do mesmo ano, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB) - imediatamente após o partido PT ter anunciado apoio à cassação do mandato do parlamentar no julgamento pelo qual passava no Conselho de Ética da casa em decorrência de seu envolvimento no “Petrolão” - deu início ao processo de *impeachment* da presidenta. O pedido de impedimento foi protocolado pelo jurista Hélio Bicudo, que, em São Paulo, filiado ao partido PT, foi vice-prefeito na gestão de Marta Suplicy (2001 a 2005), deputado federal (entre 1991 e 1999) e secretário de negócios jurídicos durante a gestão de Luiza Erundina (1989 a 1991), além de ter sido, em 1963, Ministro da Fazenda no governo de João Goulart; pelo advogado e professor de Direito Penal da Universidade de São Paulo Miguel Reale Júnior, que foi, em 2002, Ministro da Justiça durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e, nos anos 80, Secretário Estadual de Segurança Pública de São Paulo, filiado ao partido PSDB; e, por fim, pela advogada Janaina Paschoal, também professora da Universidade de São Paulo, que foi assessora da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2001 a 2002) e assessora do referido ministro Miguel Reale Júnior, eleita em 2018 deputada estadual de São Paulo pelo Partido Social Liberal (PSL). Assim, na esteira do “Petrolão”, surgiu a denúncia de que a presidente havia cometido crime de responsabilidade fiscal, segundo a Lei Nº 13.255⁵, durante o atual mandato e no anterior, com a abertura de créditos suplementares, o que ficou conhecido popularmente como “pedaladas fiscais”. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), que reprovou as contas do governo petista de 2015, o crime consistiu na prática de empréstimos de bancos federais ao Tesouro a fim de manter os programas sociais do governo petista.

Enquanto o processo de julgamento caminhava, em maio de 2016 a imprensa circulou o áudio de uma conversa, ocorrida em março, poucos dias antes da votação do impedimento pelos deputados, entre o Ministro do Planejamento e senador licenciado Romero Jucá (MDB-RR), alvo de inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) decorrentes da Lava Jato, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Na gravação, o senador Romero Jucá afirmou que, se as investigações da Lava Jato continuassem, ele e outros líderes da política e

⁴ O termo “panelaço”, como explicam Colombo e Martelli (2015), faz referência a uma forma de protesto criada popularmente na América Latina nos anos 70, época em que, contra os regimes autoritários e ditatoriais, pessoas insatisfeitas com determinado governo ou figura política manifestavam sua reprovação, especialmente mediante à queda de poder aquisitivo de suas classes, através de batidas de panelas ou outros utensílios metálicos de cozinha.

⁵ Lei Nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União. Atualmente disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13332.htm>.

do setor empresarial seriam gravemente prejudicados, de forma que era preciso encontrar uma solução para “estancar a sangria”⁶. Esta solução era fazer um “grande acordo nacional” para levar o vice-presidente Michel Temer a ocupar a Presidência da República. Jucá mencionou, ainda, que mantinha diálogo com “ministros do Supremo”, os quais não nomeou, e com “comandantes militares”, para garantir o tal acordo. Em agosto do mesmo ano, Dilma Rousseff foi destituída de seu cargo como presidenta, em um cenário marcado por tensas divergências quanto à legitimidade do processo de *impeachment*, seu devido cumprimento segundo os princípios do estado democrático de direito e seus fundamentos jurídicos e legal. Vale lembrar que, poucas semanas depois do *impeachment*, mais precisamente em setembro de 2016, a Câmara dos Deputados, então presidida por Rodrigo Maia (DEM-RJ), aprovou a Lei Nº 13.332⁷, que passou a autorizar a abertura de créditos suplementares, descriminalizando a prática pela qual Dilma Rousseff fora julgada.

O aprofundamento dos conflitos desencadeados a partir do “Petrolão” no país, racionalizados por metanarrativas que definiram, de um lado, o processo de impedimento segundo a retórica do combate à corrupção e do pleno funcionamento das instituições, e, de outro, como golpe de estado que pretendeu aniquilar o governo de centro-esquerda iniciado com Lula em 2003, tem indicado que o uso cotidiano que temos feito da expressão “escândalo político” não nos parece mais absolutamente válido ou inteiramente suficiente. A concepção de escândalo político tradicionalmente partilhada concebe o evento em termos de julgamento moral, quando um participante político realiza alguma transgressão a leis, normas ou convenções de conduta, podendo ter sua imagem pessoal prejudicada e sofrer condenações no âmbito da justiça. No entanto, essa concepção parece deficiente diante do debate crítico sobre a cultura política de escândalos no Brasil, devendo ser ampliada e aprofundada em aspectos importantes, na direção de se reconhecer que estes acontecimentos dizem muito mais sobre a sociedade brasileira e o funcionamento de suas estruturas de poder do que sobre a imagem de uma ou outra figura ou partido político em particular.

Por isso, há de se enfatizar a relevância científica e social de estudos sobre escândalos políticos, dado que sua contribuição não reside apenas naquilo que uma ou outra

⁶ Neste parágrafo, as expressões entre as aspas foram retiradas da íntegra do áudio, disponibilizado pela Folha de São Paulo em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>.

⁷ Lei Nº 13.332, de 1º de setembro 2016, altera a Lei Nº13.332, no Art. 4º, que autoriza a abertura de créditos suplementares. Atualmente disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13332-1-setembro-2016-783558-publicacaooriginal-151008-pl.html>. Publicação Original no Diário Oficial da União, Seção 1, em 2/9/2016, Página 1.

análise pode revelar sobre um determinado caso, mas especialmente no modo como o(a) pesquisador(a) explora o fenômeno, à procura de promover uma reflexão interessada em servir a leituras mais socialmente responsáveis sobre estes eventos. Com o intuito de pensar o escândalo político nessa perspectiva crítica, isto é, preocupando-se com sua relação com formas de poder na sociedade, uma quantidade otimista de estudiosos, desde o final do século XX e início do século XXI, tem conquistado avanços para o amadurecimento do tema. Aqui, destaco aqueles cujo teor das investigações foi se aproximando, aos poucos, das pretensões desta pesquisa.

À procura de identificar as razões em virtude das quais determinadas transgressões tendem a gerar maior ou menor indignação popular, Hodder e Williams e Ceaser (1986) publicaram um estudo cultural do evento a partir da análise dos tipos de transgressões mais propensas a escândalos. Ainda nos anos 80, Markovits e Silverstein (1988) dedicaram-se a explicar os motivos pelos quais os escândalos políticos desenvolvem-se mais predominantemente em democracias liberais, diferentemente do que ocorre em países que adotam outros sistemas sociopolíticos e econômicos. Observando que os escândalos políticos emergem, muito comumente, em períodos de eleição, sendo mesmo estratégicos para o jogo de imagens envolvido nesse contexto, Schmitz (1981) e Käsler (1991) estudaram os aspectos dramáticos do escândalo, como contendo, em suas particularidades, um *dramatis personae* próprio.

Da década de 90 para cá, Adut (2004) realizou análises em direção ao que chamou de publicidade perturbadora da transgressão, expressão que tenta dar conta do fato de a visibilidade, pelos efeitos de contaminação e de provocação, ser fundamental para pensar a relação entre a transgressão e as reações da audiência. Nessa mesma perspectiva de estudar a relação íntima entre escândalos, mídia e manipulação da reação pública, vale destacar, ainda, os trabalhos de Hondrich (2002), que desenvolveu uma fenomenologia do evento em termos de publicidade e indignação popular. De Blic e Lemieux (2005), pouco tempo depois, chamaram atenção para o que classificaram como um paradoxo do escândalo, que diz respeito à contradição entre ideais normativos e práticas sociais, presente nos casos de transgressão, e ao modo como essa contradição, uma vez publicizada e deliberada coletivamente, tem o potencial de contribuir para a evolução das normas e leis em um país.

Mais recentemente, o trabalho pioneiro de J. B. Thompson (2002) tornou-se referência para os estudos sociais do escândalo em termos de mídia e luta simbólica por nome e reputação, o que tem balizado minha preferência pela expressão escândalo político midiático (EPM). Muito por influência do sociólogo britânico, outras pesquisas, no Brasil, dedicaram-se

à análise desses eventos em sua relação com a democracia representativa e com a atuação dos *media* (ALHO, 2004) ou em sua relação com o papel da mídia na construção de identidades e interações sociais em regimes democráticos (CHAIA e TEIXEIRA, 2001; SILVA, 2007; RAMOS, 2008; SANTOS, 2008). Há, ainda, um número razoável de investigações que têm explorado a dimensão simbólica do escândalo político, principalmente quanto à sua estrutura narrativa (GONÇALVES, 2006; PINTO, 2008; GALINDO, 2008) e à atuação e identificação de jornais e revistas (ALDÉ e VASCONCELLOS, 2007; SANGIRARDI, 2007; GOMES, 2012; FRANSCISO, 2000).

Certamente, a primeira lição que podemos extrair dessa literatura brevemente sublinhada é que, sendo o EPM um evento que ocorre numa situação de anomia, ou seja, um desvio ou transgressão à ordem, parecendo-nos confuso em virtude dos jogos ocultos de poder e da complexidade de valores socioculturais nele implicados, o traço cuja análise vem abrindo caminho para leituras críticas mais avançadas é o da natureza semiótica do evento. Considerando a forma de abordagem do escândalo nesses termos, tenho apontado para um aspecto da natureza semiótica do EPM que se mantém, apesar dos progressos das pesquisas anteriores, em estado ainda embrionário: o texto, a sua textura por assim dizer. Não pretendo, com isso, indicar o esgotamento de elementos historicamente privilegiados na análise do EPM, como a corrupção, tampouco afirmar que tudo no evento se reduz à linguagem (*stricto sensu*). Minha argumentação vai na direção de mostrar a razoabilidade de se considerar o texto como conceito e categoria operacional relevante para a análise social crítica do EPM.

O *insight* desta pesquisa tem sua gênese no trabalho que começou a ser desenvolvido no Grupo de Estudo de Mídia e Tensões Sociais (GENTES), sob coordenação do Prof. Dr. Ruberval Ferreira, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em minha iniciação científica, durante o curso de graduação em Letras da universidade, realizei meus primeiros rascunhos sobre o tema, não sem a pressa e a ingenuidade inadvertida de uma jovem de 17 anos. Depois, segui lapidando o trabalho de investigação no mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da mesma instituição, o POSLA/UECE, e no Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (GEDIP/UFC), sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Izabel Magalhães. Foram nestes espaços de convívio onde construí, através de interlocuções com professores e colegas, uma produção intelectual que, paulatinamente, caminhava na direção do que, hoje, desenha-se como cerne da tese que defendo. Por isso, considero a pesquisa ora apresentada uma extensão e um aprofundamento da análise de discurso crítica de escândalos políticos brasileiros que venho realizando há alguns anos como contribuição dos estudos

linguísticos para o debate sobre o EPM, em busca de propor uma leitura do evento ocupada em trazer à pauta o seu aspecto discursivo-textual. No doutorado, procurei ultrapassar minhas discussões anteriores em pontos fundamentais, cuja compreensão importa para que esta pesquisa possa ser apreciada e avaliada em razão de possíveis avanços teóricos e analíticos para o tema em particular e para a área dos estudos críticos do discurso em geral.

Amadureço, agora, os contornos do que tenho chamado de constituição discursiva e textualmente mediada do EPM, partindo da premissa segundo a qual um dos mais elementares aspectos que deve ser observado como caracterizador do evento é a sua natureza discursivo-textual. Pensemos na seguinte evidência: veículos de mídia distintos apresentam diferentes formas de significação do “Petrolão” a partir das notícias que publicam a propósito dele. Eles diferem, por exemplo, quanto à inclusão ou exclusão em suas matérias de determinados sujeitos, quanto ao modo como certas ações são referidas e quanto à presença ou ausência de vozes nos relatos exibidos. Esse efeito de paralaxe entre um e outro veículo a respeito do mesmo objeto de conhecimento está longe de justificar que o papel de uma análise crítica do EPM seja o de revelar a verdade última do evento. O que tem surgido de maneira irrecusável nos resultados que esta tese torna públicos é que essa cisão paraláctica entre instâncias de comunicação diferentes indica que o EPM não pode ser concebido sem atenção séria aos movimentos de significação dos veículos de mídia que o noticiam. Assim, esta pesquisa parte da hipótese, desenhada ao longo de meu estudo sobre o tema, de que o EPM é constituído discursivamente, à procura de defender a tese segundo a qual esta constituição dá-se por mediações textuais, que são mobilizadas por práticas discursivas midiáticas e que produzem efeitos causais.

Preocupado com estas questões, este trabalho investigativo quer ser ouvido a partir do lugar de uma crítica explanatória e interpretativa, situado particularmente nos estudos críticos do discurso, capaz de identificar, descrever e discutir os mecanismos textuais de constituição discursiva do evento e seus efeitos causais de hegemonia, ideologia e antagonismo, conforme os resultados de minha análise deverão mostrar ao(à) leitor(a) ao longo desta tese. Assim, esta pesquisa reivindica seu lugar de fala, teórica e metodologicamente, do interior da Análise de Discurso Crítica (ADC), tendo como horizonte a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) (FAIRCLOUGH, 1985, 1989, 2000, 2001a, 2001b, 2003; CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), pois a atenção à materialidade detalhada do texto oferece contribuições relevantes para a análise crítica do EPM e evita o emprego da categoria do discurso apenas em termos macro-operacionais, ou seja, sem incluir a análise linguística das interações textuais.

Desse lugar de fala, a pesquisa se desenvolve através de constantes diálogos interdisciplinares. Primeiro, trago ao debate a teoria crítica do discurso (TCD), que fornece as bases epistemológicas para a compreensão “dos processos sociais relacionados às transformações econômicas e culturais contemporâneas” (MAGALHÃES, 2004, p. 113). Conforme esclarece a autora, referência na discussão sobre a articulação entre TCD e ADC, algumas dessas transformações sociais (GIDDENS, 1991; HARVEY, 2008) se materializam textualmente. A TCD, especialmente quanto às reflexões mais recentes em Fairclough (2001b; 2003), torna-se fundamental para esta pesquisa à medida que me auxilia a pensar o discurso no EPM como modo de ação, de representação e de identificação, considerando sua materialidade textual nas formas de gênero, de discurso e de estilo e seus efeitos causais. É a articulação que costuro entre a TCD e a ADC que sustenta a reflexão que empreendo sobre a instanciação entre a constituição textual do EPM (nível micro da análise) e as estruturas sociais mais amplas (nível macro). Segundo, invisto em algumas apostas da teoria do discurso ou TD (LACLAU, 1996, 2000, 2008, 2011; LACLAU e MOUFFE, 1987), que fundamenta o modo como me aproprio particularmente do conceito de discurso como prática articulatória discursiva e que auxilia minha proposição de abordagem da hegemonia, da ideologia e do antagonismo como efeitos de texto no EPM. Terceiro, dialogo com a teoria social do escândalo político, mais especialmente com base em Thompson (2002, 2008), que propõe uma forma de trato do escândalo em termos de luta simbólica e de atuação dos *media* nas democracias modernas, o que se soma ao meu esforço de desenvolver uma leitura do escândalo com foco sobre as instâncias enunciativas de mídia, apresentando uma forma de compreensão do evento como luta hegemônica, ideológica e antagônica.

Uma análise textual detalhada da constituição discursiva do EPM é fundamental para a pesquisa social crítica sobre o evento, embora esta não se reduza ao exame de elementos linguísticos: são os textos que, como interações reais, constituem a mediação do evento midiático e sua instanciação na realidade social. É, precisamente, a complexa rede de textos - formada, por exemplo, por reportagens, notícias, documentos, comentários, entrevistas, pronunciamentos, autos de investigação, declarações, boatos e fofocas e, mais recentemente, depoimentos de delação premiada e as chamadas *fake news* - que se ramifica nos espaços públicos, atravessa suas fronteiras e chega à vida privada dos cidadãos, agindo sociocognitivamente em nossos modos de percepção e entendimento do EPM, bem como em nossos juízos de valor e opiniões a propósito dele e de seus participantes. Não há escândalo sem mediação textual, portanto.

Considerando a hipótese que esta tese traz à prova, realizo uma investigação da constituição discursiva tridimensional do “Petrolão”. Mais especificamente, analiso notícias publicadas pelas revistas de periodicidade semanal *Veja* e *Carta Capital* entre os anos de 2014 e 2016, em ambiente virtual on-line, as quais classifico como instâncias enunciativas de mídia corporativa e alternativa, respectivamente. Como instância enunciativa de mídia corporativa, compreendo o veículo de comunicação que é orientado pelo mercado e pela publicidade e que funciona no papel de *carrier-groups*, conduzindo o discurso da pauta pública e constituindo pressão de poder sobre a sociedade (MELO, 2010). Já como instância enunciativa de mídia alternativa, entendo como sendo o veículo que atua como contrapauta, crítica e oposição às narrativas dos congêneres hegemônicos (PERUZZO, 2003, 2005). Em minha análise tridimensional, mostro de que maneira os significados do discurso midiático constituinte do EPM em foco, quais sejam, os significados acional, representacional e identificacional, são realizados no nível do texto, nas formas de gênero, discurso e estilo, produzindo efeitos causais que materializam disputas hegemônicas, ideologias e antagonismos sociais.

Quanto ao efeito da hegemonia, argumento que, surgindo o EPM de uma situação de transgressão com respeito à estrutura normativa de regimes de leis, valores ou condutas em um país ou região, a tentativa de prejudicar a imagem de um político ou partido pode ser reveladora de que o evento está para além do embate entre pessoas ou siglas partidárias, consistindo numa luta social mais ampla, onde há esforços pelo estabelecimento, manutenção ou contestação da dominância e do poder de determinadas formas de vida hegemônicas. No nível do texto, um dos mecanismos principais que pode evidenciar este fenômeno no EPM é a estruturação particular do gênero textual-discursivo da notícia, pois, entre os gêneros da constituição discursiva do evento, é o que mais movimentava significações na esfera pública em termos de espaço-tempo, construindo inteligibilidades e juízos acerca dos acontecimentos informados, tornando-se, pois, modo de agir na realidade social. Por exemplo, as notícias sobre o “Petrolão” frequentemente articulam cadeias de gênero, que selecionam e traduzem para o público conteúdos produzidos em outros campos sociais, como autos de investigação, projetos de lei, notas oficiais do governo e depoimentos de delação premiada. Com isso, a notícia também participa da luta hegemônica do EPM, pois contribui para a manutenção ou transformação de uma dada conjuntura social, ao construir formas de racionalizar o escândalo com base no acesso a determinados gêneros e na seleção e recontextualização de seus conteúdos.

Quanto ao efeito da ideologia, deve-se destacar que as práticas articulatórias discursivas da mídia representam as atividades de transgressão que compõem o evento a partir

de um investimento potencialmente ideológico, pois a ideologia diz respeito a significações da realidade geradas em relações de poder como parte da luta por poder (FAIRCLOUGH, 2001). Nessa perspectiva, procuro observar as práticas discursivas midiáticas como parte da luta ideológica do EPM. No nível do texto, os mecanismos mobilizados nos discursos midiáticos cuja análise é capaz revelar mais profundamente como as representações das atividades transgressoras podem ser investidas ideologicamente são os processos de referenciação. Através dos modos particulares como práticas transgressoras são introduzidas e retomadas no texto, é possível explorar a conexão entre recursos linguísticos concretos e estratégias de poder. Assim, os discursos midiáticos, ao se referirem a atividades transgressoras do “Petrolão”, classificando-as de determinados modos, podem gerar efeitos sobre relações de poder na conjuntura social brasileira. Observemos que a própria designação do escândalo pela forma remissiva lexical “Petrolão”, em vez de “escândalo da Petrobrás”, por exemplo, é bastante indicativa do potencial de investimento ideológico do discurso midiático, pois se vê uma tentativa de vínculo necessário com o escândalo do “Mensalão”, costurando uma associação cognitiva segundo a qual se deve a um único partido a cultura de corrupção no país. Nesse caso ilustrado, o(a) leitor(a) já pode notar que relações de dominação, subordinação e assimetria de poder são materializadas nos textos que noticiam o escândalo como efeitos ideológicos.

Quanto ao efeito dos antagonismos sociais, atentemos para o fato de que o “Petrolão” compõe uma batalha simbólica na qual oposições, reificadas em uma guerra do bem contra o mal, são estabelecidas para instaurar o inimigo contra quem o país deve lutar. Assim, entendo, em princípio, que as identidades dos atores sociais participantes do evento parecem resultar desse processo discursivo baseado no constante estabelecimento de relações antagônicas: os sujeitos e os próprios veículos de mídia, como agentes sociais que são, têm seus estilos de ser radicalmente determinados pelos jogos antagônicos no “Petrolão”. Considerando que as identidades não expressam passivamente, mas na verdade constituem o que expressam “através do próprio processo de expressão” (LACLAU, 2013, p. 158), argumento que, no nível do texto, um dos mecanismos cuja análise pode dizer muito sobre o processo conflitivo da identificação de atores sociais no EPM em foco é o relato de vozes. As notícias do “Petrolão” são marcadas por intertextualidades, possuindo distintos graus de dialogicidade, na forma de um jogo de vozes. Assim, é fundamental reconhecer quais vozes são trazidas à esfera da deliberação pública através das notícias e como seus sujeitos, pelo modo como se expressam ou são expressados, têm suas identidades definidas no evento.

Sendo esse o teor da pesquisa, apresento como objetivo geral desta tese investigar a constituição discursivo-textual do EPM “Petrolão”. Mais especificamente, meu trabalho analítico pretende:

- a) Descrever e comparar as práticas articulatórias discursivas de *Veja* e *Carta Capital* como *modos de ação*, através da análise do gênero textual da notícia, procurando identificar se e como as cadeias de gêneros mobilizadas produzem efeitos de hegemonia;
- b) Descrever e comparar as práticas articulatórias discursivas de *Veja* e *Carta Capital* como *modos de representação*, por meio do exame dos processos de referenciação a atividades de transgressão que compõem o escândalo, a fim de observar se há investimento ideológico na remissão dessas práticas e como isso é operacionalizado textualmente;
- c) Descrever e comparar as práticas articulatórias discursivas de *Veja* e *Carta Capital* como *modos de identificação*, a partir da investigação dos relatos de vozes dos atores sociais interpelados nas notícias, observando como se dá a construção simbólica de suas identidades por relações de tensão e conflito;

Para empreender o trabalho investigativo orientado por esses objetivos específicos, apresento, na subseção excepcionalmente acrescentada a essa introdução, o *framework* teórico-metodológico da pesquisa, elencando as suas etapas de análise em relação à organização das seções desta tese.

Framework teórico-metodológico da pesquisa

Em *Discourse in late modernity* (1999), Chouliaraki e Fairclough propuseram um enquadre analítico para as pesquisas em ADC, modelado com base na crítica explanatória desenvolvida pelo teórico crítico Bhaskar (1986, 2008). Em seguida, mais particularmente em *Critical discourse analysis as a method in social scientific research*, capítulo que integra a obra *Methods of critical discourse analysis*, organizada por Wodak e Meyer (2001), Fairclough esclarece que, se se pensa método como simples conjunto de habilidades, técnicas e ferramentas de uso, a ADC é muito mais teoria que método, isso porque o enquadre proposto adota uma relação dialógica e interdisciplinar com outras ciências e suas metodologias. Minha pesquisa baseia-se neste enquadre, detalhado mais a seguir, não em razão de uma simples aplicação, mas

em termos de um horizonte que orienta co-engajamentos teóricos e metodológicos para o empreendimento do meu trabalho de investigação.

Desse modo, nesta subseção, desejo tornar claro ao(à) leitor(a) que minha pesquisa não atalha o elo que deve se tecer permanentemente entre ontologia, epistemologia e metodologia, posto que não pensa a prática científica de análise como um pano de fundo teórico-conceitual, de um lado, e uma caixa de ferramentas, de outro. Por isso, não reproduzo aqui a tradicional segmentação entre fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussão. Um aspecto importante do *framework* para o qual gostaria de chamar atenção é, precisamente, o de evidenciar que parte da contribuição desta tese reside em sua busca por realizar uma análise de discurso crítica que articula, em cada fase do processo investigativo, questões de ordem ontológica à epistemologia que sustenta a abordagem do seu objeto de estudo, preocupada em estabelecer o máximo de coerência possível entre sua base de conceitos e seus métodos e procedimentos de análise. Esclarecido isso, detalho adiante as etapas do enquadre, sublinhando sua relação com as fases de desenvolvimento da pesquisa, em conformidade com a sequência das seções desta tese.

A etapa I do enquadre refere-se à definição de um problema social com aspecto discursivo. Localizada na ciência social crítica, a pesquisa em ADC tem pretensões emancipatórias, de tal forma que o estudo de uma problemática social deve fornecer recursos para que se alcancem, em algum nível, soluções e mudanças. Desse modo, entendo que o trabalho de percepção da problemática social em foco na minha pesquisa e de sua delimitação científica como objeto de estudo consiste no estabelecimento dos fundamentos ontológicos e epistemológicos a partir dos quais a análise do problema deve proceder. Nesta tese, a etapa I é empreendida nas seções 2 e 3.

Na seção 2, realizo a delimitação conceitual do EPM “Petrolão” como evento social. As minhas notas nesta introdução mostram ao(à) leitor(a) que o EPM não é um problema de investigação claramente definido e incontroverso. Ao contrário, trata-se de uma trama complexa de revelações e ocultações, que está sempre trazendo à tona algum elemento inédito que redefine a direção dos acontecimentos. Não tendo um problema que possa ser designado previamente e com alguma consensualidade, entendo que meu trabalho começa na construção desse objeto, na sua delimitação como tal. Assim, na subseção 2.1, discuto o EPM como fenômeno, descrevendo as suas principais características constituintes, a fim de inserir o(a) leitor(a) na discussão sobre o tema preliminarmente. Na subseção 2.2, explano a orientação crítica da minha investigação, expondo os meus pressupostos acerca da relação entre linguagem e realidade social, a propósito da qual defino o EPM como evento social. Na subseção 2.3,

enfim, discuto a textura simbólica e midiática do EPM, já sinalizando o caminho para a ênfase na dimensão discursivo-textual do evento.

Na seção 3, dedico-me a explicar o que tenho me referido como constituição discursiva e textualmente mediada do EPM. Na subseção 3.1, retomo a meada a partir da qual a ADTO, em distintas fases de sua história, avançou em sua teoria do discurso em pontos importantes. Nesse momento, abro espaço para algumas considerações acerca do modo com que me aproprio da concepção de discurso como prática articulatória constituinte do EPM. Na subseção 3.2, detalho o conceito de texto articulado no trabalho e explano conceitualmente a mediação textual do escândalo em termos de ação, representação e identificação nas formas de gênero, discurso e estilo, mostrando ao(à) leitor(a) a associação que realizo entre a mediação textual do EPM e seus efeitos causais de hegemonia, ideologia e antagonismo social.

A etapa II do enquadre diz respeito ao levantamento do diagnóstico do problema investigado, questionando quais são os obstáculos a serem superados. A definição desse diagnóstico considera um esforço de análise do objeto de estudo organizado em três níveis: i) a análise da conjuntura, que tem o propósito de identificar a maneira como determinadas práticas sociais se inter-relacionam; ii) a análise da prática social em particular, examinando a sua semiose na relação com outros elementos; e iii) a análise estrutural e interacional do discurso, em que se examinam os mecanismos textuais de construção dos sentidos. Em minha pesquisa, essa etapa da investigação é empreendida nas seções 4 e 5.

Na seção 4, realizo a análise da conjuntura do “Petrolão”, por considerar que tal atividade analítica refere-se, metodologicamente, ao mapeamento da configuração da rede de práticas em que o “Petrolão” constitui-se como evento na realidade social. É princípio da análise de discurso crítica a explanação de como o poder opera na vida social. Logo, minha análise da conjuntura do “Petrolão” descreve a disposição conjuntural do evento com foco na sua instituição como luta social, isto é, no estado da rede de forças em que se dá em determinado momento histórico. Na subseção 4.1, discrimino quais os domínios sociais em cuja interseção dá-se a constituição discursiva do “Petrolão”, isto é, sua disposição conjuntural na realidade social. Na subseção 4.2, explano a rede de práticas delimitada com foco sobre as relações de poder que determinam a movimentação de significados no escândalo no espaço de tensão e sobredeterminação entre os domínios sociais da mídia, da justiça e da política. Na subseção 4.3, examino a conjuntura do escândalo, delimitada na subseção 4.1 e caracterizada na subseção 4.2, a fim de identificar os elementos sintomáticos principais da estruturação de práticas que configura simbolicamente o “Petrolão” como luta social.

Na seção 5, dedico-me à análise das práticas discursivas particulares das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Na subseção 5.1, pelo exame do que propus chamar de prática articulatória discursiva dos *media*, estabeleço o caminho metodológico de definição da semiose do “Petrolão”. Nesse momento, examino a constituição discursiva do escândalo a partir da mediação textual realizada pelo que classifico como instâncias enunciativas de mídia corporativa e alternativa. Em seguida, apresento o processo de recorte da semiose do escândalo para exame particular, segundo os propósitos desta pesquisa, discriminando os procedimentos de organização narratológica do evento e de coleta do *corpus* para análise textual detalhada. Nas subseções 5.2, 5.3 e 5.4, realizo, respectivamente, o exame dos significados acional, representacional e identificacional das práticas articulatórias discursivas das revistas em foco, identificando e descrevendo as cadeias de gêneros, os mecanismos de referência a práticas de transgressão e a operação intertextual de relatos de vozes.

A etapa III do enquadre da ADC está interessada em discutir a função do problema examinado na vida social. Em outras palavras, trata-se do vigor crítico propriamente dito da pesquisa, orientado para a diferença entre, de um lado, o problema como ele realmente é, segundo a análise empreendida, e, de outro lado, como outra realidade seria possível, já com base na compreensão de como o problema se configura. Nessa perspectiva, situo essa etapa na seção 6 desta tese, em que empreendo uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos na análise textual detalhada anterior, a fim de revelar como as práticas articulatórias discursivas de *Veja* e *Carta Capital* produzem, comparativamente, efeitos textuais de hegemonia, de ideologia e de antagonização de atores sociais. Dessa maneira, na subseção 6.1, discuto e comparo a construção do significado acional nas duas revistas, a partir de como cada uma compõe sua rede particular de gêneros e seu efeito de luta hegemônica. Na subseção 6.2, atendo-me à construção do significado representacional nos dois periódicos, discutindo a relação entre os processos de referência empregados e o efeito da ideologia. Por fim, na subseção 6.3, direciono a discussão para a construção do significado identificacional, problematizando a inclusão, a exclusão e a proeminência de vozes nos relatos exibidos do ponto de vista das relações de antagonismo estabelecidas entre os participantes interpelados nas notícias.

A etapa IV do enquadre é dedicada à discussão sobre possíveis formas de ultrapassar os obstáculos identificados ao longo da análise realizada nas etapas anteriores. Em última instância, trata-se da passagem da apreciação negativa do problema (isto é, a identificação de seus obstáculos) para a apreciação positiva e propositiva, direcionada para questões de mudança social e discursiva. Nesta tese, o trabalho dessa etapa é apresentado na seção 7, onde exponho, com base nas comparações entre as práticas discursivas das revistas,

aspectos de resistências e contradições nos modos de construção semiótica do evento midiático do “Petrolão”. Ainda nessa seção, associo a etapa IV do enquadre da ADC à etapa V, que trata da autorreflexão acerca da própria pesquisa realizada, por considerar, entre outras razões, que parte da contribuição desta tese para uma mudança social e discursiva possível está no reconhecimento de suas limitações enquanto motivações para pesquisas futuras e no convite ao esforço para a promoção de análises transdisciplinares que considerem o texto como elemento fundamental para a pesquisa social crítica sobre EPM’s.

Relatado o percurso da investigação, apresento, abaixo, o quadro norteador que sintetiza as etapas da pesquisa, relacionadas às seções da tese, e suas principais atividades analíticas, detalhadas em termos das categorias empregadas no estudo:

Quadro 1 – Quadro norteador da pesquisa: etapas de investigação, atividades analíticas e categorias empregadas no estudo

Etapas da pesquisa	Seção	Atividades de análise e categorias empregadas
Etapa I Definição de uma problemática social com aspecto discursivo	Seção 2	Delimitação ontológico-epistemológica do EPM como evento social <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do fenômeno do EPM; • Definição do EPM como evento na realidade social; • Identificação da textura midiática e simbólica do EPM;
	Seção 3	Definição das concepções de discurso e de texto: <ul style="list-style-type: none"> • Explanação da concepção de discurso como prática articulatória e seus significados acional, representacional e identificacional; • Explanação da concepção de texto como unidade do discurso e interação por meio de formas simbólicas e seus efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo social;
Etapa II Identificação dos obstáculos para superação da problemática	Seção 4	Análise conjuntural da rede de práticas do “Petrolão”: <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e definição dos domínios sociais de constituição do “Petrolão”; • Exposição das principais formas de poder social e suas relações; • Detalhamento de aspectos diagnósticos da conjuntura do evento;
	Seção 5	Análise das práticas articulatórias discursivas particulares das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> : <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de procedimentos metodológicos: identificação e recorte da semiose do “Petrolão”, caracterização da formação discursiva nos campos da mídia, da justiça e da política e coleta e organização do <i>corpus</i>; • Investigação do significado acional de ambos os discursos midiáticos, com foco sobre o exame do mecanismo linguístico-textual de intertextualidade na mobilização de redes de gêneros textuais; • Investigação do significado representacional de ambos os discursos midiáticos, com ênfase no exame do mecanismo linguístico-textual de referência lexical (introdução e continuidade) empregado na remissão a práticas de transgressão de primeira e segunda ordem; • Investigação do significado identificacional de ambos os discursos midiáticos, com atenção ao exame do mecanismo linguístico-textual de relato de vozes (dos tipos direto, indireto, indireto livre e narrativo de ato de fala) utilizado na identificação de atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no escândalo;
Etapa III Discussão sobre a função da problemática na vida social	Seção 6	Reflexão sobre os resultados obtidos a partir da análise discursivo-textual das notícias: <ul style="list-style-type: none"> • Exame comparativo, de natureza quali-quantitativa, dos mecanismos linguístico-textuais mobilizados na construção dos significados acional, representacional e identificacional e discussão crítica acerca dos seus efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo social;
Etapa IV Identificação de maneiras possíveis de ultrapassar os obstáculos Etapa V Autorreflexão sobre a pesquisa	Seção 7	Exposição de obstáculos e de formas de superação a partir da compreensão da constituição discursiva e textualmente mediada do EPM como luta social: <ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre os principais desafios para a mudança social e discursiva em torno do EPM no Brasil e contribuições da pesquisa; Reflexão crítica acerca do trabalho de investigação: <ul style="list-style-type: none"> • Explanação reflexiva sobre a hipótese inicialmente apresentada, os objetivos geral e específicos da pesquisa e a tese defendida, bem como reconhecimento das limitações do trabalho investigativo e ênfase na motivação para pesquisas futuras.

Fonte: Elaborado pela autora

2 DELIMITAÇÃO ONTOLÓGICO-EPISTEMOLÓGICA DO EPM COMO EVENTO SOCIAL

“O escândalo está profundamente radicado em nossas tradições históricas e estreitamente entrelaçado com o desenvolvimento das formas midiáticas de comunicação”.

(THOMPSON, 2002, p. 312)

Nesta seção, articulo a base ontológico-epistemológica de concepção e de abordagem do EPM na investigação que desenvolvo. Primeiramente, apresento as características principais de um escândalo político nas democracias modernas, a fim de oferecer ao(à) leitor(a) uma identificação geral do fenômeno com o qual esta tese se ocupa. Em seguida, defino o EPM, enquanto objeto de estudo, como evento social, partindo de uma certa ontologia de sociedade nos termos de uma crítica explanatória e interpretativa. Por fim, explano a textura simbólica e midiática do EPM, a fim de lançar luz para um modo de compreensão do evento com ênfase em sua constituição simbólico-discursiva.

2.1 O QUE É UM EPM: IDENTIFICAÇÃO DO FENÔMENO

Nesta subseção, apresento um conjunto de características que considero identificadoras por excelência do EPM, a fim de oferecer ao(à) leitor(a) uma noção preliminar do que é o fenômeno. No trabalho que desenvolvo, o EPM é caracterizado segundo uma perspectiva sociológica crítica, com base em J. B. Thompson (2002), em diálogo com Markovits e Silverstein (1988), cujas discussões caminham para o que poderia ser classificado como uma teoria social do escândalo político. O intuito das reflexões aqui articuladas é desenhar uma visão introdutória do fenômeno, considerando sua relação com questões de poder e mudanças sociais, a partir da premissa de Thompson (2002, p. 32) segundo a qual os escândalos são muito mais que tragédias pessoais, são também lutas em que “parte do que está em jogo são os próprios recursos dos quais o poder, até certo ponto, depende”.

2.1.1 Transgressão a leis, normas ou convenções

A primeira característica do escândalo político é que seu surgimento está necessariamente vinculado a uma prática de transgressão a determinada lei, norma ou

convenção de conduta. Markovits e Silverstein (1988, p. 09) compreendem que o escândalo político é “uma traição à confiança pública em termos da responsabilidade e do processo devido do estado democrático liberal”⁸, à medida que a crença dos membros de uma sociedade no processo devido, isto é, no sistema de normas legais que regem o exercício do poder em uma democracia, surge como condição necessária para o evento. De fato, na democracia liberal há dois princípios antitéticos que se mantêm em equilíbrio relativamente estável: a necessidade de poder e a necessidade de reduzir o poder para garantir a autonomia do indivíduo em relação ao estado. Esta é, por assim dizer, a força motriz do escândalo, ou seja, a busca de cada vez mais poder à custa da violação ou transgressão do processo devido.

A transgressão, que está no âmago de insurgência do caso escandaloso, situa-se em uma espécie de espaço intermediário, entre uma infração ou uma má conduta, de um lado, e um crime muito grave, de outro. Esta zona, sempre muito nebulosa, torna o escândalo um fenômeno complexo em um sentido específico: a transgressão, embora seja condição de surgimento do escândalo, não implica, *per si*, a promoção de um episódio escandaloso, uma vez que a ação ilícita é racionalizada socialmente muito mais pelo nível de importância atribuída pelos cidadãos aos valores, normas ou códigos violados e aos sujeitos envolvidos do que pela definição estritamente legal e jurídica do tipo de transgressão praticada. Por exemplo, em agosto e outubro de 2017, houve duas denúncias da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o então presidente Michel Temer (MDB), acusado de obstrução da justiça, corrupção passiva e organização criminosa⁹. Tais transgressões denunciadas não tiveram a mesma reação popular e midiática que a acusação das “pedaladas fiscais” referentes ao governo de Dilma em 2015.

Comumente, o modo pelo qual a sociedade julga o grau de gravidade das transgressões depende do nível de sensibilidade ao escândalo, como capacidade de provocar indignação, e da visibilidade midiática e popularidade dos participantes envolvidos direta ou indiretamente no evento. Como explica Thompson (2002), o grau de indignação, ou seja, a sensação de ofensa em relação a uma transgressão, é relativa ao contexto social e histórico em que o evento surge, à cultura, aos valores de conduta preservados no país ou região, ao funcionamento das leis, à atuação e legitimidade das instituições e aos princípios de comportamento moral que regulam a vida pública. Além desse potencial de sensibilidade ao

⁸ No original, “a betrayal of the public trust in terms of the accountability and process of the liberal democratic state”. Por ocasião desta nota, esclareço que, na seção 4, há uma discussão aprofundada sobre democracia liberal e processo devido no contexto particular do Brasil. Aqui, basta que o(a) leitor(a) compreenda que a transgressão é o fator desencadeador do EPM em regimes democráticos.

⁹ “Não é só o decreto dos portos!”, de *Gazeta do Povo*, em 06 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/nao-e-so-o-decreto-dos-portos-veja-5-investigacoes-contra-o-presidente-temer-1pig78v6skelw190nq0yig3o1>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

escândalo, é determinante o tipo de relação que se dá entre os cidadãos comuns, que acompanham as denúncias através da imprensa, e os participantes envolvidos no evento, pois essas afecções também compõem o clima de reprovação popular.

Uma visão geral sobre os maiores escândalos políticos brasileiros, entre os quais destaco “Mar de lamas” (1954), o “Collorgate” (1992), o “Mensalão” (2005), os “Novos aloprados” (2006) e o “Petrolão” (2015), indica que, frequentemente, as normas ou leis cuja transgressão possui maior potencial para a promoção de casos escandalosos no país referem-se à malversação de recursos financeiros, ao desvio de verba pública, à compra de votos de parlamentares, ao financiamento irregular de campanhas eleitorais e ao uso do aparelhamento público para fins de enriquecimento particular. Assim, os escândalos brasileiros envolvem, com frequência, “corrupção e suborno político” (BEZERRA, 1995, p. 17), o que tem levado o Brasil a assumir lugar de destaque entre os países com menores índices de transparência no *ranking* mundial¹⁰.

As transgressões sobre as quais estou discorrendo até o momento, reconhecidas por transgressões primárias, originárias ou de primeira ordem, isto é, aquelas que dão origem às denúncias, não são as únicas que condicionam escândalos políticos. Como esses eventos desenvolvem-se em uma trama de afirmações, contra-afirmações, confissões e omissões – a tal ponto de se tornar bastante difícil qualquer tentativa de recuperar a linha de conexão dos atos de fala encadeados no evento – as transgressões originárias frequentemente têm seus holofotes redirecionados para outras ações transgressoras, a saber, as transgressões de segunda ordem:

A tentativa de encobrir a transgressão - um processo que pode implicar engano, obstrução, negações falsas e puras mentiras - pode se tornar mais importante que a própria transgressão original, dando origem a um ciclo intensificado de afirmações e contra-afirmações que deixa em segundo plano o desenvolvimento da ofensa inicial e abastece o escândalo, que vai sendo incrementado a cada lance subsequente (THOMPSON, 2002, p. 44).

Na esteira do “Petrolão”, que desestabilizou o primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, surgiu a denúncia de que a presidente havia cometido crime de responsabilidade fiscal, durante o atual mandato e no anterior, com a abertura de créditos suplementares, que, consistiria na prática criminosa de bancos federais concederem empréstimos ao Tesouro como recurso para o pagamento de programas sociais do governo. Essa transgressão de segunda

¹⁰ Segundo a *Transparency International*, organização internacional autônoma que, em sua plataforma virtual, desenvolve e divulga pesquisas sobre corrupção realizadas em vários países no mundo inteiro. Atualmente, disponível em: <<https://www.transparency.org/whoweare/organisation/>>.

ordem tornou-se, em 2015, mais relevante que a transgressão original, que envolvia os esquemas de corrupção na Petrobrás. O gatilho passou a ser direcionado diretamente à presidenta Dilma Rousseff, cuja imagem se desmoralizava acentuadamente ao longo do processo de *impeachment*. Tão mais relevante, que, no julgamento sobre o prosseguimento do pedido na Câmara dos Deputados, não pareceu preocupante o fato de pelo menos 17 dos 23 deputados¹¹ que respondiam a inquéritos no STF em decorrência da Operação da Lava Jato terem votado a favor do impedimento. O presidente da casa, inclusive, o deputado Eduardo Cunha (MDB), à época da votação, era réu no STF, acusado dos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva, evasão de divisas e falsidade ideológica, tendo recebido propinas em contas secretas na Suíça¹².

2.1.2 Drama de ocultação e revelação

A segunda característica do escândalo político é que o evento implica uma espécie de “drama de ocultação e revelação” (THOMPSON, 2002, p. 45), envolvendo segredos que, uma vez tornados publicamente conhecidos por outras pessoas, criam um jogo complexo de constantes acusações e omissões. Geralmente, têm-se, de um lado, sujeitos, instituições ou empresas, participando direta ou indiretamente dos atos de transgressão alardeados pela imprensa, esforçando-se para impedir a publicização de determinadas práticas criminosas, e, de outro lado, encontram-se outros sujeitos, instituições ou empresas que se empenham na desmoralização e no prejuízo à reputação daqueles, alimentando o espetáculo midiático assistido pelos cidadãos. É, precisamente, dentro desse drama de ocultações e revelações onde se desenvolvem as transgressões de segunda ordem, mencionadas anteriormente.

Note, leitor(a), que, nos escândalos brasileiros, as transgressões de segunda ordem são muito mais frequentes e ofensivas para uma parte da população que as transgressões originais. Tal como veremos na análise do “Petrolão”, a cadeia de atos de acusações, negações e contra-ataques não apenas obscurece os fatos, como também é reapropriada pela mídia para alimentar retroativamente narrativas para as cartografias do evento. Cartografias são narrativas que instituem fronteiras, discriminando posições, relações e identidades (BRIGGS, 2007). O

¹¹ “80% dos deputados da Lava Jato votaram pelo impeachment”, de *Exame*, de 18 abr. 2016. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/80-dos-deputados-da-lava-jato-votaram-pelo-impeachment/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

¹² “Decisão do STF empurra Eduardo Cunha para cassação”, de *Época*, de 22/05/2016. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/06/decisao-do-stf-empurra-eduardo-cunha-para-cassacao.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

discurso midiático funda e refunda posições antagônicas dos participantes e relações de causa e efeito entre acontecimentos, mantendo-se desse jogo contínuo de novas transgressões a serem contadas.

2.1.3 Desaprovação popular

Adquirir consciência das ações de transgressão através da sua publicização pelos veículos de mídia não é suficiente para desencadear um escândalo político propriamente dito. Além desta evidência, é preciso que haja uma desaprovação, cuja gravidade depende do nível de indignação das pessoas. Esta é a terceira característica do evento, pois, como explica Thompson (2002, p. 46), o desenvolvimento do escândalo está intimamente vinculado ao julgamento social dos acontecimentos como “moralmente vergonhosos” ou particularmente ofensivos. Embora essa reação possa ser fragilizada nas democracias ocidentais, ou melhor dizendo, possa ser de difícil homogeneização e generalização, uma vez que estas sociedades encontram-se cada mais marcadas por um pluralismo de sistemas de valores, a desaprovação ainda é o fator de intensidade decisivo nos escândalos, pois consegue transformar os casos particulares em pautas de interesse público. No Brasil, os escândalos políticos se transformaram numa característica endêmica da cultura política, que modela as formas de comunicação e de interação no cenário dos poderes institucionais e de participação nos espaços públicos especialmente durante os períodos de eleição.

Quanto a esse aspecto do EPM, considero pertinente ressaltar que muitos casos escandalosos são comumente encarados de modo lúdico no Brasil. Embora o humor faça parte da reação de reprovação das pessoas, tornando-se importante ferramenta de crítica, o tratamento lúdico, por outro lado, também corre o risco de reduzir escândalos a farsas e discursos de moralidade a cinismos, quando os cidadãos se divertem com cenas inusitadas ou jocosas, como a gravação feita pela PF do deputado Rocha Loures (MDB) correndo na calçada de uma pizzaria em São Paulo após ter recebido uma mala com R\$ 500.000 do diretor da JBS Ricardo Saud, ou quando se acompanham os embates e insultos trocados durante o televisionamento ao vivo de plenárias do STF, assistidas à maneira de um jogo de futebol, com placar e torcida. Evidentemente, é bastante significativo esse processo social e cultural de banalização de escândalos políticos, pois é revelador de uma forma de racionalidade segundo a qual valores e códigos de comportamento são considerados apenas formalmente e a tolerância a certas transgressões enfraquece qualquer sentimento de indignação e revolta popular.

2.1.4 Expressão pública da desaprovação

A quarta característica do escândalo é que, para que determinada denúncia venha a se tornar um episódio escandaloso, é necessário que a desaprovação ganhe expressão pública na sociedade, isto é, a reação de desaprovação precisa ser expressa de alguma forma, para além das conversas no âmbito da esfera privada, dos boatos e das fofocas, que circulam em diferentes zonas das interações comunicativas. Certamente, as relações cotidianas privadas dentro das quais os casos escandalosos são discutidos também fazem parte das significações em torno do evento, mas não são, particularmente, a sua condição de possibilidade como tal. Nesses termos, a reação de indignação deve ser pública e composta por “discursos infamantes”, aqueles que censuram, reprovam, repreendem e condenam os transgressores (THOMPSON, 2002, p. 48). Neste momento, chamo atenção para a dinâmica simbólica do escândalo, quando o processo de publicização começa a compor discursivamente uma forma de mediação que cria inteligibilidades e juízos sobre os acontecimentos noticiados.

2.1.5 Prejuízo à reputação

Dada a desaprovação, a quinta característica do EPM diz respeito ao risco ou ao potencial de prejuízo à reputação dos participantes nele envolvidos. As transgressões, quando denunciadas e tornadas públicas, têm o enorme potencial de desmoralização daqueles que as cometem ou que, de algum modo, estão associados a elas:

O prejuízo ou perda de reputação não é uma característica necessária, nem uma consequência inevitável do escândalo (na verdade, há casos em que as reputações dos indivíduos foram apreciavelmente melhoradas). Mas o prejuízo ou perda de reputação é um risco que está sempre presente quando um escândalo surge e se desdobra. (THOMPSON, 2002, p. 49).

Os escândalos políticos são, assim, compostos por disputas, conflitos em torno de nomes e reputações. O que me interessa nessa característica sublinhada pelo sociólogo não é somente o fato de estes eventos terem o poder de afetar a honra e o nome de determinados indivíduos, mas também a ideia de que, para além disso, são experiências que revelam o próprio poder, seu funcionamento e recursos, como veremos ao longo desta tese.

2.1.6 Textura midiática

A sexta característica do escândalo político é a sua textura midiática. Embora a expressão “escândalo” tenha origem datada na passagem da idade média para a idade moderna, e, antes disso, tenha sido referida em livros religiosos, somente a partir do século XVII, o termo “escandaloso” passou a ser utilizado para indicar acusações prejudiciais e potencialmente caluniosas tornadas comuns à população por meio de publicações da imprensa. As técnicas de impressão desenvolvidas por J. Gutenberg, ainda no século XV, como a invenção da prensa, foram exploradas comercialmente em todo o mundo e apropriadas como método eficaz para impressão de textos extensos, com maior número de tiragens, abrindo caminho para os primeiros passos da comunicação de massa. Desde então, o fenômeno do escândalo acompanhou o desenvolvimento dos *media*, especialmente devido às transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX.

A primeira dessas transformações refere-se às relações econômicas e tecnológicas da imprensa. Até o início do século XVIII, os jornais precisavam de investimento de alto custo, a tecnologia não permitia tiragens em grande escala e o financiamento dos pequenos empreendimentos dependia das receitas das vendas de produtos e serviços, dos subsídios e das taxas pagas por indivíduos, grupos intelectuais e partidos políticos. No início do século XIX, com o avanço das tecnologias de impressão, o aumento do número de pessoas alfabetizadas e o interesse de organizações e entidades comerciais pelos meios de comunicação em massa, houve queda de custo na produção e expansão da circulação de jornais, revistas e panfletos.

A segunda mudança refere-se às relações entre imprensa e partidos políticos. Até o século XVIII, jornais e outros periódicos eram politicamente orientados, em decorrência do fato de serem geralmente propriedades de indivíduos com filiações partidárias explícitas e por receberem regularmente subsídios financeiros de grupos políticos. Como esclarece Schudson (1978), no início do século XIX, os *media* conquistaram certa autonomia, o que fez surgir o desejo de reivindicação de neutralidade política. A terceira mudança, por fim, refere-se i) à formalização da profissão do jornalista, isto é, seu *ethos* profissional, que enfatizava a obrigação de descobrir os fatos e narrá-los de “modo vivo e divertido” (THOMPSON, 2002, p. 82), e ii) à emergência do conceito moderno de notícia como gênero textual-discursivo da comunicação que envolve o trabalho de descobrir algo através de um processo de investigação e expressá-lo à sociedade.

Afetado por essas mudanças e seus efeitos, o escândalo político encontrou no século XX a sua melhor roupagem como estratégia poderosa das modernas formas de articulações

políticas na vida pública, implicando “a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas”, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores (THOMPSON, 2002, p. 82). Assim, considero que o escândalo político deve ser melhor identificado como escândalo político midiático (EPM), pois, como o histórico acima resumido aponta, sua constituição dá-se fundamentalmente pelos meios de comunicação o (in)formam.

2.1.7 Natureza simbólica

Por fim, a sétima e última característica do EPM que gostaria de apresentar ao(à) leitor(a) é a sua dimensão simbólica. Nas sociedades democráticas liberais, os líderes políticos apropriam-se de diversas formas de capital para projetar credibilidade, estima, confiança e reputação, isto é, poder simbólico (BOURDIEU, 1974, 1998). A reputação é um dos aspectos do capital simbólico, segundo Bourdieu (1998), que equivale a rituais de reconhecimento social, contemplando demais capitais (a saber, o cultural, o econômico e o social). No esforço para projetar um nome (THOMPSON, 2002) ou para prejudicá-lo, o campo dos *media* torna-se a arena principal em que as disputas pelo poder simbólico no EPM dão-se, uma vez que os dispositivos comunicativos são os meios por excelência de gerência e controle da visibilidade como estoque de capital simbólico nas democracias representativas, como é o caso do Brasil. Como será visto adiante, é particularmente com respeito à natureza simbólica do EPM que se defende, aqui, uma leitura de sua constituição semiótica discursiva.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 2.1, apresentei as principais características constituintes do EPM, fornecendo ao(à) leitor(a) um quadro geral identificador do fenômeno, que pode ser resumido da seguinte forma:

Quadro 2 - Características identificadoras do fenômeno do EPM

1. A emergência do escândalo político envolve transgressão a leis, normas ou códigos morais;
2. O surgimento do escândalo político implica uma trama complexa de ocultação e revelação;
3. O desenvolvimento do escândalo político depende de graus de desaprovação e ofensa pública;
4. É condição de possibilidade do escândalo político a manifestação pública da desaprovação popular;
5. O escândalo político pode provocar prejuízos à reputação de indivíduos, a partir do jogo de imagens que produz;
6. O escândalo político possui natureza fundamentalmente midiática, sendo, pois, EPM;
7. O EPM possui dimensão simbólica, que está vinculada a questões de poder nas democracias representativas;

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em mãos os principais caracteres que identificam o fenômeno do EPM, o(a) leitor(a) pode acompanhar, na subseção seguinte, a sua delimitação como evento na realidade social, assim definido em sua relação com a estratificação da sociedade em termos de estrutura, conjuntura e práticas sociais.

2.2 O EPM COMO EVENTO SOCIAL: A PROPÓSITO DE UMA ANÁLISE CRÍTICA

Caracterizado o fenômeno do EPM, passo, nesta subseção, à sua definição como evento social. Para isso, inicialmente, discuto o horizonte da orientação crítica da análise de discurso que empreendo nesta tese, expondo os pressupostos em virtude dos quais concebo a relação entre linguagem e realidade social, que fundamenta a minha proposição de investigação do escândalo em foco. Em seguida, delimito especificamente os contornos do EPM como evento situado na realidade social estratificada e instanciada.

2.2.1 Do surgimento da crítica à sua (suposta) falência

Marcada por contingências, lutas por significação e gestos de investimentos e interesses os mais variados, a prática crítica, certamente, pode ser abordada de distintos modos e com diferentes fins. Para delimitar o lugar desta pesquisa no interior dos estudos críticos da linguagem, é razoável dizer de onde assumo, aqui, um compromisso a que se possa chamar de atitude crítica, dado que é o conjunto das pressuposições dessa assunção que define todo o arranjo teórico e metodológico de minha análise. Em vista disso, o caminho que se escolheu parte da observação de uma espécie de liame que caracteriza a progressão em geral da forma crítica nas áreas da Filosofia e da Linguística até se chegar à abordagem dialético-relacional do discurso da Teoria Crítica do Discurso (TCD), que orienta e aduz a concepção de discurso

articulada nesta tese: esse liame consiste no problema da conexão epistêmico-conceitual entre linguagem e realidade, a que sempre se deu por função uma determinada política de verdade nas ciências.

Não é nenhum caso de exagero afirmar que o desenvolvimento do empreendimento da filosofia foi acompanhado por uma crítica da linguagem ou que toda filosofia é, desde já, crítica da linguagem (WITTGENSTEIN, 4.0031), uma vez que é pertinente reconhecer a existência de um elemento persistente no interesse pelo fenômeno linguístico desde o gesto inaugural da racionalidade clássica, aproximadamente no século VI a.C. Longe de supor que a forma crítica possua um percurso bem definido e linear na história intelectual, compreendo que fazer crítica, como bem lembra Foucault (1997a) em *What is Critique?*, é algo que não cessa de se formar, de se prolongar e de renascer na filosofia, próximo dela, contra ela ou às custas dela, a caminho de um devir da filosofia ou, como diz o autor, no lugar de toda possibilidade de filosofia.

É possível afirmar que havia uma forma ainda bastante embrionária de crítica - ou, melhor dizendo, uma “expectativa de crítica”, como coloca Ferreira (2016, p. 17) - já no surgimento da chamada Filosofia Clássica, especialmente com o advento da obra *Crátilo*, de Platão, diálogo que marca o início da história do pensamento linguístico ocidental. O problema da relação entre linguagem e realidade, nesse período, gira em torno da possibilidade de que o principal instrumento de representação do mundo - a linguagem, em sua instrumentalização para a produção de conhecimento e a comunicação - pudesse falhar em seu papel de correspondência à estrutura do pensamento, que, por seu turno, corresponderia à estrutura da realidade. De acordo com a teoria naturalista dos nomes de Platão, haveria uma justeza das palavras às coisas, uma imitação da natureza essencial das coisas por meio de sons e sílabas. Logo, o sentido das palavras, ao imitarem a realidade essencialmente, não poderia ser pensado como construído por homens e mulheres historicamente, mas como aquilo que possui essência permanente e universal.

Revolucionando o terreno da filosofia clássica, o conceito de crítica passa por mudanças quando introduzido definitivamente na filosofia moderna do século XVIII pelo alemão I. Kant, especialmente em *Crítica da Razão Pura*. O filósofo desenvolve a pedra angular do seu trabalho, o método dito transcendental, que visa dar conta das formas constituintes da representação e do conhecimento. A partir da distinção entre a realidade ôntica e seu horizonte ontológico, em referência à diferença entre aparência-ilusão (*schein*) e aparência-fenômeno (*erscheinung*), Kant (2003) promoveu uma ruptura com a filosofia clássica por meio do advento de uma crítica à toda metafísica possível. Na filosofia clássica platônica, a aparência era o modo

defectivo e ilusório das coisas, de tal maneira que a tarefa primeira da filosofia deveria ser movimentar-se da falsa aparência da realidade em direção a sua verdade essencial (a Ideia, segundo Platão). Kant, então, subverte a noção tradicional de aparência, para mostrar que ela designa o modo como as coisas aparecem (ou são) naquilo que percebemos como realidade, ou seja, o que deveria interessar à filosofia era o discernimento das condições de possibilidade do aparecer das coisas, a rede de categorias que determina como nós compreendemos (n)aquilo que nos aparece como realidade.

No século XIX, a fenomenologia de Hegel (1974 [1807]), no que talvez seja a principal diferença da lógica hegeliana para a lógica kantiana, considerou que o processo dialético da verdade como surgindo da condenação crítica da ilusão precedente não se localiza na dimensão do conhecimento (questão epistemológica), como colocou Kant. Para Hegel (1995 [1830]), esse processo se localiza na dimensão da própria coisa (questão ontológica), a coisa em si como real. Em outras palavras, diz-se que a impossibilidade de se chegar à totalidade da realidade através da linguagem aponta, desde já, para a verdade: essa incapacidade de conhecer plenamente a coisa é, com precisão, a revelação de que a coisa possui uma rachadura, uma clivagem, um corte da matéria que torna impossível toda tentativa de regeneração absoluta (ou sutura). Como diz Hegel (1995, p. 256), “embora comumente se pense que o inexprimível seja justamente o mais excelente”, essa suposição não possui fundamento algum, uma vez que o inexprimível é “somente algo turvo, fermentante, que só ganha clareza quando consegue chegar à palavra”. Há, pois, uma transferência do problema da linguagem para a realidade, em outras palavras, o obstáculo não é mais epistemológico, mas ontológico.

Segundo Cossetin (2012), em referência a Hegel, a linguagem reverte a crença da consciência no acesso imediato e singularizado ao objeto, tendo a função de mediadora universal, que une a finitude do espírito e o absoluto. Serve para reconciliar a experiência singular de um indivíduo finito e a experiência da logicidade do saber, pois o pensamento modifica a matéria que lhe é dada: desde a primeira e mais elementar experiência da consciência, “existe uma inevitabilidade do pensar e da linguagem, mostrando que o objeto só existe para a consciência quando passa pela sua expressão” (COSSETIN, 2012, p. 45). A linguagem, portanto, não teria o propósito de representar a realidade, mas de enunciá-la: “enunciamos também o sensível como um universal; o que dizemos é: isto, ou seja, o isto universal, ou: ele é, ou seja, o ser em geral” (HEGEL, 1992, p. 97). Desse modo, nós não representaríamos a realidade, nós a enunciaríamos.

No século XIX, K. Marx e F. Engels publicaram *A ideologia alemã* (2001 [1867]), contrariando o hegelianismo e desenvolvendo uma forma crítica baseada em uma abordagem

negativa do conceito de ideologia. De acordo com Marx e Engels (2001), a ideologia consiste num compêndio de ideias (resultado do trabalho intelectual, em oposição ao trabalho físico) utilizado para servir às relações de dominação das sociedades capitalistas (relação entre classe dominante e massa trabalhadora). As instituições (tais como igreja, família e escola) têm, pois, a função de assegurar as sujeições às ideologias dominantes, mantendo e naturalizando as condições de produção. Assim, Marx e Engels (2001, p. 43) pensam a linguagem como fenômeno social: “existe para outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo”, pois a linguagem surge da necessidade de interação entre os sujeitos, tendo sua gênese no trabalho, nas condições reais e materiais da existência na sociedade.

Na tradição do materialismo histórico, entende-se que toda formação social surge de um determinado modo de produção dominante, de forma que são os processos de produção que movimentam as forças produtivas, uma vez que a condição elementar da produção é a reprodução das condições de produção (meios de produção, força de trabalho e outras relações). Assim, a linguagem seria exteriorização ou expressão da consciência, que é, por seu turno, constituída socialmente. A linguagem, tendo por função a expressão da consciência acerca da totalidade real das relações sociais, poderia, então, ser investida ideologicamente para mascarar essa realidade.

Na primeira metade do século XX, com o surgimento da Escola de Frankfurt¹³, definiu-se um novo tipo de forma crítica que, por certo período, tornou-se o modelo hermenêutico-epistemológico de crítica mais amplamente partilhado na tradição intelectual filosófica e sociológica do ocidente. No interior dessa tradição, a crítica procurou superar a forma lógica platônica, que considera uma antinomia entre o mundo (ilusório) das aparências e o mundo (real) das ideias, e a razão instrumental kantiana, para quem a aparência é o próprio fenômeno¹⁴ (as coisas são ou aparecem dentro do que percebemos como realidade). A forma crítica, nos meados do século XX, é fruto da bem engendrada articulação entre o marxismo clássico e a psicanálise lacaniana e tem a concepção negativa de ideologia como baluarte de sua discussão.

¹³ Aqui, refero-me, mais especificamente, a M. Horkheimer, na obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1980), publicada originalmente em 1937, e a T. Adorno & M. Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento* (1995), publicada originalmente em 1947. Ao usar o termo “escola”, não estou compreendendo a referida tradição de estudos como um campo doutrinário homogêneo, mas diversificado e composto por reflexões que giravam em torno da problemática: sociedade, economia, poder e emancipação.

¹⁴ Para I. Kant, em *Crítica da Razão Pura* (2003), A248, publicado originalmente em 1788, os aparecimentos (*escheinungen*), na medida em que são pensados como objetos, segundo a unidade das categorias, chamam-se fenômenos (*phaenomena*).

De um lado, há a prerrogativa marxista do capital, que entende a realidade social moderna como sendo instituída por um conjunto de condições histórico-existenciais mascarado por ideologias dominantes. Marx (1983) concebeu a estrutura de cada sociedade como uma organização constituída por instâncias e níveis, articulados por determinações específicas. Na instância da infraestrutura, encontram-se as unidades das forças produtivas e das relações de produção, em seus distintos níveis. Na instância da superestrutura, encontram-se a lei e o estado, compondo o nível jurídico-político, e as ideologias (as ideias religiosas, éticas, filosóficas, políticas, etc.), compondo o nível ideológico. Por esse diagrama, evidencia-se que as ideias, sistematizadas nas ideologias, não se desenvolvem por si mesmas, mas a partir da base de forças e de relações de produção da infraestrutura, e que o fenômeno ideológico surge à maneira de um compêndio de ideias utilizado para servir às relações de dominação das sociedades capitalistas.

De outro lado, há a arqueologia psicanalítica do sentido, em termos da qual se entende que a tarefa da crítica é a de desvelar os processos de produção das significações, isto é, descobrir os véus de opacidade e revelar os mecanismos reais de produção que determinam a configuração do significado. Pressupõe-se, como podemos notar, um fetichismo linguístico, pois, do mesmo modo que as trocas obliteram o processo de produção da mercadoria, os usos linguísticos obliteram a complexa rede de produção dos sentidos¹⁵. Tal como o fetichismo da mercadoria consiste em não se apreender o processo social de determinação do valor dos objetos, o regime de funcionamento da linguagem opera fazendo parecer naturais as significações, que são socialmente constituídas. Desse ponto de vista, a análise crítica deveria funcionar pelo desvelamento do processo de produção. Entre a realidade e a linguagem, a crítica estaria, então, preocupada com a alienação da consciência pela falsa objetividade da aparência: a aparência da realidade como objetividade (lógica do produto) nos impede de enxergar a totalidade dinâmica das relações que estruturam os sentidos através dos quais interpretamos e significamos a realidade (lógica do processo).

Ainda na metade do século XX, a filosofia analítica, especialmente com a semântica formal de G. Frege, o pragmatismo logicista de B. Russell e o paradigma de comunicabilidade de L. Wittgenstein, deu seu primeiro passo retomando o debate acerca da conexão entre linguagem e realidade, relativamente à maneira como a visão lógico-racional da filosofia clássica concebia tal relação, isto é, em termos de objetividade, verificacionalidade e

¹⁵ A respeito da relação entre fetichismo, mercadoria e linguagem, sugiro as seguintes leituras: Jacques Rancière, em *O inconsciente estético* (2009); Slavoj Žižek, em *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético* (2013), e Vladimir Safatle, em *Cinismo e Falência da Crítica* (2008).

designação. O ponto crucial de distinção entre a abordagem filosófica lógico-racional e a abordagem filosófica analítica consiste, em última instância, no novo lugar que a linguagem assume na reflexão acerca dos problemas da realidade humana: de instrumento secundário na representação do mundo e na produção do conhecimento, tal como definida pela filosofia clássica, a linguagem passa a ser, ela mesma, a própria grandeza transcendental da realidade.

Em resposta ao desejo de plenitude e objetividade na conexão entre linguagem e realidade, como tanto quis a tese do naturalismo linguístico de Platão, em *Sofista*, quando, inclusive, o filósofo argumenta que a ordem fundamental do mundo impõe limites à arbitrariedade da linguagem, L. Wittgenstein, em *Tractatus Logico-Philosophicus*, lança mão da ideia radical de uma isomorfia entre linguagem e realidade (Teoria da Figuração). Para o filósofo austríaco, em sua primeira fase, a relação de afiguração entre nomes e objetos pode ser matematicamente mapeada, de tal modo que, ao determinar o fundamento essencial da linguagem, está-se, logo, alcançando a essência real das coisas no mundo, como explica o próprio filósofo: explicar a natureza das proposições significa que, dada a natureza dos fatos, cuja afiguração é a proposição, dá-se a natureza do ser. O esforço de representação da realidade pela linguagem - representar, aqui, no sentido etimológico de tornar a coisa presente (à consciência) - passa a ser constrangido pela preocupação, cada vez maior, de que a linguagem corre o risco de ser falsa ou ilusória, isto é, definida por uma incompatibilidade lógica entre seus correspondentes ontológicos e a natureza última e verdadeira da realidade.

Houve, mais tarde, um conjunto de transformações no domínio dos estudos da linguagem e do discurso, na segunda metade do século XX, que foi marcado pela ampliação da metáfora saussureana do jogo de diferenças. Diversas abordagens da forma crítica surgiram na área, entre as quais destaco os Estudos da Enunciação, de E. Benveniste; o Dialogismo ou Translinguística, de M. Bakhtin e seu círculo; a Sociolinguística Variacionista, de Labov; a Análise do Discurso, de M. Pêcheux e Mangueneou; a Linguística Sistemico-Funcional, de M. Halliday; a Semântica Argumentativa, de O. Ducrot; a Semiótica Social Crítica, de van Leeuwen e Kress; a Linguística Aplicada Indisciplinar, de A. Pennycook; e a Sociolinguística Crítica, de J. Blommaert.

Da década de 90 para cá, uma versão mais radical de constituição discursiva da realidade adquiriu fôlego com Ernesto Laclau. Antes, a forma crítica sustentava-se na distinção entre a realidade (como propriedades objetivas das coisas) e linguagem (como projeções de significações sobre as coisas). Agora, começou-se a se pensar que não há mais uma fronteira definida entre realidade e linguagem, uma vez que as atividades simbólicas, como formações e ordens discursivas, compõem o terreno primário em que a realidade social se fundamenta como

tal. Levando essa ideia ao limite de sua coerência, poderíamos dizer que a crítica, então, estaria falida. O atestado de óbito seria justificado pelo diagnóstico de ausência do lugar de revelação das operações ideológicas de construção dos sentidos que (re)produzem relações de poder nas sociedades. Tais relações não são mais objeto de revelação de análises ideológicas desmistificadoras, posto que constituem, elas mesmas, a vida social. Portanto, a conclusão mais óbvia a que esse caminho traçado parece apontar é a de que estaríamos diante do esgotamento potencial da crítica: não haveria mais o que desvendar.

Mediante esse diagnóstico, gostaria de convidar o(a) leitor(a) a pensar o seguinte contraponto: e se o discurso pós-ideológico de falência da crítica, de acordo com o qual não há formas de poder a ser desvendadas, for ideológico por excelência? Posso dizer que uma abordagem teórico-analítica que se queira crítica é caracterizada por uma base tripartite. Primeiro, a preocupação com as relações de poder, que envolve atenção às questões de dominação, de exploração e de desigualdade. Segundo, o engajamento com a mudança ou a emancipação social, a que se subjaz um determinado *ontos* de sociedade. Terceiro, o interesse pela contradição enquanto condição de possibilidade da transformação social. O valor do contraditório resgata uma dimensão importante da discussão de M. Horkheimer (1980) acerca das concepções de teoria e de prática: em última instância, a crítica se guia, não pelo interesse em descrever a realidade como ela é, mas pelo desejo de pensar em como ela poderia ser, ao procurar identificar e superar os obstáculos que estão impedindo a efetivação de outras possibilidades de realidade.

Tomando esse tripé como referência, reivindico a pertinência da crítica hoje, não como uma defesa iluminista da verdade e da razão, cujo propósito seria desmascarar a realidade ao ponto de se chegar em sua essência real, mas em termos de um trabalho de explanação e interpretação, tal como se propõe na Análise de Discurso Crítica, compreendendo que a verdade se aproxima da ideia de consistência e legitimidade de um discurso e deve ser encarada do ponto de vista dos argumentos aduzidos para defender determinado ponto de vista. Penso que o mais importante gesto da ADC, que a diferencia das demais vertentes críticas de teorias e de análises discursivas, consiste em mostrar como o trabalho crítico é urgente e necessário no contexto global atual, marcado pela geração de novas formas de poder, controle e dominação em nível ameaçador às democracias, investigando questões da modernidade tardia com atenção especial para a noção de discurso. Logo, não é o caso de se pensar em falência da crítica, mas em seu fortalecimento necessário.

2.2.2 De volta à crítica: por uma análise explanatória e interpretativa do EPM

A ADC¹⁶ tem sua origem histórica situada no final da década de 70, mais especificamente na Grã-Bretanha, quando pesquisadores reuniram-se em vista do desenvolvimento de uma nova forma de abordagem da linguagem no contexto da sociedade, fundando a chamada Linguística Crítica (LC), cujo marco é a publicação do livro *Language and Control* (1979), de Fowler, Kress, Hodge e Trew. Para Fowler (2004, p. 207), a LC pode ser considerada “uma linguística instrumental na linha proposta por Halliday, desenvolvendo uma análise do discurso público criada para se chegar à ideologia”, que estaria codificada implicitamente em proposições enunciativas. Vê-se, pois, claro interesse pela relação entre linguagem, ideologia e poder por parte dos linguistas dessa tradição, que tinha o objetivo de combater representações falsas que, na forma do discurso público, circulavam na vida social. Tratava-se de um modo de fazer crítica, de uma crítica da linguagem:

‘Crítica’ [...] denota reflexão sobre um sistema de constrangimento produzido pelo homem: pressões deformadoras às quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou a raça humana como um todo, sucumbem em seus processos de formação pessoal. [...] A crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim tornar possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação. (CONNERTON, 1976, p. 18).

Essa crítica da linguagem, que se orienta pelas questões de poder e ideologia na forma de controle social e pela transformação, avança nos anos 80 e 90, período de intensas mobilizações socioculturais em todo o mundo, quando o linguista Norman Fairclough¹⁷, da *Lancaster University*, cunhou a expressão Análise de Discurso Crítica no *Journal of Pragmatics* em 1985. Desde então, diversos autores, entre os quais Teun van Dijk, Ruth Wodak e Chouliaraki e Fairclough, têm sistematicamente produzido publicações e pesquisas interdisciplinares em torno de problemas sociais variados, como “racismo, discriminação baseada no sexo, controle e manipulação institucional, violência, identidade nacional, auto-identidade de gênero, exclusão social e mídia” (MAGALHÃES, 2005, p. 03), ultrapassando as fronteiras da LC, especialmente ao aprofundar a relação entre texto e eventos sociais e propor métodos de análises mais detalhadas do discurso.

¹⁶ Conforme explica Magalhães (2005, p. 02), a expressão traduzida para o português brasileiro “análise de discurso crítica”, diferentemente da expressão “análise crítica do discurso”, faz referência, desde já, à tradição dos estudos do discurso no Brasil, consolidada nas décadas de 80 e 90.

¹⁷ Esclareço ao(à) leitor(a) que todas as citações do autor, bem como as de outros autores cujas obras originais referidas neste trabalho estão em língua estrangeira, são traduções minhas.

A ADC compreende-se, hoje, como parte da ciência social crítica e da pesquisa crítica sobre as mudanças na sociedade da modernidade tardia. As mudanças referem-se aos contextos envolvidos nas interações das democracias atuais: “não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e espaço” (GIDDENS, 1997, p. 77). Nessa perspectiva, o que tem sido chamado de “pós-modernidade” por autores como U. Beck, A. Giddens e Lash (1997) e D. Harvey (1992), seria, para a ADC, uma “modernidade tardia” (JAMENSON, 1991; FAIRCLOUGH, 2003b). Os contextos ordinários da vida cotidiana são invadidos pelos sistemas abstratos institucionais e organizacionais da economia e do estado, resultando na relativa autonomia dos indivíduos - pela reflexividade ou “autoconfrontação” (BECK, 1997, p. 17), a partir do enorme acesso a recursos de conhecimento e informação - e, simultaneamente, na dependência em relação a tecnologias de mediação.

Os últimos anos têm sido um período de profundas mudanças em uma escala global, especialmente no âmbito econômico, com a mudança da produção em massa fordista e do consumo de bens para a acumulação flexiva (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), devido às invenções tecnológicas intensivas para a diversificação de produção e o estabelecimento internacional do neoliberalismo. Ao traçar esse perfil geral dos tempos em que vivemos hoje, um aspecto crucial das transformações sociais é sublinhado por Fairclough (2003b, p. 203), qual seja, a linguagem: “não se pode entender as transformações sociais sem pensar a linguagem”. Fairclough (2003, p. 188) chama atenção, portanto, para como a “semiose da vida social” é importante na reestruturação do capitalismo e na sua reorganização em escala global.

Um exemplo que evidencia isso é o fato de que, sendo a economia hoje baseada na informação, os discursos midiáticos que constroem e alardeiam as narrativas de crise em torno de escândalos políticos afetam práticas relacionadas a investimentos financeiros no país, como as movimentações nas bolsas de valores. A título de ilustração, lembremos que, em dezembro de 2015, quando o deputado federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, aceitou oficialmente o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o mercado financeiro disparou nos números, especialmente pelo avanço das ações da Petrobrás (o governo é o principal acionista da *commodity* de petróleo) e dos bancos no Brasil. O Itaú teve valorização de 8,30% e o Bradesco, de 6,96%; o Banco do Brasil avançou em 8,76%, ao

mesmo tempo em que o Santander, em 6,85%¹⁸. Nesse contexto, o nome de Henrique Meirelles já repercutia no mercado, sendo logo levado a assumir a posição líder no Ministério da Fazenda quando o vice-presidente Temer assumiu o governo interinamente, a fim de viabilizar o mais rapidamente possível um pacote de reformas antipopulares, como a Reforma do Trabalho e a Reforma da Previdência Social.

Interessada, portanto, em discutir a linguagem do ponto de vista da estrutura social e das questões de poder, a ADC desenvolve uma abordagem linguística i) multidimensional, em virtude de o discurso ser pensado em relação a propriedades textuais e práticas, eventos e conjunturas sociais mais amplas; ii) multifuncional, pois deseja viabilizar uma investigação do discurso como constituinte e constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença; iii) histórica, uma vez que se preocupa com “os processos articulatórios de construção de textos e, a longo prazo, de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 26); e iv) crítica, porque quer identificar e discutir os “momentos de crise” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 281), entendidos como instantes de contradição nas relações e práticas sociais, o que abre caminho à transformação da realidade. Com esse perfil, a ADC promove, em diversas linhas de investigação discursiva, análises do modo como a linguagem, enquanto semiose da vida social, “representa, reproduz ou combate” abusos de poder, dominação e desigualdades (van DIJK, 2008, p. 114).

Ao propor uma orientação crítica ao método qualitativo de análise que fornece, a ADC, especialmente quanto às discussões de Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), dispõe uma abordagem teórico-metodológica do discurso fundamentada em alguns princípios do movimento filosófico britânico conhecido como Realismo Crítico (RC), particularmente em Bhaskar (1975, 1989) e Fairclough, Jessop e Sayer (2002), em virtude dos quais delinea uma forma de crítica em escopo específico, a que devo me referir como análise explanatória e interpretativa.

Propondo uma forma de subverter o caráter prescritivo da metodologia tradicional, o RC compreende que os fenômenos sob investigação das ciências existem independentemente da ação e do pensamento humanos, de modo que o conhecimento científico só pode ser gerado a partir da observação de fenômenos empíricos. Essa premissa se refere à ideia de que qualquer teoria do conhecimento pressupõe aquilo que o mundo deve ser para que o conhecimento seja possível: “que propriedades as sociedades possuem que podem torná-las objetos de

¹⁸ “Bolsa dispara após Cunha acatar pedido de impeachment contra Dilma”, Folha de São Paulo, 04 dez. 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1714417-bolsa-dispara-e-dolar-cai-apos-abertura-do-processo-de-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

conhecimento possíveis?" (BHASKAR, 1989, p. 31). Trata-se, assim, sempre de proposições acerca do ser, não da existência em si das coisas no mundo.

Ao contrário do que um leitor apressado poderia supor, o RC não considera a realidade social como entidade inteiramente objetivável, imutável e dotada de uma positividade literal e última, à qual se poderia acessar plenamente através do esforço da razão científica. Diferentemente disso, uma vez situada na tradição do materialismo histórico, em oposição ao positivismo científico, Bhaskhar (1989, p. 04) esclarece que é a sociedade quem “provê meios, instrumentos, regras e recursos para tudo o que fazemos”, de tal modo que a realidade social está mais para um conjunto de práticas inter-relacionadas, que os indivíduos sempre pressupõem em suas atividades, e, ao fazê-las, reproduzem ou transformam-na, não a criam à maneira de um *fiat* soberano.

Considerando que a estrutura social (a sociedade) é prévia à atividade (a ação social), pois uma pessoa simplesmente não funda a sociedade como tal, mas age criativamente sob determinadas condições e com recursos disponíveis em determinados tempo e espaço, o que implica o caráter recursivo da vida social, o RC compreende que estrutura e ação possuem então uma relação transformacional e assimétrica, que se dá temporalmente, isto é, historicamente: a ação é possibilitada pelas condições sincrônicas da estrutura, seus recursos e constrangimentos, ao passo que a estrutura resulta dos movimentos de intervenção (reprodução e transformação) de ações ao longo do tempo. Para Bhaskar (1989), essa perspectiva evita os erros da reificação e do voluntarismo, pois a sociedade não existe independentemente da ação humana, mas também não é produto imediato dela. Assim definida a relação entre estrutura e ação, o realismo de Bhaskar e Callinicos (2003, p. 98) apresenta uma ontologia da realidade como sendo “estratificada, estruturada e mutável”, ou seja, constituída por distintos domínios (o real, o actual e o empírico) e por estratos e substratos organizacionais (físico, químico, biológico e semiótico, entre outros), que operam simultaneamente a partir de mecanismos gerativos (poderes causais).

O domínio do real ou potencial abrange tudo o que existe, considerando a natureza (ao mesmo tempo, de possibilidades e de constrangimentos) das estruturas que compõem a tessitura da realidade social. Segundo Sayer (2000, p. 09), o real consiste no que quer que exista, natural ou social, “independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza”. O real está, portanto, para o domínio das estruturas, dos objetos e dos poderes, isto é, dos mecanismos gerativos e de seus poderes causais. O domínio do actual ou realizado, por sua vez, engloba o que acontece, através da realização ou efetivação dos poderes e seus efeitos causais. Como esclarece Sayer (2000, p. 10), o actual

refere-se ao que acontece “se e quando estes poderes são ativados”, situando-se entre a instância social mais abstrata (a estrutura) e a instância social mais concreta e particular (a ação). O domínio do empírico, por fim, diz respeito ao que conhecemos, às nossas experiências. Observemos que o potencial e o realizado são categorias de ordem ontológica, pois se referem a estruturas e a tudo o que acontece, enquanto o empírico é uma categoria de ordem epistemológica, pois trata da observação dos eventos pelos seus efeitos causais.

De acordo com essa disposição estratificada da realidade social, concebo o EPM como evento, que se dá no domínio do realizado, tendo sua relação instanciada com os domínios do real e do empírico. Para ilustrar melhor essa localização do EPM na realidade social estratificada, lembremos um caso que mencionei anteriormente. Em outubro de 2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) denunciou o presidente Michel Temer por obstrução da justiça no caso da Operação Lava Jato e por organização criminosa, envolvendo o ex-deputado Eduardo Cunha, responsável pelo prosseguimento do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Era já a segunda denúncia contra Temer levada ao plenário da Câmara dos Deputados; a primeira, em agosto do mesmo ano, girava em torno da acusação de corrupção passiva. Ambas as denúncias foram derrubadas na casa legislativa e não obtiveram apelo popular substancial. Notemos que a transformação da denúncia de transgressão em um caso propriamente dito de escândalo político, conforme a caracterização básica do EPM vista na subseção 2.1, só existe no plano do potencial, considerando o conjunto de leis, normas e valores de conduta de nosso país, pois pode não se concretizar no plano do realizado. Uma análise crítica realista do EPM deve, assim, explicar o evento situado na realidade social analisando o que acontece, mas também reconhecendo as possibilidades de outras conjunturas. Se a denúncia da prática ilícita implicar a emergência de um escândalo ou não, a compreensão do que ocorreu no fim das contas consiste numa experiência de ordem explanatória, isto é, de observação e explicação do evento através das causas, pois só é possível analisar o realizado retroativamente mediante seus efeitos.

Ao lançar mão da distinção entre os domínios ontológicos do potencial e do realizado, estou argumentando que o advento do EPM é contingencial, pois não há nada que o determine necessariamente, e que a sua relação com a estrutura social não se faz pelo acesso direto à totalidade do domínio do potencial, mas por mediação e a partir de efeitos causais, mediação esta que se dá pelas práticas discursivas midiáticas de constituição do evento. Quando, por sua vez, distingo ambos os domínios do potencial e do realizado do domínio do empírico, estou esclarecendo que minha análise explanatória é também interpretativa, pois não reivindica o conhecimento absoluto do evento, posto que não sou consciente de sua totalidade,

e não tem a pretensão de descoberta da verdade última e absoluta, pois o que ofereço é uma leitura balizada cientificamente, ou melhor, uma interpretação possível do EPM com base em uma experiência de análise científica realista.

Veja, leitor(a), que é próprio de um escândalo o complexo jogo de ocultações e segredos, não se devendo reduzir o evento ao conhecimento que um(a) cientista constrói a propósito dele, incorrendo em uma falácia epistêmica (BHASKAR, 1975). Os objetos sociais não correspondem ao “espectro de nossos sentidos, sendo idêntico àquilo que experimentamos” (SAYER, 2000, p. 09), uma vez que nossa capacidade de empiria não consegue esgotar o que existe ou o que poderia existir. Assim, não estamos em presença de todos os acontecimentos que criam o EPM, só temos os efeitos gerados a partir da articulação das práticas discursivas midiáticas que o informam. Trata-se, portanto, sempre de mediação, e de mediação operacionalizada textualmente, seja pelos *media*, que noticiam o evento, seja por esta tese, que o explana e interpreta de determinado modo.

Mediante esse quadro geral, o(a) leitor(a) já não se engana com os termos “mecanismo”, “efeito” e “causa”, utilizados pelo RC. Embora possam, à primeira vista, pressupor a ideia de uma lei determinista de causalidade mecânica, de previsibilidade ou de regularidade necessária, esses termos são apropriados na crítica explanatória e interpretativa para definir o modo de funcionamento dinâmico, aberto e irreduzível da realidade social. Mais especificamente, o RC entende que a realidade é governada por mecanismos operacionais, também referidos como poderes gerativos, pois causam efeitos, isto é, mudanças e intervenções na vida. As dimensões e os níveis da vida (social e natural, em sua interseção) têm suas próprias estruturas particulares, que geram, de forma complexa e imprevisível, efeitos através de seus mecanismos de funcionamento. Minha análise, nesta perspectiva, mostra empiricamente que os mecanismos linguístico-textuais empregados nas práticas discursivas midiáticas de constituição do “Petrolão” - por exemplo, o encadeamento de gêneros, a referência a atividades de transgressão e os relatos de vozes dos atores sociais - geram efeitos, os quais podem ser compreendidos, conforme argumento nesta tese, como luta hegemônica, reprodução ou transformação ideológica de relações de poder e antagonização de sujeitos e interações sociais.

Lançando mão da crítica realista do RC, a ADC propõe um avanço do trabalho analítico da descrição à explicação (CANDLIN, 1987; MAGALHÃES, 1986). Partindo da compreensão de que a relação entre linguagem e realidade é um processo ativo, transformacional e reflexivo, tal como concebe a ADC, a tarefa crítica da minha pesquisa consiste no esforço de exame das práticas discursivas midiáticas que constituem o “Petrolão” com base nas atividades de explanação e de interpretação, pois meu discurso científico descreve

e explica propriedades empíricas específicas dos textos analisados a partir de um enquadre teórico-metodológico com base no qual desenvolvo uma leitura possível (não a única possível) do EPM.

Uma vez apresentada a crítica realista da ADC, via RC, pela qual concebo a relação interativa e transformacional entre linguagem e realidade, localizando o EPM “Petrolão” no estrato do realizado, passo, a seguir, a delimitar o escândalo como evento social. Inspirado nos princípios do RC de estratificação da realidade, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) delimitam a ontologia da vida social por meio dos conceitos de estrutura, conjuntura, prática e evento, a partir dos quais apresentam uma compreensão da vida social como sistema aberto e mediado.

A estrutura social consiste nas condições históricas de fundação ou de instituição da vida social, compondo-se pela totalidade das redes de práticas. A conjuntura faz referência a uma configuração específica da rede de práticas que constitui a estrutura, podendo ser mais ou menos complexa, a depender do número e do alcance das práticas que relaciona em determinado momento histórico. A prática social, conceito formulado a partir das reflexões de Harvey (1992) e de Laclau e Mouffe (1987) sobre as condições pós-modernas da vida social, diz respeito aos modos habituais, relacionados a condições espaço-temporais específicas, em que os sujeitos “aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). O evento, por fim, é uma atualização de possibilidades estruturais, um acontecimento particular, situado social e historicamente, que envolve sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos. Nesses termos, esta pesquisa parte da definição do “Petrolão” como evento social, isto é, um acontecimento real na sociedade, situado no tempo e no espaço, envolvendo ações de distintos sujeitos, podendo ser identificado segundo as características que elenquei na subseção 2.1. Como evento, o EPM se realiza no interior de uma dada conjuntura social, envolvendo uma rede de práticas sociais configuradas de determinado modo (como práticas midiáticas, políticas e jurídicas), que são constituintes da estrutura social brasileira.

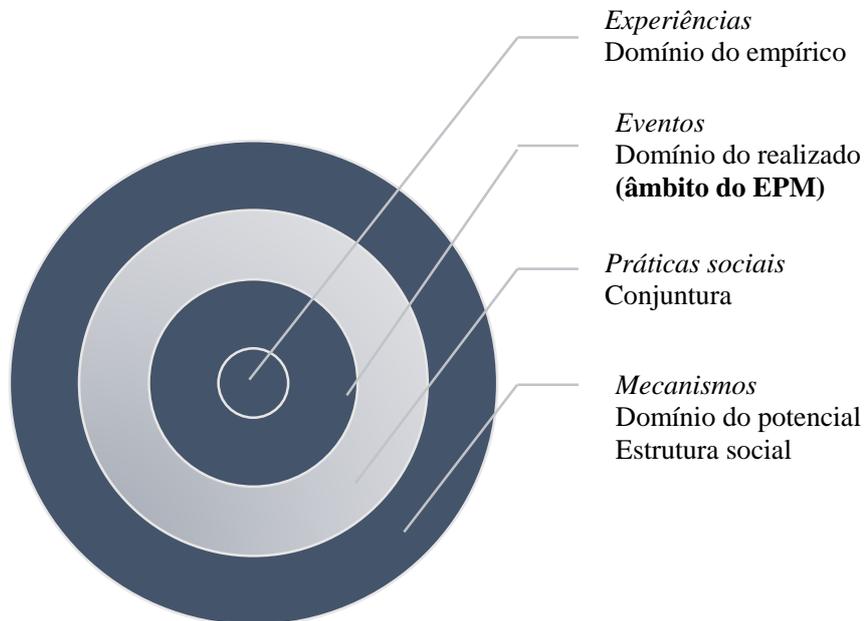
Como podemos observar, a instanciação entre estruturas e eventos não é, de forma alguma, predeterminada ou necessária, mas dinâmica e dialética, uma vez que é constituída por “redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24). Considero um grande avanço da ADC quanto ao RC o foco sobre as práticas sociais: entre a estrutura (domínio do potencial) e o evento (domínio do realizado), há a conjuntura em que se articulam práticas sociais. A estrutura social (o sistema político, por exemplo) condiciona relativamente as possibilidades de realizações em práticas sociais (como as práticas da imprensa

durante o período de eleições), que, por sua vez, intervêm em eventos (como escândalos políticos). Em contrapartida, ao atuarem nos eventos que acontecem, sujeitos, grupos sociais e instituições podem, em um movimento dialético, rearticular práticas e, com o tempo e sob determinados efeitos, transformarem, em alguma medida, estruturas e conjunturas sociais. O fato de o escândalo do “Petrolão” ter contribuído para o *impeachment* de Dilma em 2016 provocou, historicamente, outros movimentos de mudança nos modos de organização estrutural e funcional da sociedade brasileira, por exemplo, quanto à aprovação da Reforma Trabalhista por parte do novo governo, que mudou o sistema mesmo das relações de produção, como a definição da jornada de trabalho e o plano de cargos e salários.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Ao fim da subseção 2.2, é possível compreender que, ao partir do princípio de que a relação entre linguagem e realidade é, conforme a crítica explanatória e interpretativa da ADC, baseada em princípios do RC, um processo transformacional e histórico de interação - caracterizado por ser ativo, pois a linguagem constitui aspectos da realidade e nela intervém, e reflexivo, pois pressupõe movimentos de recursividade entre ação e estruturas -, o EPM é delimitado, nesta pesquisa, como evento, isto é, acontecimento social que envolve ações de sujeitos em determinados tempo e espaço, devendo ser situado no domínio do realizado, mantendo relação com os demais domínios da realidade social estratificada e instanciada:

Figura 1 – Delimitação do EPM como evento social



Fonte: Elaborado pela autora

Dada a delimitação do EPM como evento social, direciono o(a) leitor(a) para a compreensão da sua natureza propriamente dita, isto é, sua textura. Assim, dedico-me a definir, nas próximas páginas, os principais aspectos da sua textura midiática e simbólica.

2.3 A TEXTURA MIDIÁTICA E SIMBÓLICA DO EPM

A palavra “escândalo”, etimologicamente, possui um rastro de simbologia que remonta ao início do pensamento judaico-cristão. Conforme Thompson (2002) indica, a expressão, provavelmente, deriva da raiz indo-germânica *skand*, que significa pular ou saltar. Na Grécia Antiga, a palavra, que se modificou para *skandalon*, passou a ser empregada metaforicamente para significar “uma armadilha, um obstáculo ou uma causa de deslize moral”¹⁹. Segundo Rodinson (1970), especialista em islamismo e cultura árabe, o primeiro registro com esse sentido ocorreu na versão grega do Antigo Testamento (*Septuaginta*), para indicar uma espécie de teste de fé. Mais tarde, por volta do século XI, quando a expressão latina

¹⁹ Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/scandal>>. Acesso: 13 abr. 2017.

scandalum difundiu-se em várias culturas, o significado de teste de fé foi atenuado, prevalecendo questões de cunho moral.

É o caso da antiga expressão francesa *escandre*, que significava tanto escândalo quanto calúnia, dando origem, depois, ao termo inglês *slander*, que quer dizer difamação. Nos séculos XVI e XVII, a palavra “escândalo” apareceu em outras línguas, como em inglês (*scandal*), em espanhol (*escándalo*), em italiano (*scandalo*) e em português. Inicialmente, o termo foi usado em basicamente dois sentidos, como esclarece Thompson (2002, p. 39). Primeiro, em contextos religiosos, para se reportar ao comportamento reprovável de uma pessoa que tentou descreditar a religião e para se referir a algo que prejudicou a fé religiosa ou a crença. A palavra, especialmente na segunda conotação, manteve o sentido de escândalo conforme o grego original *skandalon*, isto é, tropeço ou queda moral. Segundo, em contextos sociais, para se referir a ações ou a falas que violassem o senso de decência, fossem difamatórias ou ignominiosas.

Há estreita relação entre *scandal* (de *scandalum*, deslize moral e causa de ofensa) e *slander*. Enquanto no primeiro caso, em contextos religiosos, o escândalo implicava a relação de um ou mais indivíduos com uma doutrina religiosa ou um sistema de crenças, no segundo caso, acrescentou-se mais um aspecto à expressão: escândalo, a partir desse momento, passava a ser empregado também quanto a determinados tipos de relações entre indivíduos, entre aquele(s) cujas palavras difamavam e aquele(s) que era(m) difamado(s). Aqui, evidencia-se a dimensão simbólica do evento, que discuto a seguir.

Os escândalos possuem textura simbólica, por isso mesmo podem ser entendidos como lutas travadas em que gêneros, discursos e estilos são constituídos através do emprego de formas simbólicas (THOMPSON, 2002, p. 170), que dizem respeito a “ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças”. No EPM, as formas simbólicas são empregadas de distintas maneiras pelos *media*, o que nos exige o esforço de pensar criticamente o tipo de interação que a mídia implica, isto é, sua textura.

As experiências do cotidiano sentem constantemente “o deslocamento e a reapropriação de especialidades” (GIDDENS, 1997, p. 77), em virtude das quais os indivíduos têm suas vidas influenciadas, de maneira profunda e pouco controlada, por sistemas abstratos. As pessoas (re)orientam questões muito particulares de suas existências por sistemas de especialidades (de organização e, até certo ponto, de controle), por exemplo informando-se em jornais e revistas sobre questões que vão desde a sua intimidade a confrontos globais entre países. Tudo isso aponta para um novo tipo de experiência, a experiência midiática, que tem

“profundas implicações para o exercício do poder e também para as oportunidades de participação pública na vida política” (SILVERSTONE, 2002, p. 264).

Atualmente, não apenas as comunidades locais, mas a intimidade e a subjetividade tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço (GIDDENS, 1997, p. 77). Os contextos ordinários da vida cotidiana são invadidos pelos sistemas abstratos institucionais e organizacionais da economia e do estado, resultando i) na relativa autonomia dos indivíduos pela “autoconfrontação” (BECK, 1997, p. 17), a partir do enorme acesso a recursos de conhecimento e informação, e ii) na sua dependência em relação a tecnologias de mediação. Nesse processo de mediação da vida social - ou de mediação, como argumento, uma vez que a experiência da mediação é cada vez mais definida por tecnologias de mídia - os sentidos dos acontecimentos dependem dos recursos simbólicos empregados, de modo que devemos nos preocupar com o que e como as indústrias de mídia (in)formam os sujeitos.

Nessa perspectiva, os EPM's são definidos pela atuação dos *media* na vida social. O debate atual sobre política no Brasil é pautado majoritariamente pelo alardeamento dos casos de escândalos políticos nos noticiários tradicionais e nas redes sociais, dos quais tomamos conhecimento em casa ou no trabalho com uma velocidade tão intensa quanto o modo como somos afetados pelas informações, que têm o enorme potencial de atingir nosso senso de democracia, nossos critérios de escolha dos representantes políticos, nossa postura moral mediante os acontecimentos vergonhosos, indecentes ou criminosos e nossa participação cidadã na esfera pública. Qualquer análise séria do EPM precisa estar atenta à textura simbólica do evento, pois, de distintos modos e em diferentes níveis, essa mediação de significações, como prefiro chamar, ajuda a moldar, a ordenar nossas atitudes e reflexões. Um breve resumo da relação entre imprensa e escândalos no Brasil é revelador do poder da experiência midiática na constituição simbólica do evento.

Com a Revolução de 1930, por meio da Carta Institucional, a comunicação tornou-se um serviço público no Brasil e passou a estar sob o controle do Estado, que reformulou seu organismo de propaganda com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em vista das verbas publicitárias e das concessões governamentais, a imprensa, em geral, integrava o colaboracionismo do Estado, (in)formando uma sociedade centralizada e subordinada, controlada pela ideologia estadonovista. A propósito desse contexto, no segundo governo de Getúlio Vargas veio à tona o primeiro grande escândalo político brasileiro caracterizado pela determinação da experiência midiática. Depois de 1945, em disputas ferozes entre distintos segmentos da imprensa, pró e contra o governo de Vargas - envolvendo, por exemplo, o oficial *Última Hora* e o *Tribuna da Imprensa*, liderado por Carlos Lacerda - houve

diversos pedidos de *impeachment* e de renúncia, fortalecidos pelas narrativas da imprensa hegemônica. Toda essa tensão, que tinha caráter “bastante moralista” (SOBRINHO, 2010, p. 10), deu-se num ambiente de profunda crise econômica e política, culminando no suicídio de Vargas, em meio ao escândalo popularizado pela expressão “Mar de Lamas”. Na segunda metade do século XX, com a aceleração da urbanização e a tecnologização da maioria das regiões do país, a publicidade privada passou a incorporar definitivamente o faturamento de jornais e revistas brasileiras.

Em 1961, a renúncia de Jânio Quadros também foi influenciada pelo jornalismo da época. A imprensa ganhava força na vida pública do país, inclusive com investimentos econômicos dos EUA no setor, aliada à estratégia político-militar em direção ao golpe de 1964, como mostram vídeos, correspondências e escutas telefônicas apresentadas no documentário brasileiro “O dia que durou 21 anos” (2012), dirigido por Camilo Galli Tavares²⁰. Na Ditadura Militar, as restrições aos noticiários e o desenvolvimento econômico do país fortaleceram o perfil empresarial e dito imparcial da imprensa, conforme o modelo norte-americano de jornalismo. À época, como indica Carvalho (1996, p. 05), os jornais deviam servir à “reprodução de propagandas estatais”²¹, de que dependiam as verbas e o fornecimento de subsídios, geralmente estrangeiros.

Após o regime militar, a imprensa já havia conquistado um poderoso posto de atuação na vida política e social do país. Durante o mandato do primeiro presidente eleito pelo voto direto, diversas denúncias de corrupção publicadas pela imprensa, a mesma que o apoiou na eleição, em uma ação conjunta entre diversos veículos de mídia, resultaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. Em 2005, os *media* alardearam o assim popularizado “Mensalão”, dedicando edições em jornais, seções nas folhas diárias, programas e chamadas exclusivas nas tevês ao escândalo, que, em 2013, implicou a condenação de 25 dos 40 réus denunciados pelo Ministério Público Federal no julgamento da Ação Penal 470 do STF²². Em 2016, em um período conturbado, marcado por grave crise política, econômica e institucional, a mídia brasileira mostrou-se absolutamente ativa no cenário da vida pública no país:

²⁰ “O Dia que durou 21 anos” é um documentário dirigido por Camilo Galli Tavares (Cidade do México, 1971), filho do jornalista Flávio Tavares, um dos 15 presos políticos que foram soltos e expulsos do Brasil em troca da libertação do embaixador dos EUA no país, Charles Burke Elbrick, sequestrado por grupos armados em 1969. O filme está disponível no site do Canal Curta!: < https://canalcurta.tv.br/filme/?name=o_dia_que_durou_21_anos_episodio_1>. Acesso em: 20 fev. 2018.

²¹ Houve, inclusive, episódios em que as empresas privadas, diretamente coagidas pela suspensão de negócios com o governo, suspenderam sua própria publicidade (SOARES, 1988).

²² Site oficial do Supremo Tribunal Federal do Brasil, AP-470. Disponível em: < <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalNoticias&idConteudo=214544>>.

diariamente, os jornais impressos e televisivos fomentavam o “Petrolão”, com uma rede de profissionais de plantão em Brasília, especialmente no Planalto da Alvorada, no Palácio do Jaburu e no STF, e no Paraná, onde corria parte das investigações da Lava Jato no âmbito da PF.

Atualmente, o número de escândalos é o maior na história da Nova República. Do Governo de José Sarney, iniciado em 1985, até a primeira metade do mandato presidencial de Dilma Rousseff, em 2012, a revista semanal VEJA, por exemplo, registrou mais de 60 escândalos políticos: no Governo Sarney, constam-se 3 escândalos; no Governo Collor e Itamar, 5; no Governo Fernando Henrique Cardoso, 16; no Governo Lula, 28. A VEJA desenvolveu, durante o “Mensalão”, uma ferramenta online²³ chamada *Rede de Escândalos*, que, através do *design* de linha do tempo, organizava cronologicamente os escândalos brasileiros desde 1987. Também procurando mensurar os casos escandalosos, o jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de São Paulo/UOL*, listou, no sítio *Monitor de Escândalos*²⁴, 93 escândalos desde 2009.

Naturalmente vinculada à textura midiática do EPM, dá-se a experiência simbólica do evento. O poder simbólico é particularmente importante para a definição do escândalo nos termos que proponho nesta pesquisa, porque o foco sobre sua semiose, que concebo como movimentação de significações, desestabiliza os andaimes que sustentam a crença no caráter constativo das práticas discursivas midiáticas, revelando-as, sobretudo, como performativas²⁵. O simbólico remete simultaneamente “à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais” (LACAN, 2005, p. 12). Assim o poder simbólico diz respeito à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2009, p. 23).

O poder simbólico, segundo Bourdieu (1984, p. 114), é utilizado pelos representantes governamentais com a finalidade de “persuadir, de confrontar e de intervir sobre ações e crenças”. Também é amplamente empregado em formas sociais de cultivo de relações de confiança e estima. A análise do “Petrolão” mostra que essa particularidade da experiência simbólica liga-se ao funcionamento dos poderes na nossa democracia. A rede de significações

²³ Atualmente, o link de acesso à Rede de Escândalos, de VEJA, está expirado. O link original é: < <https://veja.abril.com.br/brasil/rede-de-escandalos-retrata-mais-sete-casos/>>.

²⁴ A ferramenta está disponível na plataforma UOL em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/escandalos-no-congresso/>>.

²⁵ Adoto, aqui, a concepção de performatividade de J. Austin (1990), via Rajangopalan (1990, 2010). Assim, entendo que a linguagem é performativa à medida que age sobre o mundo e sobre os outros, havendo uma ética da ação.

construída pelos *media* no escândalo, como veremos nas análises posteriores, liga-se à recente sistematização do receituário de flexibilização de leis trabalhistas, de privatização de serviços públicos, de deslegitimação da intervenção do estado e da financeirização da economia. Sendo assim, compreendo que a pesquisa social crítica sobre escândalos deve reconhecer que é necessário e urgente a ênfase na análise da textura simbólica dos eventos, isto é, no seu movimento de significações, pois se deve conhecer como surgem os significados no EPM, onde e com que consequências.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Ao fim da subseção 2.3, podemos reunir os principais pontos da discussão sobre a textura midiática e simbólica do EPM no quadro sinóptico abaixo. O quadro mostra um conjunto de traços do EPM que evidencia a sua natureza midiática e simbólica, de forma que sua experiência na realidade social deve ser pensada como constituída pelas práticas midiáticas que o (in)formam. Tudo isso aponta, desde já, para a força performativa dos movimentos de significação do evento. Vejamos:

Quadro 3 - A textura midiática e simbólica do EPM

1. O EPM é constituído, parcialmente, pelos veículos de mídia que o noticiam;
2. A atuação dos *media* no EPM implica, historicamente, questões de controle e poder;
3. A mediação do EPM é equivalente à mediação, posto que é dada por práticas midiáticas fundamentalmente;
4. A experiência simbólica do EPM remete à função organizadora e classificadora da linguagem;
5. O EPM é constituído simbolicamente por movimentações de significação;
6. A textura simbólica do EPM é da ordem do performativo, não da ordem do constatativo;

Fonte: Elaborado pela autora

A seção 2 desta tese teve o objetivo de apresentar a base ontológico-epistemológica de concepção e de abordagem do EPM na investigação que empreendo. Debati sobre as características principais do escândalo na subseção 2.1; sobre sua definição como evento na realidade social estratificada e instanciada, segundo a crítica explanatória e interpretativa de que lanço mão, na subseção 2.2; e sobre sua textura simbólica e midiática, como se viu na subseção 2.3. Agora, tendo o(a) leitor(a) ciência desses fundamentos, convido-o(a) a me acompanhar na seção seguinte, em que me dedico a explicar mais amiúde o que tenho chamado, ao longo dos meus anos de estudo sobre o tema, de constituição discursiva e textualmente mediada do EPM.

3 A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO EPM E SUA MEDIAÇÃO TEXTUAL

“A ADC atualmente se refere à abordagem da linguística adotada por estudiosos que tomam o texto como unidade básica do discurso e da comunicação e que se voltam para a análise das relações de luta e conflito social.”

(WODAK, 2001, p. 02)

Nesta seção, apresento as concepções de discurso e de texto das quais esta pesquisa lança mão para definir os contornos do que tenho me referido como constituição discursiva e textualmente mediada do EPM. Como o(a) leitor(a) notará, tais conceitos atravessam questões de poder e são pensados segundo a postura interdisciplinar e crítica que assumo neste trabalho.

No primeiro momento, explano a concepção de discurso a partir de um diálogo que estabeleço entre, de um lado, a Teoria Crítica do Discurso (TCD), especialmente em referência aos trabalhos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (1985, 1989, 2001a, 2001b, 2003), e, de outro lado, a Teoria do Discurso (TD), principalmente em Laclau e Mouffe (1987) e Laclau (1996, 2000, 2008, 2011). Começo por retomar a meada a partir da qual a ADC, como parte da ADTO, amadureceu sua teorização sobre o conceito em foco em aspectos importantes ao longo de distintas fases de sua história. Mediante os avanços desse percurso, abro espaço para algumas considerações acerca do modo particular com que emprego as categorias de articulação, momentos e elementos, extraídas da TD, para expandir a noção de discurso da TCD ao ponto de concebê-lo como prática articulatória de constituição semiótica do EPM.

No segundo momento da seção, onde exploro a concepção de texto e discuto a mediação textual do EPM em termos de ação, de representação e de identificação, nas formas de gênero, discurso e estilo respectivamente, trago à discussão algumas intervenções da Linguística Textual, especialmente na vertente sociocognitiva-interacionista (APOTHÉLOZ, REICHLER-BÉGUELIN, 1995; KOCH e ELIAS, 2006; CAVALCANTE, 2016), já tendo como base o diálogo entre a TCD e a TD. Nesse ponto do debate, devo apontar para a associação que proponho entre a mediação textual do EPM e seus efeitos causais de hegemonia, de ideologia e de antagonismo social, indicando os mecanismos textuais de que me aproprio como categorias para a análise textual detalhada da semiose do “Petrolão”.

3.1 DEFININDO O DISCURSO NO EPM

Uma vez situada na ADC, que fornece aos estudos críticos da linguagem e do discurso uma metodologia qualitativa interpretativa (ver Seção 2), esta pesquisa desenvolve uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO) do “Petrolão”. Conforme esclarece Magalhães (2004, p. 117), a especificidade da ADTO reside em sua aposta na “análise detalhada dos textos como janelas a iluminarem as práticas sociais”. Assim, entende-se a ADC como parte da ADTO. Em seu percurso histórico, a ADTO teve seu ponto de partida, por assim dizer, com a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978, 2004; HALLIDAY e HASAN, 2006), quando surgiu a preocupação em estudar a linguagem de modo instrumental, isto é, como meio para compreender outros fenômenos da vida social, considerando o texto como realização dos componentes funcionais linguísticos. Logo depois, a ADTO ganhou fôlego com a Linguística Crítica (LC), a partir da defesa de que as análises linguísticas devem se esforçar para revelar e explorar as relações entre texto, poder e ideologia (FOWLER et al, 1979). Continuando a LC²⁶, a outra etapa fundamental para a formulação da ADTO foi o desenvolvimento da ADC, cuja atividade crítica considera o texto unidade do discurso e da comunicação, que se integra funcionalmente ao sistema aberto da vida social e representa relações de luta e conflito na realidade (WODAK, 2001), ao mesmo tempo em que age sobre ela através de processos de transformação.

A ADC, para analisar problemas sociais, articula uma teoria do discurso, que, unida a um método, é habilitada para descrever, interpretar e explicar as formas linguísticas em uso nos contextos variados da sociedade com foco sobre mudança e emancipação. Considero que esse trabalho de refinamento da teorização do discurso na ADC passou por dois momentos importantes em sua arqueologia: primeiro, quando se concebeu o discurso como prática social, segundo a teoria social do discurso (TSD); depois, quando se conceituou discurso como momento da prática social, segundo a teoria crítica do discurso (TCD). Nesta subseção, explano a concepção de discurso mobilizada em meu trabalho investigativo, a partir de uma reflexão sobre os pontos de avanço da TSD para a TCD e, mais especialmente, sobre o diálogo que estabeleço entre a TCD e a Teoria do Discurso (TD) (LACLAU e MOUFFE, 1987; LACLAU, 1996, 2000, 2008, 2011).

²⁶ Embora se possa considerar a ADC uma continuidade da LC (WODAK, 2001), Magalhães (2004) nos lembra de que a primeira conquistou avanços em relação à segunda: enquanto a LC propôs um método que se ocupava em analisar um pequeno *corpus* textual, a ADC desenvolveu um método e uma teoria para o estudo do discurso engajados com o debate em torno de complexas questões da realidade contemporânea.

3.1.1 O discurso como prática social

A tradição da análise de discurso crítica orientou-se, inicial e fundamentalmente, pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que trata a linguagem como um sistema aberto, ao compreender que ela mantém relação profunda e indissociável com a experiência humana, à medida que se desenvolve “apenas por meio de sua conexão com o exercício da vivência, com a vida” (HASAN, 1995, p. 186). A partir dos estudos do linguista J. R. Firth, fundador da Escola de Londres, dos trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo B. Bernstein, das influências da Escola de Praga e das reflexões do linguista dinamarquês L. Hjelmslev, M. Halliday, nas décadas de 60 e 70 do século XX, começou a arquitetar um modelo de descrição gramatical de orientação funcional e sistêmica, chamado, inicialmente, em 1978, de Semiótica Social e, anos depois, em 1985, de Gramática Sistêmico-Funcional.

Na década de 80, a LSF desenvolveu uma visão sociossemiótica de sistema, de influência firthiana, segundo a qual um sistema consiste num conjunto de opções de significados que são inter-relacionados, isto é, de escolhas potenciais e paradigmáticas que o falante da língua pode fazer em níveis variados - semântico-discursivo, léxico-gramatical e fonológico-grafológico (MARTIN, 1992) - para construir e comunicar significados, de acordo com determinadas circunstâncias históricas, culturais e sociais. A comunicação passa a ser concebida entre “o sistema de opções, que é a gramática de uma língua, e o falante ou escritor que seleciona dentro desse sistema: não no vácuo, mas a partir de um contexto de fala” (HALLIDAY, 1970, p. 142).

O conceito de uso é fundamental para a visão funcional da língua que a LSF propõe. Assim, numa descrição funcional, estrutural e interacionista, a linguagem deve ser pensada segundo os contextos de uso. Em vista disso, Halliday (1970), com base em B. Malinowski²⁷, definiu o potencial de significado em dois níveis de contexto: cultura e situação. O contexto de cultura está relacionado às formas como diferentes culturas usam a língua, determinando a natureza dos códigos, como “sistemas semânticos de linguagem” (HALLIDAY, 1978, p. 109), com princípios semióticos organizados que orientam as escolhas dos usuários. Mais local que o contexto de cultura, o contexto de situação corresponde ao campo de ação imediato ao evento comunicativo mediado pela linguagem, aos aspectos linguísticos e extralinguísticos que

²⁷ B. Malinowski, nas Ilhas Trobriand, localizadas no Pacífico Sul, desenvolveu um estudo acerca do dialeto falado pelos nativos da região de Kiriwinian. Dada a dificuldade de traduzir seus textos para o inglês, o antropólogo, e também linguista, tecia extensos comentários a fim de explicar e situar o texto em seu ambiente de uso, cunhando, assim, em 1923, as expressões, mais tarde apropriadas por M. Halliday, “contexto situacional” e “contexto de cultura”.

englobam um sistema semântico particular ou subsistemas. O contexto de situação tem ainda sua configuração estruturada em três elementos que determinam as escolhas linguísticas, criadoras de significados: campo (*field*), relação (*tenor*) e modo (*mode*).

O campo refere-se ao tipo de prática social, ao que se realiza, e está relacionado à função ideacional ou experiencial da língua, representada pelo sistema de Transitividade, que diz respeito às maneiras como representamos experiências no mundo. A relação, por sua vez, diz respeito às ligações intersubjetivas dos participantes no processo comunicativo, envolvendo os sujeitos e seus papéis na interação. Associa-se, assim, à metafunção interpessoal da língua, representada pelo sistema de Modo, que está direcionado para como nós (nos) expressamos (nas) relações pessoais e sociais. Por fim, o modo corresponde ao papel que a linguagem assume na interação e à forma como o texto está organizado numa certa situação comunicativa, vinculando-se à metafunção textual, realizada por meio do sistema de Tema e Rema. Vejamos a disposição das funções, quanto aos elementos do contexto e aos sistemas de representação linguística:

Quadro 4 - Relação entre elementos do contexto, metafunções da linguagem e sistemas de representação

Elementos do contexto	Metafunções da linguagem	Sistemas de representação
Campo Relação Modo	Ideacional Interpessoal Textual	Transitividade Modo Tema e Rema

Fonte: Elaborado pela autora

A atuação da linguagem na realidade social dá-se através das metafunções linguísticas. A função ideacional consiste na capacidade da linguagem de representar os processos que denotam a realidade, algum evento, ação, estado ou outro fenômeno (HALLIDAY e HASAN, 2006). A metafunção interpessoal envolve o poder da linguagem de estabelecer diferentes tipos de trocas e relações entre os participantes, cujos papéis são contraídos na ocasião da interação. Organizando as duas funções, a metafunção textual diz respeito à “organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma, quanto na sua relação com o contexto” (NEVES, 1997, p. 14).

Essa abordagem sistêmico-funcional da linguagem, que traz à evidência a análise textual instrumental, isto é, uma forma de estudar outros fenômenos por meio da linguagem e da sua realização textual, é reapropriada por Fairclough (2001a), em *Discurso e mudança social*, ao estabelecer a chamada Teoria Social do Discurso (TSD). O linguista subdivide a

macrofunção interpessoal em duas outras funções: a função identitária, concernente aos modos como as identidades são estabelecidas nos discursos, e a função relacional, que se refere a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 92). A pertinência da alteração justifica-se pela razão de que, segundo o linguista, as macrofunções da LSF ainda não contemplam um importante aspecto do que ele e outros teóricos vêm chamando de modernidade tardia: a reflexividade (GIDDENS, 1991, 1997; BOURDIEU, 1990; MOUZELIS, 1990), melhor dizendo, “as representações do que fazemos como parte do que fazemos” (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p. 27). Nessa perspectiva, a reflexividade é pensada dentro da ADTO, primeiro, como matéria prima das lutas sociais, pois

o conhecimento aplicado de forma reflexiva sobre uma prática é um saber posicionado, formado a partir de posições particulares dentro de uma prática ou fora dela (isto é, dentro da prática teórica), ele é tanto recurso quanto espaço para as lutas sociais (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 26).

e, segundo, como aspecto discursivo irreduzível de qualquer prática,

não apenas no sentido de que toda prática envolve o uso da linguagem em algum nível [...], mas também no sentido de que a construção discursiva de práticas é, ela própria, parte dessas práticas (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 26).

Com a recontextualização das macrofunções propostas por Halliday (1991), a ADC faircoughiana passa a trabalhar com quatro funções do discurso, a saber: a ideacional, a identitária, a relacional e a textual. Observemos o exposto no quadro que segue:

Quadro 5 - Recontextualização das macrofunções segundo Fairclough (2001)

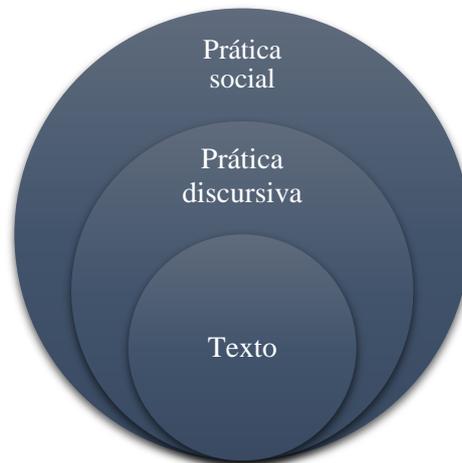
LSF	ADC
Halliday (1991)	Fairclough (1992)
Função ideacional	Função ideacional
Função interpessoal	Função identitária
	Função relacional
Função textual	Função textual

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse primeiro momento, início dos anos 90, o foco está no que torna o discurso equivalente a qualquer outra prática social, com atenção especial para a relação do discurso com questões de ideologia e de hegemonia. Lembrando Fairclough (2001a, p. 94), é o discurso

como “prática política e ideológica” o que interessa verdadeiramente. O que diferenciaria qualquer prática social da especificidade do discurso seria i) o fato de o discurso envolver processos de produção, distribuição e consumo de textos e ii) a ideia de que o texto forma-se em termos de vocabulário, coesão, gramática e estrutura. Assim, discurso foi definido nesse momento como prática social, considerando as especificidades da prática discursiva e do texto: “a prática social (política, ideológica, etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 99). Para o autor, prática social não se opunha à prática discursiva, pois a primeira é uma forma particular desta última. Assim, temos a seguinte figura para ilustrar a concepção de discurso na TSD:

Figura 1 – O discurso como prática social



Fonte: Elaborado pela autora com base em Fairclough (2001a)

3.1.2 O discurso como momento da prática social

A partir de *Discourse in Late Modernity* (1999) e *Analysing Discourse* (2003), Fairclough passa a estabelecer profundos diálogos com teorizações sociológicas de orientação crítica e pós-estruturalista, alterando sua teoria do discurso em pontos importantes. A principal mudança refere-se à concepção mesma de discurso: de prática social para momento da prática social. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) entendem práticas sociais como “modos habituais, situados em determinados tempo e espaço, através dos quais pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem juntas no mundo”. Para os autores, apropriando-se da terminologia do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1992) e da ontologia desconstrucionista do discurso de Laclau e Mouffe (1987), toda e qualquer prática social

articula diferentes elementos da vida social como seus momentos, de forma que cada momento internaliza outros sem haver redução entre eles, em uma relação dialética.

A articulação é toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cujas identidades modificam-se como efeito dessa prática. O complexo conjunto estruturado a que Althusser (1969) fez referência para explicar a ordem social como constituída simbolicamente, em oposição à totalidade hegeliana, é, segundo Laclau e Mouffe (1987), resultante dessa prática articulatória, e, com esse caráter simbólico, isto é, sobredeterminado, define-se como sendo discurso. Os momentos são as posições diferenciais que são articuladas no interior do discurso (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 124), isto é, identidades relacionais que se articulam, formando o próprio discurso. Os elementos, por sua vez, são as diferenças que não são articuladas discursivamente.

A teoria crítica do discurso (TCD) foi assim desenvolvida especialmente pelo estreitamento da ADC com as reflexões do teórico político E. Laclau, argentino que, desde os anos 80, tem inspirado distintas produções intelectuais e diversos movimentos político-culturais, especialmente na América Latina. O autor constrói uma obra que pode ser considerada, simultaneamente, uma ontologia do social, uma teoria geral da política e uma teoria do discurso (TD). Em julho de 1953, em um pronunciamento realizado na conferência de fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise²⁸, J. Lacan (2005, p. 22) afirmou: “trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos muito especificamente organizados na linguagem, que por conseguinte funcionam a partir desse equivalente do significante e do significado”, o que equivale à estrutura da linguagem, configurando, preliminarmente, aquilo que, a partir do lançamento de *Hegemony and socialist strategy* (1985), de E. Laclau, em co-autoria com C. Mouffe, tornar-se-ia o epítome da Teoria do Discurso (TD). Estou me referindo ao modo particular como os dois intelectuais, em torno dos quais se formou uma rede de pesquisadores comumente referida como Escola de Essex, concebem e situam o papel ontológico primário da linguagem.

Com eles, não caberia pensar em um tipo de reducionismo que estabelece uma identificação entre o campo geral da objetividade e a língua(gem) enquanto objeto constituído no domínio particular da ciência linguística. O que Laclau e Mouffe procuram fazer é explorar algumas categorias cuja validade excede a área em que foram originalmente formuladas. Nessa direção, Laclau radicaliza o formalismo linguístico, de acordo com a tradição pós-saussureana,

²⁸ O simbólico, o imaginário e o real, discurso pronunciado por Jacques Lacan, em julho de 1953, na fundação da *Société Française de Psychanalyse*. Publicado em *Papéis*, n. 4, abril/1996. Tradução de Maria Sara Gomes Sílvia Mangaravite. Fonte: < <http://psicoanalisis.org/lacan/rsi-53.htm>>.

para expandir as lógicas de combinação e de substituição do sistema linguístico, ao ponto de fazer compreender o relacionismo da linguagem como a lógica geral de fundação da sociedade. A primeira e principal implicação da ontologia social do discurso preconizada pelo teórico é a negação de qualquer essencialismo na definição da realidade social. Conforme aponta Derrida (1978, p. 280), dada a ausência de um centro ou de uma origem, tudo passou a ser discurso: discurso consiste em um “sistema em que o significado central, o significado original ou transcendental, nunca está absolutamente presente para além de um sistema de diferenças”. Laclau compromete-se a conceber a sociedade a partir da lógica relacional da linguagem, que configura um tipo de “gramática da objetividade” (LACLAU, 2011, p. 102), com base nas categorias de articulação, momento, elemento e discurso, já comentadas mais acima.

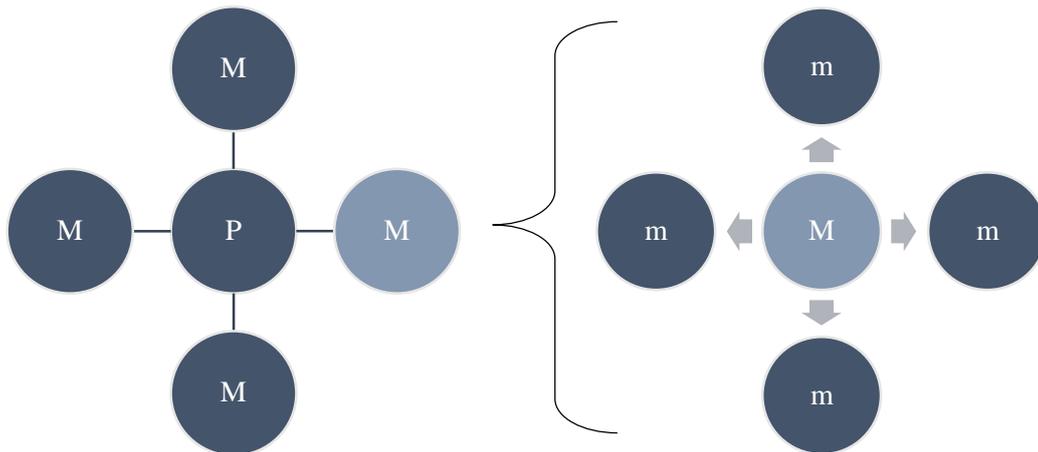
Para compreendermos bem em que consiste o campo da discursividade nesses termos, gostaria de pensar com o(a) leitor(a) o conceito de formação discursiva. Uma formação discursiva, como caracteriza Foucault (1997b), não se unifica em virtude de um objeto comum, de um estilo comum de produção de enunciados, de uma constância de conceitos ou de uma permanência de certo tema, mas em virtude de uma regularidade na dispersão. A dispersão é, enfim, o próprio princípio da unidade, na medida em que ela é “governada por regras de formação, pelas complexas condições de existência dos elementos” (FOUCAULT, 1997b, p. 43). Assim, a formação discursiva é concebida, em termos de dispersão e de regularidade, como conjunto de posições diferenciais. As práticas discursivas estão radicadas nesse conjunto de posições de diferença, de modo que todo elemento, ao ser reduzido a um momento da prática articulada, ocupa uma posição diferencial no discurso.

A partir dessa compreensão geral do discurso segundo a TD, a TCD propôs uma concepção de discurso como um dos momentos da prática social, isto é, o discurso é o aspecto semiótico da prática social, figurando-se de dois modos possíveis: práticas são em parte discursivas (por exemplo, o aspecto discursivo das práticas midiáticas na forma do gênero textual da notícia), mas elas são também discursivamente representadas (por exemplo, o próprio modo como as práticas de jornalismo são representadas, caracterizadas ou julgadas). Assim, Fairclough define discurso como o momento semiótico de uma prática social que se relaciona dialeticamente a outros momentos. A TCD parte da ideia de que uma prática particular envolve a configuração de diferentes elementos da vida social, que são reunidos como momentos da prática, sendo cada momento visto como internalizando outros de forma irreduzível.

A lógica da articulação não se refere apenas à prática social, mas também ao próprio momento do discurso. O momento discursivo de uma prática, como afirma Resende (2008, p. 195), é “o resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros,

discursos, estilos), articulados com relativa permanência como momentos (m) do Momento (M) do discurso”. Vejamos isso de modo esquemático:

Figura 2 – O discurso como momento da prática social



Fonte: Elaborado pela autora com base em Resende (2008, p. 194)

As implicações mais imediatas da nova teorização do discurso como momento da prática social são i) nem toda interação social é discursiva, isto é, envolve propriedades do discurso (linguagem falada e escrita, comunicação não-verbal e imagens), evidência esta que corrige o erro anterior da TSD de enfatizar demasiadamente o discurso, tomando-o equivalente à prática social, e não parte dela; e ii) a interação discursiva é ação conjunta, é coprodução, de tal forma que depende de recursos (estruturas) sociais relativamente permanentes, o que reforça a preocupação de toda análise crítica com a dialética entre estrutura, conjuntura e eventos.

A forma com que a TCD desenvolve a concepção de discurso, especialmente a partir de seu estreitamento com o pensamento laclauiano, coloca em pauta no nosso presente debate duas problemáticas bastante caras aos estudos críticos da linguagem e do discurso. É precisamente nesse ponto onde a TCD, da tradição crítica realista, diferencia-se da TD, de tradição desconstrucionista e pós-estruturalista:

Entretanto, nós também temos certos problemas com essa teoria [a teoria do discurso de Laclau e Mouffe], particularmente quanto à sua insistência sobre a abertura incondicional do social e o abandono da distinção discursivo e não-discursivo, ambos relacionados com o modo como eles usam o conceito de ‘discurso’ (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 124).

A fim de evitar passar desatentadamente por um possível ponto de contradição no arranjo teórico-conceitual desta pesquisa e para não perder a oportunidade de poder contribuir para o aprofundamento da concepção crítica de discurso atualmente empregada na ADC, devo esclarecer o meu posicionamento neste entremeio entre a concepção de discurso da TD (Teoria do Discurso, de Laclau) e da TCD (Teoria Crítica do Discurso, na vertente de Fairclough), quanto a duas questões fundamentais, apontadas na citação anterior, ambas girando em torno da expansão e da radicalização da lógica do discurso para o social.

3.1.3 O discurso como prática articulatória discursiva

3.1.3.1 O discurso e a vida social aberta

A primeira questão que decorre da expansão e da radicalização da lógica do discurso é a abertura da vida social. Em sua crítica à tese de Laclau segundo a qual a sociedade não existe, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 124) afirmam que não se deve pensar a abertura da realidade social como sendo incondicional, pois “poderíamos dizer que o grau e a forma das contingências sociais dependem de como pessoas e práticas são localizadas na estrutura”. Em outras palavras, a estrutura (nas formas de classes sociais, raça, gênero e língua, por exemplo) afetam as contingências da vida social. Em subseções anteriores, deixei claro ao(à) leitor(a) o modo como concebo a estrutura da realidade social com base na crítica realista e, conseqüentemente, como delimito o EPM em seu interior, a propósito de uma crítica explanatória e interpretativa. Assim, em acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), prefiro pensar a abertura da vida social em termos de dialética, em que estrutura, conjuntura, práticas e eventos são mutuamente afetados sob condições de constrangimento e de possibilidades, a pensá-la em termos de um transcendentalismo discursivo-contingencial, como propõem Laclau e Mouffe (1987).

Entendo que a atividade crítica, como a que tento realizar nesta pesquisa, pode ser mais ameaçadora a formas de assimetrias sociais e poderes hegemônicos ao tratar o discurso como intervenção na realidade, pois evidencia não apenas que o discurso é constitutivo da vida social, mas, especialmente, que é coragem para agir com os recursos que se têm em espaços de controle social e jogos de poder. É o caso, por exemplo, da realização desta pesquisa, situada no interior de uma universidade pública que, durante as eleições de 2018, sofreu forte vigília do Ministério Público e teve violados os princípios da liberdade de cátedra e de expressão. Como explica van Dijk (2008, p.43), o exercício do poder “não se limita simplesmente a uma forma

de ação, mas consiste em forma de interação social”. Quando jornais e revistas noticiam escândalos, compreendo que estão participando, através de suas práticas, da histórica e complexa constituição simbólica da sociedade. Ocorre que eles o fazem no interior de uma estrutura social que lhe é anterior, reproduzindo ou transformando aspectos relacionados às formas de vida social. Há, assim penso, uma mediação entre o social e o discurso, não um curto-circuito, pois essa mediação é sempre histórica, transformacional e reflexiva. Por exemplo, as condições econômicas e os recursos de tecnologia influenciam o potencial de certos veículos de mídia circularem mais massivamente em distintos contextos, do mesmo modo condições materiais de vida relacionadas a letramentos e formas de acesso a noticiários por parte dos cidadãos afetam a maneira como as narrativas dos *media* são consumidas na sociedade. Por isso, argumento a favor da necessidade de se considerarem os espaços das conjunturas e das práticas na sociedade em quaisquer reflexões sobre o discurso.

3.1.3.2 O que é discursivo e o que não é discursivo

A segunda questão é a distinção entre o que é discursivo e o que não o é. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), Laclau e Mouffe abandonam a distinção entre o discursivo e o não-discursivo a partir de dois argumentos. Primeiro, o de que o discurso representa a natureza contingencial do social; segundo, o de que tudo é discurso, no sentido de que a linguagem não significa aspectos da realidade fora de formações discursivas. Rejeitando o primeiro argumento, conforme explanamos nos parágrafos anteriores, os linguistas concordam parcialmente com o segundo. Embora compartilhem da ideia de que a realidade é significada pelo discurso como semiose da vida social, acreditam que há a necessidade de se manter a distinção entre “estrutura *versus* o que chamamos de conjunturas (o domínio das contingências) e discurso (como semiose) *versus* outros elementos do social, como ações físicas” (CHOULIARAKI e FARICLOUGH, 1999, p. 126).

Nesse caso, gostaria de esclarecer ao(à) leitor(a) o sentido preciso em que concebo o discurso nesta pesquisa a partir de uma apropriação da concepção de discurso da TCD que traz à evidência uma característica dele encontrada na análise do EPM. Eu concebo o discurso como um aspecto do EPM, em outras palavras, considero o discurso um momento da prática social midiática que informa o evento, sendo ele mesmo uma configuração de recursos semiótico-textuais nas formas de gênero, discurso e estilo, em conformidade com a TCD e a ADTO. No entanto, detalho a textura desse aspecto em termos de uma lógica articulatória, apropriando-me parcialmente da Teoria do Discurso, de Laclau. Quero dizer, com isso, que os

resultados trazidos à tona por esta pesquisa indicam que o discurso no EPM realiza um movimento muito particular que os outros momentos da prática midiática não fazem: o momento do discurso opera como um sistema organizador e classificador, que, ao internalizar elementos discursivos e não-discursivos como momentos de sua articulação, cria um sistema de relações que funda e refunda inteligibilidades, ou seja, modos de racionalizar os acontecimentos do escândalo.

Vejamos um exemplo disso. Em maio de 2015, o jornal *Folha de São Paulo*²⁹ publicou uma reportagem em que se apresentava a reprodução de um diálogo entre Sérgio Machado, então presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobrás, e Romero Jucá (MDB), Ministro do Planejamento do governo de Michel Temer (MDB), ocorrida em março de 2015, poucos dias antes da votação pelo *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado Federal. A conversa, amplamente divulgada em muitos jornais e revistas no país, parecia indicar que o *impeachment* da então presidenta era parte de um suposto acordo entre o governo e outros partidos e órgãos, inclusive com menção ao STF, para barrar as investigações da Operação Lava Jato. De um lado, a *Carta Capital*³⁰, selecionando determinados momentos do áudio vazado, especialmente os que se referiam ao dito “grande acordo para estancar a sangria”, significou o acontecimento como índice de crise do governo, relacionando diretamente o conteúdo do diálogo ao *impeachment*. De outro lado, a revista *Veja*³¹, selecionando outros trechos da mesma conversa, especialmente aqueles vinculados ao ex-senador Delcídio do Amaral (PT) e ao partido PT, significou o acontecimento como revelação de uma estratégia para impedir que Sérgio Machado fosse investigado em primeira instância pelo juiz federal Sergio Moro.

Se se trata de um acordo fraudulento para garantir o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ou se se trata de uma manobra, de menor prejuízo à democracia, para proteger particularmente o presidente da Transpetro na justiça federal, o objeto real é o mesmo (no caso, a existência da conversa e sua gravação), mas suas significações são distintas em cada prática discursiva midiática mobilizada. Com isso, não quero dizer que não existe uma fronteira entre o que é discursivo e o que não é discursivo, reduzindo tudo no EPM a discurso: afirmo que o

²⁹ Reportagem “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato” (23/05/2016). Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³⁰ Reportagem “Jucá: entenda a primeira crise do governo Temer” (23/05/2016). Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/juca-entenda-a-primeira-crise-do-governo-temer>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³¹ Reportagem “Novos áudios mostram que Jucá não falava sobre economia ao citar ‘sangria’” (23/05/2016). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/novos-audios-mostram-que-juca-nao-falava-sobre-economia-ao-citar-sangria/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

objeto real só o é enquanto objeto que significa na medida em que a prática discursiva midiática estabelece um determinado arranjo de relações entre este e outros elementos da realidade social, de forma que tais relações, não predeterminadas por materialidade física, são construídas e significadas no discurso midiático.

Nesta pesquisa, concebo o discurso como essa configuração sistemática de relações que articula momentos (todo e qualquer objeto real que se tornou, pois, objeto de discurso) e elementos (o que não foi articulado no discurso). Quero dizer, com isso, que o discurso é um momento da prática social midiática e que este momento, ao internalizar e articular elementos, também opera como prática: a ambiguidade da palavra prática me é útil, aqui, para esclarecer que prática é modo de agir relativamente estável numa conjuntura social, mas é também qualquer ação social situada em determinado tempo e espaço. O discurso no EPM opera em ambos os sentidos, pois é parte da prática social midiática (um de seus momentos) e é ação social que se dá através da construção de significações na esfera pública à maneira de um sistema organizador e classificador dos acontecimentos do escândalo (prática articulatória).

Meu interesse nesta pesquisa é, pois, (fazer) compreender que é o modo de conceber e racionalizar o EPM (nas formas de ações, representações e identificações) que depende do sistema classificatório e organizador do discurso midiático. É isto o que estou chamando de prática articulatória discursiva midiática³². Assim, o que, em princípio, nego ou descarto nesta pesquisa não é a existência dos fatos em si, mas a ideia de que eles são trazidos à consciência coletiva e significados à margem da condição discursiva de constituição midiática do escândalo. O discurso, como veremos nas análises nas próximas seções, é a lógica articulatória do EPM.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 3.1, apresentei o modo particular como concebo o discurso na constituição do EPM, como resultado das reflexões em torno do conceito ao longo do desenvolvimento da ADC e do diálogo que procurei estabelecer com a ontologia social do discurso da TD. Ao fim, pode-se sumarizar esse percurso de definição do seguinte modo:

³² Logo, o(a) leitor(a) compreende que a expressão por mim utilizada para definir o discurso midiático, a lembrar, “prática articulatória discursiva” (ou, mais resumidamente, “prática discursiva”) não faz referência ao conceito de prática discursiva elaborado por Fairclough (2001a) na primeira fase da ADC. A expressão que emprego nesta tese é resultado do modo como me aproprio do conceito de discurso da TCD (momento da prática social) a partir de um diálogo com as categorias de momento, elemento e articulação, extraídas da teoria do discurso laclauiana, tal como argumentei nesta subseção da tese.

Quadro 6 - Quadro comparativo das concepções de discurso

	Perspectiva	Concepção	Descrição
DISCURSO	Teoria social do discurso (TSD)	Prática social	Consiste em um modo de ação em circunstâncias institucionais que pode ser investida política e ideologicamente. É uma dimensão do evento discursivo.
	Teoria crítica do discurso (TCD)	Momento da prática social	Trata-se do aspecto semiótico (linguagem falada, escrita, não-verbal e visual) da prática social, que se articula a outros momentos (não semióticos) que a compõem.
	Diálogo entre TCD e TD	Prática articulatória discursiva	Realiza o movimento sistemático (classificador e organizador) de significação do EPM, tornando-se a lógica constituinte do evento midiático-simbólico.

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro, apresento sumariamente a concepção de discurso como prática social, segundo a TSD; a concepção de discurso como momento da prática social, de acordo com TCD; e, enfim, a concepção de discurso como prática articulatória, conforme os argumentos que aduzo nesta subseção em particular e ao longo de todo o trabalho, com base nos resultados das análises empreendidas do “Petrolão”. Uma vez explanada a concepção de discurso de que lanço mão para fundamentar minha leitura do EPM a partir de uma análise de discurso textualmente orientada, passo à delimitação do modo de operacionalização do discurso no evento no nível do texto.

3.2 DEFININDO O TEXTO NO EPM

Minha análise do EPM realiza dois movimentos simultâneos. De um lado, conectando o evento “Petrolão” à conjuntura social mais ampla, examino os modos de ação, representação e identificação das práticas discursivas midiáticas de constituição do escândalo; de outro lado, conectando o evento aos mecanismos linguísticos mobilizados textualmente, investigo o gênero, o discurso e o estilo. Sendo o discurso prática articulatória de significação, conforme argumentei anteriormente, entendo o texto como uma unidade do discurso. Assim, quando se parte do discurso para a instância do texto, os *modos de agir* referem-se a *gêneros*, os *modos de representar* correspondem a *discursos* e os *modos de identificar* dizem respeito a *estilos*:

Podemos distinguir diferentes gêneros como diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente – entrevista é um gênero, por exemplo. Em segundo lugar, o discurso figura nas representações que sempre são partes de práticas sociais – representações do mundo material, de outras práticas sociais, representações reflexivas de práticas em questão. A representação é claramente substância discursiva e, podemos distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições. [...] Em terceiro lugar e finalmente, discurso figura conjuntamente com expressões corporais ao constituir modos particulares de ser, identidades sociais ou pessoas particulares. Chamarei o aspecto discursivo desse item de estilo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

Com atenção, pode-se notar que a instância do texto, como parte do evento, integra-se à conjuntura social, ao mesmo tempo em que articula recursos linguísticos de significação, compondo, assim, um tipo de instanciação. Fairclough (1999) apropria-se do conceito de mediação de Silverstone (2002) e da discussão sobre mediação textual de Smith (1990) para fazer referência ao movimento dinâmico da significação na realidade social, isto é, ao movimento de um texto a outro. Nessa perspectiva, entendo que a movimentação instanciada de significações no desenvolvimento do EPM é operacionalizada através de textos, ou melhor, de redes de textos, de mediações textuais, que podem assumir uma característica bastante regular e sistemática, como veremos.

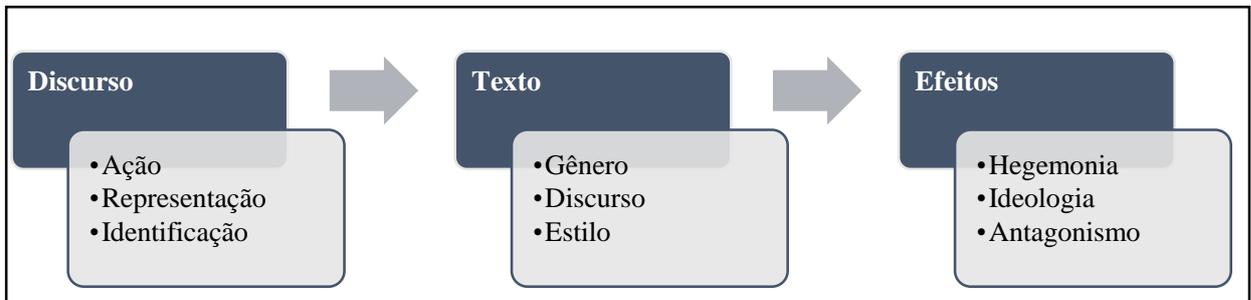
O texto, como a LSF mostrou à ADC, não pode ser concebido somente do ponto de vista sintático, mas também em vista de seus elementos cognitivos, semântico, interacional e discursivo (HALLIDAY, 1978). Nessa direção, uma área científica que tem muito a contribuir para as análises de discurso que, como esta pesquisa, preocupam-se com a microanálise, isto é, a análise detalhada de textos, em sintonia com a macroanálise social, é a Linguística Textual (LT), mais especialmente na vertente sociocognitiva-interacional (KOCH, ELIAS, 2006), onde se concebe o texto como interação: “o lugar mesmo da interação [...] é o texto, cujo sentido ‘não está lá’, mas é construído” (KOCH, ELIAS, 2006, p. 12, supressão minha). Embora participem dos textos constituintes do EPM “Petrolão” um conjunto amplo de elementos que realizam a interação (entre os quais, elementos visuais e sonoros), estou considerando os textos para análise apenas quanto aos mecanismos articulados em linguagem verbal. Julgo que a mediação das significações no EPM dá-se prioritariamente através de sintagmas oracionais, que, compondo os textos que informam o escândalo, são responsáveis também pelo modo como os(as) leitores(as) interligam os demais elementos semióticos mobilizados, como imagens e vídeos, construindo, assim, uma unidade de sentido no processo da leitura e interpretação.

O vigor crítico da análise de discurso textualmente orientada que empreendo consiste no meu interesse em examinar as mediações textuais de constituição discursiva do

EPM do “Petrolão” com foco sobre a mudanças sociais no Brasil, pois é necessário conhecer como os significados no escândalo são constituídos, principalmente em relação à transformação social em um nível estrutural e interacional, como acontece em textos em particular. Conforme bem pontua Smith (1990, p. 04, supressão minha), o texto deve ser analisado do ponto de vista de sua “participação nas relações sociais”, porque o que interessa na análise textual é “a organização social dessas relações, [...] descobrindo-as, abrindo-as por dentro, através do texto”.

Como explica Fairclough (2003), o liame entre textos e mudanças na sociedade está nos efeitos causais. Na Seção 2, vimos que o domínio do actual ou realizado, que é onde se desenvolve o EPM como evento social, diz respeito ao que acontece através da realização de poderes e seus efeitos causais. Assim, sugiro pensar que as mediações textuais das práticas discursivas que configuram o EPM devem ser analisadas a partir dos efeitos sociais que geram, sempre de forma complexa, através de mecanismos linguísticos particulares de operacionalização do discurso. Nessa direção, proponho considerar os conceitos de hegemonia, de ideologia e de antagonismo em termos de efeitos sociais de textos no EPM. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 7 - A constituição discursiva tridimensional do EPM



Fonte: Elaborado pela autora

Os textos no EPM geram efeitos sociais, por exemplo, eles têm o enorme potencial de valorizar ou prejudicar identidades, de mudar crenças e valores diversos, de intervir em ações para além da prática midiática, de mobilizar pessoas e grupos sociais em manifestações públicas, de afetar relações sociais e pessoais em virtude dos ânimos em momentos controversos da política, e, inclusive, de alterar a estrutura social em algum nível, uma vez que frequentemente estão presentes em práticas de tomada de decisão no judiciário e no legislativo, alimentando direta ou indiretamente outros textos, como documentos oficiais com o propósito

de aprovação de leis ou emendas constitucionais. Proponho, então, organizar o conjunto de efeitos das mediações textuais do escândalo nas formas de hegemonia, ideologia e antagonismo social, conforme explico nas subseções seguintes. A abordagem da ideologia como efeito de texto é própria da ADC, de maneira que minha contribuição vai na direção de se considerarem também como efeitos de texto no EPM a hegemonia e o antagonismo.

3.2.1 Ação, Gênero e Hegemonia

Sendo condição de desenvolvimento do EPM a transgressão a leis, valores ou condutas, denunciada publicamente, como vimos na Seção 2, o esforço para prejudicar a imagem de políticos e partidos pode ser concebido, assim aduzo nesta leitura, como parte de uma disputa maior, que está para além do embate particular e situacional entre partidos ou figuras políticas. Meu esforço vai na direção de conceber o EPM como uma luta social, não apenas na perspectiva colocada por Thompson (2002), segundo a qual o escândalo é luta social porque implica um jogo de nomes, de reputações: argumento que se trata de luta em um sentido mais complexo do que isso, pois envolve o estabelecimento, a manutenção ou a contestação de dominâncias e de poderes de determinados grupos sociais. Um escândalo não somente macula a reputação de uma figura política ou legenda partidária, como também age na realidade em lutas de poder e pelo poder, na reprodução de estruturas sociais ou em sua transformação.

Observe, leitor(a), que essa luta não é outra coisa senão hegemonia. Hegemonia refere-se à “constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação”, conforme define Fairclough (2001a, p. 122), interpretando Gramsci (1971). Na leitura que proponho, hegemonia e texto interligam-se de dois modos no EPM. Primeiro, o discurso midiático é parte da luta hegemônica, de modo que os textos na mediação do evento podem ajudar a criar, reproduzir ou contestar formas de vida hegemônicas, à medida que toda forma de vida edifica-se “na partilha de um padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de condutas valorativas e hábitos” (SAFATLE, 2008, p. 12). Segundo, o discurso midiático, compreendido como prática articulatória (ver subseção 3.1.3) é, em si, hegemonia. Aqui, vale trazer à discussão a reflexão de Laclau (2008, p. 20) segundo a qual o funcionamento do discurso é “a própria lógica da hegemonia”, posto que ambos o discurso e a hegemonia se referem a uma relação ontológica fundamental em que a plenitude do sentido dá-se através do investimento em objetos parciais. Levando essa concepção de hegemonia para a análise discursiva do EPM,

entendo que a significação do escândalo (a totalidade do sentido do evento) opera-se pela seleção e articulação de determinados elementos como momentos do discurso midiático (investimento em objetos parciais). Quero dizer com isso que o EPM não possui nenhuma positividade e que sua constituição discursiva deve ser pensada em relação ao movimento textual através do qual elementos particulares podem assumir a função suplementária de totalidade. Esse movimento gera, conforme desejo dizer, o efeito da hegemonia.

Concebendo o discurso midiático nesses dois sentidos, a sublinhar, i) parte da luta hegemônica e ii) modo de funcionamento da hegemonia, esclareço que os discursos de *Veja* e *Carta Capital* instituem textualmente formas de racionalidade do evento, pois produzem movimentos de significações com base nos quais os cidadãos processam cognitivamente os acontecimentos do escândalo (sentido i), e, ao produzirem tais significações, operacionalizam articulações como estratégias de poder, selecionando e organizando elementos de modos particulares (sentido ii). Logo, proponho pensar as práticas discursivas midiáticas de constituição do EPM em termos de luta social hegemônica, sendo hegemonia efeito de texto.

Em minha análise textual do escândalo da Petrobrás, o aspecto que melhor pode evidenciar como tais práticas discursivas operam estratégias de hegemonia é a estrutura do gênero textual-discursivo da notícia. Questões de poder e hegemonia encontra-se, no modo acional do discurso, em um ponto fundamental: o poder é geralmente indireto e age em processos de cognição (van DIJK, 2012), isto é, controlando as necessárias informações ou opiniões de que as pessoas precisam para planejar e executar atividades e comportamentos. A notícia é, assim, essencial para a “formação do leitor, capaz de entender, integrar-se e atuar na realidade social em que está inserido, via formação de opiniões e mediante o desenvolvimento da capacidade de reflexão” (BENASSI, 2009, p. 1791), o que a torna um modo de ação poderoso quanto à participação dos cidadãos na esfera pública e suas deliberações. O gênero é modo de (inter)agir através do discurso, é o aspecto especificamente discursivo dos “modos de agir e interagir no curso de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59). Como o gênero representa “um sistema de processos sociais orientados para um objetivo, através dos quais os sujeitos, numa dada cultura, vivem suas vidas” (MARTIN, 1997, p. 13), sublinho que a notícia institui e organiza um determinado tipo de interação social.

O processo de produção e publicação, desde a seleção de informações ao planejamento de páginas e à composição e disposição visual das mensagens, configura-se através de técnicas de edição jornalística e de *design* jornalístico, que trata das “características de gêneros, organização temática e valor-notícia” (FREIRE, 2009, p. 292). Assim, os mecanismos textuais da notícia são o modo mesmo de produzir, administrar e comunicar

informações sobre o escândalo. Ao invadirem a vida diária e influenciarem-na de maneira imensurável, as notícias agem na realidade não apenas quanto à informação, como propósito comunicativo principal, pois pertence à ordem do relatar (DOLZ e SCHNEWLY, 2004), mas também quanto ao controle de modos de racionalidade e regimes de significação e de juízo popular acerca do EPM, seus acontecimentos e participantes.

Para analisar a estrutura do gênero notícia na mediação textual do EPM, meu enfoque recai especificamente sobre o mecanismo linguístico-textual particular da cadeia de gêneros (FAIRCLOUGH, 2003).

3.2.1.1 Cadeia de gêneros

Meu foco sobre o mecanismo da cadeia de gênero diz respeito ao intuito de descrever e discutir como as notícias de *Veja* e *Carta Capital* interligam, com regularidade, outros gêneros. Vejamos o exemplo abaixo:

- (1) O inquérito da Polícia Federal deixa poucas dúvidas a respeito de quão enrascado está o PT.

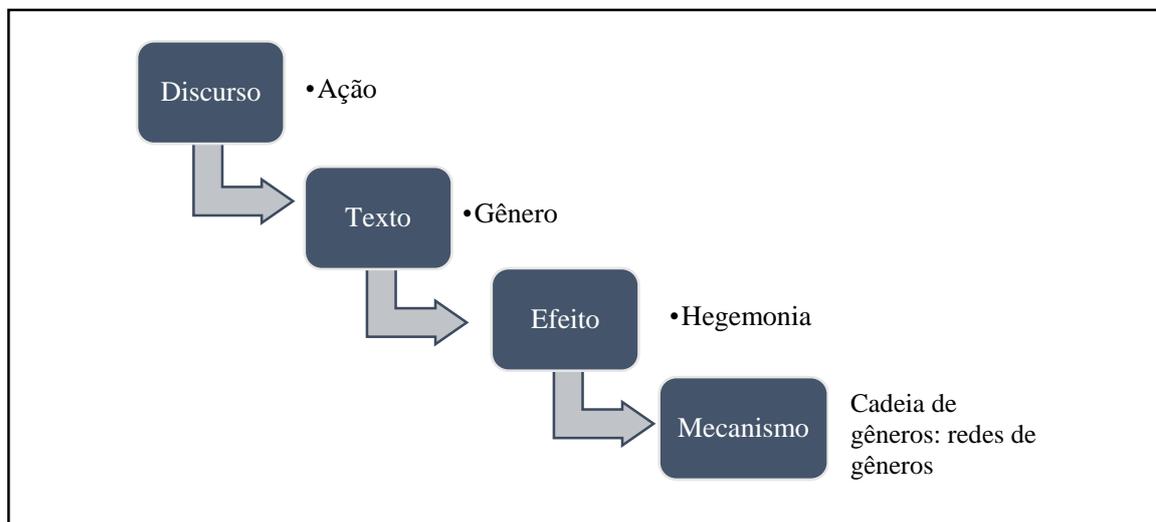
Como o sintagma oracional (1) ilustra, as notícias do “Petrolão” mobilizam sistematicamente redes de gêneros, tais como depoimentos à PF, áudios vazados, documentos oficiais do governo, comentários de especialistas, relatórios, reportagens e declarações de delação premiada. Assim, a análise dessas cadeias pode revelar transformações sistemáticas ou traduções de gênero em gênero, que permitem ações à distância e formas de controle na construção dos regimes de racionalização sobre o escândalo. A análise da notícia como texto jornalístico é bastante reveladora dos poderes e das assimetrias na heterogênea e tensa mediação do EPM, pois indica diferentes acessos a gêneros e conteúdos, quando da recontextualização das produções textuais circuladas inicialmente em outros campos sociais.

É importante mapear as cadeias no EPM porque, como mostra o exemplo, elas podem sustentar não apenas relações estruturais entre distintos campos da sociedade (o do judiciário e o da política, por exemplo), mas também escalonar relações entre o local, o nacional, o regional e o global, indicando o espaço do EPM nas instanciações da sociedade. Como explica Fairclough (2003), as cadeias de gênero têm, mais amplamente, a propriedade de ligar diferentes escalas, conectando o local e o particular ao nacional, regional e global. A cadeia de gêneros está intimamente vinculada ao processo de mediação de textos e sua análise pode lançar luz sobre as estratégias de hegemonia mobilizadas no discurso como modo de ação, pois

produz memória, documenta experiências relativas a outros contextos e campos sociais e assegura o envolvimento dos cidadãos com outras esferas da sociedade.

Assim, considero, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), o *significado acional* dos discursos midiáticos em foco como sendo operacionalizado através do *gênero da notícia* como a primeira dimensão da mediação textual do EPM, cabendo ser investigado em virtude do *efeito causal de hegemonia*, gerado a partir do mecanismo textual da *cadeia de gêneros*, apropriado aqui como categoria analítica:

Quadro 8 - Relação entre ação, gênero e hegemonia no EPM



Fonte: Elaborado pela autora

O efeito da hegemonia está relacionado a um outro efeito que as mediações textuais podem gerar, o da ideologia, pois estratégias e lutas hegemônicas dão-se em virtude de jogos de poder.

3.2.2 Representação, Discurso e Ideologia

Ideologia são os significados gerados em relações de poder como “dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). É, precisamente, a compreensão da ideologia como efeito social de texto que torna a ADTO uma forma de crítica ideológica (PEIXOTO, 2018), uma vez que está fundamentalmente ocupada em explorar a conexão entre recursos linguísticos utilizados em textos reais e mecanismos de poder: “a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta para o estudo dos processos ideológicos que

medeiam as relações de poder e controle” (FOWLER et al, 1979, p. 186). Entre os efeitos causais que os textos provocam, a ideologia passou a ocupar lugar de interesse central nos estudos críticos da linguagem (EAGLETON, 1991; LARRAIN, 1979; THOMPSON, 1995; VAN DIJK, 2008, 2015).

A principal característica da constituição material da ideologia nos textos jornalísticos é seu caráter estável, automático e (quase) invisível, pois ela é “mais efetiva quando sua ação é menos visível” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85). Isso significa dizer que sua eficácia consiste na naturalização de sentidos. Essa propriedade de estabilidade torna a ideologia uma dimensão do discurso intimamente vinculada à hegemonia, à medida que “buscar ser hegemônico é tentar universalizar significados particulares, com o intuito de alcançar e de manter a dominação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59).

A relação entre o papel do discurso de representar a realidade, de um lado, e a ideologia, de outro, já pode ser percebida, mesmo embrionariamente, na definição da metafunção ideacional na LSF, que inspirou inicialmente a formulação do significado representacional do discurso (ver subseção 3.1): ela é a macrofunção que consiste na capacidade da linguagem de representar os processos que denotam a realidade, alguma ação, estado ou fenômeno (HALLIDAY, 2004). Com essa herança, a ADTO se diferencia de outras análises de discurso ao reivindicar a investigação da conexão entre texto e ideologia:

Ao dizer que as ideologias são representações que podem ser concebidas a fim de contribuir para relações sociais de poder e de dominação, eu estou sugerindo que a análise textual precisa ser tratada, quanto a esse respeito, dentro de uma análise social que considera os corpos dos textos nos termos de seus efeitos sobre relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003, p. 09).

Assim, quanto ao efeito de ideologia, esclareço ao(à) leitor(a) que, no EPM, as práticas discursivas midiáticas mobilizam formas simbólicas de representação de ações ou práticas de transgressão (originais ou secundárias, ver Seção 2), em suas produções textuais, que podem ou não servir para “estabelecer ou sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 124). As reportagens que (in)formam o “Petrolão” atuam, textualmente, na representação das práticas de transgressão do EPM, significando-as de determinado modo. Ao compreender que as ideologias são representações do mundo que podem ser concebidas para manter ou contestar relações de poder, dominação e assimetrias, sugiro que o efeito seja

vinculado, quando da análise do EPM, mais particularmente ao modo de significação do discurso como representação³³.

O meu foco no exame das mediações textuais do EPM quanto ao efeito de ideologia recai, mais especificamente, sobre os mecanismos de referenciação textual (KOCH, 2004; KOCH, ELIAS, 2006; CAVALCANTE, 2016), amplamente estudados na vertente sociocognitiva-interacional da LT (KOCH e ELIAS, 2006). Observe, leitor(a), que o movimento de se referir a práticas ou ações de transgressão vincula-se estreitamente ao significado representacional do discurso, à medida que a atividade de referenciação é uma elaboração da realidade, uma forma de representá-la: “na verdade, o processo de construção dos referentes implica que, no fundo, o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir [...] uma elaboração dos eventos” (CAVALCANTE, 2016, p. 105). É por meio dos mecanismos de referenciação a práticas transgressoras no EPM que o texto jornalístico vai tecendo a materialidade ideológica em um nível sociocognitivo elementar, estabelecendo um sistema de significação do evento, uma estrutura cognitiva que controla, até certo ponto, nossa compreensão dos acontecimentos informados.

Aqui, questões de poder, ideologia e referenciação, no modo representacional do discurso, ligam-se em um ponto que merece atenção. O exercício do poder pressupõe uma estrutura ideológica que funda uma cognição social, isto é, um sistema de estratégias mentais que direcionam os sujeitos à compreensão de acontecimentos de determinado modo. Assim, considero que uma das mais fundamentais condições dessa estruturação sociocognitiva do EPM é o controle do próprio discurso midiático que o produz através de notícias. A referenciação é uma dessas formas de controle, pois se trata de uma atividade sociocognitiva de construção de referentes em um texto, e pode ser apropriada como estratégia de (re)produção ideológica, pois as ideologias envolvem a re(construção) da realidade.

³³ Para Fairclough (2003), a ideologia, como efeito de texto, vincula-se aos três significados do discurso. As ideologias são representações de aspectos do mundo (e, assim, têm forma em discursos) que criam ou mantêm relações de poder, podendo ser legitimadas em modos de agir (e, portanto, em gêneros que regulam práticas) e inculcadas nas identidades de agentes sociais (e, logo, em estilos). Com base nisso, nesta pesquisa, compreendo que os efeitos de ideologia, hegemonia e antagonismo estão relacionados aos significados do discurso simultaneamente, e não numa relação alternada ou excludente, isto é, um efeito ser exclusivo de um determinado modo de significação do discurso. Como os três significados operam juntos e de forma dialética, os efeitos de texto também são marcados por essa interdependência. No entanto, para fins classificatórios e descritivos, segundo os procedimentos de análise propostos na metodologia desta pesquisa, prefiro reconhecer os efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo como gerados prioritariamente (e não exclusivamente) por mecanismos textuais articulados, respectivamente, nos modos de ação, de representação e de identificação das práticas discursivas midiáticas de constituição do EPM.

Para descrever essa estruturação simbólica do escândalo, potencialmente ideológica, enfatizo dois processos referenciais mobilizados nas práticas discursivas das revistas *Veja* e *Carta Capital*: i) a introdução referencial e ii) a continuidade referencial (KOCH, 2004; CAVALCANTE, 2016). Ambos os processos podem se dar, no nível linguístico-textual, a partir do emprego de formas remissivas gramaticais e de formas remissivas lexicais. As formas remissivas gramaticais não fornecem instruções de sentido, podendo ser do tipo presa (no caso dos determinantes, como artigos definidos e indefinidos, pronomes adjetivos e numerais cardinais e ordinais) ou do tipo livre (como os pronomes pessoais de 3ª pessoa, pronomes substantivos em geral e advérbios ou expressões adverbiais). Já as formas remissivas lexicais apresentam instruções de sentido e de concordância, podendo ser formadas por expressões ou grupos nominais definidos, nominalização, expressões sinônimas ou quase-sinônimas, hiperônimos e formas lexicais indicadoras de categorização ou de classificação.

3.2.2.1 Introdução (ou ativação) referencial

A introdução ou ativação ocorre quando o referente (no caso da análise desta pesquisa, uma determinada prática de transgressão no EPM, originária ou secundária) é ativado ou introduzido como objeto-de-discurso no texto da notícia por meio de alguma expressão referencial (sintagma nominal). Vejamos os exemplos que seguem:

- (2) Autores do pedido de impeachment demonstram os crimes de Dilma.
- (3) Os decretos que foram assinados por Dilma não ferem nenhuma lei, porque não autorizam aumento de gastos.

A análise do processo da introdução referencial revela quais práticas de transgressão são incluídas ou excluídas das notícias, bem como de que modos suas ativações na memória discursiva dos sujeitos são realizadas. No exemplo (2), a prática de transgressão referida (trata-se da ação de violação à lei de responsabilidade fiscal) é introduzida pela nominalização “os crimes”. Trata-se da estratégia de categorização. A categorização, como explicam Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), é uma operação linguística que se dá através da nominalização, ou seja, quando o ato de se referir se dá por meio de um nome ou sintagma nominal. A nominalização equivale à rotulação (FRANCIS, 2003), porque transforma o elemento referido em objeto-acontecimento na memória dos sujeitos. Assim, as práticas de transgressão constituintes do EPM, ao serem categorizadas nas notícias a partir de diferentes

interesses e investimentos, são condensadas na memória dos cidadãos de modo a poder provocar efeitos ideológicos de tipos e níveis diferentes. Já no exemplo (3), em que o referente é o mesmo de (2), a introdução não é realizada linguisticamente por meio de sintagma nominal, que são formas referenciais, mas por meio de um sintagma verbal, a predicação verbal “os decretos que foram assinados por Dilma”. Uma vez introduzidas no texto jornalístico, as práticas transgressoras ativadas podem ser retomadas ao longo da notícia a partir do processo de continuidade referencial.

3.2.2.2 Continuidade (ou reativação) referencial

A continuidade referencial ocorre quando o objeto já trazido ao discurso é reativado, mantendo a progressão referencial. Como esclarece Cavalcante (2016), o ato de retomada pode ser realizado através de (i) anáfora direta ou correferencial, quando há manutenção do referente já apresentado no texto por outra expressão; de (ii) anáfora indireta³⁴, quando há um referente novo, mas ancorado no contexto e compreendido pelo conhecimento de mundo dos leitores; e, por fim, de (iii) anáfora encapsuladora, quando uma única expressão referencial resume um determinado conteúdo textual. Vejamos os exemplos abaixo:

- (4) Os crimes de Dilma já foram provados pela acuação. Mas a defesa insiste em negá-los. Negar as pedaladas fiscais é uma mentira!
- (5) A assinatura dos decretos não é nada criminosa. O processo envolveu, na verdade, vários profissionais, com competência reconhecida em suas áreas.

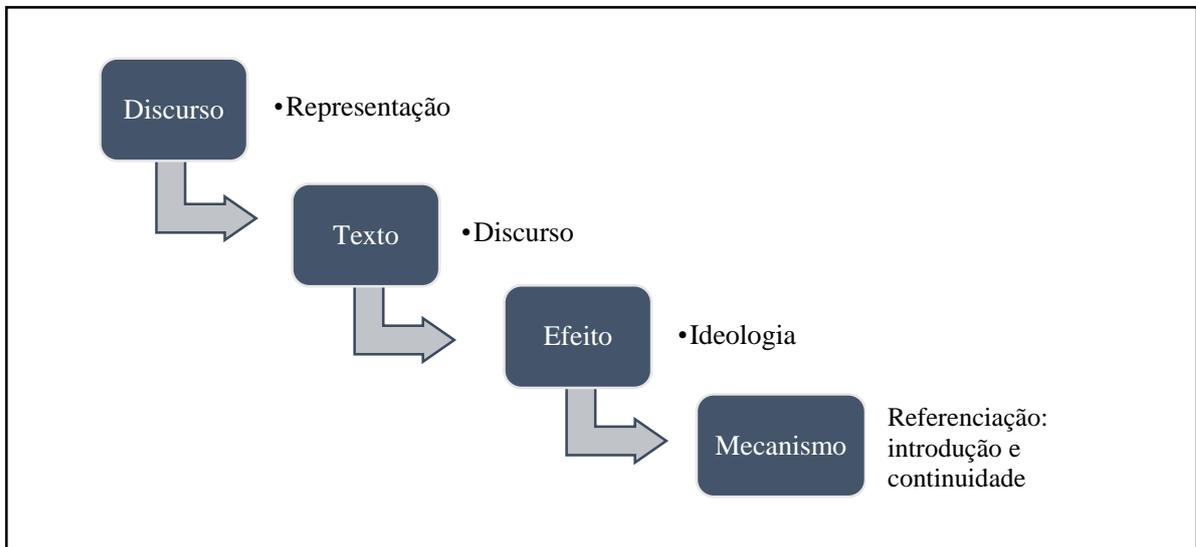
No exemplo (4), o referente, introduzido pela forma nominal “os crimes”, é retomado, adiante, pela nominalização “as pedaladas fiscais” e pelo pronome “eles” (forma gramatical livre) em “negá-los”. Observe, leitor(a), que este é o caso de continuidade referencial direta (anáfora direta), pois há correferencialidade, uma vez que o mesmo referente é reativado a partir do emprego de outras expressões. Já no exemplo (5), o referente é introduzido pelo grupo nominal “a assinatura dos decretos” e reativado, logo em seguida, pelo encapsulador “o processo”. A função de encapsular é própria das nominalizações e, ao sumarizar um conteúdo textual, traz à cognição uma informação adicional sobre o referente. No exemplo (5), o recurso

³⁴ Dado o meu interesse em analisar a representação das práticas de transgressão constituintes do “Petrolão” no discurso midiático, isto é, inclusão e exclusão de que práticas, bem como suas formas de introdução e continuidade, não se incluí, em minha análise textual detalhada, a categoria da anáfora indireta. Não há interesse, na dimensão do discurso como representação, por novos referentes, além das práticas transgressoras.

de encapsulamento é empregado de modo a produzir um efeito de sentido segundo o qual a assinatura dos decretos suplementares não consiste numa decisão particular de Dilma, cabendo exclusivamente à presidenta a autoria e a intenção do ato, pois se trata de um processo mais amplo e de teor institucional, do qual participam sujeitos de distintos setores da administração pública em variados níveis de atuação.

Mediante a compreensão da relação que estabelecemos entre o significado representacional do discurso, os processos de referenciação e o efeito de ideologia, disponho assim os termos da análise da segunda dimensão da mediação textual do EPM:

Quadro 9 - Relação entre Representação, Discurso e Ideologia no EPM



Fonte: Elaborado pela autora

Os efeitos da hegemonia e da ideologia estão dialeticamente relacionados a um terceiro efeito que as mediações textuais constituintes do EPM podem causar, o da antagonização de sujeitos, quando figuras políticas, partidos, instituições e grupos sociais têm suas identidades determinadas pela luta de poderes no escândalo.

3.2.3 Identificação, Estilo e Antagonismo Social

Mediante a insatisfação dos cidadãos com o sistema político tradicional e os sismos provocados por constantes escândalos, que causam prejuízos à reputação dos candidatos e de suas legendas, temos experienciado na história recente uma profunda crise de representatividade e de legitimidade, indicada, por exemplo, no número cada vez maior de eleitores que não se

sentem amparados em seus interesses, na crescente volatilidade eleitoral e no aumento de abstenções e votos brancos e nulos. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³⁵, o número de eleitores que se enquadram neste último aspecto aumentou de 26,5% (em 2012) para 32,5% (em 2016), no total dos municípios, o que equivale à cerca de 10,7 milhões de brasileiros.

Em uma democracia representativa, como é o caso do Brasil, as identidades de políticos e partidos são fundamentais no processo eleitoral, o que torna os escândalos eventos potencialmente ameaçadores na guerra pelo voto. Assim, o foco sobre a constituição discursiva das identidades no EPM é pertinente para revelar como os estilos dos atores sociais envolvidos no evento podem causar efeitos de antagonização entre sujeitos, transformando a esfera pública de deliberação e participação cidadã em uma arena onde se deve lutar contra os inimigos. Os processos de identificação no EPM afetam diretamente o vínculo entre eleitores e políticos ou legendas partidárias, o que atinge o laço central do ideal democrático da representatividade e da confiança.

Nesse debate, parto do princípio de que as identidades não apenas expressam equivalências e diferenças, “na verdade constituem o que expressam através do próprio processo de expressão” (LACLAU, 2013, p.158), em outras palavras, através de estilos ou modos de ser. Trata-se, pois, do caráter criador e criativo do discurso, que não designa objetos no mundo, mas os constituem como resultado das articulações de identidades relacionais. No EPM, institui-se uma batalha em que os participantes têm seus modos de ser identificados a partir de jogos de oposição e instauração de inimigos, jogos geralmente estruturados por meio de uma narrativa instigante que conta ações de personagens na luta do bem contra mal. Assim, as identidades no EPM passam a resultar desse jogo de antagonizações.

Embora se possa falar de antagonização em um sentido ontológico mais fundamental, quando se pensa o processo de constituição psicossocial de identidades, destaco que no caso do EPM o antagonismo é radicalizado, de tal modo que os atores sociais referidos nas notícias, bem como os próprios *media*, como agentes sociais que são, têm seus estilos determinados pelos jogos antagônicos da luta social em que o evento consiste. Estilo é o aspecto discursivo das identidades (FAIRCLOUGH, 2003). Nessa direção, sugiro que os estilos sejam examinados na análise social do EPM com foco sobre as identidades dos participantes. No nível textual, o mecanismo cuja análise pode trazer contribuições valiosas para essa discussão é o relato, considerando os distintos graus de intertextualidade das notícias do “Petrolão”, uma vez

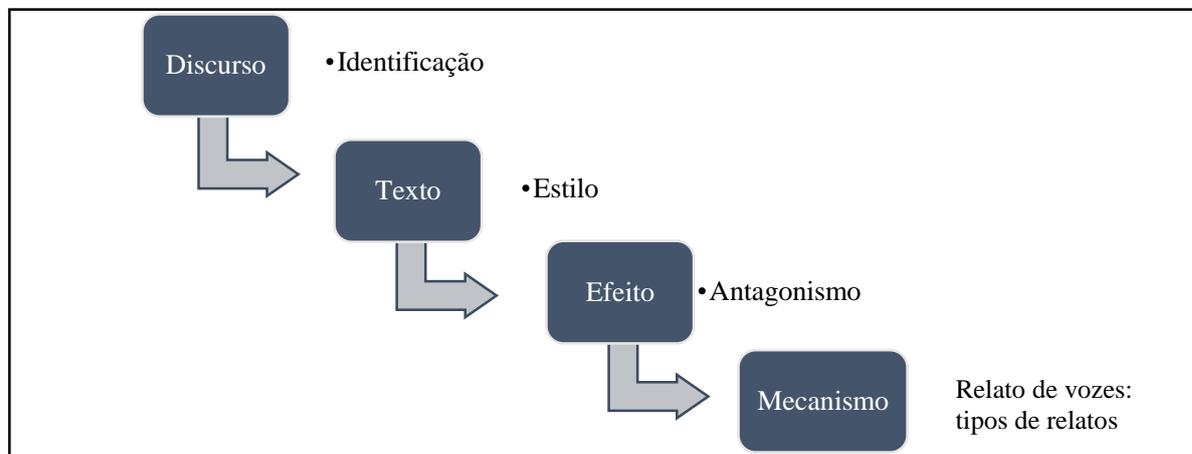
³⁵ Eleições municipais 2016, TSE, 08 nov. 2016. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/segundo-turno-das-eleicoes-municipais-2016-registra-aumento-de-abstencoes>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

que serve ao exame de quais vozes estão presentes no discurso, bem como de que modo essas vozes são apresentadas: o relato é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN, 2002, p. 144, itálicos do autor).

Levando essa perspectiva ao limite de sua coerência, Fairclough (2001b) conclui que os textos são inerentemente intertextuais. Os analistas de discurso franceses costumam fazer uma distinção entre intertextualidade constitutiva, em que as convenções discursivas são configuradas na própria produção dos textos, e intertextualidade manifesta, quando os outros textos estão explicitamente apresentados no texto em análise, através do uso de marcadores de enunciação na organização textual. Com relação ao último caso, o tipo de intertextualidade que Fairclough (2003) explora mais densamente na ADTO relaciona-se à intertextualidade manifesta. Nesse ponto, Fairclough (2003) sugere a distinção entre intertextualidade sequencial, em que se dá uma alternância de diferentes discursos em um texto; intertextualidade encaixada, em que um texto está explicitamente alocado na matriz de outro texto; e intertextualidade mista, em que os discursos estão misturados num texto de forma tão complexa que se torna difícil a separação entre eles. A intertextualidade é, pois, pensada em termos da complexidade das formas de relato, de interação entre o texto e suas vozes, quando distintas vozes são relatadas ou citadas em um texto, estabelecendo tensões na construção de identidades.

Nesta pesquisa, examino o significado identificacional do discurso, na terceira dimensão da mediação textual do EPM, através do mecanismo dos relatos de vozes (LEECH e SHORT, 1981; FAIRCLOUGH, 2003), cabendo ser investigado em virtude do efeito causal de antagonismo social:

Quadro 10 - Relação entre Identificação, Estilo e Antagonismo no EPM



Há quatro tipos principais de relatos presentes nas práticas discursivas de *Veja* e *Carta Capital*. Vejamos quais são a seguir.

3.2.3.1 Relato direto

No relato direto, as vozes são citadas (supostamente) como ditas ou escritas originalmente, a partir do uso de sinalizadores de comunicação, como travessões e aspas. No exemplo (6), disposto abaixo, o trecho apresenta uma parte de uma fala original:

- (6) Na recepção, um segurança orientou Alves, que votou a favor do impedimento, a estacionar na garagem, “um lugar mais discreto”.

3.2.3.2 Relato indireto

Nesse caso, faz-se um resumo da voz do sujeito, sem a reprodução exata das palavras originalmente ditas ou escritas. O conteúdo do que foi dito ou escrito é relatado sem o recurso da cópia ou da transcrição e sem uso de sinalização de citação, apresentando geralmente mudanças temporais e dêiticas. No exemplo (7), abaixo, há um tipo de tradução da voz original do ex-ministro Jaques Wagner:

- (7) O ex-ministro Jaques Wagner, encarregado de recepcionar Vicentino Alves, pediu para ver o ofício.

3.2.3.3 Relato indireto livre

Com esse recurso, que é intermediário entre o relato direto e o indireto, apresentam-se algumas mudanças dêiticas típicas do discurso indireto, sem uso de sinalizações, o que implica certa confusão entre a voz relatada e o texto que a relata. No exemplo (8), a expressão “o governo acabou” é estrategicamente apresentada como uma transcrição autêntica da fala original de José Dirceu, implicando certos efeitos de sentido quanto ao comportamento e postura do político:

- (8) O governo acabou, sentenciou José Dirceu, o então poderoso chefe da Casa Civil.

3.2.3.4 Relato narrativo de ato de fala

Semelhantemente ao relato indireto livre, o recurso do relato narrativo também provoca o efeito de parecer original uma expressão textual que pertence a quem relata o ato de fala. No entanto, há um aspecto adicional que merece atenção: o relato narrativo funciona como encapsulador ou sumarizador de um ato de fala original, sem apresentar o seu conteúdo propriamente dito. Observemos:

(9) Lula explicou tudo à polícia federal ontem.

No exemplo (9), um ato de fala específico proferido por Lula em uma situação particular de depoimento à PF é narrado, classificado e sintetizado como uma explicação completa. O verbo “explicar” aproxima-se semanticamente da ideia de “falar a verdade”, e o complemento “tudo” pressupõe, nesse contexto, a ausência de dúvidas ou de estratégias de manipulação de informação.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Nesta subseção 3.2, apresentei as concepções de discurso e de texto de que esta pesquisa lança mão para análise do “Petrolão”. Quanto à concepção de discurso, estabeleço um diálogo entre a TCD e a TD para concebê-lo como prática articulatória constituinte do EPM, que opera a partir de um movimento de significações como modos de (inter)ação na realidade, representação de práticas e atividades e identificação de atores sociais. Quanto à concepção de texto, defino-o como unidade do discurso que realiza a mediação do EPM na esfera pública da sociedade, nas formas de gênero, discurso e estilo, tendo como efeitos causais a hegemonia, a ideologia e o antagonismo social. Assim, formulo a seguinte matriz de análise discursivo-textual de orientação crítica do EPM:

Quadro 11 - Matriz da análise discursiva textualmente orientada do EPM

Discurso, texto e efeitos causais			
Discurso	Texto	Efeito	Mecanismo/Categoria analítica
Ação	Gênero	Hegemonia	Cadeia de gêneros: rede de gêneros
Representação	Discurso	Ideologia	Referenciação: introdução e continuidade
Identificação	Estilo	Antagonismo	Relatos de vozes: tipos de relatos

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro sintetiza a relação que estabeleço entre os significados do discurso (acional, representacional e identificacional), as formas textuais de mediação (gênero, discurso e estilo), os efeitos causais de textos (hegemonia, ideologia e antagonismo) e os mecanismos linguístico-textuais (cadeia de gêneros, referenciação textual e relatos de vozes) para análise textual detalhada do escândalo do “Petrolão”.

Encerrada a etapa I desta pesquisa, cujo objetivo foi definir, em termos ontológicos e epistemológicos, o EPM como evento social com aspecto discursivo, detalhando sua natureza textualmente mediada, a seguir, o(a) leitor(a) seguirá à segunda etapa do processo investigativo da tese, que tem o propósito de realizar a análise conjuntural do “Petrolão”.

4 ANÁLISE DA CONJUNTURA DO “PETROLÃO”: POLÍTICA DE PACTOS, NEOLIBERALISMO E RUPTURA COM O PROCESSO DEVIDO

“Um aspecto mais imediato da análise da conjuntura é localizar o discurso em foco no tempo real.”

(FAIRCLOUGH, 2003, p. 61)

A etapa II do enquadre analítico que embasa o meu trabalho de investigação diz respeito ao levantamento do diagnóstico do problema investigado, identificando quais são os obstáculos a serem superados. A definição desse diagnóstico considera um esforço de investigação do objeto de estudo quanto às análises estrutural e interacional. A análise estrutural abarca i) a análise da conjuntura, com o propósito de definir a disposição da rede de práticas sociais em que o evento em foco situa-se. A análise interacional abrange ii) a análise da prática social em particular, examinando a sua semiose na relação com outros elementos e iii) a análise do discurso, que examina o modo de operação da semiose. Nesta seção, apresento a análise da conjuntura do “Petrolão”.

Dado que uma conjuntura representa “uma trajetória pela qual a rede de práticas sociais constitui a estrutura social” (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 61), essa fase da minha análise tem o objetivo de especificar a configuração de práticas em que o “Petrolão” constitui-se como fenômeno na sociedade. Não se trata de descobrir a origem do evento, à guisa de um percurso teleológico de fatos, mas de cartografar sua disposição na estrutura social em determinado momento, mais especificamente entre 2014 e 2016, tendo em vista a articulação de práticas que produzem o escândalo em foco, isto é, o estado de forças em que ele surge. Um dos principais focos da análise de discurso crítica é a explanação de como o poder opera na sociedade. Logo, minha análise da conjuntura do “Petrolão” descreve a disposição conjuntural do evento com foco sobre a sua instituição como luta social.

Metodologicamente, no primeiro momento da análise, realizo a delimitação da conjuntura do “Petrolão”. Na modernidade tardia (GIDDENS, 1991; FAIRCLOUGH, 2003), há uma reestruturação dos domínios da vida social. Logo, o EPM, escalonado no capitalismo democrático-liberal, também sofre mudanças de arranjo estrutural entre esferas da sociedade. Assim, minha análise mapeia quais os domínios sociais em cuja interseção dá-se o surgimento do “Petrolão”. Devo me referir a esses domínios sociais como campos, utilizando o termo do sociólogo P. Bourdieu (1984, 2004). Tais campos envolvem conflitos, disputas de poder e pelo

poder, de modo que argumento, no segundo momento da análise conjuntural, a favor de concebê-los em um espaço de interseção tenso quanto a formas de poder societal, com base em van Dijk (2008) em diálogo com Foucault (2009). Por fim, no terceiro momento, examino a cartografia delimitada, a fim de identificar as características sintomáticas principais do modo de estruturação de práticas que configura o “Petrolão” como luta social.

4.1 DOMÍNIOS SOCIAIS

As conjunturas podem ser mais ou menos complexas, do ponto de vista do número e da variedade de práticas envolvidas, mais ou menos estendidas no tempo e no espaço e podem, ainda, ser identificadas em diferentes níveis de especificidade (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999). Portanto, para delimitar a conjuntura do “Petrolão”, identifico os domínios sociais cujas práticas, em uma rede complexa e contingencial de entrecruzamentos, constituem o evento como luta de poder.

O “Petrolão” surge durante as eleições presidenciais de 2014, no interior de um contexto cujas práticas de interação podem ser organizadas em termos de domínios constituintes da estrutura social do país nos quais determinadas (inter)ações são realizadas. Pode-se classificar esses domínios sociais em referência à noção de campo³⁶, termo formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, especialmente nas obras *A Economia das Trocas Simbólicas* e *O Poder Simbólico*. Campos consistem em espaços da estrutura social, mais ou menos restritos, que possuem suas próprias regras, princípios e hierarquias (BOURDIEU, 2004), e onde ações e interações ocorrem de acordo com certas normas e sob certas condições. Com base nessa categoria, proponho delimitar a disposição conjuntural do “Petrolão” como uma interseção entre três campos sociais: o campo da política, o campo da mídia e o campo da justiça.

4.1.1 Política, mídia e justiça

O primeiro campo que considero na conjuntura do “Petrolão” é o da política, pois

³⁶ Quem inaugurou o gesto de abordagem do EPM a partir da categoria de campo foi o sociólogo Thompson (2002), cuja teoria social do escândalo político serve de referência ao meu trabalho. O autor propõe pensar o evento situando-o no campo da política, em contato com o campo da mídia. Avançando essa discussão, em minha tese procuro mostrar que o EPM não se situa somente em um campo (o da política), que possui contato com outro campo (o da mídia), mas em um espaço de interseção, marcado por conflitos e tensões, entre três campos, constituindo a formação discursiva mesma do escândalo.

é o domínio social por excelência dos escândalos políticos, ou seja, aquele que justifica sua natureza política propriamente dita. Trata-se de um domínio da sociedade que possui como elemento discriminador a atuação da chamada “classe política”, que, como define o filósofo político e historiador N. Bobbio (2017), é o conjunto de pessoas que constitui a elite do poder nas formas de governo presidencial e parlamentar. Os agentes políticos atuam na regulação do poder na sociedade, seja coativo (para garantir a coexistência e impedir a desagregação da sociedade) ou físico (que se dá através do uso da força). O campo da política no “Petrolão” abrange as práticas sociais i) que estão relacionadas às instituições da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Chefia do Poder Executivo e dos partidos políticos e ii) que estão vinculadas à lógica de funcionamento do sistema partidário competitivo que se encontra no regime de democracia representativa que temos no Brasil.

Com base em Markovits e Silverstein (1988), os primeiros estudiosos a localizarem o EPM no contexto específico da política, devemos compreender que a relação entre o escândalo político e o campo da política não é apenas de localização do evento, mas de rompimento com o sistema aberto, público e universal de exercício do poder político. De fato, o princípio de surgimento do escândalo político é a existência de uma transgressão realizada no campo da política, ou seja, quando determinados agentes políticos tentam adquirir, manter ou expandir seu poder à custa do processo devido. Conforme o Art. 5º, LIV, da Constituição da República Federativa do Brasil, o processo devido diz respeito à garantia de que os direitos de cidadãos e instituições sejam processados de pleno acordo com as normas jurídicas vigentes no país e à possibilidade de restrição desses direitos mediante processo legal, por meio de juiz natural, com contradição e defesa asseguradas.

O EPM é, pois, a “violação da norma em vista do poder” (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 6). Assim, de um lado, as regras e os procedimentos que compõem o processo devido são públicos e universais; e, de outro lado, há exercício de controle em ambientes privados e excludentes, ocultando as articulações que mobilizam a lógica interna do campo político. O “Petrolão” expõe os processos paralelos presentes no estado moderno brasileiro e em outros países: a lógica pública do poder, que subordina os interesses privados aos desejos da coletividade, e a lógica privada do poder, pela qual os interesses privados são organizados em razão de servir a pessoas e grupos particulares no alcance de seus próprios objetivos.

Tal como ocorre nos demais campos sociais, as lutas no campo político têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas externas possui um enorme peso nas relações de forças internas, o que nos possibilita falar de uma cultura do escândalo político na sociedade

brasileira. Com base em Thompson (2002, p. 150), entendo por essa cultura o “agrupamento relativamente difuso de regras, convenções, atitudes e expectativas que sustentam a conduta da vida política”. É em virtude desses padrões de valores e comportamentos particularmente associados à classe política que o fator de risco de escândalo é considerado como critério relevante para a avaliação de candidatos(as) durante períodos eleitorais. Por isso mesmo, o EPM revela que o campo da política possui interseção com outros domínios da sociedade, como o campo da mídia.

O domínio social dos meios de comunicação exerce função constitutiva no desenvolvimento do “Petrolão”, e, como se tem visto historicamente, no próprio modo de operação do sistema de eleições no país, pois essa esfera, no período de disputa entre os candidatos, torna-se a “arena central onde a luta por poder simbólico é travada” (THOMPSON, 2002, p. 139), conforme vimos na Seção 2. O campo de atuação dos *media* é o principal lugar onde os agentes políticos relacionam-se com o eleitorado, mostrando suas propostas de governança e gerenciando suas imagens particulares, compondo o que Bourdieu (1984, p. 114) chama de capital simbólico, que corresponde aos “rituais de reconhecimento social, abrangendo os demais tipos de capitais”, como o cultural, o econômico e o social.

Tendo em vista, como argumenta Faiclough (2003), a transformação do capitalismo na modernidade tardia quanto à reestruturação das escalas das redes de relações entre os contextos econômico, político e social, as práticas do campo midiático atuam no movimento de significação do “Petrolão” em distintas escalas de interação, da conversação no âmbito privado a declarações de ministros do STF durante plenárias televisionadas em tempo real. Há intensa participação de distintas instâncias enunciativas de mídia, das mais tradicionais (a TV e o jornalismo impresso, por exemplo) às mais modernas e interativas (como nas redes sociais), com especial atenção para as revistas com circulação digital, como *Veja* e *Carta Capital*, que cresceram 42,3% em 2014 em comparação a 2013³⁷.

O avanço da tecnologia de comunicação, que proporciona visibilidade midiática cada vez maior e menos controlável e desestabiliza ou apaga as fronteiras entre o público e o privado (WHITAKER, 1999), recebeu forte impulso financeiro. Em 2017, a publicidade mobilizou mais de R\$ 134 bilhões na mídia brasileira³⁸, em movimento ascendente nos últimos

³⁷ Dado extraído do relatório semestral do IVC Brasil (Instituto Verificador de Comunicação) referente ao segundo semestre de 2014.

Disponível em: < https://sag.ivcbrasil.org.br/conteudos/pesquisas_estudos/BalancoMeioRevista2014.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

³⁸ Dados extraídos de pesquisa realizada pela Kantar Ibope Media (ano 2017), publicada pela Folha de São Paulo, 6 fev. 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/investimento-publicitario-movimenta-r-134-bi-em-2017.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

anos. No meio digital, as revistas cresceram, representando 3,5% do mercado, que equivale a mais de R\$ 4,7 bilhões, ficando atrás da TV aberta, que tem 53,6% do mercado (aproximadamente R\$ 71 bilhões), da TV assinada, com 13,2% (correspondente a R\$ 17 bilhões) e dos jornais, que alcançaram 11,3% (cerca de R\$ 15 bilhões).

Entre 2014 e 2016, a pauta principal da mídia brasileira foi a Lava-Jato. O elevado número de brasileiros acompanhando as informações impulsionou algumas empresas a desenvolverem novas estratégias de interação e de comunicação. A Globo News, por exemplo, desde 2015, reestruturou sua grade para cobrir todos os acontecimentos da crise política 24h por dia, ao vivo, investindo, inclusive, em aplicativos para telefonia móvel, a fim de interagir cada vez mais com o público assinante, que já ultrapassou a margem de 36 milhões de pessoas, e de garantir conteúdos diversificados oriundos de fontes distintas. O maior player de jornalismo ao vivo do país também recriou o modelo de transmissão de informação durante a cobertura do “Petrolão”. Em uma entrevista em julho de 2016³⁹, a diretora-geral Eugênia Moreyra afirmou, em tom de descontração, que a audiência conquistada na cobertura da votação do *impeachment* superou a da estreia nacional da popular série norte-americana *Game of Thrones*: “quando tem dramaturgia forte, dramaturgia aí muito entre aspas, a gente claro que se dá melhor”. No primeiro semestre de 2016, o canal já havia crescido 92% em relação a 2015.

Além dos campos da política e da mídia, que mais evidentemente se mostram na constituição do “Petrolão”, devo acrescentar, ainda, um terceiro domínio social, o da justiça. O escândalo da Petrobrás torna evidente um fenômeno que, nos últimos anos no Brasil e em outras democracias ocidentais, tem sido cada vez mais frequente: a crescente participação do domínio social do judiciário na constituição do EPM. Não é apenas o caso de o judiciário ter estado presente em processos de investigação e decisões de penalização de agentes políticos ligados direta ou indiretamente à Operação Lava Jato. As práticas desse campo romperam as fronteiras de seu domínio original e revelaram o que se tem chamado de judicialização da política e de politização do judiciário (TATE, VALLINDER, 1995), quando o poder judiciário exerce mais que o papel de juízo e intervém em práticas do campo da política. Devo mencionar alguns casos ilustrativos disso.

Em abril de 2016, durante o clima de forte tensão no processo de *impeachment*, especialmente após a votação pela admissibilidade do pedido pelos deputados - cujas justificativas favoráveis ao julgamento giraram em torno de referentes como família, religião,

³⁹ “Jornalismo ao vivo fez Globo News crescer 92% em 2016”, Folha de São Paulo, 10 jul. 2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1790152-jornalismo-ao-vivo-fez-globonews-crescer-92-em-2016-diz-diretora.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

moralidade e coerência com a base eleitoral - o STF pretendeu assumir o lugar da razão e da neutralidade em meio às explosões de interesses e afecções na casa dos parlamentares, à maneira de uma metarrazão. Aqui, vê-se a dimensão fetichista do “Petrolão”, quando os cidadãos confiam em um árbitro para dar ordem à bagunça e encontrar o inimigo perturbador. Em setembro do mesmo ano, em um programa de tv popular⁴⁰, o procurador Deltan Dallagnol, da força-tarefa da Lava Jato, falou sobre sua vida pessoal e os princípios morais e religiosos que regem sua atuação profissional. Posso lembrar, ainda, o caso do juiz Itagiba Catta Preta⁴¹, que concedeu liminar contra a posse de Lula como ministro da Casa Civil no governo Dilma, enquanto aparecia, em fotos publicadas em redes sociais, em manifestações a favor do impedimento da presidente, ou o caso em que o juiz Sérgio Moro, durante palestra⁴², afirmou que processos envolvendo poderosos só podem ir adiante na justiça com apoio da opinião pública. Esses episódios mostram que o campo da justiça interage com os demais campos da mídia e da política na constituição semiótica das formas de racionalidade, de afecção e de compreensão do escândalo e de seus personagens.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 4.1, mostrei que os obstáculos para a resolução do problema têm certa relação com a estruturação social, de modo que minha análise da conjuntura do “Petrolão” inicia-se com a delimitação dos campos sociais cujas práticas atuam na constituição do escândalo. Argumento que o evento se dá, na realidade social, no espaço de interseção entre os domínios da política, da mídia e da justiça.

Com base na identificação dos três campos sociais, é certo que o(a) leitor(a) não pensará a disposição conjuntural do “Petrolão” apenas quanto à discriminação de domínios da sociedade. Cada campo busca realizar os seus próprios interesses, e, apesar de episódios de conflito, como é o caso de um escândalo, vê-se que mantêm mútua dependência.

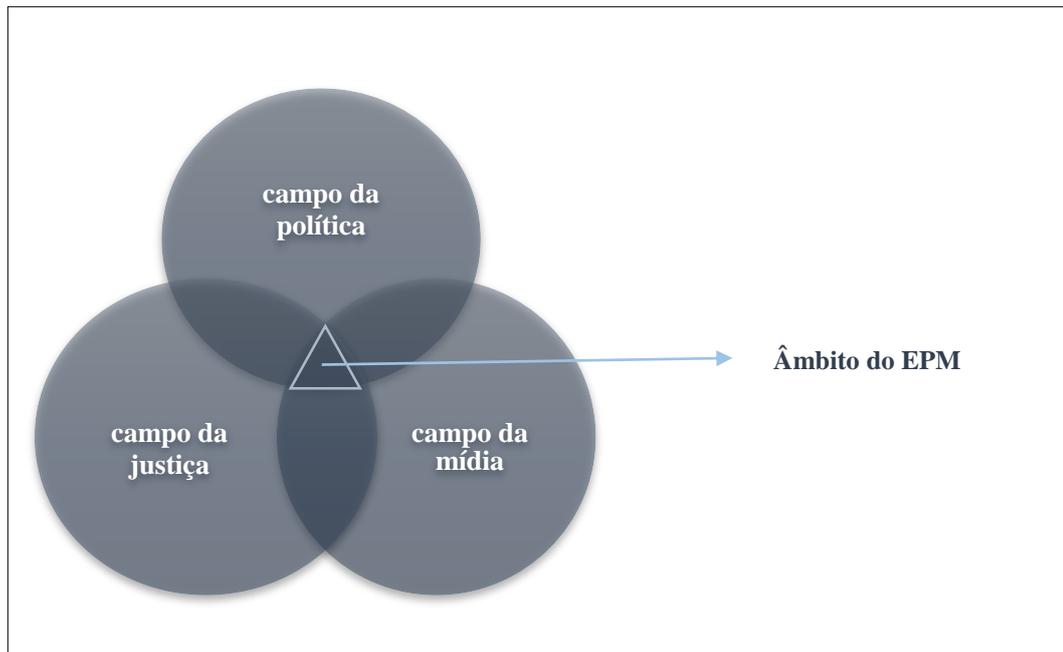
Observemos:

⁴⁰ Íntegra da entrevista publicada na plataforma do YouTube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=S-YBZdnT2Ck>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

⁴¹ Juiz que barrou posse de Lula participa de protestos contra Dilma, Carta Capital, 13 mar. 2014. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/direto-de-sao-paulo/juiz-que-barrou-posse-de-lula-participa-de-protestos-contradilma>> Acesso em: 28 dez. 2017.

⁴² Íntegra do vídeo publicada no site Folha Política Org., 14 jun. 2016. Disponível em: < <http://www.folhapolitica.org/2016/06/veja-video-em-sergio-moro-pede-apoio-da.html>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Figura 3 - Âmbito do escândalo político midiático (EPM)



Fonte: Elaborado pela autora

Gostaria de deixar claro, tal como a figura acima ilustra, que esses campos interagem entre si, que suas práticas se dão em entrecruzamentos, que atuam parcialmente em estratégias de conjunto no controle da diversidade semiótica do escândalo ao mesmo tempo em que se confrontam na (re)produção multiforme de relações de poder e domínio, o que será examinado na próxima subseção.

4.2 AS FORMAS DE PODER

Segundo Chartier (2002, p. 140), os campos sociais podem ser definidos a partir dos “conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação”, sendo construídos por “redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros”. Ao surgir na interseção entre os campos da política, da mídia e da justiça, o gerenciamento do escândalo do “Petrolão” torna-se parte das disputas pela aquisição, manutenção e exercício do poder na estrutura da sociedade brasileira. Estou empregando o termo poder em um sentido muito específico, pois, entre os numerosos estudos sobre o conceito, identifico-me com o aquele empreendido pela ADC segundo o qual se privilegia na análise de orientação crítica o chamado poder social ou societal. Como explica van Dijk (2008, p. 41), o poder social consiste em uma

forma de ação e de controle que se dá na relação entre grupos, classes, instituições ou membros: “afirmamos que o grupo A (ou seus membros) possui poder sobre o grupo B (ou seus membros) quando as ações reais ou potenciais de A exercem um controle social sobre B”. Assim, preocupo-me em descrever a disposição conjuntural do “Petrolão” considerando as formas de poder social em tensão na sua constituição simbólico-discursiva.

4.2.1 (Inter)ação, controle e discurso

Fundamentalmente, as formas de poder social no EPM manifestam-se, de modo conflitivo, na interseção entre os três campos discriminados anteriormente, quando um determinado domínio, na forma de uma instituição, grupo ou membro, age sobre outro domínio a fim de exercer algum tipo de controle a partir de estratégias de interdição. Interdição é, aqui, concebida como mecanismo social de controle da produção de discursos, ou seja, que “têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2009, p. 09). É possível, naturalmente, falarmos de diversas formas de poder societal presentes no escândalo em foco; no entanto, este trabalho está trazendo à discussão somente aquelas vinculadas ao modo como o poder é “exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado por textos”, conforme orienta van DIJK (2008, p. 39).

Posso me referir, inicialmente, a uma forma de poder social elementar no “Petrolão” que mostra a conexão entre o campo da mídia e os campos da política e da justiça: credibilidade e confiança. Os agentes políticos investem em seu capital simbólico através do uso dos meios de comunicação, conforme vimos na Seção 2. Por meio de propagandas eleitorais, entrevistas, comentários e debates, além de mobilizações em redes sociais, os candidatos à presidência projetam e gerenciam suas imagens particulares para conquistar cada vez mais valoração e estima por parte do público espectador. Não impressiona, portanto, que os custos com a visibilidade midiática sejam milionários. Em 2014, quando ainda não havia proibição do financiamento de campanhas por empresas, os gastos de Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos, principais candidatos, superaram, em valores oficiais, a margem de R\$ 738 milhões⁴³. Os recursos provinham especialmente do Fundo Partidário, que até então não tinha limite especificado em lei, de doações e de renúncias fiscais da União.

Se, por um lado, os membros do campo político empregam estratégias junto ao

⁴³ “Custo com partidos chega a R\$ 9,4 bilhões em 10 anos”, Estadão, 01 ago. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/custo-com-partidos-chega-a-r-9-4-bilhoes-em-10-anos,10000066148>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

campo midiático para adquirir credibilidade e confiança, por outro lado, os meios de comunicação também dependem dos agentes políticos. A relação entre os políticos e os profissionais da mídia é recíproca quanto ao poder simbólico de credibilidade e confiança, pois jornais e revistas precisam de informações inéditas e fontes confiáveis para garantir o fluxo regular de notícias para o seu público. Assim, a própria mídia deve ser compreendida para além do domínio que fornece os recursos de visibilidade como forma de poder, sendo ela mesma aquela que exerce poder simbólico através do modo como atua na constituição dos acontecimentos sociais, com interesses e estratégias próprias. O resultado disso é que, de 2014 para cá, os brasileiros têm dado mais credibilidade ao que é informado por jornais (60%), rádios (57%), tv's (54%) e revistas (40%), em comparação a outras instâncias enunciativas. O poder simbólico na interseção entre esses dois campos também é carregado de conflito potencial, uma vez que frequentemente políticos e jornalistas envolvem-se em confrontos, quando estes publicam matérias que prejudicam a reputação daqueles. Por exemplo, em outubro de 2014, por decisão do TSE, a revista *Veja* foi obrigada a publicar o direito de resposta de Dilma Rousseff⁴⁴, após circulação da edição semanal em que se afirmava que a candidata tinha total ciência dos esquemas de corrupção na Petrobrás.

É importante observar que não foram apenas os políticos que usufruíram dos recursos do campo midiático para conquistar ou recuperar credibilidade e confiança, pois os profissionais do campo da justiça também o fizeram. Frequentemente, membros do campo aparecem em programas de tv, rádio e jornal e participam de eventos onde há premiações concedidas por empresas de comunicação. Cito pelo menos dois exemplos disso. Os ministros do STF Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes concederam entrevistas ao programa Roda Viva no ano de 2016, onde expuseram suas visões particulares acerca do processo de *impeachment* de Dilma e do papel do judiciário em meio à análise de crimes na política⁴⁵. O juiz Sérgio Moro, responsável pelo julgamento dos casos relacionados à Lava Jato na competência da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, foi premiado como o brasileiro do ano pela *Revista Isto É*⁴⁶ (2016) e escolhido como um dos cem homens mais influentes do Brasil pela *Época*⁴⁷, além de ter

⁴⁴ Direito de resposta de Dilma Rousseff, *Veja*, 26 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/direito-de-resposta/>>. Acesso em: 20 abr. 2017

⁴⁵ Ambas as entrevistas podem ser acessadas na página oficial do Roda Viva no youtube: <<https://www.youtube.com/channel/UCNVsZnDXOM4PodYIEgM2e4w>>.

⁴⁶ “Estou honrado em receber o prêmio da Isto É”, diz Sérgio Moro”, *Isto É*, 05 dez. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/estou-honrado-em-receber-o-premio-da-istoe-diz-sergio-moro/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

⁴⁷ “Homens que sacodem o Brasil”, *Época*, 14 fev. 2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/02/os-homens-que-bsacodem-o-brasilb.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

participado de outras agremiações, como o Prêmio Faz a Diferença do jornal *O Globo*⁴⁸. As aparições de membros do campo da justiça na mídia são tão regulares, que é comum se tornarem personagens facilmente reconhecidos pelos cidadãos, que desenvolvem estimas e afecções a propósito de suas imagens projetadas e julgam as ações desses membros em termos de valores.

Credibilidade e confiança ligam-se estreitamente a outra forma de poder societal que gostaria de evidenciar na constituição do “Petrolão”, que é o da legitimidade por meio da obediência à lei. O escândalo traz à vista não apenas o problema da definição dos campos que atuam em sua constituição, isto é, as características que diferenciam os domínios entre si e fazem com que entendamos o que é de natureza política, midiática ou jurídica estritamente, mas também o problema da justificação de cada campo de poder. De acordo com Bobbio (2006, p. 121), podemos tomar como legitimidade aquele “poder que consegue condicionar o comportamento dos membros de um grupo social”. No escândalo da Petrobrás, recorrentemente os membros dos distintos domínios sociais procuram legitimar suas práticas e decisões através de princípios variados. Um deles, certamente o de maior força, é a obediência à lei. Os três campos defendem sua legitimidade recorrendo à crença na racionalidade e na neutralidade do comportamento conforme à lei.

Quanto ao campo da justiça, seus membros fazem referência à sacralidade da lei e à soberania dos juízos (valendo a razão da toga, não a pessoa do magistrado) para justificarem suas práticas e tomadas de decisões. Quanto ao campo da política, durante o julgamento do *impeachment* no plenário do Senado Federal, um dos principais argumentos utilizados pelos políticos favoráveis à destituição da presidente foi o da legalidade, principalmente em razão de o processo estar sendo acompanhado pelo então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e ser analisado pela Comissão Especial do *Impeachment*, regulada em abril de 2016, pela qual se permite ao Senado a atuação como órgão judiciário. Quanto ao campo midiático, os *media* também empregam o princípio da legitimidade através do argumento da obediência à lei para justificarem práticas que, a princípio, causaram dúvidas na sociedade, como o vazamento de materiais documentais pertencentes a investigações da PF que estavam sob segredo de justiça, provocando confusões sobre os valores reais da liberdade de imprensa e dos mecanismos éticos de acesso à informação.

Assim, o escândalo da Petrobrás mostra o fortalecimento da positivação do direito (LUHMANN, 1980; NEVES, 1991), isto é, quando a legitimidade deixa de ser efeito de

⁴⁸ “Prêmio Faz a Diferença presta homenagem aos destaques de 2014 em 17 categorias”, *O Globo*, 18 mar. 2015. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/premio-faz-diferenca-presta-homenagem-aos-destaques-de-2014-em-17-categorias-15635824>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

referência a valores ou conteúdo propriamente dito para ser concebida como aplicação de procedimentos. A lei torna-se um tipo de *summa potestas*, pois regula o poder na organização do estado ao mesmo tempo em que o monopoliza. A racionalidade e a neutralidade do comportamento com base na lei assumem lugar central nos discursos políticos, midiáticos e jurídicos, evidenciando o fenômeno de concepção do estado de direito como procedimento, que é, por sua vez, indissociável do sistema jurídico.

Essa democracia formal, em oposição à democracia substancial, é revelada também pelo sistema de restrição presente na constituição semiótica do “Petrolão”. Marcados pela ritualização, que define “a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...], os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2009, p. 39), os três campos empregam estratégias coercitivas para tornar efetivas ou desautorizar práticas de outros campos em razão do cumprimento da formalidade. Um episódio que exemplifica esse fenômeno foi a problemática em torno do valor jurídico do processo de *impeachment* mediante o direito constitucional de defesa de Dilma. De um lado, a oposição do governo no Senado afirmava que esse direito estava devidamente garantido porque a presidenta usufruiu de advogados e testemunhas; por outro lado, senadores favoráveis à presidenta e juristas denunciaram o ferimento ao direito de defesa pelo fato de este ter sido garantido apenas formalmente, não substancialmente, pois houve encurtamento de prazos no rito do processo, dificuldades de acesso aos autos, suspeição de senadores que participavam da comissão especial de julgamento e indeferimento das questões de ordem levantadas pelos parlamentares contrários ao impedimento.

Devemos notar que no “Petrolão” os campos da política, da mídia e da justiça estão sempre arranjados em complexos sistemas de restrição, que envolvem procedimentos de separação entre os domínios. Há inúmeras interdições quanto a falas e comportamentos dos membros de um campo em relação aos de outro que vão na direção do estabelecimento de limites determinados. A propósito dessa forma de poder, lembro alguns episódios em que os campos entraram em confronto acerca das fronteiras de atuação uns dos outros. Em dezembro de 2015, o STF derrubou o rito do processo de *impeachment* inicialmente adotado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), que previa formação de chapa avulsa e votação secreta. Em resposta, o deputado questionou a decisão dos magistrados⁴⁹, afirmando que o Supremo, na prática, estava intervindo indevidamente no regimento da casa legislativa. Observa-se uma relação de tensão entre os campos da política e

⁴⁹ “STF anula rito de Cunha”, O Globo, 17 dez. 2015. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-anula-rito-de-cunha-da-poder-ao-senado-de-barrar-impeachment-18319651>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

da justiça, marcada por uma busca pela separação dos domínios em razão de suas atividades próprias e devidas. Em março de 2016, a então presidenta Dilma Rousseff criticou a atuação da imprensa pelos vazamentos “apócrifos, seletivos e ilegais”⁵⁰ de uma suposta delação premiada (“suposta” porque não havia registro de homologação e autorização de publicação) do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), em que o político afirma que Dilma tinha conhecimento pleno dos esquemas de corrupção na Petrobrás.

Observemos, nesses casos, que a tensão se instaura ente os campos da política e da mídia em virtude da exclusão de determinadas atividades em termos do que é válido ou não quanto a proposições na composição de um saber a propósito do acontecimento do evento. Encontra-se, aqui, outra forma de poder social articulada, que é baseada em uma vontade de verdade. No episódio descrito acima, há luta pela regulação da prática discursiva midiática na definição de um objeto de conhecimento, à medida que os *media* agem na construção dos saberes em torno do escândalo: eles registram, selecionam, interpretam, organizam, valorizam e distribuem informações, construindo, através de suas enunciações, uma rede de conhecimento na esfera pública. Como lembra Foucault (2009, p.17), não há saber sem uma prática discursiva regulada, mais especificamente pelo modo como o saber é “valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”.

Por fim, devo sublinhar outra forma de poder, cuja estratégia aparece sempre unida ao da separação, que é o da exclusão. Em setembro de 2016, logo após a polêmica coletiva do MPF em que o procurador Deltan Dallagnol apresentou denúncia contra Lula, *Veja* publicou um texto do jornalista Reinaldo Azevedo em que se faz uma crítica à arbitrariedade da justiça e ao abuso de autoridade de alguns membros que atuavam na Lava Jato⁵¹. Nesse episódio, nota-se o campo da mídia num lugar de conflito com o campo da justiça onde a luta de poder se revela a partir da estratégia de separação entre o que é correto e errado mediante o cumprimento absoluto da lei. Em maio de 2017, o ministro do STF Gilmar Mendes classificou a iniciativa do MPF no Paraná de apresentar nova denúncia contra o ex-ministro petista José Dirceu na Operação Lava Jato como “quase uma brincadeira juvenil”⁵², afirmando que não é competência

⁵⁰ “Em nota, Dilma critica vazamentos”, Agência Brasil, 03 mar. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2016-03/Em%20nota%2C%20Dilma%20critica%20%22vazamentos%20ap%C3%B3crifos%2C%20seletivos%20e%20ilegais%22>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

⁵¹ “Críticas a Moro e MPF: sou jornalista, não antipetista de aluguel”, 19 abr. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/criticas-a-moro-e-mpf-sou-jornalista-nao-antipetista-de-aluguel/>>, Acesso em: 24 ago. 2017.

⁵² “Gilmar critica procurador da Lava Jato”, UOL Notícias, 02 mai. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2017/05/02/gilmar-critica-procurador-da-lava-jato-brincadeira-quase-juvenil.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

dos procuradores pressionar a suprema corte do país. Aqui, vemos que a tensão pode se estabelecer no interior de um mesmo campo, no caso o da justiça, quando membros de subcampos distintos se confrontam e tentam anular ou excluir a ação do outro.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 4.2, explanei o gerenciamento semiótico do “Petrolão” no espaço de interseção entre os campos da política, da mídia e da justiça é parte de uma luta maior pela aquisição, manutenção ou ampliação de podereres na sociedade. Assim, apresento abaixo as principais características das formas de poder social no evento, tendo em mente que, embora esteja longe de esgotar o tema, posso oferecer algumas contribuições para a análise do poder no EPM:

- a) As principais formas de poder social, que configuram o sistema de produção, articulação, distribuição e dominância em torno da constituição de significados no “Petrolão”, são: credibilidade e confiança, legitimidade (pela obediência ao sumo poder da lei), ritualização, separação, exclusão e vontade de verdade. Tais formas de poder compõem estratégias de interdição;
- b) O exercício do poder social em um domínio necessita de recursos, muitos dos quais são disponibilizados em outra esfera, de modo que sugiro pensar o escândalo quanto à complexa distribuição de poderes no interior de campos e entre campos;
- c) O poder social constitui a identidade de cada campo, que, longe de ser um grupo homogêneo e plenamente coeso, consiste numa configuração contingencial e histórica de práticas sociais que são realizadas a partir de redes de articulações, marcadas por conflitos diversos;
- d) É razoável entendermos que as formas de poder no escândalo, como estratégias para domínio e controle das práticas sociais dos campos, também implicam resistências e reações, o que nos leva a considerar o exercício do poder social em termos de interação, muito mais que como ação de domínio de um grupo sobre outro;
- e) O poder social no escândalo não é igualmente dividido entre os campos, nem entre os elementos de um mesmo campo (instituições, membros e grupos), e não está concentrado de modo determinado;

- f) Há sobredeterminação de poderes e práticas ao longo da constituição social e histórica do evento. A sobredeterminação (ALTHUSSER, 1969; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999) diz respeito ao fato de cada prática e seu mecanismo de poder serem determinados por outras práticas e estratégias de controle sem haver redução entre eles;

Acompanhando minha análise da conjuntura do “Petrolão”, o(a) leitor(a) pode notar que a delimitação dos campos sociais e a identificação das formas de poder social no escândalo apontam para um determinado modo de estruturação e ordenação de práticas na estrutura social que (re)produz as condições de instituição do evento como luta, valendo investigar os seus principais aspectos, o que farei logo a seguir.

4.3 O “PETROLÃO” COMO LUTA SOCIAL: PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

Como bem sublinham Chouliaraki e Fairclough (2003, p. 22), o foco sobre a conjuntura nos permite traçar os efeitos não apenas dos acontecimentos particulares, mas especialmente “da série de eventos ligados conjuntamente na sustentação ou na transformação (rearticulação) de práticas”. Vimos, na subseção anterior, que as práticas envoltas no processo social e histórico de constituição simbólica do “Petrolão”, embora próprias dos campos da política, da mídia e da justiça, são realizadas em redes de articulação caracterizadas por sobredeterminações. Logo, as disposições das articulações de práticas estão vinculadas a dinâmicas de poder e lutas pelo poder. O “Petrolão” ilustra como uma mudança na disposição hegemônica dos campos sociais (suas práticas e poderes) implica tensões e esforços para manter a ordenação anterior ou transformá-la. Nessa perspectiva, devo lançar um olhar sobre o arranjo conjuntural particular em que surge o evento, mapeado nas subseções anteriores, preocupado em sublinhar os aspectos problemáticos da rede de práticas na vida social que, como obstáculos, mantêm o escândalo como luta de poder.

4.3.1 O colapso da política de pactos e o fim da Nova República

Na história recente do Brasil, a organização e o funcionamento do poder basearam-se em uma lógica antitética, ou melhor, em uma política de pactos que assegurou o processo de redemocratização do país. Trata-se de uma lógica de consórcio entre o estado e a elite financeira (os potentados privados, especialmente grandes proprietários e empresários). As delações

premiadas da família Odebrecht, por exemplo, detalharam à PF e ao MPF esse sistema de pactos, que imperou na Nova República. Em uma de suas declarações, Emílio Odebrecht⁵³, patriarca do grupo empresarial que leva seu sobrenome, afirma: “o que nós temos no Brasil não é um negócio de cinco, dez anos, estamos falando de 30 anos atrás”, confirmando que a política de pactos “era um negócio institucionalizado, era uma coisa normal”.

Tal modelo político realizou um tipo de capitalismo de estado (WOOLDRIDGE, 2012), que tentou fundir os poderes oficiais com os poderes capitalistas, sedimentando o capitalismo democrático-liberal no Brasil. Como explica Comparato (2013), o conjunto dos agentes estatais (por exemplo, governantes, legisladores, juízes, membros do ministério público), no exercício de suas funções oficiais, favorece a realização dos interesses econômicos dos potentados privados, e, estes últimos, sob o disfarce da submissão ao poder oficial, não param de pressionar os primeiros (nos níveis da legislação, da administração e da prestação da justiça, por exemplo) ou corrompe-los.

Em última instância, o sistema de pactos nunca se interessou em resolver os antagonismos reais da nossa sociedade – por exemplo, com uma reforma tributária que verdadeiramente diminuísse a desigualdade social - mas em capitalizar os menos favorecidos, com educação profissionalizante e superior gratuita, aumento de empregos, programas sociais de impacto econômico, abertura de linhas especiais de financiamento de veículos automotores e incentivo ao crédito. Foi esta política de pactos, sustentáculo da Nova República, alcançando sua melhor performance e também seu limite nos governos PT, que viabilizou a governabilidade do país ao longo das últimas décadas.

O que os recentes escândalos políticos no Brasil têm evidenciado é que a força motriz dessa política de pactos operava através de barganhas fisiológicas, loteamento de cargos e interesses totalmente particulares. Muitos episódios são ilustrativos disso. No caso do “Mensalão”, em 2004-2005, o esquema de corrupção consistiu em um tipo de financiamento de políticos, através do pagamento de mesadas regulares a parlamentares, a fim de garantir o apoio necessário de deputados e senadores ao governo PT, recém-chegado ao poder. O esquema contou com um núcleo operacional, que, através de empresas particulares, lavava os recursos de origem pública, e com um núcleo financeiro, envolvendo bancos públicos inclusive, que facilitava os empréstimos fraudulentos e a transferência dos recursos para paraísos fiscais no exterior. O escândalo dos “Novos alopados” ou “do Dossiê”, em 2006, girou em torno da

⁵³ “Vídeo: há 30 anos se faz isso, diz Emílio Odebrecht”, O Globo, 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/video-ha-30-anos-se-faz-isso-afirma-emilio-odebrecht-21200522>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

compra milionária por petistas de um dossiê contra José Serra (PSDB-SP), que se candidatava ao governo paulista. O documento apresentava registros que associavam o nome deste, então ministro da saúde, a atividades de um esquema de corrupção que consistia no desvio de verbas públicas destinadas à compra de ambulâncias e em licitações fraudulentas na área da saúde em nível nacional. O esquema era investigado pela PF na Operação Sanguessuga, que revelou a prática de criação de emendas por parlamentares para compra de ambulâncias superfaturadas, com liberação do Ministério da Saúde, em troca de propinas⁵⁴.

Com o “Petrolão”, esta força motriz de governabilidade é irreversivelmente desgastada. Em abril de 2017, o presidente Michel Temer, em entrevista à TV Bandeirantes⁵⁵, afirmou que o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ) só aceitara o pedido de *impeachment* em razão de deputados petistas terem votado a favor da cassação do seu mandato no Conselho de Ética. Segundo a narrativa de Temer, em determinada ocasião Cunha o teria procurado para dizer: “Olha, eu hoje vou arquivar todos os pedidos de *impeachment* da presidente porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética”. No dia seguinte, Temer disse ter ficado surpreso quando, ao ver os noticiários, tomou ciência de que o PT não havia apoiado Cunha, tendo este lhe dito: “Olha, tudo aquilo que eu disse não vale, porque agora eu vou chamar a imprensa e dar início ao processo de impedimento”. Na entrevista, Temer encerra sua confissão dizendo: “Se o PT tivesse votado nele naquela comissão de ética, é muito provável que a senhora presidente continuasse [no mandato]”.

O sistema de coalizão funcionou, portanto, apenas até o momento em que não conseguiu mais frear as exigências do neoliberalismo, quando o governo Dilma rompeu com a tradição pactual que a fez chegar ao poder executivo com uma das maiores coalizações da história da república brasileira. O segundo governo de Dilma fez-se com 62,6% das cadeiras do Congresso (equivalente a 304 deputados), percentual dividido em pesos distintos entre os partidos coligados (PT, PSD, PROS, PC do B, PSB, PMDB, PDT, PP e PRB), o que resultou em um contexto de aliados sub-recompensados nas cotas ministeriais procurando a qualquer custo estratégias de maximização de suas ocupações e de evidentes desencontros e conflitos de interesses partidários. A pauta neoliberal, que destruiu o consórcio tragicamente, tornou-se

⁵⁴ “Darci e Antonio Vedoin envolvem Serra na máfia das sanguessugas”, Estadão, 15 set. 2006. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,darci-e-luiz-antonio-vedoin-envolvem-serra-na-mafia-dos-sanguessugas,20060915p58894>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁵⁵ “Frase de Temer sobre impeachment é constrangedora para ele e Cunha”, Folha de São Paulo, 19 abr. 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/ranier-bragon/2017/04/1876673-frase-de-temer-sobre-impeachment-e-constrangedora-para-ele-e-para-cunha.shtml>>. Acesso em: 14 maio 2017.

evidente quando o documento intitulado “Uma ponte para o futuro”⁵⁶ veio a público, em 2015, pela Fundação Ulysses Guimarães, instituição privada sem fins lucrativos fundada pelo MDB, exibindo o programa de governo emedebista, da legenda de Eduardo Cunha e Michel Temer. Assim, a lógica de pactos, que já estava bastante fragilizada, entra em crise absoluta.

4.3.2 O avanço do neoliberalismo no Brasil

Em meio à crise de governabilidade e coordenação de pares coligados, que enfraqueceu ainda mais a esquerda brasileira e abriu espaço para forças liberal-conservadoras, a cartilha neoliberal só avançou no país, como também o fez em muitas outras periferias capitalistas no mundo, como na Argentina, de modo que as exigências de ajustamento econômico do nosso mercado emergente minaram o sistema de pactos que então mantinha, mesmo precariamente, a permanência de Dilma na presidência.

Em setembro de 2016, Temer, ao lado do ministro da economia Henrique Meirelles, logo após ter participado de um encontro com empresários e investidores da *Americas Society/Council of the Americas* (AS/COA), afirmou, em seu primeiro discurso como chefe de estado, numa conferência realizada na ONU, em Nova York (EUA), que o *impeachment* foi resultado da rejeição às propostas do programa “Uma ponte para o futuro” por parte do governo Dilma: “como não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República”⁵⁷. O programa, cujo discurso sustenta-se sob o signo do medo, ao designar repetidamente a “situação de grave risco” do país, apresenta um conjunto de reformas estruturais austeras como único caminho possível para combater os gastos excessivos em relação à arrecadação: “teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso”.

O conjunto de medidas apresentado no documento exige, por exemplo, revisão de relações fiscais, fixação do teto de gastos públicos, reestruturação do sistema previdenciário, liberação financeira e econômica, privatizações, desvinculação constitucional dos gastos de ordem social (como saúde e educação), fim das indexações para salários e benefícios

⁵⁶ O documento referido foi publicado oficialmente no site da Fundação Ulysses Guimarães. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

⁵⁷ A íntegra do discurso está disponível, em vídeo, no site da AS/COA, em “Public Lunch with Michel Temer, President of Brazil”, 21 set. 2016. Disponível originalmente em: <<http://www.as-coa.org/events/public-lunch-michel-temer-president-brazil>>. Acesso em: 14 maio 2017.

previdenciários e redução do poder estatal na regulação do mercado. A pressão da pauta neoliberal emedebista encontrou no momento em que o governo Dilma desmoronava – com dificuldade de gestão, desmoralização mediante as revelações de corrupção na Petrobrás, inflação elevada, aumento de desemprego, calamidade pública em alguns estados (como o Rio de Janeiro) e polaridades político-ideológicas – a situação oportuna para se fortalecer e aparelhar-se.

A propósito dessa aparelhagem, vale lembrar dois episódios em que se viu um esforço para colocar e manter Temer na chefia do executivo, à maneira de uma necessidade histórica. Primeiro, a ocasião em que Temer admitiu que a ocupação do poder da presidência por ele era “necessária para a tomada de medidas importantes e impopulares”, como as reformas da previdência e trabalhista, às quais Dilma não havia dado fôlego. Ele declarou isso durante um café com jornalistas no Planalto da Alvorada⁵⁸, em 22 de dezembro de 2016, após a imprensa ter vazado trechos de delações premiadas em que seu nome foi citado algumas vezes, junto aos de outros parceiros, a quem ofereceu cargos em razão de foro privilegiado, como Eliseu Padilha (MDB), ministro da Casa Civil, e Moreira Franco (PSDB), ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Segundo, as duas ocasiões em 2017 em que Temer conseguiu barrar, a custos milionários de liberação de emendas parlamentares, na câmara dos deputados as denúncias da PGR contra ele de crimes de corrupção passiva, obstrução da justiça e organização criminosa, quando a maioria dos votantes justificou seu apoio ao presidente afirmando que sua manutenção no poder, apesar de problemática em alguns aspectos, era necessária para a recuperação da economia do país. A aquisição e a preservação do poder do presidente emedebista parecem estar umbilicalmente vinculadas à garantia de efetivação da pauta econômica neoliberal no país.

4.3.3 A ruptura da confiança pública no processo devido da democracia brasileira

O escândalo do “Petrolão” é, sobretudo, uma ruptura da confiança pública no processo devido do estado democrático brasileiro. Conforme o Art. 5º, LIV, da Constituição da República Federativa do Brasil⁵⁹, o princípio do processo devido diz respeito à garantia de que

⁵⁸ “Temer diz não pensar em renúncia e vai recorrer caso o TSE casse chapa”, Folha de São Paulo, 22 dez. 2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843696-temer-diz-nao-pensar-em-renuncia-e-que-vai-recorrer-caso-tse-decida-por-cassacao.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁵⁹ Constituição Federal do Brasil de 1988. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 13 mai. 2017.

os direitos de cidadãos e instituições sejam processados de pleno acordo com as normas jurídicas vigentes no país e à condição de possibilidade de restrição desses direitos mediante processo legal, por meio de juiz natural, com contradição e defesa asseguradas. O processo devido é, então, o conjunto de regras e de procedimentos legais que funda, legitima e rege o exercício do poder do estado em uma democracia.

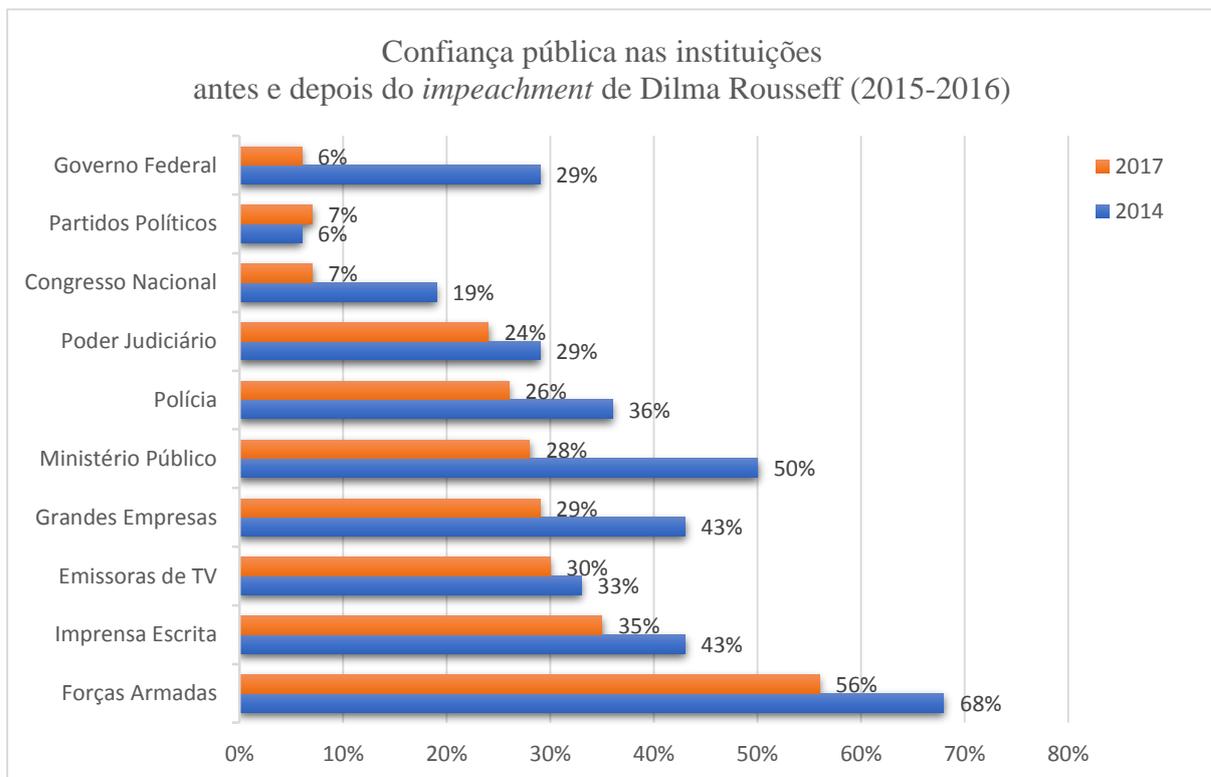
A forma do estado democrático brasileiro é liberal, funcionando por um equilíbrio instável entre dois princípios antitéticos. De um lado, há a necessidade de poder, isto é, o poder oficial, do estado e suas instituições; de outro lado, há a necessidade de redução do poder, em virtude da garantia da autonomia dos indivíduos em relação ao estado. Para Bobbio (2006, p. 32), tem-se visto, em muitos países, que liberalismo e democracia são interdependentes em dois sentidos fundamentais: na direção que vai do liberalismo à democracia, “no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático”; e na direção que vai da democracia ao liberalismo, “no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais”.

O EPM surge precisamente nesse campo de mútua coordenação e também de contradição e tensão entre poderes, de acordo com Markovits e Silverstein (1988). De fato, os escândalos políticos no Brasil nos têm mostrado que o âmbito do evento é caracterizado por um embate entre forças competitivas, que podem ser divididas, com base nos temas dos autores acima, entre a lógica pública, aberta e universal de poder e a lógica privada, secreta e excludente de poder. Assim, o EPM pode ser sumarizado na ideia segundo a qual se busca mais poder à custa do processo devido da democracia, sendo mais comum em países onde se predomina o capitalismo democrático-liberal. O número crescente de escândalos políticos na história recente do Brasil, ao tornarem públicas práticas indevidas para se conseguir, manter ou aumentar poder às expensas do processo devido do estado liberal brasileiro, tem produzido o efeito de ruptura da confiança dos brasileiros nas instituições do país.

Para mensurarmos melhor esta ruptura, convido o(a) leitor(a) a observar o gráfico abaixo, que compara dados dos relatórios dos anos de 2014 e de 2017 do ICJ Brasil (Índice de Confiança na Justiça, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – SP)⁶⁰, selecionados por mim em referência aos períodos anterior e posterior ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, para distinguir os percentuais de confiança da população em dez instituições no Brasil:

⁶⁰ Todos os relatórios anuais encontram-se disponíveis gratuitamente no site oficial do ICJ Brasil. Link: < <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Tabela 1 – Índice de confiança pública nas instituições no Brasil (2015-2016)



Fonte: Elaborado pela autora

A instituição que obteve maior percentual de queda (23%) foi o Governo Federal, assumindo a posição de instituição menos confiável (6%) em 2017. Na última década, o Brasil tem apresentado sintomas de uma profunda e irreversível crise de legitimidade e representatividade, de modo tal que o “Petrolão” pode ser lido como um fenômeno que está neste movimento experiencial de desconfiança crescente, que se manifestou mais acentuadamente em 2013 e encontrou seu grau mais elevado em nos anos de 2016 e 2017.

Em 2013, as chamadas “jornadas de junho”, com uma surpreendente mobilização social, espontânea e horizontal, sem o comando de lideranças tradicionais, como sindicatos, deram-se em um momento do país onde havia pleno emprego (a taxa de desemprego no ano foi de 5,4%, a menor desde 2002⁶¹) e ascensão de classes (cerca de 40 milhões de pessoas migraram

⁶¹ “Desemprego em 2013 foi de 5,4% segundo o IBGE”, UOL Economia, 30 jan. 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2014/01/30/desempregoibge.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

da classe baixa para a classe média⁶²). Nesse contexto, vantajoso em relação a muitos outros países à época, como Grécia e Espanha, que protagonizaram o clima de risco da economia na união europeia, caberia a leitura segundo a qual a grande motivação dos protestos estaria, não em uma crise econômica, mas no descontentamento com o modo tradicional de se fazer política no país. Alguns pesquisadores brasileiros, como Marcos Nobre (2014)⁶³ e Vladimir Safatle (2015)⁶⁴, têm apostado nesta tese. O modelo político tradicional opera sem atenção real às demandas heterogêneas da sociedade e sem diálogo com esta, quando parlamentares fazem acordos e tomam decisões à revelia da deliberação pública e da participação das coletividades representadas. Os gritos de ordem que marcaram os protestos, como “não é só pelos 20 centavos” (em referência ao aumento das passagens de ônibus em São Paulo) ou “educação padrão FIFA” (em crítica à presença do evento das Olimpíadas no Brasil) são indexicalizadores do esgotamento da política tradicional no país, ao indicarem o desejo de mudanças sociais mais substanciais.

Em 2014, o “Petrolão” fragilizou a confiança pública no governo federal de modo mais profundo, ao atingir o PT, maior partido de esquerda do país, e a própria presidente Dilma, transformando a disputa eleitoral em uma das mais acirradas desde a redemocratização. Logo após as eleições, ainda no mesmo ano, alardeou-se em jornais e revistas a reação do principal adversário de Dilma, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que classificou de “ilegítima” e “fraudulenta”⁶⁵ a vitória da petista, solicitando ao TSE uma auditoria para verificar a lisura da eleição. Em 2015 e 2016, a crise de legitimidade e representatividade avançou, com manifestações sucessivas em vários estados da união federal e caracterizadoras de uma clivagem político-ideológica violenta entre grupos sociais em torno do *impeachment*. Além da destituição da presidente, que em si já abalaria a crença no processo devido em qualquer regime democrático, o período foi de crise econômica acentuada, falta de coordenação dos pares coligados no Congresso Nacional e alardes em torno de processos judiciais contra outras

⁶² “Como a ascensão da classe C causou uma revolução social”, 12 nov. 2014, Carta Capital. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/mais-admiradas/como-a-ascensao-da-classe-c-causou-uma-revolucao-social-2482.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁶³ Faço referência à fala de Nobre no I Café Filosófico do Instituto CPFL sobre “Novos tempos na política”, 17 de novembro de 2014. Íntegra disponível em: < <http://www.institutocpfl.org.br/2014/11/17/o-que-afinal-aconteceu-em-junho-de-2013-com-marcos-nobre-video-na-integra/>>. Acesso: 20. abr. 2018.

⁶⁴ Faço referência à entrevista dada por Safatle ao Instituto Humanitas da UNISINOS – ADITAL, em 15 de março de 2015. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540865-a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶⁵ “PSDB pede ao TSE auditoria para verificar lisura da eleição”, G1 Globo, 30 out. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 26 abri. 2018.

lideranças políticas quanto a possíveis crimes de corrupção e malversação financeira, como os ex-presidentes FHC e Lula.

Em 2017, o governo Temer estreia com denúncias graves de práticas criminosas, inclusive vinculadas ao *impeachment* de Dilma, quando áudios de conversa entre o presidente e executivos da JBS revelaram a participação do emedebista no silenciamento de Eduardo Cunha⁶⁶. Atravessando o ano sob clima constante de instabilidade, o governo Temer inicia 2018 com o maior índice de rejeição popular da história⁶⁷, em um contexto de insegurança na economia: seguidas reduções da projeção de crescimento econômico pelo mercado financeiro; crescente índice de desemprego, acima de 13,1%, com destacada diminuição de postos de trabalho na indústria, na construção e no comércio, respectivamente⁶⁸; e pressões do setor de investidores e empresários quanto ao insucesso da aprovação da reforma da previdência, uma das principais promessas de Temer.

Assim, os anos de 2013 até 2017 mostram-nos que a confiança na instituição do Governo Federal tem sofrido uma queda progressiva e preocupante, chegando a ficar atrás do Congresso Nacional (7%) e dos Partidos Políticos (7%), que historicamente têm ocupado as últimas posições no *ranking* de confiança dos brasileiros.

Logo depois, chama atenção a queda (22%) do grau de confiança dos brasileiros no Ministério Público Federal (MPF), que esteve em 28% em 2017, mas já chegara a bater 44% em 2007 e 50% em 2014. A instituição adquiriu atuação protagonista na Operação Lava-Jato, mas também foi alvo de avaliações desfavoráveis, especialmente quanto a dois aspectos: os frequentes reajustes de vencimentos e gratificações das categorias, cerca de 359 servidores distribuídos em 15 carreiras, e alguns episódios jocosos ocorridos durante o escândalo do “Petrolão”.

Em julho de 2017, por exemplo, quando o país sofria a tensão das aprovações das medidas austeras do governo pós-*impeachment* para controle da crise econômica, como a aprovação da PEC 241/55⁶⁹, que estabeleceu um novo regime fiscal, com a determinação de um teto para os gastos públicos, houve reajustes salariais para todos os procuradores do

⁶⁶ “Temer é gravado por dono da JBS em conversa sobre Cunha”, Folha de São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884926-audio-mostra-temer-dando-aval-a-compra-do-silencio-de-cunha-diz-jornal.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

⁶⁷ “Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história”, Folha de São Paulo, 10 jun. 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

⁶⁸ “Desemprego vai a 13,1% em 2018”, UOL Economia, 24 abr. 2018. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/04/27/desemprego-pnad-ibge.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

⁶⁹ A íntegra da PEC 244/55 está disponível no site oficial do Senado Federal, no link < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MPF, mantendo paridade com o judiciário, de forma que o seu orçamento excedeu a casa de R\$ 3,843.00 bilhões⁷⁰ em 2018. Na prática, o pleito do MPF provocou efeito cascata, atingindo o funcionalismo federal e fazendo determinadas categorias, como a dos ministros do STF, ultrapassarem o teto de R\$ 33,7 mil. Além deste fator de desaprovação popular, o MPF também perdeu parte de sua credibilidade ao se envolver em polêmicas que afetaram a formalidade de processos judiciais durante o “Petrolão”. Por exemplo, em setembro de 2016, a OAB classificou como “espetáculo de pirotecnia”⁷¹ a apresentação da denúncia do MPF contra o ex-presidente Lula. Na ocasião, utilizando a ferramenta *power point* e empregando rótulos caricatos, como “comandante máximo” do esquema de corrupção, a apresentação dos procuradores rapidamente se transformou em piada nas redes sociais.

Em seguida, nota-se a queda (14%) da credibilidade que as pessoas depositam nas Grandes Empresas, a exemplo da própria Petrobrás, a principal *commodity* do Brasil. Com dois anos consecutivos de recessão, no primeiro semestre de 2017, as empresas brasileiras paralisaram os encaminhamentos de renegociações de dívidas e abertura de capital então previstos pelo governo federal. Houve estagnação das atividades parlamentares com o surgimento das denúncias contra Michel Temer, após delações premiadas de executivos da multinacional JBS⁷², o que fez a base do presidente e o congresso nacional dedicarem-se quase exclusivamente aos processos envoltos no caso e ao trabalho de manutenção do seu poder na chefia do executivo. Além da crise política, a situação econômica até o final de 2017 era de fechamento de dezenas de fábricas no país⁷³ e redução do número de funcionários de empresas públicas e privadas (Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Petrobrás, por exemplo, tiveram o pessoal reduzido em cerca 79% em 2017⁷⁴). Qualquer crença na capacidade das empresas de retomarem o fôlego enfraqueceu-se acentuadamente.

⁷⁰ “Em ato normativo, procurador-geral muda salários no MPF”, *Folha de São Paulo*, 04 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1915528-por-decreto-procurador-geral-muda-salarios-no-ministerio-publico-de-sp.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2018.

⁷¹ “Presidente da OAB critica ‘espetáculo’ em apresentação do MPF sobre Lula”. *Estadão*, 15 set. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-oab-critica-espetaculo-em-apresentacao-do-mpf-sobre-lula,10000076237>. Acesso em: 09 abr. 2018.

⁷² “Crise política afeta o dia a dia de empresas”, *Revista Época, Negócios*, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/05/epoca-negocios-cri-se-politica-ja-afeta-dia-a-dia-de-empresas-e-adia-tomada-de-decisoes.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁷³ “13 empresas tiveram fábricas fechadas em 2016”, *Revista Exame*, 27 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/13-empresas-que-tiveram-fabricas-fechadas-em-2016/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁷⁴ “Número de funcionários em estatais é o menor desde 2010”, *Veja*, 5 dez. 2017. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/economia/numero-de-funcionarios-e-o-menor-desde-2010-apos-pdvs/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Houve queda também da confiança nas Forças Armadas (12%) e na Polícia (10%). É importante o(a) leitor(a) notar que a instituição das Forças Armadas, embora apresente declínio, ainda é, entre as dez apresentadas no gráfico, aquela que mais detém confiabilidade (56%). Como bem descreve o jurista especializado em filosofia do direito K. Comparato (2013), na história do Brasil, dada a estrutura dualista do estado (agentes do estado e potentados privados), tal como vimos nos tópicos anteriores, as Forças atuaram no auxílio à promoção e sustentação dessa aliança conciliatória, que, com o tempo, foi confundindo-se com a estrutura do próprio estado brasileiro, lembrando Braudel (1996, p. 68), quando diz que o capitalismo só triunfa “quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”. Ao observarmos os principais momentos de mudança na sucessão dos poderes governamentais, é visível a participação contínua das Forças Armadas nos arranjos das estruturas de poder que determinam nossa história.

No Período Colonial, o poder militar, formado pelas tropas de linha, milícias e corpos de ordenança, atuou para garantir o processo de divisão territorial segundo o sistema das capitânicas hereditárias. No Império, a força militar agiu junto à coroa portuguesa para defender a nova organização política centralizada e a unidade territorial do país, mediante as constantes guerras e revoltas lideradas por outras elites brasileiras, compostas por segmentos rebeldes dos proprietários agrícolas e comerciantes urbanos, e diante de outros conflitos externos. No período de transição para a república, houve a instituição de um verdadeiro consulado militar, que, logo nos primeiros anos da República Velha, organizou sucessivas revoltas, uma vez insatisfeito com a supremacia dada ao poder civil. Na Era Vargas, a oficialidade das Forças foi amparada pelo estado, que garantiu regalias, como a ampliação de recursos orçamentários, e posições privilegiadas na máquina pública.

Mesmo após o seu enfraquecimento episódico com o suicídio de Vargas, pressionado pelo exército, marinha e aeronáutica a renunciar à chefia do estado, as Forças se mantiveram atuantes e atentas às mudanças de governo. Nos anos seguintes, a oficialidade militar conseguiu impedir a posse do presidente republicano regularmente eleito, Juscelino Kubitschek, depor o presidente em exercício Carlos Luz, impedir o retorno do vice-presidente Café Filho, que se afastara provisoriamente por razões de saúde, determinar a renúncia do presidente Jânio Quadros e liderar o golpe contra o presidente João Goulart, instaurando o regime autoritário da Ditadura Militar no país.

Se, de um lado, a população esteve fora dos grandes acordos que determinaram os rumos da história do Brasil, de outro, viu as forças de repressão, na forma das Forças Armadas e da política, aparecerem em momentos conturbados, colocando-se como o poder que vai

garantir a ordem e a resolução dos conflitos. Um poder absoluto e perpétuo, cujo funcionamento opera à maneira de um poder moderador na democracia capitalista brasileira, que é chamado a atuar em contextos de pânico, onde os demais poderes, da justiça e da política, por exemplo, parecem falhar em suas competências. O “Petrolão” revela isso de modo paradigmático. Em 2015 e 2016, durante protestos a favor do *impeachment* imediato de Dilma, centenas de grupos de manifestantes, em todo o país, reivindicaram intervenção militar.

Os argumentos predominantes foram os mesmos empregados em situações anteriores na nossa história, isto é, a necessidade de ordem e moralidade mediante ambiente caótico, a necessidade de combate à corrupção e à ameaça comunista e a necessidade de manter a estrutura de poder oligárquica hegemônica no país. Vale lembrar ao(à) leitor(a) que o maior protagonismo dessas manifestações deu-se na Avenida Paulista, principal marco comercial de São Paulo, com o símbolo de um pato gigante criado pela FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), que, segundo documentos revelados pela Escola Superior de Guerra⁷⁵, colaborou com a logística que orquestrou o Golpe de 64. O chamamento à intervenção contou, também, com apoio de parlamentares. Na votação do impedimento na casa legislativa, por exemplo, um deputado federal prestou homenagem ao coronel Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi de São Paulo (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura, acusado de realizar e comandar práticas de tortura durante o regime militar.

O judiciário, relativamente às Forças e à polícia, também apresentou queda de confiança (5%). Ele integra o grande poder soberano do Estado, aquele que tem o direito ao uso da repressão física e que está, em comparação aos demais poderes republicanos, o mais distante possível da participação popular. Segundo o raciocínio dominante durante o “Petrolão”, o judiciário é o poder republicano que oferece mecanismos de solução de conflitos no estado democrático de direito, surgindo como razão, pois é aquele que investiga imparcialmente práticas de transgressão, como normatização, pois é interpelado a agir com o propósito de resolver tensões segundo as leis, e como decisão, isto é, é quem dá a palavra definitiva acerca da validade de provas e da culpabilidade dos investigados na Lava Jato. Logo, o poder judiciário, ao longo do escândalo, pareceu estar revestido por um manto sagrado, contra o qual qualquer objeção consistia em mácula à lei e ao lado de quem a população deveria ficar na luta contra a corrupção.

⁷⁵ “Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64”, Folha de São Paulo, 01 jun. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463226-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml> Acesso em: 03 mar. 2018.

Ocorre que a confiança no poder da justiça (24%) só tem diminuído. O “Petrolão” evidenciou a queda expondo seus aspectos mais importantes, como a expectativa da sociedade civil de que as punições não seriam seletivas e baseadas nos vieses ideológicos e partidários do jogo político tradicional, o desejo de que não se moveriam ações persecutórias contra uma figura ou outra, a crença na ausência de práticas de compensação (quando juízes e desembargadores condenam certos políticos, mas arquivam as denúncias de outros) e de assédio ou abuso (quando, por exemplo, deixa-se vazar na mídia áudio de conversas particulares com a presidente). Além disso, há um histórico de queixas da população mais carente, que não têm (ou possui pouco) acesso aos recursos de defesa na justiça, tendo seus direitos básicos frequentemente violados. Ao trazer o judiciário para o foco dos holofotes no cenário nacional, o escândalo também possibilitou que muitos defeitos e falhas da então instituição que exerce e guarda a lei fossem trazidos à vista. Por exemplo, entre o final de 2017 e o início de 2018, em um contexto de medidas austeras para controle da economia, juízes fizeram greve⁷⁶ por aumento salarial e manutenção de auxílio-moradia no valor de R\$ 4.377,00, inclusive para aqueles que já possuem imóvel próprio na cidade onde trabalham e/ou residem. Esse conjunto de fatores, trazidos à esfera pública em razão da visibilidade do “Petrolão”, torna o judiciário uma das instituições que têm perdido, cada vez mais acentuadamente, a confiança dos brasileiros.

A população brasileira mostra que age e reage no contexto de forte polarização de forças e de crise do funcionamento do sistema político e institucional através da mediação dos meios de comunicação. São eles que nos contam as histórias, que narram os acontecimentos como matéria para consumo privado e cotidiano, a partir da qual classificamos, distinguimos, compreendemos e julgamos eventos e sujeitos. Embora, naturalmente, esteja longe de falar de uma relação de determinação da imprensa sobre os brasileiros consumidores de notícias, devo sublinhar que os *media* ocupam lugar privilegiado na confiança dos brasileiros: de acordo com o gráfico exibido, a tevê e a imprensa escrita tiveram, em termos percentuais, as menores quedas, de apenas 3% e 8% respectivamente. O Brasil é o segundo país do mundo com maior confiança na mídia⁷⁷, especialmente nos casos da TV, presente em mais de 97% dos lares brasileiros, e da imprensa escrita, nos formatos impresso e online. Além do aumento de investimento de publicidade no setor e das mudanças nos modelos de apresentação dos

⁷⁶ “Juízes em greve por auxílio-moradia”, *Gazeta do Povo*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/juizes-em-greve-por-auxilio-moradia-dizem-que-criese-so-chegou-para-eles-8bpy0vrg6xjwzbxgqn6vm8irs>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁷⁷ “Brasil é o segundo país com maior confiança na mídia”, *Globo G1*, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/brasil-e-segundo-pais-com-a-maior-confianca-na-midia-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

noticiários, como vimos na subseção 4.2, outros fatores relevantes para a resistência à desconfiança dos brasileiros são, primeiro, a cobertura ao vivo com atualização 24h por dia, o que gera o efeito de compromisso com a pauta informada, e, segundo, a ameaça das chamadas “*fake news*”.

Na internet em geral e em redes sociais mais particularmente, são inúmeras as páginas e os perfis que, simulando organizações de comunicação, produzem e circulam notícias falsas, influenciando o debate político e provocando efeitos prejudiciais à deliberação pública acerca de questões fundamentais para os cidadãos, ao criar rumores e boatos que, pela repetição, tornam-se verdades para um número inestimado de pessoas. Em 2018, por exemplo, o Facebook removeu mais de 196 páginas e 87 perfis de conteúdo político que eram falsos, muitos dos quais vinculados ao MBL (Movimento Brasil Livre)⁷⁸, que teve forte atuação nas interpelações, via internet, para as manifestações pró-*impeachment*. Em tempos de polarização, como o das eleições de 2014, os ciborgues⁷⁹ são frequentemente explorados no ambiente político de fortes acirramentos para interferir nas disputas, tal como ocorreu com os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Renan Calheiros (MDB-AL) e o atual presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE)⁸⁰, quando perfis falsos publicaram elogios ao adversário de Dilma durante os debates, produziram *hashtags* defendendo o alagoano nas manifestações de 2013 a favor de seu *impeachment* e inventavam números de eleitores e clima de “já ganhou” com o Eunício nas eleições para governador no Ceará. A desconfiança com os dados que circulam em redes sociais faz muitos consumidores de notícias migrarem para plataformas de imprensa escrita, a fim de se assegurarem da veracidade dos acontecimentos. Pensando nisso já para as eleições de 2018, que prometem ser mais acirradas que as de 2014, o canal G1/Globo, em parceria com O Globo, Extra, Época, Valor, CBN, GloboNews e TV Globo, divulgou, em julho de 2018, o mais novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos, o “Fato ou Fake”, com o propósito de “esclarecer o que é real e o que é falso”, fortalecendo a identidade da imprensa como porta-voz imparcial da verdade, sem aprofundamento da problemática em torno dos critérios pelos quais se define uma declaração como verdadeira ou falsa.

⁷⁸ “Após remoção do facebook, cúpula do MBL troca whatsapp por telegrama e prepara ofensiva”, BBC Brasil, 25 jul. 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44962130>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

⁷⁹ Ciborgues são uma evolução dos robôs ou bots, em que se mistura tecnologia comportamentos humanos reais, criando rastros no espaço virtual mais difíceis de serem identificados. Cf. *Série Democracia Ciborgue* (2017) da BBC.

⁸⁰ “Exclusivo: investigação revela exército de perfis falsos usados para influenciar eleições no Brasil”, BBC Brasil, 8 dez. 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 4.3, apresentei a análise da conjuntura do “Petrolão” com foco sobre os principais aspectos da rede de práticas que compõe a disposição estrutural do escândalo na vida social. Em uma leitura sintomática, pode-se definir tais aspectos como obstáculos que mantêm o tipo de ordenação social e de configuração de práticas que instituem o escândalo como luta de poder. Assim, o diagnóstico definido envolve os seguintes aspectos:

- a) O colapso da política de pactos da Nova República, pois o “Petrolão” surge da ineficiência e precariedade da política de conciliação, que, por muitos anos, sustentou algum equilíbrio entre a lógica pública do poder (o estado, suas instituições e seus agentes) e a lógica privada do poder (nas formas dos potentados privados);
- b) O avanço da pauta do neoliberalismo no país, uma vez que o “Petrolão” revelou parte do conjunto de interesses no impedimento do Governo Dilma com foco sobre a garantia de efetivação de reformas antipopulares e de manutenção das formas de vida hegemônicas e privilegiadas no país;
- c) A ruptura da confiança pública no processo devido da democracia brasileira, dado que o escândalo do “Petrolão” marcou o rompimento irreconciliável do laço de soberania no país, aprofundando as crises de representatividade e de legitimidade;

Compreendida a conjuntura do “Petrolão”, dedico-me, na seção seguinte, à análise da semiose da prática social em particular dos *media* e da constituição discursiva e textualmente mediada do evento.

5 ANÁLISE TEXTUAL DETALHADA DO “PETROLÃO”: OS MECANISMOS LINGUÍSTICOS EMPREGADOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL

“Precisamos compreender o processo de mediação, compreender como surgem os significados, onde e com que consequências [...] Precisamos compreender sua política.”

(SILVERSTONE, 2002, p. 43)

Na seção anterior, apresentei ao(à) leitor(a) a análise estrutural do “Petrolão”, como primeira parte da etapa II do enquadre metodológico que arquiteta meu trabalho de investigação, examinando a disposição conjuntural do EPM. Nesta seção, dedico-me à análise interacional do evento, englobando a segunda parte do enquadre, que contempla: a análise da prática social em particular e a análise do discurso, que examina o modo de operação da semiose do escândalo no nível do texto.

Assim, começo, na subseção 5.1, pela análise do que propus chamar de prática discursiva articulatória dos *media*, a fim de delimitar o caminho metodológico de definição da semiose do escândalo da Petrobrás, segundo os propósitos de investigação. Neste momento, examino a formação discursiva do “Petrolão” a partir da mediação textual realizada pelo que classifico como instâncias enunciativas de mídia. Depois, identifico e discuto as relações de dominância presentes nessa interação textual, distribuídas principalmente entre mídias corporativa e alternativa. Em seguida, apresento o processo de recorte da semiose do escândalo para exame particular, segundo os propósitos desta pesquisa, discriminando os procedimentos de organização narratológica do evento e de coleta do *corpus* para análise textual detalhada. Feito isso, nas subseções seguintes, 5.2, 5.3 e 5.4, dedico-me respectivamente ao exame dos significados acional, representacional e identificacional das práticas discursivas articulatórias das revistas *Veja* e *Carta Capital*.

5.1 METODOLOGIA DE DEFINIÇÃO DA SEMIOSE DO EPM: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ARTICULATÓRIAS DOS *MEDIA*

Nesta subseção, delinheiro o caminho metodológico de definição da semiose do “Petrolão”, a fim de selecionar e organizar o *corpus* para análise textual detalhada. Inicialmente,

examino a formação discursiva do escândalo, que constitui a mediação textual do evento. Em seguida, identifico e discuto as relações de dominância presentes nessa interação textual, classificando-as quanto às instâncias enunciativas de mídia corporativa e alternativa, de modo a eleger as revistas de periodicidade semanal *Veja* e *Carta Capital* como representantes das distintas forças de constituição semiótica do escândalo da Petrobrás. Depois, detalho o processo de coleta do *corpus* para análise textual detalhada, especificando os procedimentos adotados.

5.1.1 A formação discursiva do evento: regularidade, dispersão e conflitos

Na seção 4, mostrei ao(a) leitor(a) que a disposição conjuntural do “Petrolão” configura uma estruturação de práticas sociais, organizadas em campos e articuladas quanto a objetivos de controle, que compõe o espaço mesmo em que os distintos movimentos de significação do evento se dão. Trata-se da estruturação social das diversidades semióticas nas ordens de discurso. Como explica Foucault, as ordens de discurso referem-se aos procedimentos, presentes em toda sociedade, “de controle da produção, da seleção, da organização e da (re)distribuição do discurso” (FOUCAULT, 1997, p. 8). Um aspecto importante do âmbito conjuntural das enunciações que, historicamente, vão compondo o evento é que o campo da mídia não consiste apenas em uma esfera da ordenação social do “Petrolão”, como o são também os campos da política e da justiça. Há, aqui, uma particularidade absolutamente fundamental para a compreensão da mediação do EPM: são os *media* que regem, até certo ponto, os movimentos de significação no evento, selecionando, interpretando, classificando, organizando, distribuindo e recontextualizando os textos originalmente produzidos no interior de outras práticas, pertencentes a outros campos sociais com suas próprias regras.

Assim, quero me referir à esfera de atuação dos *media* como constituindo a complexa e heterogênea formação discursiva do evento. Estou empregando a noção de formação discursiva em um sentido específico, apropriando-me da contribuição de M. Foucault para a análise de discurso que realizo⁸¹. Uma formação discursiva não se unifica em virtude de um objeto comum, de um estilo comum de produção de enunciados, de uma constância de conceitos ou de uma permanência de certo tema, mas em virtude de uma “regularidade na dispersão”, conforme enfatiza Foucault (2009, p. 43). De fato, as significações no “Petrolão” são movimentadas, de um lado, por certa dispersão, uma vez que, na movimentação

⁸¹ Lembrando Courtine (1981, p. 40), devemos “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar dentro da ADTO”.

interdiscursiva de textos regida pela mídia, são (re)articulados diferentes dizeres, recontextualizados de outros campos sociais; e, de outro lado, por certa regularidade, pois esse processo de mediação possui suas próprias regras e modos de operação, específicos das organizações de mídia, como mecanismos de investigação e acesso a informações, planejamento, fluxo de publicações, *design* editorial e perfil de comunicabilidade.

Há, pois, no campo da mídia, um dado conjunto de relações entre sua produção semiótica (a prática discursiva articulatória de mediação textual) e outros elementos que fazem parte desta prática, como instituições, normas, sujeitos, técnicas e procedimentos. É esta totalidade das relações entre a semiose e outros elementos da prática dos *media*, considerando a interação entre a mídia e outros campos sociais, como vimos anteriormente, que compõe o espaço em que o escândalo do “Petrolão” constitui-se como objeto de conhecimento. Quero dizer com isso que as práticas discursivas articulatórias de mediação através de textos formam cognitivamente, sob condições de controle e de conflitos, modos de conceber, classificar, compreender e julgar o escândalo. Formam-se consensos, memórias, crenças e opiniões. Há controle sobre os discursos, sua seleção, produção e circulação, decidindo-se sobre a relevância de temas, a definição ou a mudança de pautas e a quantidade e o recorte de informações, por exemplo.

A formação discursiva do “Petrolão” não é um bloco homogêneo que funciona automaticamente na vida social. Como explica Orlandi (2000, p. 44), as formações são “constituídas pela contradição”, são “heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas”. No “Petrolão”, o que temos são sempre articulações de práticas de produção discursiva, uma rede contraditória e marcada por conflitos. Os limites do campo midiático configuram-se e reconfiguram-se continuamente nos movimentos de significações no esforço pela gerência do conhecimento e da informação no escândalo. Não há, pois, razão para se buscar o sentido único e legítimo ou a verdade do “Petrolão”, pois, quando afirmo que se trata de um evento constituído discursivamente, estou procurando evidenciar que o escândalo tem sua identificação na sociedade apenas na forma de fixação relativa e precária que acompanha a sua instituição semiótica pelos *media*. Não podemos fugir da materialidade de sua discursividade. Na formação e progressão semiótica do escândalo, através da mediação dos meios de comunicação, relações de dominância são identificadas entre distintas instâncias de enunciação do evento, o que veremos a seguir.

5.1.2 As relações de dominância na interação textual: mídia corporativa e mídia alternativa

Compreendida a formação discursiva do “Petrolão” como campo que realiza a mediação de significações do evento através de textos, concebidos como interação, gostaria de chamar a atenção do(da) leitor(a) para uma característica particularmente importante quanto a questões de poder desta estruturação e ordenação semiótica do escândalo: a dominância. Dominância, conforme esclarece Fairclough (2012, p. 310), diz respeito às “maneiras de construir sentido que são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso”, enquanto outras são “marginais, subversivas, alternativas”.

As formas de poder social em termos de domínio são constitutivas da semiose do escândalo, pois há esforços de controle sobre modos de atuar na realidade e intervir sobre acontecimentos, através do uso de determinados gêneros discursivos, como a notícia; sobre modos de manipulação de modelos mentais de compreensão do escândalo, por meio de representações de determinadas práticas e transgressões; e sobre modos de definir desempenhos de sujeitos, instituições ou grupos quanto a relações de posições particulares no jogo de poder, através de mecanismos discursivos de antagonização, por exemplo.

Assim, no processo de formação discursiva do “Petrolão”, identifiquei duas instâncias enunciativas principais na constituição semiótica do evento midiático:

5.1.2.1 Instância enunciativa de mídia corporativa: a revista *Veja*

Como a expressão instância enunciativa de mídia corporativa (IEM-corporativa), refiro-me à comunicação baseada no acesso privilegiado e preferencial a recursos financeiros e simbólicos valorizados em nossa cultura. Durante o “Petrolão”, variados veículos de imprensa de circulação massiva atuaram, de um lado, na construção da memória e do consenso do escândalo como objeto de conhecimento, à maneira de uma fabricação de sentidos com o propósito de instituir uma hegemonia, e, de outro, na contínua (re)estruturação de estratégias políticas nos jogos de poder em torno do *impeachment*. Classifico estes veículos como IEM-corporativa à medida que entendo o seu funcionamento como *carrier-group*: são mídias que “operam na massificação de um determinado olhar e produção de sentido sobre um acontecimento” (CASTILHO, LIMA, 2014, p. 177). Estes veículos, portanto, agem na dominância de determinada narrativa do evento em detrimento de outras, mantendo ou sustentando certos arranjos de poder historicamente estabelecidos.

Para o fim de análise da constituição discursiva e textualmente mediada do “Petrolão”, o veículo que seleciono como representante da IEM-corporativa é a revista *Veja*. Fundada em setembro de 1968, durante o regime militar brasileiro, *Veja* é a maior publicação no país em números absolutos: faz circular cerca de 862 mil exemplares por semana, com mais de 6 milhões de leitores e 30 milhões de usuários no site⁸². Pertence ao Grupo Abril, um dos maiores conglomerados de comunicação e distribuição da América Latina, que possui mais de 90 títulos e sites, entre mídia, distribuição, licenças, assinaturas, *big data*, operação e-commerce, eventos, *branded content* e gráfica. Em 2017, a revista havia publicado dezenas de matérias sobre o “Petrolão”, entre notícias, reportagens e entrevistas, considerando o total das publicações desde 2014, com as primeiras denúncias de corrupção na Petrobrás. Lembro o(a) leitor(a) que, dado o engajamento da revista na “cobertura” do evento, houve evidente ampliação de sua visibilidade: ainda em 2017, *Veja* obteve a maior receita de sua história (48% maior que a de 2016) com a venda de anúncios publicitários e passou a fazer circular pelo menos 20 mil exemplares a mais por edição do que nos anos anteriores⁸³.

5.1.2.2 Instância enunciativa de mídia alternativa: a revista *Carta Capital*

Identifico o tipo de comunicação que não exerce poder de controle efetivo e assume uma postura de resistência aos modelos de cognição social instituídos pelos grupos de mídia dominantes como instância enunciativa de mídia alternativa (IEM-alternativa). Como esclarece Grinberg (1987, p. 20), a comunicação alternativa é uma expressão que pode ser usada para identificar aqueles meios de comunicação que fazem “frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a propriedade e/ou controle dos meios de informação”. Entendo, pois, que a IEM-alternativa opera como contra-pauta em relação aos congêneres hegemônicos, desmonopolizando ou pulverizando as movimentações de significados no “Petrolão”. Durante o escândalo, a comunicação alternativa geralmente abordou temas distintos da pauta estabelecida pela IEM-corporativa, fez crítica direta à imprensa hegemônica e alterou a hierarquia de informações, dando prioridade a outros aspectos dos acontecimentos tornados públicos.

Para o exame da constituição discursiva e textualmente mediada do “Petrolão”,

⁸² “Veja”, PubliAbril, s/d. Disponível em: < <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁸³ “Revista Veja supera 48% em sua receita publicitária de janeiro”, Grupo Abril, s/d. Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/imprensa/releases/revista-veja-supera-em-48-sua-receita-publicitaria-de-janeiro/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

comparativamente à IEM-corporativa, cuja representante selecionada é a revista *Veja*, escolho como exemplar da IEM-alternativa a revista *Carta Capital*. Lançada em 1994, hoje é publicada semanalmente pela Editora Confiança, que possui, além da Carta, apenas mais dois títulos, a *Carta na Escola* (para professores do Ensino Médio) e a *Carta Fundamental* (para docentes do Ensino Fundamental), mantendo, ainda, algumas colunas e blogs independentes e uma unidade produtora audiovisual, a *TV Carta*. A revista causa polêmica desde 2002, assim como nas eleições seguintes, com suas declarações abertas de apoio às candidaturas de Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT) à presidência da república. Com queda progressiva no índice de circulação nacional por edição, saindo da média de 29.513 em 2014⁸⁴ para 20.594 no primeiro semestre de 2017⁸⁵, enquanto *Veja* alcança crescimento de 8% na mesma época, *Carta Capital* tem se mobilizado cada vez mais no meio digital e virtual, com quase 2 milhões de seguidores, onde o público de leitores e os formatos de comunicabilidade são mais diversificados.

Selecionadas as revistas *Veja* e *Carta Capital* para exame da constituição semiótica do “Petrolão”, dedico-me, a seguir, ao procedimento de coleta de *corpus* para análise textual detalhada.

5.1.3 O processo de coleta do *corpus* para análise textual

O “Petrolão” é, como o(a) leitor(a) tem observado ao longo do meu percurso de discussão, um evento cuja conjuntura é extensa temporalmente, pois se desdobrou entre as eleições de 2014 e a efetivação do *impeachment* no final de 2016, e bastante complexa em termos de articulações de poder. Logo, o meu esforço na direção de delimitar um corpo para a análise textual detalhada lança mão de dois procedimentos metodológicos, a partir dos quais defino a sequência narrativa do “Petrolão” e seleciono as notícias para exame das práticas discursivas articulatórias de *Veja* e *Carta Capital*.

5.1.3.1 Procedimento I: organização cronológica do “Petrolão” em sequências narrativas

É comum que no EPM surjam muitos elementos surpreendentes, como novas denúncias, novos personagens, novas transgressões, que reconfiguram o relato do evento

⁸⁴ “Circulação de revistas semanais”, Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER), s/d. Disponível em: < <http://www.aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao> > Acesso em: 14 jun. 2017.

⁸⁵ “Veja cresce 8% em circulação e chega a 80% de participação de mercado”, Exame, 3 jul. 2017. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/veja-cresce-8-em-circulacao-e-chega-a-80-de-participacao-de-mercado-shtml/> >. Acesso em: 22 jul. 2017.

continuamente. Mediante esta natureza do escândalo, Thompson (2002) propôs entendê-lo a partir de sua organização em fases de desenvolvimento: i) pré-escândalo, quando surgem as denúncias; ii) escândalo propriamente dito, quando o evento se desdobra; iii) clímax, quando o escândalo alcança sua fase mais crítica, por exemplo, com confissões de culpa, renúncias, demissões e julgamentos; e iv) consequências, quando se dão avaliações acerca dos fatos e se discutem seus efeitos sobre a vida dos sujeitos envolvidos.

Embora eu siga a proposta do autor de organizar o evento em períodos, eu o faço apenas parcialmente, pois, considerando as particularidades do “Petrolão” e minha argumentação em torno de sua constituição semiótica, prefiro trilhar o caminho de disposição cronológica do escândalo em foco em termos de narratologia. O relato do “Petrolão” é bastante difuso, ora parece estar se dando o desfecho de seu enredo (quando, por exemplo, o período eleitoral acaba e o escândalo perde fôlego na mídia), ora parece estar chegando a um momento de clímax (quando, em 2015, na esteira do esquema de corrupção na Petrobrás, o pedido de *impeachment* desestabiliza o segundo governo de Dilma, com as chamadas “pedaladas fiscais” como transgressão secundária). A linguagem jornalística é investida esteticamente na corrida para noticiar os fatos polêmicos em primeiro lugar e de modo a garantir a atenção do público, que acompanhará o desenrolar da história à maneira de uma novela ou série. Além desses fatores, o próprio ritmo da Operação Lava Jato intervém sobre as sequências do evento, pois há fases que duram algumas semanas, outras meses. Por isso, a narratologia me é útil para ver esta progressão semiótica do “Petrolão” não como uma linha reta, regular e causal de fatos, mas como construto de significações historicamente estabelecido e contingencialmente determinado pelas tensões de poder entre os campos sociais que configuram o escândalo.

Segundo Motta (2013, p. 97), na narratologia dispõe-se o evento em unidades temáticas, isto é, “intrigas que contenham princípio, meio e final de uma estória única (como aliás fazem, de maneira natural, os leitores, ouvintes e telespectadores nos atos de recepção)”. Tais unidades temáticas são tratadas, aqui, em termos de sequências narrativas. Conforme Barthes (1975, p. 63), sequência narrativa é uma série lógica de núcleos, em que as unidades são ameaçadas, à medida que “a dimensão temporal, sobre a qual se encontram situadas, é ‘dicotomizada’ em um antes vs um depois” (BARTHES, 1975, p. 63). Essa dicotomia corresponde à reviravolta da situação, às mudanças de tema entre um momento e outro do escândalo. Assim, organizo a progressão semiótica do “Petrolão” em sequências narrativas, que são estruturadas em quatro núcleos temáticos, conforme ilustra a tabela mais à frente.

A primeira sequência narrativa corresponde ao período entre os meses de março e setembro de 2014, quando foram alardeadas as primeiras denúncias, sustentadas com base em

delações premiadas, mediante acordos de colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), especialmente as do doleiro Alberto Yousseff, acusado de comandar o esquema de corrupção na estatal, e do diretor de abastecimento da empresa Paulo Roberto Costa. Nesse momento, foram amplamente divulgados na imprensa os resultados das primeiras fases da Operação Lava-Jato, cujo foco inicial era o esquema de propinas entre empreiteiros, dirigentes da Petrobrás e parlamentares durante os últimos governos petistas: confissões de práticas criminosas, prisões temporárias, mandados de busca e apreensão, conduções coercitivas e bloqueios de contas no exterior.

A segunda sequência narrativa do “Petrolão”, que se desdobra entre outubro de 2014 a janeiro de 2015, envolve os acontecimentos ocorridos em torno das eleições presidenciais, consideradas das mais competitivas na história recente do Brasil. A Operação Lava-Jato estava caminhando para as suas fases sétima e oitava, tendo destaque na imprensa as prisões de executivos de grandes empresas e, especialmente, as do ex-diretor de serviços da Petrobrás Renato Duque e do ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró. Popularizam-se os nomes das empresas participantes dos carteis denunciados a propósito do esquema na estatal, como Camargo Correa, OAS, Odebrecht, Galvão Engenharia, Mendes Jr., Engevix, UTC e Queiroz Galvão, de tal modo, que, à medida que as delações ocorriam, as imagens da presidente Dilma e do PT tornaram-se os principais alvos dos holofotes da imprensa.

A terceira sequência, que segue de fevereiro a dezembro de 2015, marca o momento mais crítico da desestabilização do Governo Dilma, quando a crise econômica encontrou seus piores números na última década e a crise de governabilidade imobilizou o poder executivo mediante a câmara dos deputados, apática às propostas da chefia do estado. A partir da sua décima oitava fase, a Lava-Jato alcançava nomes e siglas importantes no alto escalão da política, da administração do Petrobrás e do meio empresarial: a imprensa focou as prisões José Dirceu (ex-ministro no governo PT), Delcídio do Amaral (senador petista), João Vaccari Neto (tesoureiro do PT) e de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques (empresários), além de diversos afastamentos e renúncias de cargos. Neste contexto, a Operação começou a atingir lideranças de outros partidos e ganhou forte apoio popular. Ao fim de 2015, o presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apareceu como um dos principais beneficiários dos esquemas de corrupção na Petrobrás. Depois de denúncia da Procuradoria Geral República (PGR) contra o parlamentar e do cumprimento de mandados de busca em sua residência, expedidos pelo MPF e pela PF, o deputado foi levado a julgamento no Conselho de Ética da casa legislativa, onde o partido PT votou a favor da cassação de Cunha. Em resposta imediata, na mesma data, Cunha deu início ao processo de *impeachment*.

A quarta sequência narrativa do “Petrolão” começa em janeiro de 2016, quando a Lava-Jato já caminhava para a sua vigésima segunda fase e passava a trazer à tona correligionários de lideranças na câmara e no senado, como Henrique Eduardo Alves, Renan Calheiros, Edison Lobão e Romero Jucá, todos da sigla MDB, e segue até outubro do mesmo ano, quando, após o encerramento do processo de *impeachment*, o Brasil passa a ser presidido por Michel Temer (MDB), que imediatamente começa a viabilizar uma série de reformas impopulares, como vimos na seção 4. Nesse período, quando *impeachment* era processado e julgado, enquanto Lula ganhava as manchetes de jornais e revistas com o alvoroço em torno do mandado de condução coercitiva, outros nomes ligados ao PT, como Antonio Palocci (ex-ministro da casa civil) e Paulo Bernardo (ex-ministro do planejamento de Lula e ex-ministro das comunicações de Dilma), eram alvejados pela imprensa, enfraquecendo cada vez mais acentuadamente a credibilidade e a confiança no governo da presidente, que, em agosto, foi destituída do cargo. Após este período, o “Petrolão” sai do cenário midiático, sendo mencionado apenas ocasionalmente tempos depois, especialmente nos anos de 2017 e 2018, em razão da prisão de Lula e dos novos efeitos gerados pelas fases da Lava-Jato que interferiam nas eleições presidenciais de 2018.

Delimitadas as sequências da narratologia do “Petrolão”, passo ao segundo procedimento de coleta do *corpus*.

5.1.3.2 Procedimento II: identificação de perfil contrastivo entre notícias

Entre maio de 2014 e outubro de 2016, as revistas *Veja* e *Carta Capital* publicaram dezenas de notícias acerca do “Petrolão” dentro do universo de centenas ao longo das fases da Operação Lava-Jato até o presente momento, ano de 2018. A IEM-corporativa foi o primeiro veículo de mídia a publicizar as denúncias iniciais em torno do escândalo, mantendo constante engajamento na manutenção do EPM como pauta central de suas principais matérias. A IEM-alternativa, por sua vez, logo assumiu o lugar de contra pauta, de voz dissidente em relação à abordagem dos acontecimentos focados pelos congêneres hegemônicos. Diante das interações, através de textos, promovidas pelas instâncias corporativa e alternativa de enunciação midiática, interações estas caracterizadas em razão do âmbito da formação discursiva heterogênea, difusa e conflitiva do “Petrolão”, lanço mão de um procedimento para coligir as notícias das IEM’s, correspondentemente às quatro sequências da narratologia do evento, baseado no que estou chamando de perfil contrastivo.

Primeiro, organizo o conjunto de dezenas de notícias publicadas pelas revistas, em

ambiente virtual on-line⁸⁶, de acordo com o período referente às sequências narrativas do escândalo. Segundo, seleciono aquelas cujo conteúdo considero mais diretamente associado à unidade temática de cada período da narrativa, apresentados particularmente no procedimento I de coleta do *corpus*. Terceiro, elejo para cada sequência duas notícias, uma de cada revista, orientada pelo contraste entre os perfis dos textos. O(a) leitor(a) deve entender que, por contraste, refiro-me ao tipo de relação entre os textos que é definida por contradições ou momentos de divergência acerca do que está sendo informado, à maneira de um efeito de paralaxe, em que há deslocamentos na significação de um determinado objeto-de-discurso em razão dos pontos de vista de abordagem. Ao todo, são oito notícias compondo o *corpus* da investigação. Ao longo da análise de textos, nas subseções seguintes, evidenciarei os pontos de contraste comparativamente, ao apresentar e examinar cada notícia selecionada.

Para que o(a) leitor(a) não encontre dificuldade em identificar as notícias sob exame como pertencendo a uma ou outra revista e como situada em um ou outra sequência narrativa do escândalo, esclareço que identifico os textos do seguinte modo: emprego a inicial N para registro do gênero notícia, a numeração em algarismos romanos (I, II, III e IV) para registro das sequências narrativas e as abreviações V e CC para registro dos nomes das revistas, respectivamente *Veja* e *Carta Capital*.

Ao fim de ambos os procedimentos metodológicos, sintetizo, no quando adiante, a delimitação da semiose do evento para análise textual detalhada, exibindo a seleção e organização do *corpus*:

⁸⁶ Esclareço ao(à) leitor(a) que selecionei apenas notícias publicadas em ambiente virtual on-line em razão de a capacidade de circulação sem maior e mais acelerada do que na forma impressa, podendo ser compartilhadas a partir de redes sociais de maneira imensurável. Além dos recursos de tecnologia, o outro elemento que corrobora para esta circulação maximizada é a gratuidade de acesso às matérias. O acesso a reportagens completas só é possível, em ambas as revistas, mediante assinatura particular paga.

Quadro 12 - Disposição narratológica do “Petrolão”: seleção e organização do *corpus*

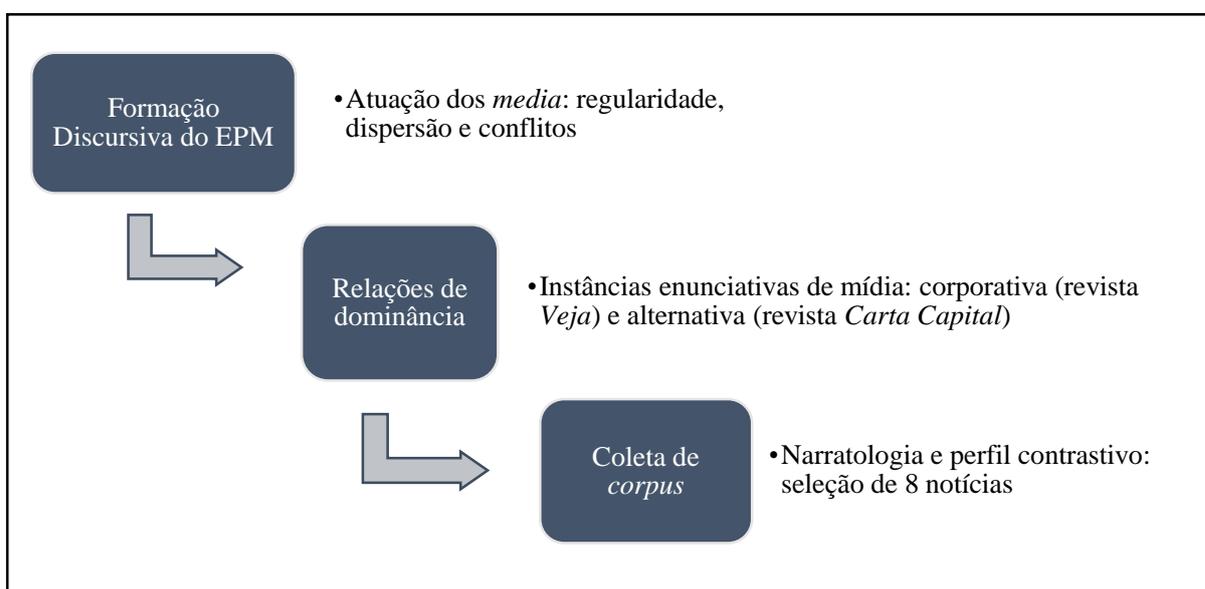
Sequência narrativa	Unidade temática	Veja	Carta Capital
I (março de 2014 - setembro de 2014)	<p>Deflagração da Operação Lava Jato pela PF A PF realiza a operação Lava-Jato. O foco da investigação era o esquema de propinas entre empreiteiros, dirigentes da Petrobrás e parlamentares. As primeiras denúncias surgiram a partir de delações premiadas prestadas pelo doleiro Alberto Yousseff, acusado de comandar o esquema, e pelo Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobrás.</p>	<p>Texto: NI-V Fornecedores da Petrobrás sob suspeita financiaram campanha de 121 parlamentares em atividade. (publicada em: 07/05/2014)</p>	<p>Texto: NI-CC Operação Lava Jato está nas mãos de Sérgio Moro e Rodrigo Janot. (publicada em: 10/09/2014)</p>
II (outubro de 2014 - janeiro de 2015)	<p>Eleições presidenciais de 2014 Durante as eleições de 2014, a mais acirrada da história recente do Brasil, a Lava-Jato tinha como foco da investigação a formação de cartel de empresas que atuavam junto à Petrobrás (Camargo Correa, OAS, Odebrecht, Galvão Engenharia, Mendes Jr., Engevix, UTC e Queiroz Galvão). Com a publicação de trechos das delações de empresários e funcionários da estatal, o nome de Dilma e a sigla do PT passam a chamar a atenção dos holofotes da imprensa.</p>	<p>Texto: NII-V Dilma e Lula sabiam da roubalheira na Petrobrás, segundo Youssef. (publicada em: 23/10/2014)</p>	<p>Texto: NII-CC TSE: a publicidade da VEJA é propaganda eleitoral. (publicada em: 25/10/2014)</p>
III (fevereiro de 2015 - dezembro de 2015)	<p>Desestabilização do governo de Dilma Rousseff Período de crises econômica e governamental. Há prisões de políticos, funcionários da Petrobrás e grandes empresários, além de diversos afastamentos e renúncias. Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apareceu como um dos principais beneficiários do esquema da Petrobrás. Depois de denúncia da PGR contra o parlamentar e cumprimento de mandatos de busca em sua residência, o deputado foi julgado no Conselho de Ética, onde o partido PT votou a favor da sua cassação. Em resposta, Cunha dá início ao processo de <i>impeachment</i>.</p>	<p>Texto: NIII-V O penúltimo degrau da Lava Jato. (publicada em: 19/06/2015)</p>	<p>Texto: NIII-CC As consultorias na mira da Lava Jato. (publicada em: 03/07/2015)</p>
IV (janeiro de 2016 - outubro de 2016)	<p>O processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff A Lava Jato traz à tona os nomes de outros correligionários do partido MDB, além de Eduardo Cunha. Durante as votações do <i>impeachment</i> na câmara e no senado, a sigla do PT e os nomes de Lula e Dilma ganharam as manchetes de jornais e revistas. Lula é alvo de mandado de condução coercitiva e Dilma é afastada do cargo, Pouco antes do vazamento do áudio entre Sérgio Machado e Romero Jucá (MDB), em que falam sobre um grande acordo para derrubar Dilma, a petista é então destituída do cargo de Presidente da República.</p>	<p>Texto: NIV-V Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder no PT. (publicada em: 31/08/2016)</p>	<p>Texto: NIV-CC Senado aprova <i>impeachment</i> e destitui Dilma. (publicada em: 31/08/2016)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 5.1, apresentei ao(à) leitor(a) o caminho metodológico de definição da semiose do “Petrolão”, a fim de selecionar e organizar o *corpus* para análise textual detalhada, conforme a figura abaixo sintetiza:

Figura 4- Metodologia de definição da semiose do “Petrolão” para análise textual detalhada



Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente, discuti a formação discursiva do escândalo, com o propósito de mostrar que a esfera social da mídia deve ser encarada para mais além do que parte do conjunto de campos que compõe a disposição estrutural do evento na sociedade, isto é, deve ser observada também como espaço em que as interações textuais constitutivas do evento midiático se dão na esfera pública. Conforme examinado, esta formação discursiva é caracterizada por regularidades, por um lado, e por dispersões e conflitos diversos, por outro, o que torna a mediação textual do “Petrolão” heterogênea e tensa. Em seguida, identifiquei as relações de dominância presentes na formação discursiva do EPM, classificando-as quanto às instâncias enunciativas de mídia do tipo corporativa e do tipo alternativa, tendo eleito como principais representantes destas IEM’s as revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, respectivamente. Por fim, dediquei-me ao esclarecimento do processo de coleta do *corpus* para análise textual, especificando os procedimentos de organização da narratologia do escândalo e de seleção de

notícias para exame dos significados acional, representacional e identificacional, o que farei a seguir.

5.2 ANÁLISE DO SIGNIFICADO ACIONAL: REDE DE GÊNEROS

Discuti na Seção 3 desta tese o significado acional do discurso como dizendo respeito à constituição do escândalo quanto à estrutura de gêneros textual-discursivos. Conforme esclarece Fairclough (2003), cuja concepção de gênero dialoga com distintas tradições, como Bakhtin (1986), Bazerman (1988), Chouliaraki e Fairclough (1999), Eggins e Martin (1997), Martin (1992) e Swales (1990), a TCD fairclougheana entende que gêneros são aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio dos eventos sociais. Nas formas discursivas de gêneros (como a notícia), os textos realizam atividades (como informar), empregam tecnologias de comunicação (podendo ser mais ou menos interativos, como no caso de publicações na internet em plataformas que permitem comentários e compartilhamentos) e constituem relações sociais (como entre candidatos e eleitores). Nesta pesquisa, analiso o gênero notícia particularmente quanto a cadeias de gêneros. Conforme mostra o quadro norteador da análise do significado acional apresentado na Seção 3 desta tese, refiro-me às cadeias enquanto diferentes gêneros articulados em rede na construção de determinado texto como interação, podendo possuir regularidades e envolver transformações sistemáticas de gênero em gênero.

A seguir, seguem as análises dos modos de ação em *Veja* e *Carta Capital*.

5.2.1 Modo de ação em *Veja*

5.2.1.1 Análise do texto NI-V

Publicada em 07/05/2014, durante o período de deflagração da Operação Lava-Jato, e assinada por Daniel Raidar, a notícia intitulada “Fornecedores da Petrobrás sob suspeita financiam campanha de 121 parlamentares em atividade” traz à tona os primeiros números obtidos nas fases iniciais da Lava-Jato, especialmente em referência à situação de parlamentares da legislatura de 2014 que tiveram suas campanhas recentes financiadas por empresas envolvidas em esquemas de corrupção: 96 deputados receberam dinheiro das empresas investigadas pela PF e 25 senadores estiveram vinculados a práticas ilícitas de companhias ligadas ao doleiro Alberto Youssef. Entre 2006 e 2012, fornecedores da Petrobrás doaram,

oficialmente, R\$ 856 milhões a candidatos e partidos políticos. Em 2014, são mais de 18 grupos empresariais financiando as campanhas eleitorais de 121 candidatos eleitos, chegando-se à ordem de R\$ 29 milhões.

Mostrando os dados obtidos de distintas fontes, a revista tece, neste texto, uma rede em que se articulam três gêneros textual-discursivos. Explicita-se, logo no primeiro parágrafo e de modo pouco específico, o acesso a produções discursivas de teor oficial, às quais são identificadas como “registros” do TSE, o que revela um processo de tradução de um gênero (aquele dos documentos oficiais) para outro (a notícia):

- (1) Um levantamento feito pelo site de VEJA nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revela que 96 dos parlamentares da Câmara e 25 do Senado estão na lista de beneficiados por repasses feitos por fornecedores da Petrobrás.

Ainda no exemplo (1), vê-se já se vê uma estratégia de recursividade que se manterá presente em todas as notícias seguintes: a remissão constante à própria revista. Vejamos o exemplo (2):

- (2) Como mostrou reportagem do site de VEJA, [os fornecedores da Petrobras agora investigados doaram, oficialmente, 856 milhões de reais](#) a partidos e candidatos entre 2006 e 2012. Entre os parlamentares em atuação no Congresso, o PT desponta com 12,6 milhões de reais recebidos, seguido por PP (4,4 milhões) e PMDB (2,6 milhões).

Aqui, a frase sublinhada indica o *link* de acesso à reportagem mencionada. Esse mecanismo de hipertextualidade utilizado no exemplo (2) é repetido mais uma vez, quando *Veja* aloca dois novos *links* de acesso a outras reportagens entre os parágrafos quinto e sexto do texto:

- (3) Leia também: [Empresas sob suspeita faturaram R\\$ 31 bilhões com a Petrobras na era PT](#)
[Família de ex-diretor da Petrobras comprou 13 imóveis nos últimos cinco anos](#)

Além dos registros do TSE e das reportagens, o terceiro gênero articulado é o de declaração oral de autoridades, conforme ilustra o exemplo (4), em que *Veja* traz a voz do diretor-executivo da ONG Transparência Brasil para questionar se as doações da Petrobrás às campanhas seriam irregulares em todos os casos:

- (4) “Não significa que todos vão defender os interesses desses grupos, mas, em qualquer decisão que se tome, tem que ser analisado se os parlamentares não servem aos interesses de financiadores. Isso só pode ser verificado na atuação concreta”, alertou o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo.

5.2.1.2 Análise do texto NII-V

Publicada em 23/10/2014, em meio às eleições presidenciais, sob a assinatura de Reinaldo Azevedo, a notícia “Dilma e Lula sabiam da roubalheira na Petrobrás, diz Youssef” tematiza a chegada da Lava-Jato aos nomes do ex-presidente e da então presidente, ambos do PT, uma vez tendo sido citados na delação premiada, mediante acordo com a PF e o MPF, do doleiro Alberto Youssef, acusado de ser o caixa do esquema de corrupção na estatal. No texto, o jornalista aponta para a necessidade de haver impedimento do governo de Dilma, se as acusações do delator se confirmarem.

Para legitimar a postura favorável ao *impeachment*, articulam-se no texto dois gêneros textual-discursivos. Primeiro, uma lei, mais especificamente a Lei 1.079 da Constituição Federal, que trata dos crimes passíveis da pena de perda de cargos. O gênero é recontextualizado na notícia a partir da seleção de dois trechos do texto original, conforme mostram os exemplos (5) e (6):

- (5) Se as acusações de Youssef se confirmarem, é claro que Dilma Rousseff tem de ser impedida de governar caso venha a ser reeleita, mas em razão de um processo de impeachment, regulado pela Lei 1.079, que estabelece:
- Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.
- (6) E o texto legal estabelece os crimes que resultam em perda de mandato. Entre eles, estão:
- atuar contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo;

Além da recontextualização da lei, o processo de legitimação da hipótese de *impeachment* também se dá a partir do acesso ao depoimento oriundo da delação premiada de Youssef junto a um delegado da PF, cujo trecho publicizado na forma de citação direta é estratégico para reforçar a procedência da acusação, como mostra o exemplo abaixo:

- (7) Trecho do diálogo de Youssef com o delegado:
- *O Planalto sabia de tudo!*
 - *Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado.*
 - *Lula e Dilma, respondeu o doleiro.*

5.2.1.3 Análise do texto NIII-V

Publicada em 19/06/2015, período de crescente desestabilização do governo Dilma, especialmente após as delações de executivos das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, a notícia assinada por Rodrigo Rangel, Daniel Pereira e Robson Bonin, intitulada “O penúltimo degrau da Lava Jato”, situa o(a) leitor(a) no seguinte contexto de expectativa: a chegada da Operação a líderes, quer sejam no mercado das grandes empresas, quer sejam no âmbito da política institucional, nos poderes executivo e legislativo, indica que a derrocada do governo PT está cada vez mais próxima. Os nomes de Lula e Dilma estariam já na mira dos procuradores e juízes, não tardando para serem alcançados e desmascarados. Neste texto, os jornalistas criam uma rede que articula diversos gêneros textual-discursivos, que veremos adiante.

Primeiro, a notícia recontextualiza os depoimentos das delações premiadas de Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobrás) e de Alberto Yousseff (doleiro), não através de citação direta, como vimos no exemplo (7), mas a partir de uma relação causal entre o conteúdo das declarações e a postura e crença dos procuradores, juízes e delegados envolvidos na Operação:

- (8) A partir das primeiras delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e do doleiro Alberto Yousseff, os responsáveis pela Operação Lava-Jato se deram conta de que estavam lidando com um caso que só ocorre uma vez na vida de um policial, de um promotor ou de um juiz.

Em seguida, para confirmar essa relação causal e fortalecer a expectativa de as investigações alcançarem Dilma e Lula, encadeia-se na notícia uma entrevista, ou melhor, um trecho dela, dada por um procurador da Lava-Jato a um importante jornal brasileiro:

- (9) Em abril, Carlos Fernandes de Lima, um dos procuradores da Lava-Jato, disse em uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que a investigação se tornara tão ampla que chegaria a “mares nunca dantes navegados”.

Na esteira desta estratégia sociocognitiva de “revelar” o que autoridades da PF ou do MPF sentem ou pensam, é possível falar de um terceiro gênero articulado, algo do domínio da conversa ou do diálogo na esfera privada, uma vez que o texto, em alguns momentos, faz parecer haver contato direto entre os jornalistas e autoridades que trabalham na Operação, à medida que explicita o que pensam ou em que acreditam estes sujeitos, principalmente a propósito de Lula e Dilma:

- (10) Resta apenas pegar a estrela principal no firmamento governista. Os procuradores e os delegados estão convictos de que a estrela dava expediente no Palácio do Planalto.

A partir de acessos a documentos oficiais, os jornalistas encadeiam na notícia leis ou tratados de valor jurídico (exemplo 11), mandados de busca e apreensão e de prisão (exemplo 12) e despacho de juiz (13), à procura de fundamentar uma justificativa legal para a tal expectativa de denúncia e prisão dos petistas mencionados:

- (11) O nome da operação da Polícia Federal que fez as prisões não podia ser mais ilustrativo das pretensões dos investigadores: “Erga Omnes”, a expressão latina que significa “para todos” e nos tratados jurídicos é usada para proclamar um dos pilares do sistema democrático que diz que ninguém está acima da lei.
- (12) O juiz Sérgio Moro determinou a prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, os presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, por considerar que os dois capitaneavam o cartel de empresas que ganhava contratos da Petrobras em troca do pagamento de propina a funcionários da estatal e a políticos.
- (13) Em seu despacho, Moro registrou que delatores do petolão haviam dito que a Odebrecht pagara subornos no exterior por meio da construtora Del Sur, sediada no Panamá.

5.2.1.4 Análise do texto NIV-V

Em 31/10/2016, *Veja* publicou a notícia “Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT”, assinada por Carolina Farina, Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão, em que trata do encerramento do processo de *impeachment*, destacando sua legitimidade jurídica e legal, bem como a pertinência das razões políticas, econômicas e governamentais que deram fim definitivo ao Governo Dilma. Para garantir a consistência de decisão de impedimento, foram articulados alguns gêneros próprios das práticas envoltas nas sessões de julgamento do *impeachment* no senado federal, de forma a criar um embate entre textos relacionados à defesa de Dilma em contraposição a textos de valor legal, jurídico ou moral que foram utilizados para legitimar a denúncia de crime de “pedaladas fiscais”. Inicialmente, a partir do acesso a gêneros empregados no interrogatório de Dilma Rousseff em um processo de julgamento movimentado durante o regime militar, em que a presidente foi torturada e presa, inclusive com exposição de fotografia, menção a dados contidos em documentos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social, com prédio sediado em SP) e acesso à sentença de condenação e à matéria jornalística da época, os jornalistas projetam a imagem da chefe de estado como historicamente vinculada a práticas criminosas:

- (14) O primeiro julgamento de Dilma Vana Rousseff se deu há 46 anos e foi immortalizado em uma fotografia que estampou a capa do extinto jornal *Última Hora* em 18 de novembro de 1970.
- (15) Dilma foi torturada e condenada a seis anos de cadeia, dos quais cumpriu 28 meses, até o final de 1972, no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Os exemplos (14) e (15), que se referem ao julgamento de Dilma no regime militar, são contrastados pelos jornalistas com o julgamento da presidente no ano de 2016, no senado, a fim de criar um clima de decepção e ironia em que a petista, que tanto lutou pela democracia, hoje sofre as consequências do efetivo funcionamento das instituições democrático-republicanas no país. Esse clima de frustração é explorado ao longo de todo o texto, quando a revista recontextualiza o discurso de Dilma em sua defesa oral no senado (exemplo 16) e seu interrogatório mediante os questionamentos de 48 dos 81 senadores e da acusação e defesa (exemplo 17), para depois contrapô-los a textos de valor legal, jurídico e moral:

- (16) Ao falar aos senadores na segunda-feira, Dilma afirmou: “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos”.
- (17) Repetiu nove vezes a palavra ‘golpe’ ao longo de seu discurso – e retomou o tom levemente arrogante e professoral nas respostas aos senadores. Afirmou, como fez durante todo o processo, que não cometeu crime algum.

Para deslegitimar o discurso de inocência de Dilma quanto ao crime pelo qual foi julgada, o texto contrapõe sua defesa oral e suas respostas aos senadores à lei (exemplo 18), ao teor da denúncia do *impeachment* registrado em libelo acusatório (exemplo 19) e a uma declaração do ex-presidente Fernando Collor, que foi destituído do cargo por impedimento em 1992 (exemplo 20):

- (18) O que parlamentares dilmistas conseguiram, de fato, uma nova interpretação da Carta Magna, a despeito de o artigo 52 da Constituição estabelecer que, no *impeachment*, aplica-se a “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”.
- (19) Em nome de seu projeto de poder, o governo petista cometeu os crimes orçamentários que embasaram a denúncia contra a presidente, ao praticar reiteradamente pedaladas fiscais para maquiar contas públicas e esconder do país a grave crise que se avizinhava, de modo a garantir a reeleição de Dilma em 2014.
- (20) Por ironia da história, partiu justamente da boca do senador Fernando Collor de Mello, ao qual Dilma passa a fazer companhia na triste galeria de presidentes

condenados pelo Senado, a declaração que resume o quadro, feita da tribuna na terça-feira: “Além de infração às normas orçamentárias e fiscais, com textual previsão na Constituição como crime de responsabilidade, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de governo que faz, da cegueira econômica, o seu calvário, e da surdez política, o seu cadafalso”.

Vale sublinhar, aqui, que essa deslegitimação também se fez a partir do acesso ao conteúdo de uma suposta conversa de Dilma com o senador Renan Calheiros, em uma situação em que ela expressa como se sente no contexto geral de julgamento:

(21) Como revelou VEJA em julho, Dilma chegou a desabafar nos seguintes termos ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre o processo: “Quero acabar logo com essa agonia”.

Conforme visto nas notícias anteriores, também nesta a revista encadeia ao longo do texto, através de hipertextualidade, seis reportagens relacionadas ao julgamento do *impeachment*, sendo uma alocada no interior de um parágrafo e as demais na forma de lista de links, conforme mostram os exemplos abaixo, em que se identificam os gêneros leitura de voto dos senadores (22), duas entrevistas, uma com Renan Calheiros (22) e outra com Mantega (23) e decisão jurídica (24) do ministro do STF Ricardo Lewandowski:

(22) Leia também:

[Confira o voto de cada senador no impeachment de Dilma](#)
[Senado mantém os direitos políticos de Dilma](#)
[Se errarmos, a democracia corrigirá, diz Renan Calheiros](#)
[Relembre os maiores barracos do processo de impeachment](#)

(23) Leia também: [A VEJA, Mantega, sem querer, profetizou o impeachment de Dilma](#)

(24) Ainda assim, [o partido obteve uma última vitória](#): na reta final do julgamento, conseguiu emplacar com o ministro Lewandowski o fatiamento da votação – Dilma perde, portanto, o cargo, mas não ainda os direitos políticos.

Identificadas as redes de gênero na prática discursiva articulatória de *Veja*, passo à análise da cadeia genérica na prática discursiva de *Carta Capital*.

5.2.2 Modo de ação em *Carta Capital*

5.2.2.1 Análise do texto NI-CC

Publicada em 10/09/2014, a notícia “Operação Lava Jato está nas mãos de Sérgio Moro e Rodrigo Janot”, assinada por Fábio Serapião, mostra como a justiça brasileira, nos últimos vinte anos, tem cometido falhas constantemente em relação à investigação de diversos

casos no sistema político-partidário nacional, envolvendo licitações fraudulentas, doações ilegais e esquemas de propinas com empreiteiras, a exemplo do que fora feito nas operações da PF Satiagraha, deflagrada em 2004, e Castelo de Areia, em 2009. Ambas as operações foram anuladas em 2011 pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Para a *Carta*, a Lava Jato surge como oportunidade de a justiça provar que, apesar dos erros cometidos no passado, é competente e eficaz no combate à corrupção. Uma espécie de segunda chance.

Para construir a rede de informações do texto, o autor articula dados oriundos de documentos utilizados nos processos de investigação das operações citadas, a lembrar, Satiagraha, Castelo de Areia e Lava Jato, como depoimentos de delação premiada (exemplo 1), mandados de prisão (exemplo 2), liminar de ministro do STJ (exemplo 3) e recurso especial de defesa (exemplo 4):

- (1) [Após a delação premiada de Costa](#), os processos e investigações referentes à Lava Jato seguirão em duas mesas distintas.
- (2) [Na Lava Jato] Foram cumpridos 81 mandatos de busca e apreensão, 18 mandatos de prisão preventiva e 10 mandatos de prisão temporária em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso.
- (3) Após a entrada de milionárias bancas advocatícias no processo, capitaneadas pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, a investigação [da Castelo de Areia], foi interrompida por uma liminar do ministro Cesar Asfor Rocha para, em seguida, ser anulada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (4) Ainda resta um recurso especial [da Castelo de Areia], dormitando no STF, na gaveta do ministro Luis Roberto Barroso.

Há, ainda, encadeamento de informações oriundas de relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), como mostra o exemplo (5), e recontextualização de um texto legal, a lei de prerrogativa de foro do Código Penal (Lei nº. 10.628), conforme evidencia o exemplo (6):

- (5) Com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça e quebra de sigilos bancários, os investigadores se depararam com uma organização criminosa responsável por movimentar mais de 10 bilhões de reais nos últimos anos.
- (6) A lei prevê que deputados, ministros e governadores possuem foro privilegiado. Por isso, a delação premiada foi encaminhada ao procurador-geral da República. Apenas Rodrigo Janot pode investigar esses políticos;

5.2.2.2 Análise do texto NII-CC

Em pleno contexto das eleições presidenciais de 2014, momento em que o

escândalo do “Petrolão” ganha fôlego nos meios de comunicação e alimenta os debates políticos, a notícia “TSE: publicidade da Veja é ‘propaganda eleitoral’”, publicada em 25/10/2014 e assinada pela Rede Brasil Atual, explora uma liminar do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) que proibiu a editora Abril de veicular uma edição da revista *Veja*, cuja publicação foi antecipada em dois dias e tinha como objetivo explícito ataque às imagens de Dilma e Lula a propósito dos esquemas de corrupção na Petrobrás.

Nesta notícia, deve-se observar que a revista recontextualiza, prioritariamente a partir de citações diretas, documentos oficiais relacionados à decisão de cancelamento da publicidade da edição de *Veja* na semana de antevéspera das eleições, como liminar expedida pelo STE (exemplo 7) e relatório do ministro Admar Gonzaga (exemplo 8), que embasa a decisão da liminar:

- (7) Segundo o documento, “a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais, pela Representada poderá, inclusive, configurar a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, apurável por meio de Ação de Investigação Judicial Eleitoral”.
- (8) "Tendo em vista que a Representada (revista *Veja*) antecipou em dois dias a publicidade da revista, entendo que a propagação da capa, ou do conteúdo em análise, poderá transformar a veiculação em verdadeiro panfletário de campanha, o que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão", diz o relatório de Gonzaga.

Além de incluir a reportagem que foi capa da edição referida (exemplo 9), a notícia encadeia, ainda, petição do partido PT (exemplo 10), referente a um pedido de abertura de inquérito criminal contra *Veja* no STF, e depoimento (também exemplo 10) oriundo de delação premiada do doleiro Youssef:

- (9) A reportagem de capa afirma que a presidenta Dilma Rousseff, candidata à reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teriam conhecimento do esquema de corrupção da Petrobras.
- (10) Na petição, os advogados também pedem acesso à íntegra do depoimento de delação premiada feito entre o doleiro, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal.

5.2.2.3 Análise do texto NIII-CC

Publicada em 03/07/15 sob a assinatura de Fábio Serapião, a notícia intitulada “As consultorias na mira da Lava Jato” trata de investigação pela PF de empresas e consultores que prestaram serviço a empreiteiras cujos nomes estão envolvidos nos alvos da Operação. Mais especificamente, o jornalista detalha conteúdos de processos da Lava Jato do quadro

investigativo da empreiteira Camargo Corrêa, que mostram registros contábeis de doações para campanhas eleitorais, valores recebidos de obras públicas e pagamentos a consultores da empresa, tudo entre os anos de 2008 e 2013.

Nesta notícia, *Carta* organiza as informações explicitamente baseada no acesso a dois textos, com diversos trechos originais reproduzidos ou comentados. Primeiro, um laudo pericial (exemplo 11), como parte dos anexos dos processos referentes à Camargo Corrêa na PF e no MPF, que traz dados extraídos de um *HD*, e um relatório da PF (exemplo 12), também relacionado à investigação da empreiteira:

- (11) Em uma primeira análise, o conteúdo bruto do HD revela as três partes envolvidas no *modus operandi* descoberto pela Lava Jato. A saber: as obras públicas possivelmente fraudadas, as consultorias utilizadas para maquiagem os repasses de propina e os destinatários de doações eleitorais efetuadas com o objetivo de garantir a boa relação com os políticos detentores de poder nas estatais.
- (12) “Sua liderança no complexo esquema de pagamento de supostas propinas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro fica clara pela quantidade de informações apreendidas em seu poder. Seja na residência, seja no escritório, em papel ou em mídia, Pietro foi o investigado que mais gerou provas a esta investigação”, afirma o relatório final da Castelo.

5.2.2.4 Análise do texto NIV-CC

A notícia “Senado aprova *impeachment* e destitui Dilma”, assinada pela Redação da *Carta* no dia 31/08/2016, trata da aprovação do *impeachment* da presidente petista no Senado Federal, com 61 votos favoráveis ao impedimento e apenas 20 contrários, sem abstenções, destacando o contexto político em torno da decisão, que seria somente uma formalidade, pois os escusos arranjos de poder para derrubar Dilma e o PT já estariam definidos há alguns meses. Notadamente, esta é a notícia mais longa da *Carta* publicada a propósito do “Petrolão”: o extenso texto é disposto em quatro seções de conteúdo e possui uma ampla rede de gêneros articulada.

Diferentemente do que se viu nos textos anteriormente analisados, neste, em particular, a revista recontextualiza, através da hipertextualidade, o total de treze notícias, todas da própria *Carta*, publicadas em distintos momentos, conforme listo nos exemplos abaixo (os *links* estão sublinhados):

- (13) [Ameaça Temer uma ação aberta pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#) que pede a cassação da chapa vitoriosa nas eleições de 2014.
- (14) No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de [três decretos orçamentários sem autorização do Congresso](#) e o atraso no repasse do

Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada "pedalada fiscal", configuram crimes de responsabilidade.

- (15) Enquanto o TCU forneceu os "argumentos", o então presidente da Câmara [Eduardo Cunha](#) (PMDB-RJ), foi o responsável por colocar em prática o projeto de impedimento da presidenta.
- (16) Acossado pelas investigações da [Operação Lava Jato](#), Cunha elegeu o Executivo como alvo e buscou a todo tempo encurralar Dilma Rousseff.
- (17) Quatro horas depois, [o então presidente da Câmara concedeu entrevista coletiva na qual anunciava o acolhimento do pedido de impeachment](#) assinado pelos advogados Janaina Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo.
- (18) Em 7 de dezembro, Temer vazou uma [carta privada a Dilma na qual revelava sua mágoa com a petista](#) e com o núcleo duro do Planalto por ser um "vice decorativo".
- (19) Em 29 de março de 2016, por aclamação, com Cunha no papel de estrela da convenção e gritos de "fora PT" e "Temer presidente", [o PMDB abandonou oficialmente o governo Dilma](#).
- (20) O senador Romero Jucá (PMDB-RR) explicitiva: "Tem que resolver essa porra... [Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria](#)".
- (21) [Lula foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil](#) em 16 de março, mas na noite do mesmo dia a divulgação de áudios interceptados pela Polícia Federal no âmbito da Lava Jato paralisaram o País.
- (22) Gravados entre 17 de fevereiro e 16 de março, os grampos foram tornados públicos no dia da posse de Lula por [Moro](#), da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos inquéritos da Lava Jato em primeira instância.
- (23) Captado às 13h32 de 16 de março, depois de o próprio Sergio Moro ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente, [o grampo trazia uma conversa entre Lula e Dilma](#).
- (24) Dois dias depois, em 18 de março, [Gilmar Mendes suspendeu monocraticamente a posse de Lula](#), decisão jamais submetida ao plenário do Supremo.
- (25) Apenas em junho, Teori Zavascki, colega de Mendes no STF e relator da Lava Jato na Corte, proferiu decisão afirmando que [o áudio sobre o termo de posse foi colhido "sem abrigo judicial"](#).

Os *links* distribuídos ao longo da notícia não consistem apenas em estratégias de articulação com outras notícias publicadas pela revista, eles também permitem acesso a gêneros diversos, a partir dos quais a *Carta* apresenta dados e relembra acontecimentos, interpretando-os. No exemplo (13), identifiquei uma petição requerida pelo partido PSDB, de Aécio Neves, junto ao TSE, contra a chapa Dilma-Temer. O exemplo (14) trata de um decreto legal, referente à Lei Orçamentária com base na qual a acusação do crime das "pedaladas" foi sustentado, e de um laudo pericial do Senado Federal, segundo o qual não houve ato comissivo de Dilma no atraso do repasse do Tesouro ao Banco do Brasil. Também mostra acesso da revista ao teor do

libelo acusatório contra a presidente. No exemplo (15), a revista recontextualiza, na forma da expressão nominal “forneceu os ‘argumentos’” empregada ironicamente, a auditoria realizada pelo TCU dos decretos assinados em 2015 no governo Dilma a pedido do Senado. No exemplo (17), o *link* dá acesso ao conteúdo de uma entrevista do Eduardo Cunha em que o deputado esclarece as suas razões para abertura do processo de impedimento de Dilma. O exemplo (18) mostra o teor de uma carta de Michel Temer à Dilma, em que o vice-presidente diz ser apenas “decorativo” no governo. Apresentando a decisão de saída do então PMDB da base governista, *Carta* recontextualiza, no exemplo (19), um pronunciamento oficial por Romero Jucá (MDB-RR) em que o partido referido anuncia seu abandono.

Mais adiante no texto, conforme se vê no exemplo (20), a Redação da *Carta* exhibe trecho de uma conversa por telefone entre Sérgio Machado (presidente da Transpetro) e o senador Romero Jucá. No grampo publicizado na imprensa com base em decisão judicial de Moro de abertura de sigilo (22), os dois falam de pacto nacional para a derrubada de Dilma e de limitação, a qualquer custo, do avanço das operações de investigação da Lava Jato. Também tratando de conversa particular ao telefone, a revista, no exemplo (23), traz à rede de gêneros trecho de um diálogo entre Lula e Dilma acerca da nomeação do ex-presidente como ministro. Nos exemplos seguintes, (24) e (25), há recontextualização de documentos de teor oficial e jurídico, respectivamente, uma liminar que suspendeu a posse de Lula, por decisão do ministro do STF Gilmar Mendes, e um despacho, do também ministro do STF Teori Zavascki, de acordo com o qual não havia abrigo judicial para a realização e o liberação na mídia do grampo telefônico envolvendo Dilma e o ex-presidente.

Integrando a rede de gêneros, há, ainda, recontextualização de declaração (do senador Roldolfo Rodrigues) e depoimentos (de procurador e auditor do TCU), realizados durante sessões de julgamento do *impeachment* no senado, conforme mostra o exemplo (26), e de um pedido de auditoria quanto ao funcionamento das urnas eletrônicas com respeito às eleições de 2014, como se vê no exemplo (27):

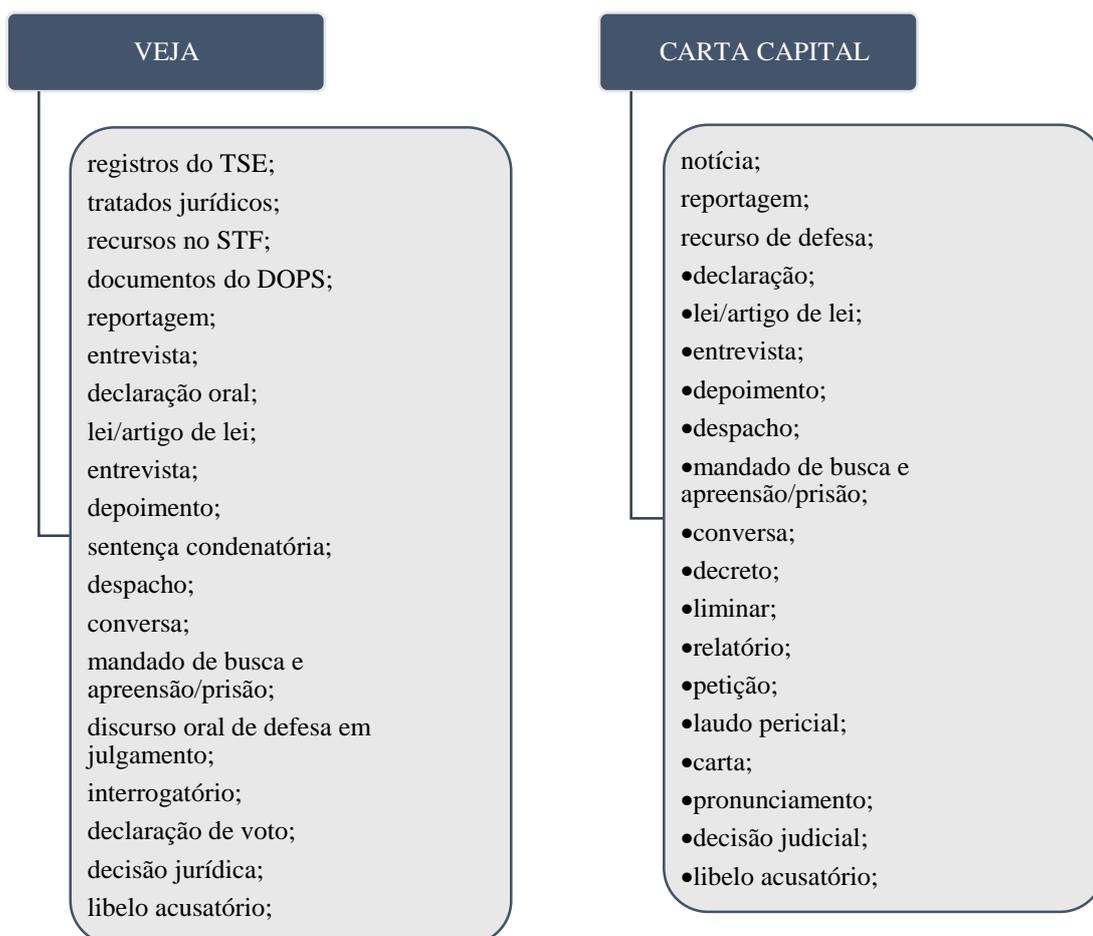
- (26) Na terça-feira 30, o senador Roldolfo Rodrigues (Rede-AP) anunciou a intenção de ingressar com uma representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor fiscal Antônio Costa D’Ávila. Os dois foram ouvidos no primeiro dia da sessão de julgamento no Senado do processo de impeachment e D’Ávila admitiu que auxiliou Oliveira na confecção da representação contra Dilma que posteriormente ele mesmo, D’Ávila, auditou.

- (27) O grupo do senador mineiro Aécio Neves, que desde outubro de 2014 buscou deslegitimar a vitória eleitoral de Dilma, por meio de ações como um pedido de auditoria nas urnas eletrônicas, insistia em um desfecho célere para o processo, mas figuras como José Serra e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, resistiam.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 5.2, analisei os significados acionais das práticas discursivas articulatórias de *Veja* e *Carta Capital*, identificando e classificando os gêneros encadeados nas notícias, de modo a compor o seguinte quadro, que mostra a presença de gêneros articulados em ambas as revistas:

Quadro 13 - Resultado da análise da cadeia de gêneros em *Veja* e *Carta Capital*



Finalizada a análise dos modos de ação em *Veja* e *Carta Capital*, passo adiante ao exame dos modos de representação em ambas as revistas.

5.3 ANÁLISE DO SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO A TRANSGRESSÕES ORIGINAIS E SECUNDÁRIAS

Conforme o(a) leitor(a) lembra, na Seção 3 desta tese, discuti o significado representacional do discurso como particularmente vinculado a operações de referenciação. Na análise textual detalhada do escândalo do “Petrolão”, os processos que elejo para investigar como as práticas discursivas articulatórias de *Veja* e *Carta Capital* representam ações ou práticas de transgressão de modo a poder servir para estabelecer ou sustentar relações de dominação são a introdução (ou ativação) referencial e a continuidade (reativação) referencial, que podem se dar nas formas de remissão gramatical ou de remissão lexical. A seguir, seguem as análises dos modos de representação em *Veja* e *Carta Capital*.

5.3.1 Modo de representação em *Veja*

5.3.1.1 Análise do texto NI-V

A notícia traz como referente principal, mantido ao longo de todo o texto, a prática de transgressão que consiste no esquema de pagamento de propinas na Petrobrás para o financiamento ilegal de campanhas eleitorais. Este objeto-de-discurso, que é a transgressão originária do “Petrolão”, é introduzido no tecido textual, não por uma expressão referencial (isto é, um sintagma nominal ou adverbial), mas por meio de um sintagma verbal, apresentado no próprio título, conforme mostra o exemplo abaixo:

- (1) Fornecedores da Petrobrás sob suspeita financiaram campanha de 121 parlamentares em atividade.

O referente é reativado na progressão textual da notícia através do emprego de pronome substantivo (forma remissiva gramatical livre), como demonstra o exemplo (2), de expressões nominais definidas (forma remissiva lexical), como mostram os exemplos (3) e (5), e por nominalização (forma remissiva lexical), conforme indica o exemplo (4) e (6):

- (2) E, para especialistas, *isso* cria riscos para o sucesso de investigações de qualquer CPI no Congresso que pretenda investigar irregularidades na Petrobras.

- (3) Senado tem 25 integrantes com *contribuições de campanha* feitas por companhias ligadas ao doleiro Alberto Youssef.
- (4) Um levantamento feito pelo site de VEJA nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revela que 96 dos parlamentares da Câmara e 25 do Senado estão na lista de beneficiados por *repasses* feitos por fornecedores da Petrobras.
- (5) No Senado, Gleisi e Lindbergh são os parlamentares com *maior volume recebido* desse grupo de empresas.
- (6) *As doações* foram feitas como manda o figurino, e não há até o momento qualquer suspeita sobre quem recebeu o dinheiro.

5.3.1.2 Análise do texto NII-V

Em nova notícia, já durante o contexto das eleições presidenciais de 2014, *Veja* mantém o objeto-de-discurso da prática de pagamento de propinas na Petrobrás envolvendo empreiteiras e parlamentares, agora ancorado contextualmente no conjunto de suas publicações sobre o escândalo. O referente é introduzido já no título da notícia através de nominalização (forma remissiva lexical), conforme ilustra o exemplo abaixo:

- (7) DILMA E LULA SABIAM DA ROUBALHEIRA NA PETROBRÁS, DIZ YOUSSEF.

Em seguida, o referente é reativado por meio de um grupo nominal formado por pronome demonstrativo, numeral cardinal e núcleo nominal (forma remissiva lexical), que classifica a prática objeto-de-discurso como criminosa, associando-a diretamente à imagem de Dilma:

- (8) Se é como diz Youssef — e lembro que ele está sob delação premiada; logo, se mentir, pode se complicar muito — , pode-se afirmar, de saída, que Dilma cometeu, quando menos, *essas três infrações*, sem prejuízo de outras.

No exemplo (8), anaforicamente, a revista especifica quais são as três infrações, com base em texto legal: atuar contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição; e proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo. Com isso, afirma-se a participação de Dilma na transgressão original denunciada, categoriza-se a ação como infração e acrescentam-se especificidades da prática referida.

5.3.1.3 Análise do texto NIII-V

Durante o primeiro ano do mandato de Dilma, marcado por forte crise de

governabilidade e instabilidade, *Veja* publica notícia com foco sobre como a Lava Jato está a um passo de alcançar as lideranças petistas Lula e Dilma. Neste texto, o objeto-de-discurso da prática de transgressão original, tal como se viu nas notícias anteriormente analisadas, é conservado enquanto tema principal da matéria informada e ancorado contextualmente. O referente é introduzido por meio de uma expressão nominal definida (forma remissiva lexical), como mostra o exemplo abaixo:

- (9) A partir das primeiras delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e do doleiro Alberto Yousseff, os responsáveis pela Operação Lava-Jato se deram conta de que estavam lidando com *um caso* que só ocorre uma vez na vida de um policial, de um promotor ou de um juiz.

Em seguida, *Veja* especifica de que caso está tratando, referindo-se à prática de transgressão em foco por meio de nominalização (forma remissiva lexical), como se vê no exemplo (10):

- (10) À medida que os depoimentos se sucediam e mais provas iam sendo encontradas, *o esquema* foi tomando a forma de uma gigantesca operação político-partidária e empresarial destinada a levantar fundos com contratos espúrios de empresas com a Petrobrás.

A continuidade se manteve, adiante, por meio de nominalização, conforme exemplos (11) e (13), por expressão nominal definida (forma remissiva lexical), como ilustram os exemplos de (12) e (14), e por forma referencial cujo lexema fornece instrução de categorização, como no exemplo (15):

- (11) As raízes *do esquema* começaram a ficar cada vez mais profundas, enquanto sua copa passava a abranger políticos postados em galhos cada vez mais altos.
- (12) Os presos da semana passada podem fornecer as informações que ainda faltam para que a lei identifique e alcance quem comandava o braço político do *esquema criminoso*.
- (13) A operação chegou aos mais altos suspeitos do braço empresarial *do esquema* que desviou cerca de 6 bilhões de reais dos cofres da Petrobras.
- (14) Quem permitia o funcionamento de *uma engrenagem* que abastecia PT, PMDB e PP com dinheiro sujo.
- (15) O juiz Sérgio Moro determinou a prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, os presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, por considerar que os dois capitaneavam *o cartel de empresas* que ganhava contratos da Petrobras em troca do pagamento de propina a funcionários da estatal e a políticos.

5.3.1.4 Análise do texto NIV-V

No contexto de decisão favorável ao *impeachment*, *Veja* publica notícia em que há referência a distintas práticas de transgressão. O primeiro referente consiste numa transgressão de segunda ordem, qual seja, a prática de improbidade administrativa baseada na abertura de créditos suplementares sem autorização do congresso nacional. O texto introduz o referente por meio de expressão nominal definida (forma remissiva lexical), conforme ilustra o exemplo abaixo:

(16) Por 61 votos a 20, ela [Dilma] foi condenada por *crime de responsabilidade*.

Sequencialmente, a revista retoma o referente empregando expressão nominal, como nos exemplos (17) e (18), na direção de classificação da prática como crime, e nominalização, como no exemplo (17), reiterando o lexema das pedadas amplamente utilizado na mídia corporativa. Vejamos:

(17) Em nome de seu projeto de poder, o governo petista cometeu *os crimes orçamentários* que embasaram a denúncia contra a presidente, ao praticar reiteradamente *pedaladas fiscais* para maquiagem de contas públicas e esconder do país a grave crise que se avizinhava, de modo a garantir a reeleição de Dilma em 2014.

(18) Condenar uma presidente por *crimes orçamentários* passa uma mensagem poderosa: a de que os governantes não recebem carta branca para realizar seus planos de governo a qualquer custo quando ganham uma eleição.

A revista, em seguida, associa o crime das pedadas à transgressão originária do “Petrolão”, referindo-se inicialmente às práticas de corrupção e pagamento de propinas na Petrobrás por meio de grupo nominal definido e expressão nominal definida (formas remissivas lexicais), respectivamente:

(19) Em nome de seu projeto de poder o PT institucionalizou *o assalto aos cofres da Petrobrás* e recebeu *doações eleitorais* disfarçadas de empreiteiras como forma de lavagem de dinheiro.

Esta associação busca vincular o escândalo do “Mensalão”, de 2005, ao do “Petrolão”, estabelecendo cognitivamente um julgamento de responsabilidade e autoria das práticas criminosas ao partido PT e seus principais expoentes, Lula e Dilma. Abaixo, a transgressão original é retomada, também por meio de grupo nominal definido (forma remissiva lexical):

- (20) Em nome de seu projeto de poder o PT fez *uso de dinheiro desviado das estatais* para comprar parlamentares: o mensalão e o petrolão são, portanto, fruto da tentativa petista de se perpetuar no poder.

Ainda na esteira da vinculação do crime de responsabilidade fiscal às imagens de Dilma, Lula e PT, *Veja* introduz outra prática de transgressão, através de expressão nominal definida (forma remissiva lexical), que consiste no chamado “caixa 2 eleitoral”:

- (21) Em seu discurso no Senado, ela não fez nenhum aceno ao PT. Dilma ainda culpou diretamente o partido pelo *pagamento de caixa dois* ao responsável pelas campanhas que a levaram ao Planalto por duas vezes.

Identificados e classificados os processos de referenciação a práticas de transgressão em *Veja*, passo à análise dos mecanismos referenciais empregados pela *Carta Capital*.

5.3.2 Modo de representação em *Carta Capital*

5.3.2.1 Análise do texto NI-CC

Logo no primeiro parágrafo, a notícia apresenta, genericamente, algumas referências a práticas de transgressão, de modo a mostrar como a Operação Lava Jato pode ser a chance de a justiça brasileira quitar sua dívida com uma série de vezes em que se falhou na investigação de casos de corrupção. Aqui, a introdução referencial dá-se por meio de expressões nominais definidas (forma remissiva lexical), dispostas sequencialmente, como ilustro abaixo:

- (1) Nos últimos 20 anos, a Justiça brasileira perdeu várias chances de passar a limpo o sistema político-partidário nacional. Muitas vezes por erros banais, outras por pressões externas ou falta de vontade, as chances de expor como atuam os caciques das mais diversas siglas e como se dá *a promiscua relação entre seus partidos, doações eleitorais e licitações milionárias* foram desperdiçadas.

Mais adiante, *Carta Capital* exemplifica algumas destas práticas elencadas genericamente no exemplo (1), introduzindo-as por expressão ou grupo nominal, como mostram os exemplos abaixo:

- (2) Para citar apenas alguns casos nos quais a Justiça falhou: *as privatizações na era FHC*;
- (3) *a operação Satiagraha e a relação de Daniel Dantas e políticos de PT, PSDB e demais partidos*;
- (4) *a operação Castelo de Areia e o anulamento da investigação* que poderia chegar nas contas das empreiteiras e de partidos no exterior e em muitos outros casos

que dispensam citação.

- (5) Entre os presos estavam o doleiro Alberto Youssef, velho conhecido das páginas policiais e um dos delatores nos processos oriundos do *escândalo do Banestado*.

No exemplo (2), *Carta Capital A* refere-se a transgressões em práticas escusas em torno da privatização de importantes estatais brasileiras durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, servindo a interesses particulares de banqueiros e grandes investidores. No exemplo (3), a revista traz à tona outra prática transgressora, investigada pela PF na operação Satiagraha em 2004, que foi anulada em 2011 pelo STJ, envolvendo corrupção e lavagem de dinheiro em Portugal sob liderança do banqueiro Daniel Dantas. Já no exemplo (4), *Carta Capital* expõe mais um caso de transgressão relacionado a escândalos: agora, trata-se dos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro realizados pela construtora Camargo Corrêa, uma das empreiteiras hoje sob a mira da Lava Jato, com participação de parlamentares, que foram investigados na operação da PF chamada Castelo de Areia em 2009, tendo sido também anulada pelo STJ em 2011. No exemplo (5), introduz-se outra prática de transgressão, que deu origem ao escândalo político do Banestado em 2003: trata-se de um esquema de captação e remessas ilegais de divisas para o exterior através do sistema financeiro público brasileiro com o protagonismo do banco Banestado.

O referente destacado no exemplo (4) é, então, retomado adiante repetidas vezes, para associá-lo diretamente à Lava Jato, por meio de grupos nominais definidos (forma remissiva lexical):

- (6) O caso da Castelo de Areia, operação realizada pela da Polícia Federal, em 2009, e responsável por desarticular *um suposto esquema de pagamento de propina da construtora Camargo Corrêa*, é importante para entender o objeto deste texto: a Operação Lava Jato.
- (7) Assim como muitas investigações da Polícia Federal posteriores a 2003, a Castelo de Areia teve início com a descoberta, por meio de uma delação premiada, do doleiro responsável por intermediar *o pagamento de propina da empresa a agentes públicos*.
- (8) Mais que isso, de certa forma, a Castelo de Areia, em um mundo ideal, inviabilizaria a Lava jato, uma vez que teria desarticulado *todo o esquema de distribuição de propina da empreiteira* para abocanhar contratos bilionários com diversos entes públicos.

Depois de procurar mostrar a semelhança entre as duas operações de investigação, inclusive porque o próprio doleiro Alberto Youssef esteve presente em ambos os casos de corrupção examinados, a revista foca a prática transgressora original do “Petrolão”,

introduzindo-a a partir de um grupo nominal definido (forma remissiva lexical):

- (9) Denominada Lava Jato, em alusão à utilização de uma rede de lavanderia para movimentar *o dinheiro oriundo de práticas ilícitas*, a operação contou com a participação de 400 policiais.

Em seguida, *Carta* dá ênfase à prática de corrupção introduzida anteriormente, já chamando atenção para as proporções gigantescas da transgressão, como mostra o uso do grupo nominal definido (forma remissiva lexical):

- (10) Após mais de quatro meses de diligências, a PF descobriu tratar-se de *algo muito maior do que o imaginado*.

Em (10), o grupo nominal funciona como uma espécie de instrução de sentido, pois indica a classe ou a proporção da transgressão referida, que é retomada pelo emprego de novas expressões ou grupos nominais. Isso se mostra no exemplo (11), em que o complemento do sintagma nominal destacado dá evidência ao montante implicado na prática de lavagem de dinheiro e pagamento de propinas, da ordem de bilhões, e nos exemplos (12) e (13), em que se acentua, pela reiteração, a categorização da prática como criminosa:

- (11) Com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça e quebra de sigilos bancários, os investigadores se depararam com *uma organização criminosa* responsável por movimentar mais de 10 bilhões de reais nos últimos anos.
- (12) Enquanto o juiz federal Sérgio Moro continua com suas diligências em Curitiba a fim de provar *o esquema criminoso* envolvendo as empreiteiras, doleiros e empresas públicas, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, debruça-se sobre os termos da delação de Costa e, perante o STF, conduz a investigação dos detentores de foro privilegiado.
- (13) Assim como na Castelo de Areia, tanto as empreiteiras quanto os políticos citados negam qualquer relação com *a organização criminosa* desmantelada pela Polícia Federal.

5.3.2.2 Análise do texto NII-CC

Durante o contexto de forte acirramento nas eleições, em outubro de 2014, *Carta* traz a público uma notícia em que a prática de transgressão referida consiste na antecipação da publicação e no caráter de panfletário de campanha eleitoral de uma edição da revista *Veja*, particularmente quanto ao conteúdo exposto na notícia NII-V, em rádio, televisão, outdoor e internet, em que se acusam Lula e Dilma de terem absoluto conhecimento da corrupção na Petrobrás. O TSE concedeu liminar proibindo a editora Abril de veicular a tal edição de *Veja*,

que, além de ter sido antecipada, com propósito de interferir no clima de véspera da votação, possui marcas de propaganda eleitoral na direção de prejudicar o partido e a candidata petistas e aspectos problemáticos quanto à lei de acesso à informação, dado que a notícia vaza trechos do depoimento de Youssef dado à PF.

Esse objeto-de-discurso logo é introduzido logo no título da matéria, através de expressão nominal definida (forma remissiva lexical), como se vê abaixo:

- (14) TSE: publicidade da Veja é "*propaganda eleitoral*".

Em seguida, o referente é retomado, por meio de caracterização, que se dá com expressões nominais definidas, nas formas de complementos verbais na oração subordinada restritiva relativa ao substantivo “edição”:

- (15) Liminar da Justiça Eleitoral concedida nesta sexta-feira proíbe a Editora Abril de veicular publicidade da edição que foi *antecipada* e traz *ataques a Dilma e Lula*.

Adiante, o referente é associado à prática de transgressão originária do “Petrolão”, através de grupo nominal definido (forma remissiva lexical), quando a revista mostra o teor do conteúdo tratado pela congênera hegemônica:

- (16) A reportagem de capa afirma que a presidenta Dilma Rousseff, candidata à reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teriam conhecimento do *esquema de corrupção da Petrobrás*.

Recontextualizando trechos do relatório do ministro do TSE Admar Gonzaga, que concedeu a liminar proibitiva, a revista amplia a referência à transgressão de *Veja* e fortalece a legitimidade da medida de proibição, por meio da reapropriação de expressões presentes no documento expedido pelo ministro:

- (17) "Tendo em vista que a Representada (revista *Veja*) antecipou em dois dias a publicidade da revista, entendo que a propagação da capa, ou do conteúdo em análise, poderá transformar a veiculação em *verdadeiro panfletário de campanha*, o que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão", diz o relatório de Gonzaga.
- (18) "Considerando estarmos na antevéspera do pleito presidencial, *a realização de propaganda eleitoral de conteúdo negativo* poderá acarretar prejuízo irreparável ao equilíbrio e lisura do pleito."
- (19) Segundo o documento, "*a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais*, pela Representada poderá, inclusive, configurar a *utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social*, em benefício de candidato ou de partido político, apurável por meio de Ação de Investigação Judicial Eleitoral".
- (20) Para ele, a divulgação da capa da *Veja*, ou "de excertos do conteúdo da matéria, a título de publicidade comercial, caracteriza *propaganda eleitoral* com

excepcional capacidade de influenciar a opinião dos eleitores, ainda que estes não sejam leitores daquele periódico".

Nos exemplos (17) e (18), os grupos nominais empregados descrevem e valoram a ação transgressora de *Veja*. No exemplo (19), a referência se dá por relação de hiperonímia, em que, primeiro, caracteriza-se a prática de modo geral, para depois classificá-la quanto ao tipo de transgressão realizada, através do uso de grupo nominal. No exemplo (20), a primeira expressão nominal definida, na forma de um complemento verbal, enquadra a transgressão, e a segunda vem especificar o tipo de propaganda eleitoral empreendida por *Veja*.

Ainda lançando mão desta estratégia de referir-se à transgressão em foco a partir de recontextualizações de textos de outrem, *Carta* traz trecho da petição do partido PT junto ao STF que solicita a abertura de inquérito criminal para investigar o vazamento do depoimento do doleiro Alberto Youssef na edição de *Veja* em foco. Por meio da reapropriação da expressão nominal de adjetivação utilizada pelo PT, *Carta* expõe outro aspecto da transgressão de *Veja*:

(21) Segundo o PT, a informação publicada pela *Veja* é "*inverídica, difamatória e caluniosa*".

Seguindo com as recontextualizações, a propósito do depoimento vazado de Youssef na *Veja*, *Carta* retoma a transgressão original do "Petrolão" do ponto de vista da defesa de Dilma, como mostra a expressão nominal definida destacada no exemplo (22), onde, por meio de artigo definido (forma remissiva gramatical presa), também se mantém a referência sobre o vazamento indevido do depoimento do doleiro na edição de *Veja*, caracterizada como panfleto eleitoral:

(22) "Deve-se destacar a necessidade de acesso imediato ao conteúdo do mencionado depoimento, visto que *ampla divulgação de supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República*, exatamente às vésperas da eleição presidencial, sem que se possibilite um mínimo contraditório da imputada, o que pode influenciar o eleitorado e abala a lisura do pleito".

5.3.2.3 Análise do texto NIII-CC

Em julho de 2015, enquanto *Veja* destacava a expectativa de a Lava Jato chegar aos nomes de Lula e Dilma, *Carta* dá destaque a uma prática de transgressão cujo teor foi denunciado em um laudo pericial, incluído no processo de investigação do Instituto Lula na PF, de acordo com o qual há vínculos entre a empreiteira Camargo Corrêa e empresas de consultoria, especialmente a Soft Consultoria e a PFGB Assessoria, em esquemas de pagamento de propina. As consultoras seriam utilizadas por doleiros para receber dinheiro de empreiteiras

e enviar o montante ao exterior para pagar lobistas e agentes públicos em processos licitatórios de obras públicas fraudulentos.

Este objeto-de-discurso é introduzido por uma série de expressões e grupos nominais, apresentados na forma de complemento verbal, que detalha em que consiste a ação transgressora denunciada:

- (23) Nele, os investigadores da força-tarefa encontraram 1 terabyte de “registros contábeis” cujo conteúdo abarca *as doações eleitorais* realizadas pela empreiteira, *valores recebidos de obras públicas* e *os pagamentos efetuados a consultorias* no período entre 2008 e 2013.

Em seguida, *Carta* retoma o referente por nominalização, como no exemplo (24), e por expressão ou grupo nominal, como nos exemplos (25) e (26), evidenciando que a prática era o modo mesmo de operação do esquema de propinas entre empreiteiras e consultorias:

- (24) Em uma primeira análise, o conteúdo bruto do HD revela as três partes envolvidas no *modus operandi* descoberto pela Lava Jato.
- (25) Caso consiga alcançar essas transações por meio das quebras de sigilo da consultoria e da construtora, os investigadores poderão, sem a necessidade de se valer do material da Castelo, mapear *repasses a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos*.
- (26) Embora a força-tarefa não possa utilizar os documentos da Operação Castelo de Areia, ao seguir o caminho do dinheiro será possível desvendar *a mecânica dos repasses*.

Logo adiante, por meio de grupo e expressões nominais, *Carta* especifica o teor da prática transgressora, categorizada anteriormente como mecanismo ou *modus operandi*:

- (27) A saber: *as obras públicas possivelmente fraudadas, as consultorias* utilizadas para maquiagem *os repasses de propina* e os destinatários de *doações eleitorais* efetuadas com o objetivo de garantir a boa relação com os políticos detentores de poder nas estatais.

Imediatamente depois da especificação da transgressão, *Carta* procura sublinhar que a força-tarefa da Lava Jato está ciente ou informada da prática transgressora, de modo a criar uma expectativa de reação ao problema exposto:

- (28) Com *as novas informações*, a força-tarefa deve ampliar seu escopo de atuação.
- (29) Além de aumentar o leque de obras investigadas, o laudo demonstra a possibilidade de *irregularidades* descobertas no passado, e mantidas impunes pelas altas cortes brasileiras, serem revisitadas. *Um desses casos* envolve a Soft Consultoria.
- (30) Além de visitar *os crimes apurados*, porém não punidos, na Castelo de Areia, o mapeamento deve aumentar exponencialmente o leque de obras investigadas

pela Lava Jato.

- (31) Uma investigação de sua consultoria [de Pedro Paulo Leoni Ramos] deverá contribuir na apuração de *desvios* em obras como a Usina de Jirau, de Belo Monte, de Tucuruí e mais de uma dezena de empreendimentos relacionados ao sistema elétrico.

No exemplo (28), o referente é retomado por forma referencial cujo lexema fornece instruções que representa uma categorização da parte anteriormente especificada no exemplo (27). No exemplo (29), a remissão é realizada por nominalização, em que a série de ações ilícitas apresentadas é definida genericamente em termos de irregularidade, de forma que, em seguida, exemplifica-se, por meio de expressão nominal, o caso particular envolvendo a Camargo Corrêa. Em (30), a revista retoma o referente por expressão nominal, destacando que as práticas criminosas já foram apuradas, mas sem ações da PF quanto a punições. E em (31), o objeto é reiterado e especificado em mais um caso de transgressão particular, agora envolvendo desvios em obras de usina.

Ainda dando ênfase à atuação da PF, do MPF e de juízes acerca das transgressões encontradas na antiga operação, em comparação com a da Lava Jato, *Carta*, no exemplo (32), retoma a transgressão original da Petrobrás por meio de grupo e expressão nominal, e no exemplo (33), por meio de nominalização, reitera as transgressões denunciadas ao longo da matéria, que tiveram a participação de outras empresas, para além da Petrobrás:

- (32) Abordar como fato principal do laudo as doações ao Instituto Lula, se não desnecessário, serve apenas para esconder que a Lava Jato alcança um momento crucial no qual terá de escolher entre restringir-se aos *delitos cometidos na Petrobras* ou expandir suas frentes de investigação para todos os setores nos quais o *cartel de empreiteiras* atuou.
- (33) Nele, o juiz Sergio Moro, além de requisitar detalhes de doações eleitorais, apontou a necessidade de o delator apresentar as provas sobre *desvios* não só na petroquímica, mas da Infraero e da Sanasa, empresa de Saneamento de Campinas.

Mantendo foco sobre outras operações, *CARTA* retoma as transgressões investigadas na Operação Castelo de Areia por meio de expressões e grupos nominais:

- (34) Para os investigadores da Castelo de Areia, Bianchi era o “orquestrador” do *esquema de pagamento de propina* descoberto à época.
- (35) Com o ex-funcionário foi apreendida uma vasta documentação relacionada a *pagamentos* realizados a políticos e *movimentações em offshore e contas no exterior*.

5.3.2.4 Análise do texto NIV-CC

Com a decisão de impedimento no Senado, *Carta*, em agosto de 2016, publica notícia sobre o episódio, acentuando uma série de pontos problemáticos que caminha para uma leitura avaliativa de ilegitimidade do *impeachment*. O primeiro ponto refere-se à linha de sucessão da presidência. Empregando expressão nominal, a revista introduz, indiretamente, a transgressão secundária de supostas irregularidades nas doações à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014, conforme denúncia do partido PSDB ao TSE:

- (36) [Ameaça Temer uma ação aberta pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#) que pede a cassação da chapa vitoriosa nas eleições de 2014.

Em seguida, *Carta* introduz o referente, já ancorado em notícias anteriores, da transgressão secundária pela qual Dilma foi destituída do cargo:

- (37) No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de *três decretos orçamentários sem autorização do Congresso* e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada *pedalada fiscal*,"configuram crimes de responsabilidade.

No exemplo acima, a revista emprega a nominalização “pedalada fiscal”, tendo-a detalhado anteriormente na forma de dois grupos nominais definidos, correspondentes às práticas específicas da emissão dos decretos e do atraso de pagamento, que fundamentaram a base da denúncia contra Dilma, elaborada e assinada por Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo. Mais adiante, o veículo retoma o referente por nominalização novamente, mas dessa vez classificando-o em termos legais e jurídicos como “crimes de responsabilidade”.

Mais adiante, no exemplo (38), há introdução de novo referente, através de um sintagma verbal que funciona sintaticamente como oração subordinada substantiva. Trata-se de uma transgressão envolvendo o procurador e o auditor fiscal do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante a primeira sessão de julgamento do *impeachment* no Senado, o auditor afirmou ter orientado o procurador na elaboração da representação contra a presidente, que rejeitou as contas do governo Dilma:

- (38) Na terça-feira 30, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou a intenção de ingressar com uma representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor fiscal Antônio Costa D’Ávila. Os dois foram ouvidos no primeiro dia da sessão de julgamento no Senado do processo de impeachment e D’Ávila admitiu que *auxiliou Oliveira na confecção da representação contra Dilma que posteriormente ele mesmo, D’Ávila, auditou*.

Carta também traz à lembrança, através de grupo nominal, a transgressão originária do “Petrolão”, mais particularmente envolvendo a figura do deputado emedebista Cunha, responsável por ter iniciado o processo de *impeachment*, a fim de mostrar a relação entre ambos

os casos do escândalo do “Petrolão” e da destituição da presidente:

- (39) Durante todo o ano de 2015, com a economia em frangalhos e a enorme repercussão dos *casos de corrupção envolvendo o PT na Lava Jato*, Dilma enfrentou diversos protestos, os maiores deles em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015.

Reforçando o vínculo entre ambos os casos a propósito do enfraquecimento do governo petista, a revista traz à interpretação do contexto ações criminosas envolvendo o deputado Eduardo Cunha, à época presidente da casa legislativa, responsável por ter iniciado o processo de *impeachment*. O conjunto de ações é introduzido pela nominalização “esforços”, sendo retomado e detalhado sequencialmente através de sintagmas verbais:

- (40) Cunha não poupou *esforços*. Autorizou a abertura de CPIs contra o governo, acelerou as análises das contas de Dilma e pautou projetos de lei, bem como votações de vetos presidenciais, que implicariam no aumento de gastos do governo em um período no qual o Planalto trabalhava para aprovar um ajuste fiscal. Mais importante que as "pautas-bomba", o peemedebista orientou os autores do pedido de impeachment a adaptar a peça acusatória às exigências burocráticas do Parlamento.

Enfatizando as ações transgressoras de Cunha, a revista traz novo referente mais adiante. De acordo com a notícia, Cunha transgrediu não apenas quanto aos esquemas de corrupção na Petrobrás, em virtudes dos quais é investigado, mas também quanto às estratégias que utilizou para não se prejudicar no processo em que é réu. Uma espécie de transgressões dentro de outra transgressão. Por meio de grupo nominal definida, no exemplo (41), *Carta* acrescenta mais uma transgressão de Cunha, vinculada à sua cassação no Conselho de Ética, e a retoma, no exemplo (42), com nominalização:

- (41) *Outro objetivo da pressão sobre o Executivo* era conseguir o apoio do PT contra a sua cassação no Conselho de Ética da Câmara.
- (42) *As ameaças* do peemedebista foram públicas, mas a direção do PT decidiu não ceder à *chantagem*.

Essa remissão a transgressões dentro de transgressões fica evidente no trecho abaixo, em que *Carta* introduz, através de grupo nominal definido, nova transgressão relacionada à investigação do deputado na PF:

- (43) Por meses, o deputado cortejou governo e oposição de forma a evitar o avanço da análise de seu caso pelo Conselho de Ética. Cunha é acusado de *quebra de decoro parlamentar* por mentir a respeito da existência de contas na Suíça em seu nome.

Após enfoque sobre práticas transgressivas relacionadas ao deputado Eduardo

Cunha, a revista introduz novo referente, através de expressão nominal no exemplo (44), em alusão ao acordo entre parlamentares, empresários, ministros do STF e militares para desestabilizar e derrubar o governo de Dilma, conforme mostrou conteúdo do diálogo entre Sérgio Machado e Romero Jucá, e o detalha logo em seguida com o sintagma verbal que funciona como aposto do núcleo nominal:

- (44) Em maio, ficou demonstrado que o ímpeto de muitos no PMDB para derrubar Dilma tinha *um único objetivo*: breca a Lava Jato.

Além desta prática transgressora, que ainda hoje não foi devidamente investigada e não obteve apelo na imprensa corporativa, a revista apresenta outra transgressão, através de nomeação, indicando a divulgação indevidamente autorizada pelo juiz Sérgio Moro de conversas telefônicas de Lula, vazadas na imprensa exatamente no mesmo dia em que o ex-presidente havia sido nomeado ministro-chefe da Casa Civil:

- (45) Gravados entre 17 de fevereiro e 16 de março, *os grampos* foram tornados públicos no dia da posse de Lula por Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos inquéritos da Lava Jato em primeira instância.

A revista especifica que parte dos áudios, retomados por expressão sinônima em (47), é, uma vez vazada, ilegal ou indevida, a saber, a da conversa entre Lula e a então presidente do Brasil, o que ameaça a segurança do estado. Em (47) por meio de expressão nominal e em (48) por expressão sinônima, apresenta-se o teor da especificidade da conversa, que foi considerada sem legitimidade jurídica por ministro do STF, como mostra a expressão sinônima em (49):

- (46) Entre *as gravações*, que traziam inclusive conversas pessoais de familiares de Lula, *um áudio específico* provocou imensa polêmica.
- (47) Captado às 13h32 de 16 de março, depois de o próprio Sergio Moro ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente, [o grampo trazia uma conversa entre Lula e Dilma](#).
- (48) Apenas em junho, Teori Zavascki, colega de Mendes no STF e relator da Lava Jato na Corte, proferiu decisão afirmando que [o áudio sobre o termo de posse foi colhido "sem abrigo judicial"](#).

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 5.3, dediquei-me à análise do significado representacional da

mediação discursiva de *Veja* e *Carta Capital*, identificando e classificando os processos de introdução referencial e continuidade referencial quanto à remissão a práticas de transgressão original e secundária no “Petrolão”. Ao fim, a sequência dos processos referenciais mobilizados na totalidade das notícias pode ser sintetizado nos quadros adiante:

Quadro 14 – Resultado da análise do significado representacional em *Veja*

VEJA		
Referente: prática de transgressão	Introdução referencial	Continuidade referencial
Esquema de pagamento de propinas na Petrobrás	(introduzido por sintagma verbal) <i>um caso</i> (expressão nominal) <i>assalto aos cofres públicos</i> (grupo nominal)	<i>isso</i> (pronome substantivo) <i>contribuições de campanha</i> (expressão nominal) <i>maior volume recebido</i> (expressão nominal) <i>repasses</i> (nominalização) <i>as doações</i> (nominalização) <i>roubalheira</i> (nominalização) <i>essas três infrações</i> (expressão nominal) <i>o esquema</i> (nominalização) <i>esquema</i> (nominalização) <i>esquema criminoso</i> (expressão nominal) <i>uma engrenagem</i> (expressão nominal) <i>o cartel de empresas</i> (forma referencial de categorização) <i>doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>uso de dinheiro desviado das estatais</i> (grupo nominal)
Improbidade administrativa	<i>crime de responsabilidade</i> (expressão nominal)	<i>os crimes orçamentários</i> (expressão nominal) <i>pedaladas fiscais</i> (nominalização)
Caixa 2 eleitoral (Prestação de declaração falsa de recursos para campanha)	<i>pagamento de caixa dois</i> (expressão nominal)	∅

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 14 – Resultado da análise do significado representacional em *Carta Capital*

CARTA CAPITAL		
Referente: prática de transgressão	Introdução referencial	Continuidade referencial
Formação de coligação partidária sob acordos de recompensas	<i>a promíscua relação entre seus partidos</i> (grupo nominal)	∅
Doação para campanha eleitoral em troca de vantagens	<i>doações eleitorais</i> (expressão nominal)	∅
Licitação fraudulenta	<i>licitações milionárias</i> (expressão nominal)	∅
Procedimentos escusos na privatização de estatais no governo FHC	<i>as privatizações na era FHC</i> (grupo nominal)	∅
Corrupção e lavagem de dinheiro em Portugal sob liderança do banqueiro Daniel Dantas	<i>a operação Satiagraha</i> (expressão nominal)	<i>a relação de Daniel Dantas e políticos de PT, PSDB e demais partidos</i> (grupo nominal)
Esquema de captação e remessas ilegais de divisas para o exterior através do Banestado	<i>escândalo do Banestado</i> (expressão nominal)	∅
Esquema de pagamento de propinas na Petrobrás	<i>o dinheiro oriundo de práticas ilícitas</i> (grupo nominal) <i>a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso</i> (grupo nominal) <i>o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil</i> (grupo nominal)	<i>algo muito maior do que o imaginado</i> (grupo nominal) <i>esquema de corrupção da Petrobrás</i> (grupo nominal) <i>uma organização criminosa</i> (expressão nominal) <i>o esquema criminoso</i> (expressão nominal) <i>supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República</i> (grupo nominal) <i>delitos cometidos na Petrobrás</i> (grupo nominal) <i>o cartel de empreiteiras</i> (expressão nominal) <i>desvios</i> (nominalização) <i>pedala fiscal</i> (nominalização) <i>crime de responsabilidade</i> (expressão nominal) <i>casos de corrupção envolvendo o PT na Lava Jato</i> (grupo nominal)

Publicação antecipada de uma edição de VEJA com características de propaganda eleitoral	<i>propaganda eleitoral</i> (expressão nominal)	<i>edição [...] antecipada</i> (expressão nominal) <i>ataques à Dilma</i> (expressão nominal) <i>verdadeiro panfletário de campanha</i> (grupo nominal) <i>a realização de propaganda eleitoral de conteúdo negativo</i> (grupo nominal) <i>a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais</i> (grupo nominal) <i>propaganda eleitoral</i> (expressão nominal) <i>utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social</i> (grupo nominal) <i>excepcional capacidade de influenciar a opinião dos eleitores</i> (grupo nominal) <i>inverídica, difamatória e caluniosa</i> (expressão nominal)
Vazamento e veiculação indevida de depoimento do doleiro Alberto Youssef pela imprensa	<i>ampla divulgação de supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República</i> (grupo nominal)	∅
Lavagem de dinheiro entre Camargo Corrêa e empresas de consultoria	<i>as doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>valores recebidos de obras públicas</i> (grupo nominal) <i>os pagamentos efetuados a consultorias</i> (grupo nominal) <i>a operação Castelo de Areia</i> (expressão nominal)	<i>modus operandi</i> (nominalização) <i>repasses a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos</i> (grupo nominal) <i>a mecânica dos repasses</i> (expressão nominal) <i>as obras públicas possivelmente fraudadas</i> (grupo nominal) <i>os repasses de propina</i> (expressão nominal) <i>de doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>as novas informações</i> (forma referencial de categorização) <i>irregularidades</i> (nominalização) <i>os crimes apurados</i> (expressão nominal) <i>desvios</i> (nominalização) <i>esquema de pagamento de propina</i> (grupo nominal) <i>movimentações em offshore e contas no exterior</i> (grupo nominal) <i>um suposto esquema de pagamento de propina da construtora Camargo Corrêa</i> (grupo nominal) <i>o pagamento de propina da empresa a agentes públicos</i> (grupo nominal) <i>todo o esquema de distribuição de propina da empreiteira</i> (grupo nominal)
Irregularidades nas doações à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014	<i>uma ação</i> (expressão nominal)	∅

Participação indevida de auditor do TCU na elaboração da representação contra Dilma no processo de impeachment	(introduzido por sintagma verbal)	∅
Ações criminosas de Eduardo Cunha no contexto do escândalo da “Petrobrás”	“ <i>esforços</i> ” (nominalização)	<i>Outro objetivo da pressão sobre o Executivo</i> (grupo nominal) <i>As ameaças</i> (nominalização) <i>A chantagem</i> (nominalização) <i>quebra de decoro parlamentar</i> (grupo nominal)
Conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá sobre assegurar um acordo nacional com instâncias da justiça, do parlamento e da força armada para viabilizar o impeachment e frear a Lava Jato	<i>um único objetivo</i> (expressão nominal)	∅
Vazamento e publicação indevida na imprensa de conversa entre a então presidente da república Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula	<i>os grampos</i> (nominalização)	<i>as gravações</i> (nominalização) <i>um áudio específico</i> (expressão nominal) <i>o áudio sobre o termo de posse</i> (grupo nominal)

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda:

	Transgressão original
	Transgressão de segunda ordem
∅	Sem remissão

Encerrada a análise dos modos de representação em *Veja* e *Carta Capital*, passo à investigação dos modos de identificação em ambas as revistas.

5.4 ANÁLISE DO SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: RELATOS DE VOZES

Na seção 3, quando explanei a relação entre discurso e texto na análise do EPM, mostrei que no evento instituiu-se uma guerra ou luta em que os participantes têm seus modos de ser identificados a partir de jogos de oposição e da instauração de inimigos que devem ser combatidos. Desse modo, as identidades no “Petrolão” passam a resultar desse constante esforço para criar, manter ou transformar relações antagonização. Por isso, o significado identificacional das práticas discursivas das instâncias enunciativas de mídia a partir da análise dos mecanismos textuais dos chamados relatos de vozes, nas formas de relato direto, relato indireto, relato indireto livre e relato narrativo de ato de fala, para descrever e discutir como as identificações dos participantes envolvidos no “Petrolão” são constituídas simbolicamente nesta luta social.

A seguir, seguem as análises dos modos de identificação em *Veja* e *Carta Capital*, considerando como atores sociais participantes do EPM sujeitos, partidos políticos e as próprias instâncias de mídia.

5.4.1 Modo de identificação em *Veja*

5.4.1.1 Análise do texto NI-V

A notícia, que trata de doações eleitorais milionárias entre os anos de 2002 e 2012 realizadas por empresas investigadas na Lava Jato, inclui os participantes seguintes: senadores e deputados, mencionados em termos gerais; o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa; ao partidos políticos PT, DEM, PSDB e MDB; e o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo.

Entre estes atores sociais, apenas o último teve voz apresentada, particularmente na forma de relato direto:

- (1) “Não significa que todos vão defender os interesses desses grupos, mas, em qualquer decisão que se tome, tem que ser analisado se os parlamentares não servem aos interesses de financiadores. Isso só pode ser verificado na atuação concreta”, alertou o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo.

5.4.1.2 Análise do texto NII-V

No contexto do período eleitoral de 2014, a notícia enfoca a chegada da Lava Jato

a lideranças petistas, incluindo em seu texto os atores sociais: o doleiro Alberto Youssef, os políticos Dilma Rousseff, Lula e petistas, um delegado da PF e o próprio jornalista que produz o texto.

No caso dos participantes Dilma Rousseff e Lula, bem como dos genericamente chamados “petistas”, não há registro de voz; enquanto ao doleiro Alberto Youssef dá-se voz através de relato indireto, como mostra o exemplo (2), de relato narrativo de ato de fala, conforme o exemplo (3), de relato indireto livre, no exemplo (4), e de relato direto, no exemplo (5), onde também se registra a voz do delegado da PF não nomeado na notícia:

- (2) DILMA E LULA SABIAM DA ROUBALHEIRA NA PETROBRAS, DIZ YOUSSEF.
- (3) Eles sabiam da roubalheira vigente na Petrobras. É o que o doleiro Alberto Youssef assegurou à Polícia Federal e ao Ministério Público no curso do processo de delação premiada.
- (4) Se é como diz Youssef — e lembro que ele está sob delação premiada; logo, se mentir, pode se complicar muito —, pode-se afirmar, de saída, que Dilma cometeu, quando menos, essas três infrações, sem prejuízo de outras.
- (5) Trecho do diálogo de Youssef com o delegado:
 — *O Planalto sabia de tudo!*
 — *Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado.*
 — *Lula e Dilma, respondeu o doleiro.*

O jornalista que assina a notícia, Reinaldo Azevedo, distintamente do que ocorreu no texto NI-V, marca a sua voz da matéria, mostrando seu ponto de vista e juízo a respeito do episódio informado, como se vê no exemplo (6), em que se faz um trocadilho com uma fala atribuída a Carlos Lacerda como sendo de Lula, por meio de relato direto, e no exemplo (7), em que o jornalista se posiciona veementemente contrário à ideia de revolução:

- (6) Eu poderia engatar aqui aquela máxima de Carlos Lacerda sobre Getúlio Vargas, só para excitar a imaginação de Lula, trocando a personagem. Ficaria assim: “A Sra. Dilma Rousseff não deve ser eleita. Eleita não deve tomar posse. Empossada, devemos recorrer à revolução para impedi-la de governar.”
- (7) Mas aqueles eram tempos em que as pessoas prezavam muito pouco as instituições, a exemplo de certos partidos que estão por aí. Eu não! Eu prezo a lei e a ordem. Eu prezo a Constituição do meu país. Eu prezo os Poderes constituídos.

5.4.1.3 Análise do texto NIII-V

Na notícia publicada em plena crise de governabilidade no primeiro ano do mandato de Dilma, há inclusão dos seguintes atores sociais, assim chamados: o doleiro Alberto Youssef,

o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, os responsáveis pela Operação Lava-Jato, investigadores da Operação Lava-Jato, o procurador Carlos Fernandes de Lima, o presidente e herdeiro da empresa que leva seu sobrenome Marcelo Odebrecht, o executivo da Andrade Gutierrez Otávio Azevedo, o tesoureiro do PT João Vaccari, os partidos PT, PMDB e PP, o delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula, o juiz Sérgio Moro e o ex-gerente de serviços da Petrobrás Pedro Barusco.

Repetindo o que se viu nas notícias anteriores, as vozes do Alberto Youssef e do Paulo Roberto Costa são trazidas a público novamente, através de relato indireto no exemplo (8), em que há recontextualização do conteúdo das delações de ambos os sujeitos na investigação da PF:

- (8) À medida que os depoimentos se sucediam e mais provas iam sendo encontradas, o esquema foi tomando a forma de uma gigantesca operação político-partidária e empresarial destinada a levantar fundos com contratos espúrios de empresas com a Petrobras.

Por meio de relato direto, a revista inclui a voz do Carlos Fernandes de Lima, um dos procuradores da Lava Jato, como mostra o exemplo (9), e a do Igor Romário de Paula, delegado da PF, conforme se vê no exemplo (10):

- (9) Em abril, Carlos Fernandes de Lima, um dos procuradores da Lava-Jato, disse em uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que a investigação se tornara tão ampla que chegaria a “mares nunca dantes navegados”.
- (10) Disse o delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula: “A ideia é dar um recado claro de que a lei vale para todos, não importa o tamanho da empresa, seu destaque na sociedade, sua capacidade de influência e seu poder econômico”.

Por meio de relato narrativo de ato de fala, exibem-se a voz dos assim genericamente intitulados por *Veja* como investigadores da Lava Jato, no exemplo (11), e a do juiz Sérgio Moro, nos exemplos seguintes:

- (11) O braço político, acreditam os investigadores, pode subir mais um degrau além do ocupado, por exemplo, por João Vaccari, tesoureiro do PT, preso em Curitiba.
- (12) O juiz Sérgio Moro determinou a prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, os presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, por considerar que os dois capitaneavam o cartel de empresas que ganhava contratos da Petrobras em troca do pagamento de propina a funcionários da estatal e a políticos.
- (13) Moro também anotou a existência de um depósito feito pela Odebrecht numa conta no exterior controlada por Pedro Barusco, o delator que servia ao PT e prometeu devolver aos cofres públicos 100 milhões de dólares. Moro determinou a prisão de outros cinco executivos, três da Odebrecht e dois da Andrade Gutierrez, e expediu 38 mandados de busca e apreensão.

- (14) Em seu despacho, Moro registrou que delatores do petrolão haviam dito que a Odebrecht pagara subornos no exterior por meio da construtora Del Sur, sediada no Panamá.

Na totalidade dos atores sociais mencionados, não houve registro das vozes dos “responsáveis” pela Operação Lava-Jato, do Marcelo Odebrecht, do Otávio Azevedo, do João Vaccari, dos partidos PT, PMDB e PP e do Pedro Barusco.

5.4.1.4 Análise do texto NIV-V

Logo após a decisão do *impeachment*, *Veja* publica notícia em que são trazidos os participantes, assim identificados, Lula, Dilma Rousseff, assessores de Dilma, senadores, parlamentares dilmistas, o então presidente do Senado Federal Renan Calheiros, o partido PT, tesoureiros do PT, José Dirceu, Guido Mantega, o ministro do STF Ricardo Lewandowski, o então presidente nacional do PT Rui Falcão e o então senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Apresentando declarações de Dilma e do partido PT de modo a contrapor suas falas de defesa à decisão tomada pelo senado, reconhecida pela revista como legítima, as vozes destes participantes são exibidas, inicialmente, por relato indireto, como mostram os exemplos (15) e (16), e por relato indireto livre em (17):

- (15) Dilma e o PT insistem em dizer que a democracia brasileira sofre um golpe, e que seu impeachment representará uma ruptura institucional.
- (16) Também vituperaram, em uma versão ampliada do terrorismo eleitoral levado a cabo em 2014, que Michel Temer acabaria com programas sociais e cortaria direitos trabalhistas.
- (17) Enunciado esperado de quem insiste na retórica irredimível de que misteriosas “forças conservadoras” querem apeá-la do poder.

Ainda nesta direção de contrariar a falas favoráveis à narrativa do golpe, Dilma tem sua voz apresentada por meio de relato direto, conforme o exemplo (18), em que há recorte do seu discurso de defesa no Senado, com foco sobre a leitura do impedimento como ruptura democrática; por meio de relato indireto livre, no exemplo (19), em que *Veja* destaca a repetitividade dos argumentos de defesa de Dilma; por meio relato narrativo de ato de fala, no exemplo (20), em que a revista descreve o ato ilocucionário da ex-presidente, durante sua defesa, em termos de falta de empatia e de culpa do PT; e por meio de relato direto mesclado à

narração de ato de fala, como se vê no exemplo (21), em que *Veja* categoriza o ato ilocucionário de Dilma como “desabafo” antes de mostrar seu conteúdo:

- (18) Ao falar aos senadores na segunda-feira, Dilma afirmou: “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos”.
- (19) Repetiu nove vezes a palavra ‘golpe’ ao longo de seu discurso – e retomou o tom levemente arrogante e professoral nas respostas aos senadores. Afirmou, como fez durante todo o processo, que não cometeu crime algum.
- (20) Em seu discurso no Senado, ela não fez nenhum aceno ao PT. Dilma ainda culpou diretamente o partido pelo pagamento de caixa dois ao responsável pelas campanhas que a levaram ao Planalto por duas vezes.
- (21) Como revelou VEJA em julho, Dilma chegou a desabafar nos seguintes termos ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre o processo: “Quero acabar logo com essa agonia”.

Chamo atenção, no exemplo (21), para um mecanismo particular de identificação da revista *Veja*, por relato indireto, que opera pela ênfase dada à sua própria voz em seu discurso e pela recursividade, seja sendo destacada na matéria como porta-voz que revela ou descobre algo, seja mesclada à estratégia de encaminhamento dos leitores para outras reportagens do veículo por meio de *hiperlinks*.

Ao fim, a revista traz a voz, por relato direto, do ex-presidente Fernando Collor de Mello, como se vê em (22), mostrando-a como síntese do contexto geral, a fim de mostrar o que seria um lance de ironia na história entre a presidente Dilma, de um partido que foi favorável ao impeachment de Collor, e o ex-presidente Collor, que agora rebate com a mesma reação:

- (22) Por ironia da história, partiu justamente da boca do senador Fernando Collor de Mello, ao qual Dilma passa a fazer companhia na triste galeria de presidentes condenados pelo Senado, a declaração que resume o quadro, feita da tribuna na terça-feira: “Além de infração às normas orçamentárias e fiscais, com textual previsão na Constituição como crime de responsabilidade, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de governo que faz, da cegueira econômica, o seu calvário, e da surdez política, o seu cadafalso”.

5.4.2 Modo de identificação em *Carta Capital*

5.4.2.1 Análise do texto NI-C

Em suas matérias iniciais a propósito da Lava Jato, *Carta* estima a operação da PF, a partir de uma ênfase na oportunidade de a justiça superar erros anteriormente cometidos quanto ao sistema político, trazendo à tona os seguintes participantes, assim interpelados: o doleiro Alberto Youssef, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, o juiz Sérgio Moro, o então procurador geral da república Rodrigo Janot, o empresário Daniel Dantas, os partidos MDB, PPP, PT, PSDB, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, o então ministro Cesar Asfor Rocha, o ministro Luis Roberto Barroso, policiais, agentes públicos, o ex-vice-presidente da Câmara André Vargas, o deputado Cândido Vacarezza, então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, os procuradores da força-tarefa da Lava Jato Andrey Borges de Mendonça, Januário Paludo, Orlando Martello Junior, Carlos Fernando dos Santos Lima, Diogo Castor de Mattos e Deltan Dallagnol e advogados criminalistas.

O texto, embora interpele um conjunto variado de participantes, apresenta apenas as vozes do deputado Cândido Vacarezza, através de um relato direto que reproduz trecho de uma mensagem trocada com o então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, como mostra o exemplo (1), e da voz do Paulo Roberto Costa, a partir de um link que dá acesso, por relato direto, a trechos da sua deleção na PF, conforme se vê no exemplo (2):

- (1) Para exemplificar a tal ala petista, o ex-vice-presidente da Câmara André Vargas e o deputado Cândido Vacarezza, famoso depois de ser flagrado, em plena CPI do Cachoeira, enviado a seguinte mensagem ao então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, do PMDB, outro também suposto alvo do delator: "a relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (sic)".
- (2) Após a [delação premiada de Costa](#), os processos e investigações referentes à Lava Jato seguirão em duas mesas distintas.

5.4.2.2 Análise do texto NII-CC

Já no clima efervescente das eleições, *Carta* publica notícia destacando a atuação da revista VEJA no cenário político, intervindo sobre a decisão do eleitorado através de ataques ao partido PT e seus representantes principais. Neste texto, há a inclusão dos seguintes participantes: *Veja*, editora Abril, Dilma Rousseff, Lula, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Admar Gonzaga, o doleiro Alberto Youssef e o partido PT.

A fim de mostrar que a congênere corporativa cometeu erro grave, *Carta* traz, seguidas vezes, a voz do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Admar Gonzaga, a partir da exposição, por relato direto, de trechos de seu relatório a respeito da atuação de *Veja*, dando ênfase ao teor da infração cometida (exemplo 3), a motivação partidária da ação indevida (exemplo 4) e o seu objetivo (exemplo 5):

- (3) "Tendo em vista que a Representada (revista *Veja*) antecipou em dois dias a publicidade da revista, entendo que a propagação da capa, ou do conteúdo em análise, poderá transformar a veiculação em verdadeiro panfletário de campanha, o que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão", diz o relatório de Gonzaga.
- (4) Segundo o documento, "a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais, pela Representada poderá, inclusive, configurar a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, apurável por meio de Ação de Investigação Judicial Eleitoral".
- (5) Para ele, a divulgação da capa da *Veja*, ou "de excertos do conteúdo da matéria, a título de publicidade comercial, caracteriza propaganda eleitoral com excepcional capacidade de influenciar a opinião dos eleitores, ainda que estes não sejam leitores daquele periódico".

Ainda trazendo à tona a voz do ministro, no exemplo (6), por meio de relato indireto livre na primeira frase, e por relato direto na frase seguinte, *Carta* destaca a gravidade da ação cometida por *Veja* e a principal vítima dos prejuízos resultantes:

- (6) Para o ministro, os contornos de propaganda eleitoral contidos na divulgação de *Veja* interferem de forma indevida e grave em detrimento da candidatura da presidenta Dilma Rousseff. "Considerando estarmos na antevéspera do pleito presidencial, a realização de propaganda eleitoral de conteúdo negativo poderá acarretar prejuízo irreparável ao equilíbrio e lisura do pleito."

Após longa exposição de trechos do relatório, parte da liminar do TSE que proíbe a circulação da edição de *Veja* de 23 de outubro de 2015 na rádio, televisão, outdoor e propaganda paga na internet, *Carta* entextualiza a voz do partido PT, por meio de relato direto, expondo a defesa da sigla em relação ao conteúdo publicizado no "panfleto", oriundo do vazamento do depoimento de delação premiada do doleiro Youssef:

- (7) Segundo o PT, a informação publicada pela *Veja* é "inverídica, difamatória e caluniosa".
- (8) "Deve-se destacar a necessidade de acesso imediato ao conteúdo do mencionado depoimento, visto que ampla divulgação de supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República, exatamente às vésperas da eleição presidencial, sem que se possibilite um mínimo contraditório da imputada, o que pode influenciar o eleitorado e abala a lisura do pleito", afirma a defesa do partido.

5.4.2.3 Análise do texto NIII-CC

Passada a acirrada eleição, deu-se início a um conjunto de esforços para a derrubada do governo de Dilma. Neste contexto, *Carta* publica notícia sobre o papel de empresas de consultoria nos negócios empreendidos pelas empresas investigadas na Lava Jato. No texto, incluem-se as vozes dos seguintes sujeitos: o perito Ivan Roberto Ferreira Pinto, investigadores da força-tarefa da Lava Jato, procuradores e delegados, políticos e agentes públicos, os doleiros Alberto Youssef, José Diney Matos e Jadair Fernandes de Almeida, o ex-vice-presidente da construtora PFGB Assessoria Pietro Francesco Giavina Bianchi, o ex-ministro de Fernando Collor Pedro Paulo Leoni Ramos, o ex-diretor da Camargo Corrêa Dalton Avancini e o juiz Sergio Moro.

São entextualizadas, isto é, trazidas ao tecido textual, a voz do que a revista chama genericamente de investigadores, procuradores e delegados vinculados à operação Castelo de Areia, encapsulados, por hiperônimo, pela referência à Polícia Federal (PF), como mostram os exemplos (9) e (10), em que, por relato direto, *Carta* mostra trechos de relatório da PF, já exibindo o que a operação Lava Jato pode extrair da Castelo de Areia para ampliar seu leque de atuação contra a corrupção:

- (9) Sobre umas dessas transações entre a consultoria e a construtora, a PF aponta em um relatório da Castelo de Areia: “Salientamos que o contrato foi pago pela empresa Camargo Corrêa para a Soft, que subcontratou a Admaster, que subcontratou, no exterior, a Surpark, que por sua vez efetuava os depósitos nas contas indicadas pela construtora”.
- (10) “Sua liderança no complexo esquema de pagamento de supostas propinas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro fica clara pela quantidade de informações apreendidas em seu poder. Seja na residência, seja no escritório, em papel ou em mídia, Pietro foi o investigado que mais gerou provas a esta investigação”, afirma o relatório final da Castelo.

Por meio de relato indireto livre, *Carta* também entextualiza a voz do juiz Sérgio Moro, dando destaque ao que, a partir da delação do doleiro Dalton Avancini, pode ser aproveitado para revelar esquemas de corrupção envolvendo outras empresas, além da Petrobrás, como a Infraero e a Sanasa:

- (11) Uma prova de que a escolha deve ser pela segunda opção pode estar no despacho de homologação da delação de Dalton Avancini, ex-diretor da Camargo Corrêa. Nele, o juiz Sergio Moro, além de requisitar detalhes de doações eleitorais, apontou a necessidade de o delator apresentar as provas sobre desvios não só na petroquímica, mas da Infraero e da Sanasa, empresa de Saneamento de Campinas.

5.4.2.4 Análise do texto NIV-CC

Com o *impeachment* aprovado, *Carta* publica notícia perfazendo o caminho que resultou no impedimento, citando diversas práticas de transgressão em torno do processo, o que coloca em xeque a legitimidade da destituição da presidente Dilma Rousseff. O texto traz uma lista extensa de atores sociais participantes desse contexto narrado: Dilma, Michel Temer, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, o auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila, o deputado Eduardo Cunha, o deputado Arlindo Chinaglia, o senador Aécio Neves, o ex-governadores José Serra e Geraldo Alckmin, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula, os deputados emedebistas Leonardo Picciani (RJ) e Jader Barbalho (PA), o ex-presidente da Transpetro Sergio Machado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), os partidos PT, PSDB, MDB, os deputados petistas Leo de Brito (AC), Zé Geraldo (PA) e Valmir Prascidelli (SP), os advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo, grupos favoráveis à intervenção militar Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online, o juiz Sergio Moro e os ministros do STF Teori Zavascki e Gilmar Mendes.

Apesar da lista extensa de nomes, *Carta* entextualiza poucas vozes, dado o caráter descritivo e narratológico da notícia. Como mostra o exemplo (12), por meio de relato narrativo de ato de fala, a revista apresenta a voz dos senadores que, em maioria (61 votos a favor do *impeachment* contra 22 contrários), foi favorável à decisão de destituição:

- (12) No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de [três decretos orçamentários sem autorização do Congresso](#) e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada "pedalada fiscal", configuram crimes de responsabilidade.

Desde então, *Carta* passa a deslegitimar a decisão acordada no Senado, explanando diversos casos de transgressão, que envolvem abuso de poder e vícios em torno do processo. Nos exemplos (13) e (14), também por meio de relato narrativo de ato de fala, a revista apresenta, respectivamente, a voz do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), cujo conteúdo é exposto para fazer valer a tese dos vícios no processo devido, e a voz do auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila, do TCU, que admitiu ter prestado auxílio ao procurador Júlio Marcelo de Oliveira na elaboração de representação contra a presidente petista:

- (13) Na terça-feira 30, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou a intenção de ingressar com uma representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila.
- (14) Os dois foram ouvidos no primeiro dia da sessão de julgamento no Senado do processo de impeachment e D'Ávila admitiu que auxiliou Oliveira na confecção da representação contra Dilma que posteriormente ele mesmo, D'Ávila, auditou.

Além desta infração relacionada ao TCU, órgão que reprovou as contas do governo Dilma, *Carta* traz outro problema à vista, a saber, o da atuação criminosa do deputado Eduardo Cunha nos bastidores do processo de impeachment e na própria operação da Lava Jato. Por meio de relato narrativo de ato de fala, a revista entextualiza as vozes dos deputados petistas Leo de Brito, Zé Geraldo e Valmir Prascidelli, quando da votação da cassação de Cunha na casa legislativa, conforme mostra o exemplo (15), e a voz do próprio deputado emedebista, que reage à cassação com a abertura do processo de impedimento, como se vê no exemplo (16), em que se registra link de acesso direto à entrevista concedida por Cunha à imprensa:

- (15) Às 14 horas de 2 de dezembro de 2015, os deputados petistas Leo de Brito (AC), Zé Geraldo (PA) e Valmir Prascidelli (SP) anunciaram que votariam pela cassação de Cunha no Conselho de Ética.
- (16) Quatro horas depois, [o então presidente da Câmara concedeu entrevista coletiva na qual anunciava o acolhimento do pedido de impeachment](#) assinado pelos advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo.

Seguindo a narrativa, *Carta*, ainda por relato narrativo de ato de fala, entextualiza as vozes de grupos de manifestação favoráveis ao *impeachment*, conforme o exemplo (17) mostra, e do partido PSDB e um de seus principais representantes, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como se evidencia no exemplo (18), a fim de mostrar que o conjunto das mobilizações, sejam nas ruas, sejam nas articulações políticas, foi capitaneado para dar força e apelo popular à tentativa de impedimento:

- (17) Organizados por grupos como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, o Revoltados Online e grupelhos favoráveis a uma intervenção militar, as manifestações reuniram centenas de milhares que protestavam contra a corrupção e o PT.
- (18) Em 10 de dezembro de 2015, oito dias depois de Cunha acolher o pedido, o PSDB, com a bênção de Fernando Henrique Cardoso, fechou posição a favor do impeachment.

Em seguida, revelando que, junto ao PSDB, o MDB também passou a fazer do grupo de forças que se organizavam para derrubar o governo petista, *Carta* traz, por relato

indireto livre mesclado à relato direto, a voz do então vice-presidente Michel Temer, na forma de apresentação (no hiperlink) de uma carta destinada à presidente Dilma, que, não por acaso, foi vazada na imprensa, como ilustra o exemplo (19), e a voz do partido MDB, quanto ao seu pronunciamento oficial de retirada da base de apoio ao governo de Dilma (cujo texto original é acesso por hiperlink), como se nota no exemplo (20):

- (19) Em 7 de dezembro, Temer vazou uma [carta privada a Dilma na qual revelava sua mágoa com a petista](#) e com o núcleo duro do Planalto por ser um "vice decorativo".
- (20) Em 29 de março de 2016, por aclamação, com Cunha no papel de estrela da convenção e gritos de "fora PT" e "Temer presidente", [o PMDB abandonou oficialmente o governo Dilma](#).

Dando materialidade à tese do conjunto de forças contra o governo petista, *Carta* entextualiza, por relato direto, as vozes do ex-presidente da Transpetro Sergio Machado e do senador Romero Jucá (PMDB-RR), expondo trecho da conversa em que ambos falam de um grande acordo nacional para garantir a derrocada de Dilma:

- (21) A conversa prosseguiu:
 MACHADO: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].
 JUCÁ: Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.
 MACHADO: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.
 JUCÁ: Com o Supremo, com tudo.
 MACHADO: Com tudo, aí parava tudo.
 JUCÁ: É. Delimitava onde está, pronto.

Trazendo as vozes de Dilma e Lula no cenário exposto, *Carta*, por meio de relato indireto (exemplo 22) e de relato direto (exemplo 23), explana a conversa entre Dilma e o ex-presidente Lula a propósito da nomeação do petista como ministro, mostrando como o diálogo foi apropriado rapidamente pela imprensa corporativa e pelo judiciário como uma espécie de prova de que ambos os petistas estavam fugindo da primeira instância de investigação da PF, como mostra o relato direto da voz do ministro do STF Gilmar Mendes em (24):

- (22) Nela, os dois falam a respeito do "termo de posse", documento que confirmaria a nomeação de Lula para a Casa Civil, e Dilma diz para ele ser usado só "em caso de necessidade".
- (23) Captado às 13h32 de 16 de março, depois de o próprio Sergio Moro ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente, [o grampo trazia uma conversa entre Lula e Dilma](#).

- (24) Dois dias depois, em 18 de março, [Gilmar Mendes suspendeu monocraticamente a posse de Lula](#), decisão jamais submetida ao plenário do Supremo.

Mostrando se tratar de mais um vício no processo devido, *Carta* entextuliza, logo após a voz de Gilmar Mendes, a voz do também ministro do STF Teori Zavascki, por relato direto mesclado a relato indireto, que entendeu que a gravação do áudio entre Dilma e Lula não tem fundamento judicial:

- (25) Apenas em junho, Teori Zavascki, colega de Mendes no STF e relator da Lava Jato na Corte, proferiu decisão afirmando que [o áudio sobre o termo de posse foi colhido "sem abrigo judicial"](#).

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 5.4, realizei a análise do significado identificacional das práticas discursivas de *Veja* e *Carta Capital*, a partir do exame dos mecanismos de inclusão das vozes dos participantes mencionados nas notícias como envolvidos direta ou indiretamente no “Petrolão”, com base na identificação e classificação dos tipos de relatos mobilizados.

Observemos os seguintes quadros:

Quadro 16 - Resultado da análise do significado identificacional em *Veja*

VEJA	
Participante	Tipo de relato
senadores (não nomeados)	∅
doleiro Alberto Youssef	indireto narrativo de ato de fala indireto livre direto
ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa	relato indireto
PT	∅
DEM	∅
PSDB	∅
MDB	∅
diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo	direto
Dilma Rousseff	indireto indireto livre direto narrativo de ato de fala direto narrativo de ato de fala
Lula	∅
petistas (não nomeado)	∅
um delegado da PF (não nomeado)	direto
VEJA	direto indireto
responsáveis pela Operação Lava-Jato (não nomeados)	∅
investigadores da Operação Lava-Jato (não nomeados)	narrativo de ato de fala
procurador Carlos Fernandes de Lima	direto
empresário Marcelo Odebrecht	∅
empresário Otávio Azevedo	∅
tesoureiro do PT João Vaccari,	∅
PP	∅
delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula	direto
juiz Sérgio Moro	narrativo de ato de fala
ex-gerente de serviços da Petrobrás Pedro Barusco	∅
assessores de Dilma (não nomeados)	∅
senadores e parlamentares dilmistas (não nomeados)	∅
presidente do Senado Federal Renan Calheiros	∅
tesoureiros do PT (não nomeados)	∅
ex-ministro José Dirceu	∅
ex-ministro Guido Mantega	∅
ministro do STF Ricardo Lewandowski	∅
presidente nacional do PT Rui Falcão	∅
senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello	direto

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 157 - Resultado da análise do significado identificacional em CARTA CAPITAL

CARTA CAPITAL	
Participante	Tipo de relato
juiz Sérgio Moro	indireto livre
procurador geral da república Rodrigo Janot	∅
doleiro Alberto Youssef	∅
ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa	direto
PT	direto
PPP	∅
DEM	∅
PSDB	narrativo de ato de fala
MDB	direito indireto livre
o empresário Daniel Dantas	∅
ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos	∅
ministro Cesar Asfor Rocha	∅
ministro Luis Roberto Barroso	∅
policiais	∅
agentes públicos	∅
senadores	narrativo de ato de fala
ex-vice-presidente da Câmara André Vargas	∅
o deputado Cândido Vaccarezza	direto
governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral	∅
procurador Andrey Borges de Mendonça	∅
procurador Januário Paludo	∅
procurador Orlando Martello Junior	∅
procurador Carlos Fernando dos Santos Lima	∅
procurador Diogo Castor de Mattos	∅
procurador Deltan Dallagnol	∅
advogados criminalistas	∅
VEJA	∅
editora Abril	∅
Dilma Rousseff	direto indireto
Lula	direto indireto
ministro do TSE Admar Gonzaga	direto indireto livre
doleiro Alberto Youssef	∅
perito Ivan Roberto Ferreira Pinto	∅
investigadores	direto
procuradores	
delegados	
agentes públicos	∅
doleiro José Diney Matos	∅
doleiro e Jadair Fernandes de Almeida	∅
ex-vice-presidente da construtora PFGB Assessoria Pietro Francesco Giavina Bianchi	∅
ex-ministro Pedro Paulo Leoni Ramos	∅
ex-diretor da Camargo Corrêa Dalton Avancini	∅
vice-presidente Michel Temer	indireto livre relato direto
senador Randolfe Rodrigues	narrativo de ato de fala
procurador Júlio Marcelo de Oliveira	∅

auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila	narrativo de ato de fala
deputado Eduardo Cunha	narrativo de ato de fala
deputado Arlindo Chinaglia	∅
senador Aécio Neves	∅
ex-governador José Serra	∅
ex-governador Geraldo Alckmin	∅
ex-presidente Fernando Henrique Cardoso	narrativo de ato de fala
deputado Leonardo Picciani	∅
deputado Jader Barbalho	∅
ex-presidente da Transpetro Sergio Machado	direto
senador Romero Jucá	direto
deputado Leo de Brito	narrativo de ato de fala
deputado Zé Geraldo	narrativo de ato de fala
deputado Valmir Prascidelli	narrativo de ato de fala
advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo	∅
grupos Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online	narrativo de ato de fala
ministro do STF Teori Zavascki	direto indireto livre
ministro do STF Gilmar Mendes	direto

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, os quadros exibidos acima mostram quais participantes são incluídos nas notícias de *Veja* e de *Carta Capital*, seguindo a ordem de interpelação dos atores sociais na sequência dos textos examinados, quais desses participantes têm suas vozes relatadas e quais foram silenciados. Uma vez tendo encerrado a análise interacional da semiose discursiva do “Petrolão”, identificando e categorizando os mecanismos linguístico-textuais mobilizados na constituição dos movimentos de significações acional, representacional e identificacional das instâncias enunciativas de mídia em foco, convido o(a) leitor(a) à discussão crítica dos dados obtidos.

6 A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO “PETROLÃO” COMO LUTA SOCIAL: OS EFEITOS TEXTUAIS DE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E ANTAGONISMO

“Os textos como elementos de eventos sociais provocam efeitos causais - isto é, causam mudanças. Mais imediatamente, os textos podem causar mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas a partir deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e assim por diante.”

(FAIRCLOUGH, 2003, p. 08)

Na seção 5, examinei detalhadamente os mecanismos linguístico-textuais de encadeamento de gêneros, referenciação de práticas de transgressão e relatos de vozes em notícias publicadas pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Agora, convido o(a) leitor(a) a observar comparativamente e discutir como operam tais mecanismos quanto à constituição do “Petrolão” como luta social, produzindo os efeitos textuais de hegemonia, ideologia e antagonismo.

6.1 CADEIA DE GÊNEROS E O EFEITO TEXTUAL DA HEGEMONIA

6.1.1 Inclusão, exclusão e proeminência de gêneros textual-discursivos

Na construção do significado acional em *Veja* e em *Carta Capital*, identifiquei a mobilização dos seguintes gêneros, assim dispostos quanto à inclusão, exclusão e grau de proeminência:

Quadro 16 - As redes de gêneros em *Veja* e *Carta Capital*: inclusão, exclusão e proeminência

VEJA		CARTA CAPITAL	
Gênero	Ocorrência	Gênero	Ocorrência
notícia	8	notícia	14
depoimento	3	depoimento	4
entrevista	3	liminar	3
declaração oral	2	relatório	3
conversa	2	decisão judicial	3
reportagem	2	petição	3
lei/artigo de lei	2	lei/artigo de lei	2
sentença condenatória	2	laudo pericial	2
tratados jurídicos	1	conversa	2
registros (do TSE)	1	despacho	2
recursos (no STF)	1	mandado	1
documentos (do DOPS)	1	reportagem	1
despacho	1	recurso de defesa	1
libelo acusatório	1	entrevista	1
mandado	1	carta	1
interrogatório	1	pronunciamento	1
declaração de voto	1	decreto	1
decisão judicial	1	declaração	1
discurso oral de defesa	1	libelo acusatório	1
		parecer	1

Fonte: Elaborado pela autora

Ao todo, *Veja* possui uma cadeia composta por 19 diferentes gêneros textual-discursivos. O gênero mais presente na rede tecida é a notícia. Das 8 vezes em que notícias foram encaixadas na cadeia de gêneros, todas referiram-se a matérias da própria revista. Em seguida, os gêneros mais frequentemente articulados, com 3 recontextualizações cada, foram depoimento e entrevista. Quanto aos depoimentos, *Veja* refere-se às delações premiadas de Alberto Youssef e de Paulo Roberto Costa. Quanto às entrevistas, a revista recontextualiza as que foram realizadas com o procurador da Lava Jato Carlos Fernandes de Lima, com o então presidente do Senado, Renan Calheiros, e com o economista vinculado ao PT Guido Mantega.

Depois, com 2 recontextualizações, a revista encadeia os gêneros de declaração oral (do diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo e do ex-presidente Fernando Collor), conversa (com autoridades da Lava Jato não mencionadas e com Renan Calheiros), reportagem (da própria revista e do jornal Última Hora), lei ou artigo de lei (referentes à Constituição Federal) e sentença condenatória (em remissão aos julgamentos de Dilma Rousseff no período do regime militar e, em 2016, no senado federal). Com apenas 1 recontextualização, articulam-se os gêneros: tratados jurídicos, recursos de defesa, documentos do DOPS e registros do TSE, nenhum especificado; despacho, libelo acusatório, decisão

judicial e mandado, deslocados do campo da justiça; e discurso de defesa oral, declaração de voto e interrogatório, referentes ao julgamento de Dilma no senado.

Já em *Carta Capital*, há encadeamento de 20 gêneros ao todo, sendo o mais frequentemente articulado o da notícia, tal como se viu também em *Veja*. São 14 notícias, apresentadas a partir do recurso da hipertextualidade e dispostas, na totalidade, apenas em duas notícias NI-C e NIV-C, distintamente do que houve em *Veja*, em que as notícias recontextualizadas foram distribuídas ao longo dos quatro textos examinados. Depois, tem-se o gênero depoimento, mobilizado 4 vezes, recontextualizando as delações premiadas de Paulo Roberto Costa e de Alberto Youssef e as participações do procurador Júlio Marcelo de Oliveira e do auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila em uma sessão de julgamento do *impeachment* no Senado.

Sendo 3 vezes articulados, vêm, em seguida, os gêneros da liminar (em referência à operação Castelo de Areia, à prática transgressora da revista *Veja* e à suspensão da posse de Lula como ministro no governo Dilma), do relatório (deslocado duas vezes da operação Castelo de Areia e outra vez relacionado à prática transgressora da revista *Veja*), da decisão judicial (do juiz Sérgio Moro, em relação a condenações no âmbito da Lava Jato; do ministro do STF Gilmar Mendes, que proibiu a posse de Lula no governo Dilma; e do também ministro do STF Teori Zavascki, que classificou o grampo da conversa entre Dilma e Lula como ilegal); e da petição (vinculado à ação do PT contra a prática transgressora da revista *Veja*, à ação do PSDB contra a chapa Dilma-Temer durante o *impeachment* e ao pedido de auditoria requerido por Aécio Neves quanto ao funcionamento das urnas eletrônicas com respeito às eleições de 2014).

Com apenas 1 recontextualização, encontram-se os gêneros: mandado de busca e apreensão ou prisão, decreto, libelo acusatório e parecer, como parte das atividades oficiais da Lava Jato; recurso de defesa, em remissão à operação Castelo de Areia; entrevista, pronunciamento, declaração e carta, deslocados da esfera política; e reportagem, em referência à edição de VEJA acusada de panfletagem partidária.

6.1.2 Recursividade e mobilidade da audiência no espaço-tempo: a hegemonia informacional do EPM

Quando consideramos a inclusão e a proeminência do gênero notícia em *Veja* (8) e em *Carta Capital* (14), devemos notar que se trata de uma recursividade constante, empregada majoritariamente através da tecnologia de *hiperlink*. Em *Veja*, além das notícias, há recursividade também quanto ao gênero da reportagem (2), em referência a uma matéria da

própria revista e a de outro veículo, o Última Hora. Em *Carta Capital*, também é incorporada uma reportagem de outro veículo, a revista *Veja*. Ao todo, há, então, 10 incorporações de gêneros da informação em *Veja* e 15 incorporações em *Carta Capital*.

A incorporação de notícias e reportagens no texto estabelece relações tanto retrospectiva quanto prospectivamente, pois os links de acesso, distribuídos no próprio corpo do texto, geralmente em tópicos frasais de parágrafos, ou ao final da notícia, à guisa de sugestões de leituras, movem a audiência espacial e temporalmente. A audiência é movida para matérias publicadas em anos, meses ou semanas anteriores, à maneira de uma relação anafórica de gênero, e para matérias mais recentes ou mesmo posteriores ao texto original, pois, pela tecnologia de comunicação no ambiente virtual, o texto pode ser reeditado várias vezes depois de originalmente publicado, podendo ser alterado com o acréscimo, por exemplo, de um link de acesso a uma notícia posterior, sendo compromisso ético da revista o registro das datas de alteração.

A recursividade constante, que sublinho aqui como uma espécie de autorreferenciação, e a mobilização de leitores no espaço-tempo são efeitos hegemônicos dos textos à medida que consistem em processos discursivos que induzem a audiência a permanecer no domínio de produção de significações da instância enunciativa. Os casos de interdiscursividade identificados quando da incorporação de reportagens de outros veículos, ocorridos em número muito mais reduzido em comparação ao das notícias, dão-se sem o emprego da tecnologia de hiperlink, o que evidencia mais ainda o efeito de hegemonia dos textos de *Veja* e *Carta Capital*, uma vez que revelam o esforço das revistas em evitar mover a sua audiência para além das fronteiras de seu próprio domínio, o que caracteriza uma disputa pela hegemonia informacional do “Petrolão”.

6.1.3 Hibridismo: os gêneros orais na dramatização da narrativa

O exame das notícias serve ao esclarecimento de uma característica particular das redes de gêneros nos tempos de modernidade tardia, o hibridismo. Como explica Fairclough (2003), baseado em Harvey (1992) e Jameson (1991), o hibridismo marca o colapso de fronteiras que é identificador das sociedades de capitalismo avançado. Nas práticas discursivas articulatórias das duas revistas, as cadeias de gênero são híbridas, mesclando, por exemplo, documentos oficiais com opiniões de jornalista ou relatos de acontecimentos com conversas particulares, além dos vários recursos de exposição de propagandas comerciais e vídeos

dispostos ao lado ou no próprio corpo do texto. No ambiente virtual, as notícias são cada vez mais híbridas.

Constatada a natureza híbrida, gostaria de chamar a atenção do(a) leitor(a) para um aspecto especialmente importante dessa hibridização das notícias no “Petrolão”, que diz respeito à recontextualização de gêneros da oralidade e da escrita nos textos examinados. Em *Veja*, são encadeados 7 gêneros da oralidade: depoimento (3), entrevista (3), declaração oral (3), conversa (2), voto (1), discurso oral de defesa (1) e interrogatório (1), totalizando 13 incorporações de textos falados. Já em *Carta Capital*, são mobilizados 5 gêneros da oralidade: depoimento (4), conversa (2), entrevista (1), pronunciamento (1) e declaração oral (1), no total de 9 incorporações de textos falados. A presença de gêneros orais em um texto cujo propósito comunicativo é informar produz o efeito de envolvimento emocional e pessoal com a trama narrada, alcançando e mantendo a atenção da audiência pela ordem dos afetos, das afecções, com atos de fala direta ou indiretamente exibidos e explorados.

Sendo o efeito da hegemonia correspondente ao significado acional do discurso, conforme tenho arguido, nota-se que o “Petrolão”, em *Veja*, pela maior presença de gêneros orais articulados em sua cadeia, cria um tipo de (inter)ação mais subjetiva e apelativa com sua audiência, compondo a narrativa do EPM como um drama pessoal, um *dramatis personae*, em que atos de fala de distintos personagens, inclusive nos casos de conversas em ambiente privado, são publicizados e explorados em seus valores emocional e moral. Em *Carta Capital*, este procedimento discursivo também está presente, sendo equivalente a 25% do total de gêneros encadeados (isto é, 4 de um total de 20 gêneros), enquanto em *Veja* equivale a 36,84% (ou seja, 7 de um total de 19 gêneros). No entanto, em *Carta Capital*, não se incorpora nenhum gênero oral de ambiente privado, pois todos os gêneros orais mobilizados possuem teor eminentemente público, como o pronunciamento de um partido político, ou são do tipo publicizado, como no caso do áudio de um telefonema entre Dilma e Lula. Isso revela menos investimento dramático na narrativa do escândalo, pois a forma de (inter)ação da revista dá-se prioritariamente por meio de acesso a documentos oficiais, escritos e de valor legal e jurídico.

6.1.4 Deslocamento de gêneros e acesso como forma de poder

As notícias deslocam gêneros de um lugar de origem para outro, recontextualizando-os, de modo a compor o que tenho chamado de mediação textual do EPM. Tanto em *Veja*, quanto em *Carta Capital*, os gêneros encadeados pertencem originalmente aos campos da justiça, da política e da própria mídia, o que revela o papel de mediação que os *media*

exercem e o âmbito da formação discursiva do evento, como mostrei na seção 5, sendo composto por relações de influência mútua e sobredeterminação entre as três esferas sociais.

Em *Veja*, são incorporados 4 gêneros do campo da mídia: notícia, reportagem, entrevista e declaração oral (dada à imprensa ou a algum jornalista); 3 gêneros do campo da política: interrogatório (no senado federal), declaração de voto e discurso oral de defesa; e 11 do campo da justiça: depoimento (de delação premiada), lei ou artigo de lei, sentença, tratados jurídicos, registros do TSE, recursos no STF, documentos do DOPS, despacho, mandado, libelo acusatório e decisão judicial. Em *Carta Capital*, são incorporados também 3 gêneros do campo da mídia: notícia, reportagem e entrevista; 3 gêneros do campo da política: carta (do então vice-presidente Michel Temer), pronunciamento (de partido político) e declaração oral (de um senador em plenária); e, por fim, 14 gêneros do campo da justiça: depoimento (de delação premiada), liminar, relatório (referente à operação Lava Jato e à Castelo de Areia), decisão judicial, petição, lei ou artigo de lei, laudo pericial, conversa (referente aos grampos realizados pela política envolvendo Dilma e Lula e Sérgio Machado e Romero Jucá), despacho (com ordens de juízes), mandado, recurso de defesa, decreto, libelo acusatório e parecer (referente às contas do governo Dilma reprovadas pelo TCU).

Quanto ao campo da política, comparativamente, o primeiro aspecto que devo sublinhar é que, enquanto *Veja* articula somente gêneros orais e no escopo do julgamento de *impeachment* no senado federal (o interrogatório realizado pelos senadores, a declaração de voto dos parlamentares e o discurso de defesa de Dilma Rousseff), *CARTA* incorpora 2 gêneros orais, extraídos de práticas distintas (o pronunciamento do senador Romero Jucá anunciando a retirada do MDB da base de apoio do governo petista no diretório nacional do partido e a declaração do senador Rondolfe Rodrigues em plenária durante o julgamento de *impeachment*), e 1 gênero escrito (a carta assinada por Temer direcionada à então presidente Dilma). Conforme vimos na discussão anterior sobre o hibridismo dos gêneros orais e escritos nos textos das revistas, evidencia-se que a *Veja* investe mais do que a *Carta Capital* no potencial emotivo e subjetivo da interação que realizam ao incorporar gêneros do campo político.

O segundo aspecto que devo destacar, aqui, é o do acesso. *Carta Capital* diversifica seu acesso a determinadas práticas sociais no campo da política, ao passo que *Veja* reduz o acesso ao âmbito estritamente particular do julgamento da presidente petista. Neste caso, não se pode confundir acesso diversificado com acesso privilegiado: *Veja* se esforça para manter a atenção da audiência direcionada constante e exclusivamente para o julgamento de Dilma e mostra ter acesso privilegiado ao que posso chamar de subcampos, quero dizer, determinadas áreas das esferas sociais que não são públicas. A revista *Veja* exhibe, em distintos momentos,

conteúdos oriundos de fontes não identificadas no texto e de contato pessoal de jornalistas com políticos e assessores, algumas vezes revelando o que estes participantes pensam, suas opiniões e sensações. Já a *Carta Capital*, embora diversifique as práticas de onde desloca e articula seus gêneros, apresenta menor acesso privilegiado a informações e conhecimento, pois expõe apenas conteúdos de textos públicos, como pronunciamento e declaração de políticos, ou amplamente publicizados na imprensa, como a carta de Temer.

O campo da justiça, notemos, tem protagonismos dos deslocamentos de gêneros mobilizados por *Veja* e *Carta Capital*: trata-se da esfera social de onde mais gêneros são extraídos e traduzidos à audiência. Em *Veja*, são deslocados 11 gêneros deste campo, todos integrados às práticas próprias das atividades da Operação Lava Jato e dos processos jurídicos em torno do *impeachment*. Esta proeminência de gêneros do campo da justiça corresponde a 57,89% do total de gêneros encadeados nas 8 notícias analisadas. Em *Carta Capital*, esta proeminência é ainda maior, pois são 14 gêneros recontextualizados, cerca de 70% da totalidade da rede genérica mobilizada pela revista, sendo relacionados não apenas à Lava Jato e o *impeachment*, mas também às várias práticas de transgressão referidas no conjunto de notícias examinado, como veremos na subseção 6.2.

Um aspecto importante destas recontextualizações é o grau de abstração dos gêneros. Dos 11 gêneros articulados em *Veja*, 5 são incorporados sem especificidade de fonte, de lugar, de participantes envolvidos na atividade ou de conteúdo: tratados jurídicos, registros no TSE, recursos no STF e documentos do DOPS. Não se delimita o que são os “tratados”, não se esclarece a que tipo de “registros” no TSE faz-se referência, não se detalham quais são os “recursos” no Supremo e não se admitem que “documentos” do DOPS foram consultados como fonte de dados quanto ao julgamento de Dilma à época da ditadura militar. Em *Veja*, portanto, 45% dos gêneros deslocados do campo da justiça possuem alto grau de abstração. Isso indica que a tradução destes gêneros para a audiência é marcada pelo predomínio da voz da própria revista e pelo forte controle sobre a seleção e exposição das produções textuais da esfera da justiça. Em *Carta Capital*, este grau de abstração não se mostrou presente, pois todos os gêneros encadeados foram descritos, contextualizados ou tiveram excertos da produção textual citados direta ou indiretamente. O número mais elevado de gêneros deslocados do campo da justiça e a ausência de incorporações de gêneros com alto nível de abstração indicam, de um lado, mais abertura dialógica no discurso de *Carta Capital*, pois é mais interdiscursiva que *Veja*, e, por outro lado, mais esforço também para garantir a legitimidade de seu relato.

Neste ponto, devo sublinhar outro aspecto, além do grau de abstração, que é o acesso como forma de poder. Somados aos 5 gêneros de alto grau de abstração em *Veja*,

encontram-se o gênero da conversa privada (com autoridades da força-tarefa Lava Jato e com o então presidente do senado Renan Calheiros) e o gênero do depoimento, particularmente o da delação de Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, publicados pela revista em primeira mão, antes mesmo de ter o sigilo quebrado oficialmente na Operação Lava Jato). Estes gêneros da conversa privada e do depoimento de acesso exclusivo e antecipado indicam a dominância que a mídia corporativa exerce sobre a mediação textual do “Petrolão”, mantendo relação direta com subcampos do campo da justiça, o que não se vê em *Carta Capital*, cujo raio de acesso a subcampos parece inexistente. A revista encadeia depoimentos de delação premiada, mas apenas depois de oficialmente declarados públicos pela PF.

Quanto ao campo da mídia, *Veja* mobiliza 4 gêneros com as seguintes ocorrências de incorporações: notícia (8), reportagem (3), entrevista (2) e declaração oral dada à imprensa (2), totalizando 15 recontextualizações dos gêneros da esfera midiática. Em *Carta Capital*, articulam-se 3 gêneros: notícia (14), reportagem (1) e entrevista (1), no total de 16 recontextualizações. Nos casos de incorporação de notícias e reportagens, também no campo da mídia *Veja* restringe-se ao âmbito da Lava Jato e ao *impeachment*, enquanto *Carta Capital* faz referência a outras operações da PF, como a Castelo de Areia, e a outras atividades de transgressão, além do esquema de corrupção na Petrobrás e das chamadas “pedaladas fiscais”. Assim, a autorreferenciação em *Veja* é centralizadora e conservadora, em termos temáticos de manutenção da pauta, diferentemente do que ocorre em *Carta Capital*, que traz gêneros de outras atividades de operações de investigação da PF, descentralizando a transgressão original.

No caso de entrevistas, as incorporações de *Veja* envolvem um procurador da Lava Jato, o senador Renan Calheiros e o economista Guido Mantega, com recontextualizações de suas falas a propósito da legitimação das acusações contra Dilma, Lula e PT, ao passo que, em *Carta Capital*, envolve-se apenas o deputado federal Eduardo Cunha, cuja fala é articulada a fim de mostrar que a abertura do processo de impedimento de Dilma foi uma reação à cassação do mandato do parlamentar, apoiada pela sigla petista. Observa-se, neste ponto, o forte antagonismo que, pelos gêneros mobilizados, é constituído entre determinados participantes do evento. Esta oposição evidencia-se quando *Veja* encadeia, duas vezes, o gênero da declaração oral, uma do diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo e outra do ex-presidente Fernando Collor. Na primeira, o foco é mostrar a suspeição quanto ao financiamento da campanha de Dilma; na segunda, o objetivo é tratar como ironia o fato de Collor estar julgando o comportamento supostamente criminoso de Dilma.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 6.1, comparei as formas de encadeamento de gêneros em *Veja* e *Carta Capital*, descrevendo como se deu a constituição do significado acional nas notícias com foco sobre o efeito textual de hegemonia. Entre os principais aspectos deste efeito, destaquei os seguintes: as diferenças quanto à inclusão e à exclusão de gêneros nas redes de interdiscursividade construídas pelas revistas, que revelam a dominância e o acesso privilegiado campos e subcampos sociais; os distintos graus de proeminência quanto aos gêneros articulados, que apontam para a recontextualização de textos como tradução e exercício de controle sobre a compreensão; as estratégias de autorreferenciação e recursividade como parte determinante da disputa pela hegemonia informacional do “Petrolão”, ao exercerem poder sobre a mobilidade da audiência no tempo-espaço; o hibridismo nas redes de gêneros de ambas as revistas e as implicações da proeminência de gêneros da oralidade para a dramatização da narrativa do escândalo; e, por fim, os deslocamentos de gêneros no processo de tradução como gerenciamento sociocognitivo de compreensão de conteúdos.

Ao fim, os resultados da análise da cadeia de gêneros em *Veja* e *Carta Capital* encaminham nossa atenção para a reflexão sobre os modos distintos pelos quais ambas as instâncias de mídia significam o “Petrolão”, pois as redes genéricas evidenciam quais práticas de transgressão estão sendo representadas e como tais representações podem ser investidas ideologicamente, o que veremos a seguir.

6.2 REFERENCIAÇÃO E O EFEITO TEXTUAL DA IDEOLOGIA

6.2.1 Inclusão, exclusão e proeminência de práticas de transgressão

Na constituição do significado representacional em *Veja*, há remissão a apenas três práticas transgressoras, elencadas na tabela abaixo por grau de proeminência:

Quadro 19 - Os processos de referenciação em *Veja*: inclusão, exclusão e proeminência

VEJA		
Prática de transgressão	Ocorrência	Processo de referenciação
Pagamento de propinas na Petrobrás	16	expressão nominal (7) grupo nominal (2) nominalização (5) pronome (1) forma referencial por categorização (1)
Improbidade administrativa	3	expressão nominal (2) nominalização (1)
Caixa 2 eleitoral (Prestação de declaração falsa de recursos para campanha)	1	expressão nominal (1)

Fonte: Elaborado pela autora

A prática mais frequentemente referida ao longo das notícias é a da transgressão de primeira ordem do “Petrolão”, isto é, o conjunto de ações de pagamento de propinas envolvendo a estatal Petrobrás, que compôs o alvo da Operação Lava Jato em suas fases iniciais e que protagonizou o abalo da chapa de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Ao todo, são 16 remissões, considerando os processos de introdução e de continuidade referencial. Em seguida, com 3 remissões, a segunda prática mais referida é a da improbidade administrativa, que ficou conhecida mais popularmente como “pedaladas fiscais” e que foi apropriada como base da denúncia contra Dilma no processo de *impeachment* entre 2015 e 2016. Por último, a terceira prática de transgressão referida, com somente 1 remissão, diz respeito à acusação de caixa 2 na campanha presidencial de Dilma nas eleições de 2014.

Distintamente do que acontece em *Veja*, com a inclusão somente da transgressão de primeira ordem, vinculada diretamente à imagem da ex-presidente Dilma, excluindo-se qualquer outra prática transgressora entre os anos de 2014 e 2016, a revista *Carta Capital* inclui em seu painel um número muito mais amplo de práticas de transgressão, como exibe abaixo:

Quadro 20 - Os processos de referência em *Carta Capital*: inclusão, exclusão e proeminência

CARTA CAPITAL		
Prática de transgressão	Ocorrência	Processo de referência
Lavagem de dinheiro entre Camargo Corrêa e empresas de consultoria	19	grupo nominal (9) expressão nominal (6) nominalização (3) forma referencial de categorização (1)
Esquema de pagamento de propinas na Petrobrás	14	grupo nominal (8) expressão nominal (4) nominalização (2)
Publicação antecipada de uma edição de VEJA com características de propaganda eleitoral	10	grupo nominal (5) expressão nominal (5)
Ações criminosas de Eduardo Cunha no contexto do escândalo da “Petrobrás”	5	grupo nominal (2) nominalização (3)
Vazamento e publicação indevida na imprensa de conversa entre a então presidente da república Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula	4	nominalização (2) grupo nominal (1) expressão nominal (1)
Corrupção e lavagem de dinheiro em Portugal sob liderança do banqueiro Daniel Dantas	2	expressão nominal (1) grupo nominal (1)
Formação de coligação partidária sob acordos de recompensas	1	grupo nominal (1)
Doação ilegal para campanha eleitoral	1	expressão nominal (1)
Licitação fraudulenta	1	expressão nominal (1)
Procedimentos escusos na privatização de estatais no governo FHC	1	grupo nominal (1)
Esquema de captação e remessas ilegais de divisas para o exterior através do Banestado	1	expressão nominal (1)
Vazamento e veiculação indevida de depoimento do doleiro Alberto Youssef pela imprensa	1	grupo nominal (1)
Irregularidades nas doações à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014	1	expressão nominal (1)
Conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá sobre assegurar um acordo nacional com instâncias da justiça, do parlamento e da força armada para viabilizar o impeachment e frear a Lava Jato	1	expressão nominal (1)

Fonte: Elaborado pela autora

Na totalidade, *Carta Capital* inclui em suas notícias 15 práticas de transgressão, sendo aquela mais predominantemente referida a da lavagem de dinheiro envolvendo a relação de empresas de consultoria com a empreiteira Camargo Corrêa, investigada na Lava Jato. Uma transgressão de segunda ordem, portanto. Esta prática, com 19 remissões, é abordada particularmente quanto a outra operação da PF, a Castelo de Areia, deflagrada em 2009 e anulada em 2011. A revista mostra que a operação Castelo, que já desmascarava um esquema de pagamento de propinas entre diretores da empresa paulista citada e operadores de repasse a políticos, como o doleiro Alberto Youssef, antecipou a Lava Jato, devendo ser seriamente

reapropriada pela PF e pelo MPF para alavancar e ampliar o seu desempenho no combate à corrupção.

Em seguida, a segunda prática transgressora mais frequentemente referida é a originária do “Petrolão”, com 14 remissões, tendo sido abordada mais secundariamente, à guisa de pano de fundo para inclusão e associação de diversas ações criminosas no entorno da derrocada do governo de Dilma a propósito do escândalo da Petrobrás. Logo depois, com 10 remissões, há destaque para a transgressão praticada pela revista *Veja*, com a publicação antecipada de uma edição cuja matéria apresentava características de propaganda eleitoral segundo interpretação do TSE. Em quarta posição, a *Carta Capital* inclui no leque de práticas de transgressão referidas as ações criminosas do deputado Eduardo Cunha no contexto do escândalo da “Petrobrás”, com 5 remissões, e o episódio de vazamento e publicação indevida na imprensa da conversa entre a então presidente da república Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, com 4 remissões. Tais referentes são incluídos pela *Carta Capital* para mostrar vícios, falhas e abusos de poder no julgamento jurídico, moral e midiático de ambos os petistas.

Depois, com apenas 1 remissão, são incluídas as transgressões de segunda ordem: formação de coligação partidária sob acordos de recompensas, doação ilegal para campanha eleitoral e licitação fraudulenta, referidas genericamente; procedimentos escusos na privatização de estatais no governo FHC e esquema de captação e remessas ilegais de divisas para o exterior através do Banestado, ações que ocorreram durante a década de 90; vazamento e veiculação indevida de depoimento do doleiro Alberto Youssef pela imprensa, irregularidades nas doações à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014 e acordo entre Sérgio Machado e Romero Jucá para assegurar, junto à justiça, ao parlamento e às forças armadas, o *impeachment* de Dilma e o fim da Lava Jato, todos já no âmbito do processo de impedimento.

6.2.2 Modos de centralizar e descentralizar o processo de significação do escândalo

Mediante esta explanação da inclusão, exclusão e proeminência das práticas de transgressão referidas nas revistas, devo sublinhar uma característica identificadora da atuação das instâncias de mídia alternativa e corporativa no interior da formação discursiva do “Petrolão”, que diz respeito à centralização temática na progressão cronológica das notícias. Enquanto *Veja* centraliza em um referente o processo de significação do escândalo, pautando somente a transgressão originária do evento, *Carta Capital* descentraliza o objeto-de-discurso ao longo de suas matérias, incluindo outros referentes a propósito dos quais desenvolve contrapautas em relação ao que é tematizado predominantemente pela mídia corporativa. Quanto a

isso, nota-se que mídia alternativa reivindica para si o papel de vigília e crítica aos congêneres, uma vez que *Carta Capital* demonstra atenção permanente ao que é veiculado por *Veja*, como no caso em que trouxe como referente uma prática transgressora da revista, a partir de ampla exposição de trechos do relatório do TSE que condenou a ação do veículo e de sua editora.

6.2.3 A (re)ativação de referentes na construção da memória do evento

Além das estratégias discursivas de centralização e descentralização dos referentes, quando se analisam os tipos de práticas incluídas ou excluídas e aquelas que são reiteradamente remetidas nas notícias, observa-se que os discursos de *Veja* e *Carta Capital* atuam na construção de memórias, pois é a partir desses modos de referenciação a determinadas ações transgressoras que representações da realidade constituem-se sociocognitivamente na mente da audiência que consome os produtos simbólicos dos meios de comunicação, tratando-se, pois, do próprio modo de operação de ideologias. Os textos de ambas as revistas afirmam, descrevem, contextualizam, selecionam e classificam as ações de transgressão que compõem o escândalo, de modo que, sem estas representações, a consciência do evento seria inacessível aos cidadãos.

Ao selecionar determinadas ações e representá-las por referenciação, ambas as revistas produzem conhecimentos a propósito dos objetos-de-discurso construídos e formam opiniões e juízos de valor quando da distribuição e do consumo das notícias. A própria pesquisa que ora apresento é exemplo de como o papel do jornalismo é vital para a compreensão dos acontecimentos na história do país. *Veja* e *Carta Capital* apresentam coberturas diárias sobre o EPM em foco, e esta regularidade torna suas notícias mais presentes e persuasivas nos distintos contextos da vida social. Além disso, empregam bastante a técnica comunicativa da recursividade, induzindo a audiência a penetrar cada vez mais em seu campo de domínio e atuação.

Em *Veja*, a indução para ativação do referente na memória dá-se a partir de repetidas retomadas designativas da prática de corrupção na Petrobrás envolvendo Dilma, Lula e PT. Esta redução do escândalo à prática referida e a representação desta prática com foco sobre os participantes petistas são inculcadas na memória a partir da repetição de expressões nominais e nominalizações predominantemente relacionadas ao campo semântico do crime (como “esquema criminoso” e “infração”), investidas metaforicamente (“assalto aos bancos” e “pedaladas”) e recategorizadas por neologismos (“roubalheira” e “petrolão”). Quando enfocamos os mecanismos linguístico-textuais empregados na inclusão e abordagem das práticas de transgressão, vê-se que, em *Veja*, há predomínio dos mecanismos de expressão

nominal (9) e de nominalização (6), seguidos de grupo nominal (3), forma referencial de categorização (1) e pronome (1). Em termos sociocognitivos, os dois primeiros mecanismos revelam controle estrutural na racionalização do evento, pois são organizadores e designadores da realidade referida. São substantivos e expressões curtas classificadoras, que, pela repetição e força apelativa, tornam a representação construída da prática criminosa um já-dito, um pressuposto, uma referência facilmente apreensível e identificável pela audiência.

Em *Carta Capital*, a audiência é induzida a lembrar de diversas práticas de transgressão no sistema partidário nacional, em períodos distintos, trazendo à tona o esquema da Petrobrás mais secundariamente, como parte do quadro geral do histórico de corrupção no país. Especificamente quanto aos mecanismos linguístico-textuais utilizados na inclusão e abordagem das práticas de transgressão em suas notícias, há predomínio de grupo nominal (29) e expressão nominal (22), seguidos de nominalização (10) e forma referencial de categorização (1). Observa-se que o uso de sintagmas mais extensos, como é o caso do grupo nominal, revela um tipo de controle distinto daquele utilizado por *Veja*, em que se viu o uso objetivo-designativo da linguagem, pois se trata exatamente de não transformar a prática originária ou qualquer outra em um pressuposto, sendo sempre um objeto-de-discurso em formação, pois, a cada grupo nominal, novos elementos caracterizadores das práticas são exibidos, não reduzindo, simplificando ou reificando as práticas representadas (por exemplo, a prática de transgressão envolvendo a empresa Camargo Corrêa é referida como “repasse a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos” e, em seguida, como “movimentações em offshore e contas no exterior”). Caracterizando, em vez de designando, como se viu em *Veja*, *Carta Capital* não apresenta recategorizações metafóricas das práticas, não utiliza a expressão “petrolão”, que na memória coletiva é um referente associado ao escândalo do “mensalão”, vinculado ao PT, e opta por especificar o teor das práticas quando se sua referência, isso é, não faz referências generalizadas por um substantivo (como “crime”), mas, à medida em que faz a remissão, já detalha a sua caracterização (como “a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso”).

6.2.4 A sequência de ações na composição narrativa

No EPM, entendo memória como a reivindicação de uma narrativa, sendo a narrativa costurada a partir das sequências de ações transgressoras referidas na construção dos sentidos do “Petrolão”. Em *Veja*, a narrativa construída é a de uma tragédia, pois a história repetidamente contada ao longo das notícias é a da derrocada do partido PT, de Dilma e de Lula

em razão de seus próprios feitos criminosos para chegarem ao poder. Diria, inclusive, ser a narrativa de uma tragédia anunciada, pois a revista se coloca como sempre tendo advertido a sociedade do perigo que a sigla partidária e seus principais líderes representavam. Não há uma sequência de práticas na composição da história do “Petrolão”, mas um permanente retorno à origem, à prática transgressora originária do escândalo, à maneira mesmo de uma tragédia, em que o fim é explicado e justificado por um destino selado na origem. O tom apelativo encontrado nas recategorizações metafóricas e nos neologismos acentua a encenação da tragédia. Já em *Carta Capital*, dada a pulverização do referente, havendo na verdade não um, mas vários objetos-de-discurso sequencialmente dispostos e referidos, sempre a propósito do ritmo de investigação da operação Lava Jato, tem-se uma subnarrativa, que descreve e caracteriza o processo de *impeachment* de Dilma, entre 2014 e 2016, contra um pano de fundo que apresenta os vários elementos de um contexto mais global de enfraquecimento e violação de princípios fundamentais da democracia brasileira.

6.2.5 Produção de sentidos a serviço do poder

Uma preocupação que tem tomado conta de boa parte da minha produção acadêmica nos últimos anos (PEIXOTO, 2018a; 2018b) é o modo como a ideologia é definida no interior da ADC, mais especificamente segundo a perspectiva faircloughiana. Com base em Thompson (1995), para quem a ideologia é o sentido a serviço do poder, Fairclough (2001, p. 121) especifica que a ideologia existe somente “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante”. Os processos ideológicos são concebidos enquanto representações da realidade que são textualmente edificadas em várias dimensões das “formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Está pressuposto, aqui, o que podemos chamar de fetichismo linguístico. Em outras palavras, diz-se que os usos linguísticos obliteram a complexa rede de produção dos sentidos do mesmo modo que as trocas ocultam o processo de produção da mercadoria. Nessa direção, a ADC parte de uma concepção de ideologia que é tanto um tipo de vivência espontânea, que só pode ser rompida a partir do esforço intelectual-científico da reflexão, quanto forma simbólica de distorção da realidade como efeito social de textos, contra a qual a crítica deve agir em um movimento de fora para dentro, revelando os processos linguísticos reais de produção textual de determinados sentidos.

Quando se comparam os mecanismos de referenciação em *Veja* e *Carta Capital*, vê-se que a instância enunciativa de mídia alternativa, ao produzir um discurso de oposição ou crítica ao discurso construído pela instância enunciativa de mídia corporativa, não é menos ideológica que esta. Assim, não se poderia falar, aqui, de um discurso ideológico e outro não-ideológico, pois entendo que ambos produzem efeitos ideológicos ao representarem o evento de modos distintos, constituindo memórias e quadros sociocognitivos de racionalização diferentes. Não seria o caso de haver um discurso que reproduz o poder e outro que se emancipa do poder ou luta contra ele, mas de discursos que desejam se libertar, ou desejam possuir, determinados poderes.

A análise linguística mostra que, em ambas as revistas, há controle sobre as representações nas produções textuais para favorecer ou desfavorecer determinados participantes. Há uma disputa, de cada lado, pela hegemonia informacional do escândalo, e, neste contexto, os dois veículos integram, de distintos modos, a estrutura de poder da mídia na sociedade. Exemplo disso é que as duas revistas reivindicam os mesmos valores de verdade (em oposição à ideia de subjetividade e interesses particulares), de legitimidade de suas narrativas e de compromisso com a democracia e suas instituições, colocando-se como porta-vozes da sociedade e como relatoras dos fatos, não contestando, à maneira de uma mídia alternativa radical, os próprios arranjos de poder que compõem o *modus operandi* de atuação da imprensa como elite simbólica no país.

Logo, minha análise do significado representacional aponta para a direção de se pensar que o ponto mais importante da crítica não está na classificação da mídia corporativa e da mídia alternativa como sendo ideológica e não ideológica, mas em termos de que ideologia é mais dominante que outra. O exercício do poder da mídia corporativa, ao narrar o evento como a realização de um crime por um partido e seus líderes, e o exercício do poder da mídia alternativa, ao desfocar a transgressão originária, contando-a como uma subnarrativa, são se limitam simplesmente a uma de forma de ação unilateral sobre a audiência, mas em formas de mediações textuais como interação social, implicando questões de distribuições desiguais de poder e resistência, inclusive quanto aos modos de recepção e consumo das notícias.

A despeito da visão segundo a qual a crítica da ideologia seria não ideológica, devo sublinhar que as produções textuais da mídia, mesmo as de posicionamento alternativo, como a *Carta Capital*, consistem na formação ou reprodução de consensos sobre o evento informado, o que caracteriza o efeito ideológico de suas interações na mediação simbólica do escândalo. Os discursos de *Carta Capital* e *Veja* são, pois, ideológicos, à medida que entendo ideologia não como simples sistema de crenças e valores que é reproduzido por um veículo ou outro, mas

como significações que (re)constroem o evento sociocognitivamente, isto é, sua percepção e interpretação, dependendo de interesses, motivações e resultados pretendidos.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 6.2, discuti comparativamente os processos de referenciação de práticas de transgressão original e secundárias em *Veja* e *Carta Capital*, quando da análise do significado representacional nas notícias de ambos os veículos, com foco sobre o efeito textual da ideologia. Mais especificamente, detalhei os principais aspectos deste efeito para a constituição do “Petrolão” como luta social: as diferenças quanto à inclusão e à exclusão de práticas de transgressão nas notícias, que apontam para o trabalho de seleção dos referentes a partir dos quais a audiência percebe, significa e julga os acontecimentos em torno do escândalo, o que constitui efeito ideológico; os distintos graus de proeminência das práticas de transgressão referidas, que revelam como as revistas enfatizam certas ações em detrimentos de outras e seus participantes; as formas de organização da sequência de ações na composição das narrativas do evento, que indicam como cada revista representa a realidade na forma de um história; os modos de ativação e reativação de referentes como estratégias para a construção de uma memória do evento a partir de representações mentais, que são inculcadas na mente da audiência; e, por fim, as maneiras pelas quais os processos de referenciação consistem em produções de significação que estão a serviço de determinadas formas de poder, não havendo um discurso não ideológico ou imune a tensões e conflitos, que consistem em relações assimétricas de poder.

Ao fim desta subseção, depois de compreendidos os processos de referenciação empregados nas revistas a propósito de seu efeito ideológico, posso encaminhar o(a) leitor(a) para a discussão sobre a constituição das identidades dos participantes interpelados nas notícias a partir da análise das redes intertextuais de vozes.

6.3 RELATOS DE VOZES E O EFEITO TEXTUAL DO ANTAGONISMO

6.3.1 Inclusão, exclusão e grau de proeminência de vozes

Na construção do significado identificacional em *Veja* e em *Carta Capital*, o quadro geral de participantes interpelados, envolvidos direta ou indiretamente no “Petrolão”, está disposto do seguinte modo:

Quadro 21 – Total de participantes incluídos nas notícias de *Veja* e *Carta Capital*

VEJA	CARTA CAPITAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. doleiro Alberto Youssef 2. ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa Claudio Weber Abramo 3. Dilma Rousseff 4. um delegado da PF 5. VEJA 6. investigadores da Operação Lava-Jato 7. diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo 8. procurador Carlos Fernandes de Lima 9. delegado Igor Romário de Paula 10. juiz Sérgio Moro 11. senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello 	<ol style="list-style-type: none"> 1. juiz Sérgio Moro 2. ex-diretor Petrobras Paulo Roberto Costa 3. PT 4. PSDB 5. MDB 6. senadores 7. o deputado Cândido Vacarezza 8. Dilma Rousseff 9. Lula 10. ministro do TSE Admar Gonzaga 11. investigadores da força-tarefa da Lava Jato 12. procuradores da força-tarefa da Lava Jato 13. delegados da força-tarefa da Lava Jato 14. vice-presidente Michel Temer 15. senador Randolfe Rodrigues 16. auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila 17. deputado Eduardo Cunha 18. ex-presidente Fernando Henrique Cardoso 19. ex-presidente da Transpetro Sergio Machado 20. senador Romero Jucá 21. deputado Leo de Brito 22. deputado Zé Geraldo 23. deputado Valmir Prascidelli 24. Movimento Brasil Livre 25. Vem Pra Rua 26. Revoltados Online 27. ministro do STF Teori Zavascki 28. ministro do STF Gilmar Mendes
<ol style="list-style-type: none"> 01. Senadores 02. PT 03. DEM 04. PSDB 05. MDB 06. Lula 07. petistas 08. responsáveis pela Operação Lava-Jato 09. empresário Marcelo Odebrecht 10. empresário Otávio Azevedo 11. tesoureiro do PT João Vaccari, 12. PP 13. ex-gerente de serviços da Petrobrás Pedro Barusco 14. assessores de Dilma 15. parlamentares dilmistas 16. presidente do Senado Federal Renan Calheiros 17. tesoureiros do PT 18. ex-ministro José Dirceu 19. ex-ministro Guido Mantega 20. ministro do STF Ricardo Lewandowski 21. presidente nacional do PT Rui Falcão 	<ol style="list-style-type: none"> 01. procurador geral da república Rodrigo Janot 02. doleiro Alberto Youssef 03. PPP 04. DEM 05. o empresário Daniel Dantas 06. ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos 07. ministro Cesar Asfor Rocha 08. ministro Luis Roberto Barroso 09. policiais 10. agentes públicos 11. ex-vice-presidente da Câmara André Vargas 12. governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral 13. procurador Andrey Borges de Mendonça 14. procurador Januário Paludo 15. procurador Orlando Martello Junior 16. procurador Carlos Fernando dos Santos Lima 17. procurador Diogo Castor de Mattos 18. procurador Deltan Dallagnol 19. advogados criminalistas 20. VEJA 21. editora Abril 22. perito Ivan Roberto Ferreira Pinto 23. doleiro José Diney Matos
Total de participantes: 32	

Legenda:

	Participantes com voz
	Participantes sem voz

- | |
|---|
| 24. doleiro Jadair Fernandes de Almeida |
| 25. ex-vice-presidente da construtora PFGB
Assessoria Pietro Francesco Giavina Bianchi |
| 26. ex-ministro Pedro Paulo Leoni Ramos |
| 27. ex-diretor da Camargo Corrêa Dalton
Avancini |
| 28. procurador Júlio Marcelo de Oliveira |
| 29. deputado Arlindo Chinaglia |
| 30. senador Aécio Neves |
| 31. ex-governador José Serra |
| 32. ex-governador Geraldo Alckmin |
| 33. deputado Leonardo Picciani |
| 34. deputado Jader Barbalho |
| 35. advogada Janaína Paschoal |
| 36. advogado Miguel Reale Jr |
| 37. advogado Helio Bicudo |

Total de participantes: 65

Em *Veja*, foram interpelados 32 participantes, entre os quais apenas 11 tiveram sua voz expressa, o que equivale a 34,3% da totalidade. Em *Carta Capital*, foram incluídos 65 participantes, dos quais 28, isto é, 43% tiveram sua voz incorporada aos textos. Por um lado, em ambas as revistas, a maioria dos atores sociais mencionados não teve voz expressa, o que revela o processo discursivo de intertextualidade comum entre as instâncias enunciativas caracterizado pela inclusão de muitos participantes mas de poucas vozes. Por outro lado, é possível falar em diferentes graus de dialogicidade entre os veículos. *Carta Capital*, por exemplo, articula 33 participantes a mais que *Veja* e mostra, em termos percentuais, mais incorporações de vozes, apresentando um nível de dialogicidade 8,7% maior.

Quando consideramos os tipos de participantes interpelados, é preciso notar que, tanto em *Veja*, quanto em *Carta Capital*, a proeminência maior é de participantes do campo político. Em *Veja*, foram identificados 19 participantes no conjunto das notícias, mas apenas 2 deles (10,5%) tiveram sua voz relatada: a então presidente Dilma e o ex-presidente Collor, ambos na situação de julgamento do *impeachment* em 2016. Em *Carta Capital*, foram identificados 25 participantes do campo político, tendo sido 15 (60%) os que tiveram sua voz incorporada. Em relação à inclusão de participantes, com voz, distintamente do que ocorreu em *Veja*, em *Carta Capital* há a inclusão das vozes de partidos políticos, senadores e ex-senadores, deputados de diferentes siglas, o então vice-presidente Temer e outros ex-presidentes, como Lula e FHC.

Em seguida, o número maior de participantes identificados em ambas as revistas pertence ao campo da justiça. Em *Veja*, são 7 participantes, dentre os quais 5 (71,4%) tiveram suas falas incorporadas aos textos. Logo, embora o total de participantes do campo da política seja numericamente superior ao número de participantes do campo da justiça, foram estes

últimos os que mais tiveram suas vozes contextualizadas nas notícias de *Veja*: apenas 10,5% no campo da política contra 71,4% no campo da justiça. Em *Carta Capital*, são 24 participantes do campo da justiça, com 8 (33,3%) tendo suas vozes expressas. *Carta Capital* interpela, assim, 17 participantes a mais que *Veja* neste campo, incluindo ministros de distintos tribunais, procuradores, advogados e peritos.

Depois dos participantes do campo da justiça e do campo da política, em *Veja* segue o predomínio da interpelação de ex-funcionários da Petrobrás ou pessoas ligadas à empresa. São 3 participantes: Alberto Youssef (doleiro), Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da Petrobras) e Pedro Barusco (ex-gerente de serviços da Petrobras), com a presença das vozes dos dois primeiros mencionados. Em *Carta Capital*, há 5 participantes: Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, José Diney Matos e Jadair Fernandes de Almeida, doleiros no caso Castelo de Areia. Embora *Veja* centralize o processo de significação em torno da prática de transgressão originária do “Petrolão”, traz menos atores sociais para sua teia intertextual, dando ênfase constante, ao longo das notícias, à voz de Alberto Youssef, a partir dos deslocamentos de trechos de seus depoimentos, realizados sob acordo de delação premiada. Enquanto isso, *Carta Capital* interpela mais nomes e para além do âmbito da operação Lava Jato.

Na ordem de proeminência, *Veja* interpela os empresários Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, sem expressão de voz. Os demais participantes possuem apenas 1 interpelação: o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo e a própria revista, que tiveram suas vozes incorporadas às notícias. Em *Carta Capital*, no *ranking* de proeminência, seguem as interpelações de grupos de manifestantes (Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Revoltados Online), com voz, e veículo de mídia e empresa de comunicação (a revista *Veja* e a editora Abril), sem voz.

6.3.2 Dominância de voz e silenciamento

Em *Veja*, constitui-se uma relação antagônica entre os participantes mais mencionados na totalidade das notícias, o delator Alberto Youssef, associadamente ao também delator Paulo Roberto Costa, e a então presidente Dilma Rousseff:

Quadro 22 - Incorporação de vozes em *Veja*: Alberto Youssef e Dilma Rousseff

VEJA			
Participante	Interpelação	Incorporação de voz	Relato
Alberto Youssef	NII-V NIII-V NIV-V	NII-V NIII-V	Indireto (exemplos 2 e 8) Direto (exemplo 5) Indireto livre (exemplo 4) Narrativo de ato de fala (exemplo 3)
Paulo R. Costa	NI-V NIII-V		Indireto livre (exemplo 4)
Dilma Rousseff	NIV-V	NIV-V	Direto (exemplos 18 e 21) Indireto livre (exemplos 17 e 19) Narrativo de ato de fala (exemplos 20 e 21) Indireto (exemplos 15 e 16)

Fonte: Elaborado pela autora

Como se vê, não é o caso de se pensar em uma correspondência entre as interpelações dos participantes e as incorporações de suas vozes. Enquanto a voz de Youssef, associada à de Paulo Roberto Costa, é incorporada, distribuída e reproduzida ao longo da maioria das notícias (textos NI-V, NII-V e NIII-V), principalmente com a constante exibição de trechos da sua delação premiada referentes à acusação de que Dilma e Lula eram conscientes dos esquemas de corrupção na Petrobrás, a voz de Dilma só é incorporada na última notícia (texto NIV-V), quando a revista explorou seu discurso oral de defesa na ocasião do julgamento de *impeachment* no senado federal. *Veja*, portanto, fundamenta a narrativa dramática do “Petrolão” com base no estabelecimento de uma relação antagonica entre os dois delatores e Dilma Rousseff.

Esta relação antagonica se estrutura com base em uma lógica de dominância de voz e de silenciamento sistemático. Há desequilíbrio entre a interpelação dos participantes e a incorporação de suas vozes, o que revela o predomínio das vozes de Youssef e, mais secundariamente, a de Costa. A permanência das vozes dos delatores na interação que *Veja* realiza com sua audiência revela as estratégias de reiteração e de naturalização do modo de identificar Dilma como inimigo, pois é sua posição é de objeto de acusação e denúncia, de julgamento legal e moral. A revista constrói a imagem negativa da ex-presidente por uma lógica de equivalência da sua identidade com os signos da corrupção, da roubalheira e do crime, trazidos pelas vozes dominantes dos delatores. Trata-se de uma mecanismo cognitivo-discursivo de polarização entre a posição de protagonista, assumida principalmente pelo delator Youssef, cuja voz frequente atesta a veracidade do crime denunciado, pois o foi sob acordo com a PF, e a posição de antagonista, onde a presidente Dilma é situada como autora do crime.

No polo negativo da oposição, Dilma sofre sistemático silenciamento, pois somente na última notícia a ex-presidente tem a sua voz incorporada, em uma situação em que sua fala é apropriada como o desfecho já esperado da narrativa da tragédia do partido PT contada por *Veja* desde o início de 2014, quando foram publicadas as primeiras notícias do “Petrolão”. Sua voz é disposta em uma relação assimétrica de diferença com a voz de Youssef, que é, em termos de ordenamento, sempre precedente. O silenciamento é estratégico para a construção de um consenso sobre a identificação negativa de Dilma, posto que não se expõe nenhuma voz dissente durante a constituição de sua identidade, tendo-a apenas pela dominante exibição das falas dos delatores. Na última notícia (NIV-V), a revista traz parte do discurso de defesa oral de Dilma e o contrasta com uma fala de Collor, durante o julgamento de *impeachment*, explorando o que chama de ironia do destino: o partido petista, que foi a favor do impedimento de Collor em 1992, em 2016 sofre o mesmo mal. Portanto, nota-se que, na única notícia em que Dilma teve sua voz expressa, esta é descaracterizada em termos de legitimidade, em razão de ser apresentada, por esta figura de ironia, como contraditória. Há, aqui, um esvaziamento do potencial semântico de seu discurso.

Ao recontextualizar a voz de Youssef ao longo das notícias, *Veja* lança mão dos seguintes tipos de relatos, considerando suas ocorrências nos textos examinados: direto, indireto livre e narrativo de ato de fala (NII-V) e indireto (NII-V e NIII-V). O predomínio do relato indireto, especialmente quando associado ao relato indireto livre e à narração de ato de fala, revela a atividade de tradução que a revista exerce, pois, ao deslocar o gênero da delação premiada do campo da justiça para a sua audiência. A tradução é uma forma de poder sobre a identificação dos participantes, pois implica controle de compreensão do conteúdo original, à medida que se leva à audiência não a produção textual original, ou seja, o texto-fonte, mas uma determinada forma de compreensão, que é investida ideologicamente. Há uma indução para determinado sentido, portanto. Estes relatos, ao não exibirem o texto-fonte totalmente, caracterizam o gerenciamento ideológico de significações que a revista realiza.

Ao incorporar a voz de Dilma, *Veja* opera com os seguintes tipos de relatos, todos mobilizados no texto NIV-V, duas vezes cada: direto, indireto livre, narrativo de ato de fala e indireto. Mais especificamente, *Veja*, primeiro, expõe, por relato direto e indireto livre, parte da defesa oral de Dilma e, em seguida, recorta determinados segmentos de fala do texto citado para traduzir seu conteúdo à audiência, por relato indireto, e desenha a cena final da tragédia por meio da narração de ato de fala, quando caracteriza e classifica o discurso da presidente, por exemplo, em termos de “retórica irredimível de que forças conservadoras querem apeá-la do poder”.

A presença maior do relato narrativo de ato de fala em *Veja* indica o investimento do discurso da revista segundo uma função didática que descreve, avalia e explica a fala da participante e seu contexto enunciativo. Já os relatos que envolvem marcação tipográfica, como o direto, tanto com a incorporação das vozes dos delatores, quando da voz de Dilma, aponta para uma demarcação das fronteiras entre as falas para acentuar, ao máximo, a diferença entre ambos. Assim, a narrativa da tragédia estabelece-se como consenso pela estratégia discursiva do não contraditório, do não conflito entre vozes em um mesmo texto, incorporadas em notícias distintas de modo alternativo, pois quando se dá a presença das vozes dos delatores, a de Dilma é silenciada, por exemplo, e desigualmente distribuídas na sequência narratológica, porque há precedência e dominância das vozes dos delatores.

6.3.3 Grau de abstração no processo de identificação de participantes

O processo de silenciamento e a estratégia de construção do consenso em *Veja* não se reduzem apenas à identificação de Dilma, mas a dos atores políticos no geral. Observemos o quadro abaixo:

Quadro 23 - Grau de abstração na identificação de participantes em *Veja* e *Carta Capital*

Grau de abstração na identificação de participantes	
VEJA	CARTA CAPITAL
Um delegado da PF (relato direto) Investigadores da Lava Jato (narrativo de ato de fala)	Senadores (narrativo de ato de fala) (direto) Investigadores da operação Lava Jato (direto) Procuradores da operação Lava Jato (direto) Delegados (direto)
Senadores Petistas Responsáveis pela operação Lava Jato Assessores de Dilma Parlamentares Tesoureiros do PT	Policiais Agentes públicos advogados

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda:

	Participante com voz
	Participante sem voz

Quando se considera o grupo de participantes mais interpelados pela revista, a lembrar, os políticos, são mencionados 19 participantes. Deste total, 2 tiveram sua voz expressa, a então presidente Dilma e o ex-presidente Collor, tendo sido excluídos do jogo intertextual partidos políticos, senadores, ex-presidentes, deputados e ministros, o que corresponde a 89,5% do total de atores políticos mencionados. Um dado curioso quanto à universalização da voz de delatores em *Veja* a partir da exclusão ou do silenciamento de atores do campo político é o percentual elevado de participantes que não foram nomeados. Estou pensando esta não nomeação como caracterizando alto grau de abstração no processo de identificação dos participantes.

Assim, entendamos que, dos 19 atores políticos mencionados, 5 não são nomeados, tendo sido interpelados de modo abstrato os seguintes tipos participantes: senadores, petistas, assessores, parlamentares e tesoureiros⁸⁷. Esse número de abstrações corresponde a 26,3% do total de participantes mencionados por *Veja*. Em *Carta Capital*, do total de 25 atores políticos incluídos nas notícias, apenas 1 foi identificado de modo abstrato (senadores), o que corresponde a 4% da totalidade. De acordo com o quadro, há abstrações também quanto a participantes do campo da justiça. Em *Veja*, do total de 7 participantes desta esfera social, 3 são incluídos com algum nível de abstração, o que corresponde a 42,8%: responsáveis pela Lava Jato e investigadores da operação, bem como um delegado da PF. Em *Carta Capital*, da totalidade de 24 participantes da esfera da justiça, 5, ou seja, 20,8%, foram incluídos com de modo abstrato: policiais, advogados, investigadores, procuradores e delegados, relacionados tanto à operação Castelo de Areia, quanto à Lava Jato.

A inclusão de participantes com algum nível de abstração no processo de interpelação revela um mecanismo textual-discursivo caracterizado pelo controle da compreensão e pela constituição de uma universalidade de significação como espaço homogêneo e previamente dado. Ao trazer 42,8% dos participantes do campo da justiça de modo abstrato, *Veja* está manipulando o comportamento da audiência quanto à probabilidade de questionamento e à abertura para reflexão, pois, sendo aqueles participantes com mais inclusão de vozes nas notícias, o fato de parte relevante deles não ser identificada mais concretamente diminui as chances de contradição da narrativa composta pela revista, pois as marcas de identificação permitem, por exemplo, que leitores acessem outras fontes de informação para confirmação do relato ou comparação.

⁸⁷ Embora assessor e tesoureiro não sejam cargos políticos, eu os estou situando entre os atores do campo da política em razão de seus exercícios profissionais darem-se nesta esfera social.

Além disso, *Veja* cria uma cadeia de equivalências entre os relatos dos participantes do campo da justiça em oposição à participante Dilma, fazendo este campo parecer uma universalidade homogênea, um todo coerente e hegemônico, constituído por uma relação de diferença radical com o campo da política, prioritariamente pelo estabelecimento da identidade da ex-presidente como o inimigo que a justiça denuncia e combate. Corrobora para isso a inclusão abstrata de 26,3% dos participantes do campo político: além de serem silenciados em sua maioria, são também identificados por alto nível de abstração, o que anula qualquer possibilidade de contradição do discurso da justiça na narrativa, tornando-o universal e homogêneo. Nenhum dos participantes políticos incluídos de modo abstração tiveram suas vozes incorporadas às notícias, ao passo que 2 dos 3 participantes do campo da justiça tiveram suas vozes incluídas: por relato direto, quando o delator Youssef afirma a um delegado da PF a ciência e participação de Dilma e Lula no esquema de corrupção na Petrobrás, e por relato narrativo de ato de fala, quando *Veja* se coloca como revelando o que eles pensam, dada a expectativa de a Lava Jato alcançar enfim os líderes petistas.

Em *Carta Capital*, onde há heterogeneidade de vozes de atores políticos, conforme mostrarei no subtópico 6.3.4, apenas 1 foi incluído de modo abstrato e com voz expressa. Neste caso, os participantes identificados como “senadores” são interpelados, por metonímia, para referência à maioria do Senado Federal no julgamento do *impeachment*, o que indica um grau de abstração menos elevado. Trata-se do esforço da revista em demarcar, com o máximo de evidência, as posições polarizadas na guerra do “Petrolão”, posicionando os participantes políticos Dilma, Lula e PT não como inimigos da justiça e do povo, mas como vítimas de uma guerra histórica de enfraquecimento da democracia e ataques a projetos políticos de base social e popular. Quanto aos participantes do campo da justiça, CARTA inclui de modo abstrato 20,8% deles, dando voz, também por relato direto, aos participantes identificados como “investigadores”, “procuradores” e “delegados”, todos relacionados à operação Castelo de Areia, argumentando, pela exibição de trechos de documentos, que autos de investigação e descobertas nesta operação devem ser levados à operação Lava Jato, pois auxiliariam o trabalho da sua força-tarefa. *Carta Capital*, ao fazer, lança os holofotes para outras práticas de transgressão, que não envolvem os participantes Dilma, Lula e PT.

6.3.4 Conflitualidade de vozes e estratégia de consenso

Em *Carta Capital*, a sequência narrativa do “Petrolão” também é marcada pela tensão entre as identidades dos delatores e a de Dilma. No entanto, distintamente de *Veja*, a

revista não estabelece dominância da voz de um participante em detrimento de outro no conjunto das notícias, pois, como vimos na subseção 6.2, a cada texto uma pauta distinta é explanada, em um movimento de significação descentralizador, interpelando participantes diferentes de acordo com a prática de transgressão referida. Vejamos o seguinte quadro:

Quadro 24 – Conflitualidades de vozes em *Carta Capital*

CARTA CAPITAL			
Participante	Interpelação	Incorporação de voz	Relato
Alberto Youssef	NI-C NII-C NIII-C	NI-C	Direto (exemplo 2)
Paulo. R. Costa	NI-C NII-C		
Dilma Rousseff	NII-C NIV-C	NIV-C	Direto (exemplo 23) Indireto livre (exemplo 22)

Fonte: Elaborado pela autora

Os delatores Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef são mencionados, respectivamente, nos textos NI-C e NII-C e nos textos NI-C, NII-C e NIII-C. Por sua vez, Dilma Rousseff é interpelada nos textos NII-C e NIV-C. Ambos os delatores têm suas vozes expressas somente uma vez, por relato direto, mecanismo pelo qual CARTA mostra trecho de delação premiada, que incrimina Dilma. Dilma, em seguida, tem sua voz incorporada somente na última notícia (texto NIV-C), porém por duas vezes: através de relato direto e relato indireto livre, quando a revista exibiu o conteúdo da conversa grampeada entre a presidente e Lula, antes da nomeação deste como ministro.

Carta Capital repete o ordenamento visto em *Veja*, que dá precedência às vozes de delatores em relação à voz de Dilma, incluída somente na última notícia. Porém, não há dominância da voz de um participante, pois tanto o delator Costa quanto a participante Dilma tiveram suas vozes expostas proporcionalmente. Há silenciamento da voz de Youssef, tendo sido incorporada apenas a voz do segundo delator, no texto NI-C (exemplo 2). Neste caso, a recontextualização deu-se, via relato direto, através do recurso tecnológico de hiperlink. Como o link dá acesso direto a trechos da delação de Paulo Roberto Costa, considero-o como sendo um tipo específico de marcação tipográfica, própria dos relatos diretos, pois demarca a fronteira entre a voz da revista e a voz do participante interpelado: o segmento aparece sempre na cor azul e sublinhado. Na incorporação da voz de Dilma, no texto NIV-C, empregaram-se relato indireto (exemplo 22) e relato direto (exemplo 23). No primeiro caso, a recontextualização de

trecho das falas de Dilma e Lula deu-se na própria extensão do texto, já no segundo caso, deu-se por meio de hiperlink. Há, pois, predomínio deste recurso no processo de incorporação das vozes do delator Costa e de Dilma em *Carta Capital*.

Notemos que, como em *Veja*, as vozes dos participantes em foco não são incorporadas no mesmo texto, mas em textos distantes temporal e espacialmente, o que implica um grau mínimo de conflitualidade, pois as vozes opostas são recontextualizadas porém sem relação de contraste direto, pois não há copresença dos participantes. O emprego predominante do recurso de hiperlink na incorporação destas vozes também revela pouco confronto. Os dados mostram que, embora por um mecanismo diferente daquele mobilizado por *Veja*, *Carta Capital* também atua estrategicamente para a manutenção de um consenso junto à sua audiência. Há uma hegemonização da voz da revista, pois a intertextualidade de vozes que tece é relativa, quando se considera o modo como esta inclusão se dá: para a audiência ter acesso direto ao conteúdo das falas dos participantes interpelados Costa e Dilma, é necessário mover-se de um texto para outro. Esse modo de incorporação de vozes, embora implique um certo grau de conflitualidade, pois se dá à audiência a possibilidade de acessar diretamente o texto-fonte (distintamente de *Veja*, que tem preferência pelo relato indireto e narrativo de ato de fala), proporciona uma relação de confronto menos direta.

6.3.5 Heterogeneidade de vozes do campo político

Sendo o campo cujos participantes são os mais interpelados em ambas as revistas, é possível que haja relações intertextuais de copresença frequentes e marcadas pela heterogeneidade de vozes dos participantes desta esfera. Porém, os dados apontam para uma diferença substancial entre as revistas quanto ao nível de heterogeneidade de vozes de atores políticos em seu discurso. *Carta Capital* incorpora as vozes de 57,6% do total de atores políticos, enquanto *Veja* incorpora apenas 10,5%. A propósito desta diferença, observemos o seguinte quadro comparativo:

Quadro 25 – Quadro comparativo de inclusão e exclusão de participantes em *Veja* e *Carta Capital*

Participantes do campo político: interpelação	
VEJA	CARTA CAPITAL
Dilma Rousseff Fernando Collor de Mello	PT PSDB MDB
senadores PT DEM PSDB MDB Lula petistas PP Vaccari Neto assessores de Dilma parlamentares dilmistas presidente do Senado Renan Calheiros ex-ministro José Dirceu ex-ministro Guido Mantega presidente nacional do PT Rui Falcão	senadores o deputado Cândido Vaccarezza Dilma Rousseff Lula senador Randolfe Rodrigues deputado Eduardo Cunha ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ex-presidente da Transpetro Sergio Machado senador Romero Jucá deputado Leo de Brito deputado Zé Geraldo deputado Valmir Prascidelli
	PPP DEM ex-vice-presidente da Câmara André Vargas governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral deputado Arlindo Chinaglia senador Aécio Neves ex-governador José Serra ex-governador Geraldo Alckmin deputado Leonardo Picciani deputado Jader Barbalho

Fonte: elaborado pela autora

Legenda:

	Participante com voz
	Participante sem voz

Carta Capital, diferentemente de *Veja*, incluiu as vozes de: partidos políticos, tanto o PT quanto aqueles favoráveis ao *impeachment* da presidente petista, como o PSDB e o MDB; de senadores, tanto aqueles que votaram a favor do impedimento (como Romero Jucá-MDB PE), quanto os que foram contrários à decisão (como Rondolfe Rodrigues-REDE PE); e de deputados, também considerando aqueles que defenderam a destituição de Dilma (como Eduardo Cunha-MDB RJ), quanto aqueles que foram avessos à ela (como Léo de Brito-PT AC). Observemos que *Carta Capital*, ao trazer as vozes de participantes de distintas posições no jogo de interesses e poderes em que consiste o “Petrolão”, apresenta alto nível de heterogeneidade na rede intertextual construída, o que não se verifica em *Veja*, marcada por um sistemático

processo de silenciamento de atores políticos, em detrimento do predomínio de vozes oriundas do campo da justiça.

Mais amiúde, observemos como a incorporação das vozes dos atores políticos dão-se nos textos das duas instâncias enunciativas:

Quadro 26 – Quadro comparativo de incorporação de vozes em *Veja* e *Carta Capital*: campo da política

Participantes do campo da política: incorporação de vozes			
VEJA		CARTA CAPITAL	
Participante	Relato	Participante	Relato
Dilma Rousseff	direto indireto indireto livre narrativo de ato de fala	PT PSDB MDB senadores Cândido Vacarezza Dilma Rousseff Lula Randolfe Rodrigues Eduardo Cunha Fernando H. Cardoso Sergio Machado senador Romero Jucá dep. Leo de Brito dep. Zé Geraldo dep. Valmir Prascidelli	direto narrativo de ato de fala direto indireto livre narrativo de ato de fala direto indireto direto indireto narrativo de ato de fala narrativo de ato de fala narrativo de ato de fala narrativo de ato de fala narrativo de ato de fala
Fernando Collor	direto		

Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que em *Veja* a participante Dilma tem sua voz incorporada 4 vezes, enquanto Collor, 1 vez, tendo sido o relato direto empregado duas vezes no total das 5 incorporações, tornando-se maioria. Já em *Carta Capital*, do total das 15 incorporações realizadas, o tipo de relato mais empregado é o narrativo de ato de fala (7 vezes), seguido do relato direto (5), do indireto (2) e do indireto livre (1). Assim, enquanto CARTA mostra certo grau de conflitualidade entre as vozes dos participantes sem copresença nos textos, *Veja* opera pela universalização do discurso dos delatores com base na exclusão de atores políticos. Esta exclusão, associada ao silenciamento, é também constitutiva das identidades dos participantes, inclusive a da própria revista: ao universalizar o discurso dos delatores em suas práticas discursivas, *Veja* também está tornando este discurso a sua voz.

Veja, ao trazer as vozes de Dilma e Collor somente na última notícia, empregando majoritariamente relato direto, mostra o esforço em delimitar as falas dos atores políticos, distinguindo-as de seu próprio discurso, e em explorar o ponto (que consiste no trecho

selecionado de cada fala) que evidencia sua atribuição de ironia ao comportamento de Dilma. *Carta Capital*, por sua vez, cria conflitualidades ao longo das notícias, ao recontextualizar as vozes de atores políticos de posicionamentos distintos, e dá preferência ao emprego do relato narrativo de ato de fala, à guisa de uma função didática, de investimento ideológico, cujo propósito é relatar, contar os fatos e explicar suas relações. É importante destacar, ainda, que o relato narrativo é utilizado principalmente para a incorporação das vozes de personagens mais secundários na narrativa (como alguns deputados e senadores), enquanto os relatos diretos são operacionalizados para dar vez às vozes de figuras protagonistas, como Dilma, Lula, Eduardo Cunha e os partidos PT e MDB.

6.3.6 Tensão em relações de copresença

Quando consideramos, para além da inclusão e exclusão de participantes, as relações intertextuais de copresença deles, *Veja*, no percurso de sua narrativa, instaura uma interação profundamente antagônica entre os participantes do campo da política e do campo da justiça. Observemos:

Quadro 27 - Quadro comparativo de incorporação de vozes em *Veja* e *Carta Capital*: campo da justiça

Participantes do campo da justiça: incorporação de vozes			
VEJA		CARTA CAPITAL	
Participante	Relato	Participante	Relato
um delegado da PF	direto	juiz Sérgio Moro	indireto livre
investigadores da Operação Lava-Jato	narrativo de ato de fala	ministro do TSE Admar Gonzaga	direto
procurador Carlos Fernandes de Lima	direto	investigadores da força-tarefa da Lava Jato	direto
delegado Igor Romário de Paula	direto	procuradores da força-tarefa da Lava Jato	narrativo de ato de fala
juiz Sérgio Moro	narrativo de ato de fala	auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila	direto
		ministro do STF Teori Zavascki	direto
		ministro do STF Gilmar Mendes	direto

Fonte: Elaborado pela autora

A revista *Veja* opera pelo silenciamento sistemático de atores políticos, como vimos anteriormente, ao passo que dispõe as vozes de personagens da justiça como dominantes: dos 19 atores políticos, a revista incorpora a voz de 2 apenas (10,5%), enquanto dos 7 personagens

do campo da justiça incorpora as vozes de 5 (71,4%). Em *Carta Capital*, vê-se uma disposição diferente: dos 26 atores políticos, 15 tiveram suas vozes incorporadas (57,6%), compondo uma heterogeneidade de enunciações, como vimos no subtópico anterior; e dos 24 personagens do campo da justiça, são 7 (29,1%) os que tiveram suas vozes recontextualizadas. Em ambas as revistas, dá-se o estabelecimento da copresença dos participantes dos dois campos nos mesmos textos, porém de maneiras distintas, pois nem todos têm sua voz expressa. Enquanto em *Veja* há dominância das vozes dos participantes do campo da justiça, acompanhada de silenciamento da participante Dilma, em *Carta Capital* o predomínio é dos atores políticos e o silenciamento é da voz de Youssef.

O antagonismo na copresença destes participantes em *Veja* está no contraste assimétrico entre a voz de Dilma, de um lado, como participante político mais mencionado ao longo das notícias, e, de outro, as vozes de delegados (Igor Romário e outro não nomeado), investigadores (também não nomeados), o procurador Carlos Fernandes e o juiz Sérgio Moro, todos no âmbito da força-tarefa Lava Jato, cujas falas são apropriadas pela revista em sua força de autoridade para assegurar a identificação de Dilma, Lula e PT como criminosos, definidos como os inimigos contra quem a justiça luta. Para isso, são empregados o relato direto (3 vezes) para os delegados mencionados e um procurador, cujas falas selecionadas para exibição, como textos-fonte, fundamentam a identificação de Dilma como criminosa, e o relato narrativo de ato de fala (2 vezes) para um juiz e investigadores da Lava Jato, a fim de explicar à audiência o conteúdo de documentos expedidos pelas autoridades, que trazem afirmações a propósito das quais *Veja* constrói negativamente a imagem da ex-presidente.

Em *Carta Capital*, o contraste entre as vozes de atores da política e da justiça é menos assimétrico que em *Veja*, pois nesta a diferença percentual de inclusão das vozes dos participantes dos dois campos é de 60,9%, com dominância dos participantes da justiça, e, naquela, a diferença cai para 28,5%, com predomínio das vozes de atores políticos. Do campo da justiça, *Carta Capital* recontextualiza as vozes: do juiz Sérgio Moro, relacionados à força-tarefa da Lava Jato; de procuradores e investigadores (não nomeados), vinculados à operação Castelo de Areia; do auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila, que auxiliou à elaboração da representação contra a presidente Dilma no processo de *impeachment*; do ministro do TSE Admar Gonzaga, a propósito da proibição de circulação de uma edição da revista *Veja*, classificada como “panfletagem partidária”; e dos ministros do STF Teori Zavascki e Gilmar Mendes, respectivamente a respeito do vazamento ilegal do áudio de uma conversa entre Dilma e Lula e do impedimento da posse de Lula como ministro no governo de Dilma. Observemos que, enquanto em *Veja*, os participantes vozeados são todos do âmbito da operação Lava Jato

relacionados diretamente às denúncias contra Dilma, Lula e PT, em *Carta Capital* os participantes são interpelados quanto a distintas situações de transgressão, incluindo transgressões atribuídas ao próprio processo de julgamento do *impeachment* da ex-presidente.

Para incorporar a voz do ministro do TSE Admar Gonzaga, a revista lançou mão de relato direto, exibindo parágrafos inteiros, para legitimar a caracterização da imagem da revista *Veja* como parcial, partidária e infratora. *Carta Capital* também emprega relato direto para exibir as vozes dos ministros do STF Teori Zavascki e Gilmar Mendes: no primeiro caso, na extensão do próprio texto, para deixar evidente à audiência que a quebra do sigilo da conversa entre a então presidente e Lula, bem como sua publicização, consistem em atos de ilegalidade; no segundo caso, a voz é incluída por meio de hiperlink, que dá acesso ao conteúdo original da voz do ministro a respeito da negação da posse de Lula.

Notemos, pois, que, quando a voz é desfavorável aos participantes Dilma, Lula e PT, usa-se hiperlink, quando não o é, a voz é expressa no discurso da própria revista. Esta estratégia se repete quando *Carta Capital* incorpora, no corpo do seu discurso, as vozes de “procuradores” e “investigadores” vinculados à operação Castelo de Areia, também a fim de evidenciar à audiência que muitos dos crimes investigados na Lava Jato, especialmente aqueles sem envolver menção de petistas em delações premiadas, já haviam sido denunciados na Castelo de Areia, porém sem sucesso, pois a operação foi anulada. Quando traz a voz de Moro e a do auditor fiscal Antônio Costa, únicos participantes relacionados à Lava Jato e ao *impeachment* de Dilma, *Carta Capital* lança mão não de relato direto, mas, respectivamente, de relato indireto livre e de narração de ato de fala, o que implica o gerenciamento e controle sobre a compreensão do texto-fonte e sua tradução para a audiência.

6.3.7 Identificação das revistas

As identidades de *Veja* e *Carta Capital* são construídas a partir do modo como expressam as vozes de participantes de distintos campos sociais e as suas próprias, em um jogo de intertextualidade e autorreferenciação marcado por tensões e antagonismos. Assim, convido o(a) leitor(a) a observar os quadros adiante, que mostram a totalidade dos tipos de relatos empregados em ambas as revistas e a que participantes referem-se. Observemos:

Quadro 28 – Vozes em *Veja*

VEJA	
Participantes	Relatos de voz
doleiro Alberto Youssef	indireto narrativo de ato de fala indireto livre direto
ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa	indireto
diretor-executivo da ONG Transparência Brasil Claudio Weber Abramo	direto
Dilma Rousseff	indireto indireto livre direto narrativo de ato de fala
um delegado da PF (não nomeado)	direto
VEJA	direto indireto
investigadores da Operação Lava-Jato (não nomeados)	narrativo de ato de fala
procurador Carlos Fernandes de Lima	direto
delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula	direto
juiz Sérgio Moro	narrativo de ato de fala
ex-presidente Fernando Collor de Mello	direto

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 29 – Vozes em *Carta Capital*

CARTA CAPITAL	
Participantes	Relatos de voz
juiz Sérgio Moro	indireto livre
ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa	direto
PT	direto
PSDB	narrativo de ato de fala
MDB	Direito / indireto livre
Senadores	narrativo de ato de fala
o deputado Cândido Vaccarezza	direto
Dilma Rousseff	direto indireto
Lula	Direto/ indireto
ministro do TSE Admar Gonzaga	direto indireto livre
investigadores	direto
procuradores	
delegados	
vice-presidente Michel Temer	indireto livre / relato direto
senador Randolfe Rodrigues	narrativo de ato de fala
auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila	narrativo de ato de fala
deputado Eduardo Cunha	narrativo de ato de fala
ex-presidente Fernando Henrique Cardoso	narrativo de ato de fala
ex-presidente da Transpetro Sergio Machado	direto
senador Romero Jucá	direto
deputado Leo de Brito	narrativo de ato de fala
deputado Zé Geraldo	narrativo de ato de fala
deputado Valmir Prascidelli	narrativo de ato de fala
grupos Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online	narrativo de ato de fala
ministro do STF Teori Zavascki	direto indireto livre
ministro do STF Gilmar Mendes	direto

Fonte: Elaborado pela autora

O tipo de relato mais empregado por *Veja* e *Carta Capital* em suas notícias é o direto: com 9 e 13 ocorrências, respectivamente. Em *Veja*, a proeminência deste relato é maior quando são incorporadas as vozes de participantes do campo da política (2 ocorrências) e do campo da justiça (5). Em *Carta Capital*, vê-se estratégia similar: são recontextualizadas vozes extraídas do campo da política (6) e do campo da justiça (7). Trata-se de um mecanismo textual que evidencia a tensão entre os atores dos dois campos, à medida que demarca bem as relações de diferença e, com isso, antagoniza a constituição de suas identidades. Em *Veja*, é este antagonismo que alimenta a narrativa do “Petrolão” como sendo a luta do bem, encarnado na justiça, contra o mal, reificado na imagem de Dilma. Em *Carta Capital*, as relações antagônicas são estabelecidas entre os campos, mas também entre participantes do mesmo campo.

Há conflitualidade entre campos, por exemplo, quando a revista contrasta o discurso da delação de Youssef e Costa, que incrimina Dilma, com as vozes de Romero Jucá e Sérgio Machado, que revela um pacto para a destituição da presidente. Há conflitualidade também entre participantes do mesmo campo, por exemplo, quando criam-se tensões entre as vozes de políticos favoráveis e desfavoráveis ao *impeachment*; entre partidos políticos que se opõem no julgamento de impedimento, como PT e MDB; entre as vozes de integrantes das operações Lava Jato e Castelo de Areia; e também entre a voz da revista e a congênere corporativa. Não se tece um drama ao modo de *Veja*, que narra uma guerra contra um inimigo, pois em *Carta Capital* não há um único embate, mas diversos conflitos, que convergem para a narrativa de desestruturação histórica do sistema democrático brasileiro.

Em seguida, o tipo de relato mais frequentemente articulado em *Veja* é o indireto (4 ocorrências), associado ao indireto livre (2). Os relatos indireto e indireto livre são prioritariamente utilizados para incorporar as vozes dos delatores Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa e, com apenas uma ocorrência, a da ex-presidente Dilma. Trata-se de um mecanismo de intertextualidade que, ao não exibir o texto-fonte dos depoimentos de delação ou exibi-lo parcialmente, embora repetidas vezes, provoca um efeito de mescla entre as vozes dos delatores e a voz da própria revista, de modo a tornar o discurso que incrimina Dilma a sua voz mesma. Em *Carta Capital*, os relatos do tipo indireto (2) e indireto livre (5) são os menos utilizados, ficando atrás do direto (13) e do narrativo de ato de fala (12). Os relatos indireto e indireto livre são articulados na revista para dar espaço às vozes de políticos majoritariamente (4 ocorrências) e participantes da justiça (3): Dilma e Lula (indireto), o então vice-presidente Temer e o partido MDB (indireto livre) e o juiz Moro, o ministro do TSE Admar Gonzaga e o

ministro do STF Teori Zavascki (indireto livre). Assim, *Carta Capital* lança mão também destes tipos de relatos como forma de poder, à medida que seleciona o que deseja exibir do texto-fonte ou traduz o conteúdo original à audiência, interferindo no modo de compreensão de atos de fala e de identificação dos participantes nas posições do jogo de conflitos do escândalo.

Por fim, em *Veja*, o terceiro relato mais comumente utilizado é o narrativo de ato de fala (4 ocorrências), articulado para incorporar as vozes dos personagens principais da trama escrita pela revista, a lembrar, o delator Youssef, os investigadores da Lava Jato e o juiz Sérgio Moro, de um lado, e a ex-presidente Dilma, de outro. Já em *Carta Capital*, este relato é segundo mais empregado, com 12 ocorrências, em sua maioria nos casos de vozeamento de atores políticos. Observemos que a função de narrar, tão presente em *Carta Capital*, exerce poder sobre a audiência à medida que identifica a revista como porta-voz da verdade, como narradora observadora da trama, que gerencia a compreensão a respeito da sequência de acontecimentos, suas relações teleológicas de causa e efeito e a personalidade dos participantes da narrativa. Já *Veja* parece ter preferência pelo investimento subjetivo e emocional sobre as relações intertextuais que compõe, evidenciando as relações de diferença entre as vozes dos campos da justiça e da política, trazendo para o campo das afecções as oposições criadas, inclusive a partir de acessos privilegiados ao modo como os participante pensam ou a suas opiniões, o que torna uma espécie de narradora onisciente.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Na subseção 6.3, comparei e discuti os mecanismos de intertextualidade empregados por *Veja* e *Carta Capital* a partir da incorporação de vozes dos participantes interpelados nas notícias, com base na análise do significado identificacional dos textos, vinculando-o ao efeito textual do antagonismo. Mais detalhadamente, descrevi e problematizei os seguintes aspectos deste efeito na constituição discursiva do “Petrolão”: as diferenças quanto à inclusão e exclusão de participantes interpelados nas notícias, bem como de suas vozes, que indicam a seleção de determinados sujeitos como personagens das narrativas contadas; os distintos graus de proeminência entre as práticas transgressoras referidas, que apontam para as formas como as revistas escolhem ações e lhes atribuem maior ou menor importância para a compreensão do evento; as relações de dominância entre vozes e o silenciamento de participantes, como estratégias para universalização da narrativa de combate ao crime de corrupção, que posiciona os participantes nos polos do bem e do mal; o grau de abstração na interpelação de sujeitos, revelador do controle sobre as vozes; a presença de conflitualidades

nas relações intertextuais de copresença de participantes e a heterogeneidade de vozes, que mostram os tratamentos distintos dados aos atores sociais mencionados nos textos e os tipos de interação que as revistas querem estabelecer com sua audiência; as relações de tensão entre os sujeitos, identificados a partir da antagonização de suas relações como personagens da narrativa; e, por fim, o processo mesmo de construção das identidades das revistas através do modo como expressam as vozes de outros sujeitos e as suas próprias em seu discurso.

Encerrada a seção 6, que discuti os movimentos de significação em *Veja* e *Carta Capital* a partir da análise dos significados acional, representacional e identificacional de seus discursos, com foco sobre os mecanismos textuais de encadeamento de gêneros, referenciação de práticas de transgressão e articulação intertextual de vozes, desejo ter deixado claros ao(à) leitor(a) os principais aspectos dos efeitos desta mediação textual do “Petrolão”. Esta mediação atua sociocognitivamente sobre nossos modos de percepção e compreensão do escândalo, integra uma disputa maior pela hegemonia informacional do evento e sua memória, cria representações do evento a partir de investimentos ideológicos sobre a significação de práticas transgressoras e constrói identidades antagonicamente com base em relações de equivalências e diferenças na constituição da narrativa do escândalo.

Em razão dos resultados obtidos, na seção a seguir, trago à prova a tese desta pesquisa e discuto sua hipótese principal.

7 CONCLUSÃO

“A função urgente do pensamento é nos levar a um desespero conceitual.”

(SAFATLE, 2008, p. 204)

O objetivo desta tese foi investigar a constituição discursivo-textual do escândalo político midiático do “Petrolão”, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2016 no Brasil, com foco sobre a construção dos significados acional, representacional e identificacional em notícias publicadas pelas revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, classificadas como instâncias de mídia corporativa e alternativa no âmbito da formação discursiva do evento. Mais especificamente, pretendeu-se descrever comparativamente os mecanismos textuais empregados pelas revistas no encadeamento de gêneros textuais, nos processos de referenciação a práticas de transgressão e na identificação de participantes a partir de redes intertextuais de vozes, com atenção para os efeitos textuais de hegemonia, ideologia e antagonismo social.

Para dar conta deste compromisso, meu primeiro passo foi delimitar conceitualmente o EPM em foco como evento social, conforme o fiz na seção 2. Na subseção 2.1, descrevi as sete principais características do fenômeno, com base em Thompson (2002) e Markovits e Silverstein (1988), para o(a) leitor(a) ter uma noção preliminar do que seria estudado ao longo da análise. Em seguida, na subseção 2.2, explanei um conjunto de pressupostos ontológicos e epistemológicos do realismo crítico, tal como apropriado por Fairclough, Jessop e Sayer (2002), com base nos quais concebi a relação entre linguagem e sociedade e defini o EPM como evento situado na realidade social estratificada e instanciada. Por fim, na subseção 2.3, dediquei-me a detalhar o que chamo de textura simbólica e midiática do EPM, abrindo caminho para a defesa de minha tese sobre a mediação textual do evento.

Compreendido o que é um EPM, à luz dos argumentos então aduzidos, o segundo passo foi traçar os contornos do que tenho chamado de constituição discursiva e textualmente mediada do EPM, tarefa desenvolvida na seção 3. Na subseção 3.1, esforcei-me para articular uma concepção de discurso adequada à minha pretensão de análise. Para isso, explanei a concepção de discurso inicialmente formulada na ADC como prática social, segundo a teoria social do discurso (TSD); depois, destaquei a concepção de discurso como momento da prática social, segundo a teoria crítica do discurso (TCD); em seguida, dediquei-me a ampliar esta concepção mais recente em alguns aspectos, considerando os avanços da TSD para a TCD e o

diálogo que estabeleci entre a TCD e a Teoria do Discurso (TD) (LACLAU e MOUFFE, 1985; LACLAU, 1990, 2011). Na subseção 3.2, enfim, defini a concepção de texto particularmente articulada em minha análise, com base no modo como a ADC distingue a unidade do texto sob alguns fundamentos da LSF (HALLIDAY, HASAN, 1976) e no diálogo que procurei construir com a Linguística Textual (KOCH, ELIAS, 2006), em busca de pensar o texto como interação e unidade de mediação do EPM.

Tendo definido o EPM como evento social e delimitado o seu aspecto discursivo-textual, o terceiro passo foi empreender a análise da disposição conjuntural do “Petrolão” no contexto histórico-social mais amplo do Brasil, conforme consta na seção 4. Na subseção 4.1, identifiquei quais os domínios sociais em cuja interseção desenvolve-se o “Petrolão”, a lembrar, os domínios da mídia, da justiça e da política, e os defini em termos de campo, com base em Bourdieu (1966). Na subseção 4.2, explanei o espaço de interseção entre tais campos como compondo a formação discursiva (FOUCAULT, 2009) por excelência do “Petrolão”, mostrando as relações de tensão e de poder entre os domínios, em razão das quais argumentei a existência deste espaço (necessariamente mal delimitado, nebuloso) em termos de regimes de enunciação marcados por relações de sobredeterminação e conflitos. Por fim, na subseção 4.3, examinei este espaço de interseção à busca de identificar as características sintomáticas principais da configuração de práticas que compõe o “Petrolão” como luta social. Discuti como o evento está envolvido com o avanço da pauta neoliberal de ajustamento fiscal e econômico no Brasil, com a crise irreversível da lógica de pactos que sustentou a Nova República e com a ruptura do laço de soberania da democracia na forma da violação do processo devido.

Uma vez disposta e caracterizada a conjuntura do EPM em foco, o quarto passo do meu trabalho foi realizar a análise interacional do “Petrolão”, isto é, a análise dos textos que, como interações, constituem a mediação textual do escândalo, conforme relatei na seção 5 desta tese. Na subseção 5.1, dediquei-me a explicar a metodologia de definição, recorte e análise da semiose do EPM. Inicialmente, com base em Foucault (2009) e Orlandi (2002), especifiquei os contornos da formação discursiva do “Petrolão” em termos de regularidade, dispersão e conflito, à procura de evidenciar relações de tensão dos regimes de enunciação do evento. Depois, à luz de Castilho (2014) e Grinberg (1987), aprofundei o estudo destas tensões, delimitando as fronteiras entre duas instâncias enunciativas de mídia: a corporativa, representada pela revista *Veja*, e a alternativa, pela *Carta Capital*. Por fim, detalhei os procedimentos de coleta do *corpus* para análise linguística.

Na subseção 5.2, considerando como Fairclough (2003), em diálogo com Bakhtin (1986), Bazerman (1988), Chouliaraki e Fairclough (1999), Eggins e Martin (1997), Martin

(1992) e Swales (1990), aborda o gênero textual-discursivo, realizei a análise textual detalhada do significado acional nas notícias das duas revistas, com foco sobre os mecanismos textuais empregados pelas instâncias na construção das redes de gêneros. Na subseção 5.3, realizei a análise textual detalhada do significado representacional, com foco sobre os recursos de referenciação textual (KOCH, 2005, 2009; CAVALCANTE, 2016) utilizados para remissões a práticas de transgressão de primeira e segunda ordem. Por fim, na subseção 5.4, dei conta da análise textual detalhada do significado identificacional das notícias selecionadas, a partir do exame dos mecanismos textuais usados pelas revistas na identificação de participantes através de redes intertextuais de incorporação de relatos de vozes (LEECH e SHORT, 1981; FAIRCLOUGH, 2003).

Tendo descrito os modos de operacionalização de recursos linguístico-textuais nos movimentos de significação em *Veja* e *Carta Capital*, a propósito dos significados acional, representacional e identificacional do discurso, o passo seguinte do meu trabalho foi apresentado na seção 6. Neste momento, discuti comparativamente as práticas discursivas articulatórias de ambas as revistas e problematizei os principais pontos dos processos de significação com ênfase nos efeitos textuais de hegemonia, ideologia e antagonismos sociais. Na subseção 6.1, meu foco recaiu sobre as cadeias de gênero articuladas pelas revistas e seu efeito de hegemonia, quanto a questões de inclusão, exclusão e proeminência de gêneros nas redes de interdiscursividade; de relações de dominância e acesso privilegiado campos e subcampos sociais; de recontextualização de textos e deslocamentos como tradução e exercício de controle; de estratégias de autorreferenciação e recursividade; de hegemonia informacional; de mobilidade da audiência no tempo-espço; e de hibridismo e dramatização da narrativa do escândalo.

Na subseção 6.2, o foco passou a ser os processos de referenciação a transgressões e seu efeito de ideologia, quanto a questões de inclusão, exclusão e proeminência de práticas de transgressão; de seleção dos referentes e significações metafóricas; de organização da sequência de ações na composição das narrativas do evento; de construção de uma memória do EPM a partir de representações mentais; e de produções de significação e relações de poder. Por fim, na subseção 6.3, enfatizei a análise das redes intertextuais de relatos de vozes e seu efeito de antagonismo quanto a questões de inclusão, exclusão e proeminência de participantes interpelados e de suas vozes; de seleção ideológica de ações e atribuições de sentidos bélicos e metafóricos; de dominância e silenciamento; de estratégias para universalização da narrativa e polarização; de controle sobre as vozes e os graus de heterogeneidade; e de projeção das

imagens das revistas através do modo como expressam as vozes dos sujeitos interpelados em seus próprios discursos.

Ao fim de todo este percurso de análise, trago à prova a hipótese inicialmente apresentada ao(à) leitor(a), segundo a qual o escândalo político é constituído discursivamente como evento midiático a partir de mediações textuais. De fato, não se pode pensar seriamente o EPM, como prefiro chamar, sem considerar o seu aspecto discursivo-textual, pois, do contrário, corre-se o risco de excluir aquilo que é fundamentalmente constitutivo do evento: são os textos, produzidos pelos *media* por meio de deslocamentos, traduções e recontextualizações, que criam uma ampla e complexa rede de mediação, cujos movimentos de significação, marcados definitivamente por tensões e relações de poder, circulam nos espaços públicos e atravessam suas fronteiras, chegando ao âmbito mais privado da vida dos cidadãos. São os textos que, a curto e longo prazos, seja imediatamente, seja através dos anos, estruturam parcialmente racionalidades políticas, isto é, formas de percepção, compreensão e avaliação dos acontecimentos, dos sujeitos e das práticas no campo da política especialmente, mas também em outras esferas da sociedade. São os textos que, sociocognitivamente, constroem a memória do evento e compõem juízos de valoração. São os textos, por excelência, que tornam o EPM um objeto da consciência, sobre o qual falamos e a propósito do qual construímos conhecimentos e reproduzimos ou transformamos valores e condutas quanto a formas de vida na sociedade.

Mediante os resultados obtidos em minha investigação, defendo a tese de que o EPM é constituído discursiva e textualmente como luta social, pois as mediações textuais que o constituem são parte de um processo histórico de disputas por poderes numa sociedade em determinado contexto histórico, ao causar os efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo, sendo o movimento de significação em si uma forma de poder. Os movimentos de significação podem tornar um político ou partido o inimigo a ser destruído; exercem controle (até certo ponto) sobre o corpo social, estabelecendo modos de racionalização dos acontecimentos; definem a pauta das conversas cotidianas; compõem historicamente memórias e experiências; alteram o processo político e mudam os rumos do pleito eleitoral; intervêm sobre nossas afecções e condutas; provocam indignação e incitam ânimos; influenciam a decisão do voto e sua justificativa; narram a história e produzem registros no tempo; entre muitos outros efeitos. O EPM, portanto, não deve ser encarado tão-somente como sendo a publicização de uma ação de transgressão no campo político pelos meios de comunicação. Seríamos ingênuos (ou cínicos), se o definíssemos assim. O que a análise da sua natureza discursivo-textual coloca em

evidência é que se trata sempre de uma luta por significados, por sentidos nas formas de controle e dominância, mas também nas formas de contradição e resistência.

Esta última seção tem um caráter deliberadamente duplo. Quero, de um lado, mostrar ao(à) leitor que o trabalho de descrição, explanação e interpretação aqui empreendido deve ser considerado um esforço de identificação de obstáculos a serem superados: vimos (uma parte de) como o EPM opera no processo democrático; agora, devemos nos apropriar desse saber como instrumento de mudança social. De outro lado, na esteira das contribuições desta pesquisa a propósito dos desafios a serem enfrentados, desejo também abrir espaço para uma reflexão sobre a pesquisa ora apresentada, pois, como sujeito que sou, o esquecimento e minhas contradições (que somente o outro poderá dizer) também atravessam estas páginas de discussão, de modo que vale reconhecer minhas limitações como sendo as motivações de trabalhos futuros.

Um grande desafio para a mudança social em nossa cultura de escândalos é a compreensão de que não cabe mais pensar o EPM como um simples episódio que gera polêmica nas disputas eleitorais, frequentemente vinculado a julgamentos morais de conduta sobre a vida de um político ou outro. É tempo de compreender que o EPM é determinante no processo político, que revela as estruturas de funcionamento de poder em distintos campos da sociedade, que é reflexivo da nossa cultura, que é situado na história, que diz muito sobre o papel político da mídia e seu mercado e que aponta para os sintomas de rearranjos estruturais no país no âmbito da economia global. Penso que, para se chegar a uma concepção mais madura e crítica do EPM, nos termos que tenho aduzido, deve-se reconhecer a sua natureza discursiva e textualmente mediada. Não podemos mais pensar seriamente o EPM sem atenção à linguagem.

O segundo desafio que trago à discussão consiste no entendimento de que EPM está fundamentalmente inscrito no processo histórico de um país, de modo que sua instanciação na vida social - que o faz ligar-se, ao mesmo tempo, à estrutura mais ampla e a pequenas ações na vida comum das pessoas - dá-se pela mediação textual realizada através das práticas discursivas articulatórias de instâncias enunciativas de mídia. Identificar os *media* como instâncias enunciativas, conforme defendo, é uma forma de desmitificar a imagem da imprensa, especialmente a imprensa jornalística, como narradora da verdade última e literal dos acontecimentos e como “veículo” de comunicação. A reivindicação de uma neutralidade, imparcialidade ou objetividade é, sobretudo, uma dessubstancialização do discurso da mídia, um esvaziamento, apenas aparente, do poder gerativo do discurso, ou seja, do seu poder causal de reproduzir ou transformar ordens hegemônicas (efeito da hegemonia), de manter ou mudar relações e práticas de domínio e controle (efeito da ideologia) e de definir as identidades de sujeitos, grupos, partidos e instituições antagonicamente (efeito do antagonismo).

O terceiro desafio que considero importante é encarar o EPM como uma luta por sentidos, que se dão nas formas de dominância e controle, mas também nas formas de resistência e contradição. Logo, não podemos perder de vista as relações entre os textos que (in)formam o evento e formas de poder, posto que são os textos que geram os efeitos de hegemonia, ideologia e antagonismo. A análise das mediações textuais mostra que o espaço de atuação dos *media* na interseção de regimes de enunciação, sendo ele também um regime, com um conjunto de particularidades de formação discursiva, é fragmentada, conflitiva, dinâmica e desigualmente distribuída quanto a formas de poder. Por isso, afirmo que o estudo da mediação textual do EPM e seus efeitos aponta também para a necessidade do estabelecimento de um marco regulatório da mídia no Brasil. O acesso à informação é um direito fundamental na democracia brasileira, à medida que se relaciona diretamente à cidadania, pois garante ao indivíduo condições de participação no espaço da deliberação pública. A regulação do mercado de mídia quanto à radiodifusão e às novas tecnologias de comunicação no meio digital é necessária para impedir a centralização da produção de informações, para assegurar a pluralidade de ideias, para evitar abusos ou excessos de poder, para garantir o amplo direito de resposta e para tornar mais transparentes os mecanismos de circulação e consumo de informações no ambiente virtual.

Por último, sublinho o desafio de, como cidadãos, procurarmos estar atento(a) aos movimentos de significação que constituem o EPM. Um trabalho de observação vigilante ou de acompanhamento reflexivo acerca de como e quando as significações surgem, de que modo se configuram, em que espaços circulam, de que maneira são consumidas e interpretadas e que efeitos causam. Isso exige o esforço de considerarmos, o mais seriamente possível, a textualidade do evento, sua textura por assim dizer, compreendendo que os textos são interações que causam efeitos. Neste caso, devo esclarecer que a leitura crítica de textos, como os textos que mediam constitutivamente eventos midiáticos, exige o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação, que, somente em um sistema educacional que preza a autonomia intelectual, a formação cidadã e a emancipação, é possível.

Os desafios dispostos acima, ao mesmo tempo em que indicam contribuições possíveis da minha pesquisa à superação de obstáculos quanto à mudança social e discursiva na forma de compreender e encarar o EPM e de defender uma nova política de mídia, também apontam para as limitações do meu trabalho investigativo. No último semestre de 2018, expus os resultados da pesquisa para ampla discussão, em debates organizados em espaços públicos da cidade, em grupos de estudo de universidades, em eventos acadêmicos e em programas de rádio, à procura de levar a pesquisa a novas audiências e de ouvir intervenções críticas. Gostaria

imensamente de ter podido ampliar o recorte da semiose do “Petrolão” que tomei para análise linguístico-textual detalhada, por exemplo, incorporando à mediação sob exame as chamadas *fake news*, vídeos de protestos (realizados ao vivo em redes sociais) e documentários (que surgiram à época do *impeachment*). Gostaria de ter expandido também a seleção das categorias de análise, não porque as que empreguei são insuficientes ou inadequadas, mas pelo fato de que suas escolhas me impediram de estudar uma série de aspectos que somente a partir de outras categorias analíticas seria possível. Gostaria, ainda, de ter conseguido mais tempo, espaço e condições para costurar diálogos multi e transdisciplinares, pois, apesar de algum avanço na minha tentativa de estabelecer pontes interdisciplinares, há muito o que fazer para uma mudança social e discursiva efetiva.

Por isso, em razão da minha disposição em possibilitar o movimento autorreflexivo de voltar a pesquisa contra ela própria, reconhecendo seus avanços e limites, encerro minha discussão pedindo ao(à) leitor(a) que compreenda o meu trabalho de análise, sobretudo, como um esforço. Não pretendi outra coisa senão desenvolver uma leitura possível do EPM que pudesse ser útil ao debate crítico sobre o evento; senão advertir que precisamos estar atentos aos riscos à democracia no Brasil, pois a mídia que (in)forma sua história pode ser emancipadora ou perversa; senão dizer que há uma Linguística viva e engajada com a transformação social; senão defender que fazer ciência deve ser um compromisso político e ético com a vida. Nunca foi minha promessa (porque não posso fazê-lo) oferecer uma solução prática ou um caminho definitivo para a mudança quanto ao modo como escândalos são desenvolvidos e interpretados no Brasil. Esta pesquisa se contenta se tiver ao menos desestabilizado a concepção mais tradicional do evento e provocado alguma inquietude a propósito de seus efeitos.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- ADUT, A. Scandal as norm entrepreneurship strategy: corruption and the french investigating magistrates. **Theory and Society**, Chicago, v. 33, n. 5, p. 109-130, jan./fev. 2004.
- ALDÉ, A.; VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2, Belo Horizonte, 2007. **Anais...**, Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 1-16.
- ALHO, A. **Silent democracy, noisy media**. 2004. 334 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Department of Sociology, University of Helsinki, Helsinki, Finlândia, 2004.
- ALTHUSSER, L. **For Marx**. London: New Left Books, 1969.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (Orgs.) **Du syntagme nominal aux objctets-de-discours**. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.
- BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In. EMERSON, C.; HOLQUIST, M. **Speech Genres and Other Late Essays**. Texas: University Texas Press, 1986. p. 60-102.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARTHES, R. A Retórica Antiga. In: COHEN, J. **Pesquisas de Retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-225.
- BAZERMAN, C. Shaping Written Knowledge: the Genre and Activity of the Experimental Article. **Rhetoric of the human sciences**. London: University of Wisconsin Press, 1988.
- BENASSI, M. V. O gênero “notícia”: uma proposta de análise e intervenção. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3., 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2009, p. 1791-1799.
- BEZERRA, M. O. **Corrupção: um Estudo Sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Leeds: Leeds Books, 1975.
- BHASKAR, R. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R.; CALLINICOS, A. Marxism and critical realism: a debate. **Journal of Critical Realism**, v. 1, n. 2, p. 89-114, 2003. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/BHAMAC>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: fragmentos de um dicionário político. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII**: os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 2.

BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. **Current Anthropology**, v. 48, n. 4, p. 551-180, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1086/518300>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CANDLIN, C. N. Beyond description to explanation in cross-cultural discourse. In: SMITH, L. **Discourse across cultures**: strategies in world englishes. New York: Prentice Hall, 1987.

CARVALHO, K. Imprensa e informação no Brasil: século XIX. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 01-06, maio/ago. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/643>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CASTILHO, M.; LIMA, T. A pauta na capa: a mídia corporativa como porta-voz do controle e ordem social na cidade do Rio de Janeiro. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.176-194, 2014.

CAVALCANTE, M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M.A. **Democracia e escândalos políticos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 139-182, mar. 2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COLOMBO, L. A.; MARTELLI, C. G. O painel em perspectiva comparada: a análise do fenômeno no Brasil e na Argentina. In: Encontro Anual da ANPOCS, 29., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2015. Disponível em: <

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt11/9540-o-panelaco-em-perspectiva-comparada-analise-do-fenomeno-no-brasil-e-na-argentina/file>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CONNERTON, P. (ed.). **Critical sociology**. Harmondsworth: Penguin, 1976.

COSSETIN, V. L. F. Da representação ao conceito; um estudo sobre a linguagem no trânsito da fenomenologia à lógica de Hegel. **Revista PROMETEUS**, v. 5, n. 9, jan/jun., 2012. Disponível em: < <https://www.sumarios.org/artigo/da-representacao-ao-conceito-um-estudo-sobre-linguagem-no-transito-da-fenomenologia-a-logica-de-hegel>>. Acesso em 03. nov. 2016.

COURTINE, J-J.; MARANDI, J. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEN. B. **Materialités discursives**. Lille: Press Universitaires de Lille, 1981. p. 21-33.

DE BLIC, D.; LEMIEUX, C. Le scandale comme épreuve: éléments de sociologie pragmatique. **Politix**, v. 18, n. 31, p. 9-38, 2005. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-politix-2005-3-page-9.htm%5D>>. Acesso: 13 out. 2017.

DERRIDA, J. Structure, sign and play in the discourse of the human sciences. In: DERRIDA, J. **Writing and difference**. Londres: Routledge, 1978.

DIKJ, T. A. Van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIKJ, T. A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIKJ, T. A. Van. Ideologia. **Letras de hoje**, v. 50, n. supl., Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139/0>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004. P. 41-73.

EAGLETON, T. **Ideology: an introduction**. London: Verso, 1991.

FAIRCLOUGH, N. L. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001b. p. 31-81.

FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. L. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739-763, dez. 1985. Disponível: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0378216685900025>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FAIRCLOUGH, N. L. Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform. **Journal of Sociolinguistics**, v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/227689051_Discourse_Social_Theory_and_Social_Research_The_Discourse_of_Welfare_Reform>. Acesso em: 23 set. 2017.

FAIRCLOUGH, N. L. **Teoria social do discurso**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001a.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, R.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. **Journal of Critical Realism**, v. 5, n. 1, p.02-18, 2002. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/313037147_Critical_realism_and_semiosis>. Acesso em: 18 set. 2017.

FARCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método na pesquisa científica social. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha d'Água**, n. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível: < <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

FOUCAULT, M. "What is Critique?". In: LOTRINGER, S.; HOCHROTH, L. (Orgs.) **The Politics of Truth**. New York: Semiotext(e), 1997a. p. 35-63.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

FOWLER, R. Sobre a Linguística Crítica. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 207-222, 2004.

FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; TREW, T. **Language and control**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1979.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

FREIRE, E. N. O design no jornalismo impresso diário: do topográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 29-310, 2009.

GALINDO, E. de Sá. A mídia e o julgamento da denúncia do Mensalão: análise das coberturas da Folha de S. Paulo e do Globo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2008. p. 989.

GIDDENS, A. **Modernity and Self Identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-134.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, E. **A constatação da corrupção enquanto a performatização de um discurso**: uma análise de reportagens de VEJA em casos de corrupção política. Fortaleza, 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

GONÇALVES, J.M.B. Discurso em jogo: o que dizem as capas da Veja sobre a crise política de 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, Brasília, 2006. **Anais...** Brasília: UNB, 2006. p. 273. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0273-1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971

GRINBERG, M. S. **A Comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (ed.) **New Horizons in Linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p. 140-165.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. Baltimore: University Park Press, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. Retrospective on SFL and Literacy. In: WHITTAKER, R.; O'DONNELL, M.; MCCABE, A. (eds.) **Language and Literacy**: functional approaches. London: Continuum, 2006. p. 15-44.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HASAN, R. The conception of context in text. In: FRIES, P.; GREGORY, M. **Discourse in society**: systemic functional perspectives. Meaning and choice in language – Studies for Michael Halliday. Norwood: Ablex, 1995. p. 183-283.

HEGEL, G. W. F. **A Ciência da Lógica**. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Ed. Abril, 1974.

HODDER-WILLIAMS, R.; CEASER, J. (org.). **Politics in Britain and the United States**: comparative perspectives. Durhan: Duke University Press, 1986.

- HOKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HONDRICH, K. **Enthüllung und Entrüstung**: eine phänomenologie des politischen skandals. Frankfurt: Suhrkamp, 2002.
- JAMESON, F. **Posmodernism or cultural logic of late capitalism**. London: Verso, 1991.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KÄSLER, D. **Der politischen skandals**: zur symbolischen und dramaturgischen qualitätat von politiqe. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.
- KOCH, I. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I.; ELIAS, V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- LACAN, J. **O simbólico, o imaginário e o real**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LACLAU, E. Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logics. In: BUTLER, J. LACLAU, E. ZIZEK, S. **Contingency, Hegemony, Universality**: Contemporary Dialogues on the Left. London: Verso, 2000. p. 44-89.
- LACLAU, E. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, E. **Debates e combates**: por um nuevo horizonte de la política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- LACLAU, E. Deconstruction, pragmatism, hegemony. In: CRITCHLEY, S.; MOUFFE, C. (orgs.). **Deconstruction and Pragmatism**. London: Routledge, 1996. p. 49-70.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LARRAÍN, J. **The concept of ideology**. Athens: University of Georgia Press, 1979.
- LEECH, G. N.; SHORT, M. H. **Style in Fiction**: a Linguistic Introduction to English Fictional Prose. Essex: Longman, 1981.
- LUHMANN, N. **Legitimação pelo Procedimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA**, v. 21, n. esp. p. 1-9, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502005000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 fev. 2013.

MAGALHÃES, I. **Por uma abordagem crítica e explanatório do discurso**. DELTA, v. 2, n. 2, 1986. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31247>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em: <<http://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MARKOVITS, A.; SILVERSTEIN, M. **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. Nova York: Holmes e Meier, 1988.

MARTIN, J. **English Text**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Analysing Genre: Functional Parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (Ed.). **Genre and Institutions: Social Processes in the Workplace and School**. London: Cassell, 1997. p. 73-100.

MARTIN, J. R. **English text: systems and structure**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELO, P. B. A intervenção cultural do discurso cinematográfico: os sentidos da ditadura militar no Brasil. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 68 – 80, 2010.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. A Crise do Estado: Da Modernidade Central à Modernidade Periférica - Anotações a partir do Pensamento Filosófico e Sociológico Alemão. In: CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL, 16, 10 a 14 de novembro de 1991. **Anais...** Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, p. 157-172, 1991. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0102-6445199600010000600036&lng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2000.

PERUZZO, C. Mídia Local e suas Interfaces com a Mídia Comunitária. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVI, 2 a 6 set. 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/index_indice_autor.htm>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PERUZZO, C. Mídia Regional e Local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, SP, n. 43, p. 67-84, 2005.

PEIXOTO, M. E.; FERREIRA, R.; ALENCAR, C. O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, p. 215-233, 2018a.

PEIXOTO, M. E.; FERREIRA, R.; Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. **Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2875-2890, 2018b.

PINTO, P.A. Roseana Sarney e o caso Lunus: as interfaces da notícia com o jornalismo nacional e regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, Natal, 2008. **Anais...** Rio Grande do Norte, UFRN, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0837-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PLATÃO. **Sofista**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983.

RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres diversos em torno do fazer. **DELTA**, Nv. 2. 6, p. 223-254, 1990.

RAJAGOPALAN, K. On Searle [on Austin] on language. language and communication. In: ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M.; SILVA, D. N. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 347-391.

RAMOS, A.V. M. R. **Veja, os olhos do Brasil?** O 'Mensalão' e a imagem pública de Lula e do PT nas páginas da revista Veja. 2008. 263 f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

RANCIÈRE, J. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RESENDE, V. **Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil**. 2008. 332f. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Linguística, UNB, Brasília, 2008.

RODINSON, M. De l'histoire de l'antisemitisme à la sociologie du scandale. **Cahiers internationaux de sociologie**, 1970, p. 143-50. Disponível em: <<http://www.abebooks.co.uk/servlet/BookDetailsPL?bi=882556976&searchurl=an%3Ddansart%26bsi%3D0%26ds%3D30%26sortby%3D3%26tn%3Dsociologie>>. Acesso: 21 fev. 2014.

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANGIRARDI, P. A emergência do escândalo político como narrativa midiática preferencial. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2. **Anais...** Belo Horizonte: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_ipp-pedro.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SANTOS, M. M. dos. **Representação de políticos em enunciados destacados de reportagens impressas: um estudo do caso Mensalão nas revistas Época, Veja e Istoé**, de

Santos. 2008. 205 f. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SAYER, A. **Realism and Social Science**. London: Sage, 2000.

SCHMITZ, M. **Theorie und praxis des politischen skandals**. Frankfurt: Campus Verlag, 1981.

SILVA, V.L.N. da. O super-ministro: construção da personagem José Dirceu em O Globo durante episódios do Mensalão. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-veronica.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SMITH, D. **Texts, facts and femininities: exploring relations of ruling**. Abingdon: Routledge, 1990.

SOBRINHO, C. P. F. **Escândalos políticos, identidade profissional e jornalismo: uma perspectiva histórica**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2010. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/cl_21.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SWALES, J. **Genre Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TATE, C. N.; VALLINDER, T. **The Global Expansion of Judicial Power**. New York: University Press, 1995

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

WHITAKER, R. **El fin de la privacidad: Como la vigilancia total se está convirtiendo en realidad**. Barcelona: Paidós, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional Edusp, 1968.

WODAK, R. What CDA is About: a Summary of Its History, Important Concepts and Its Developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2001. p. 1-13.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2001.

WOOLDRIDGE, A. The visible hand. **The Economist**, 21 jan. 2012. Seção Special Report. Disponível em: < <https://www.economist.com/special-report/2012/01/21/the-visible-hand>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ZIZEK, S. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Texto NI-V

Notícia: Fornecedores da Petrobras sob suspeita financiaram campanha de 121 parlamentares em atividade. Revista VEJA (publicada originalmente em 07 mai. 2014)

Assinada por: Daniel Haidar

Fonte: < <https://veja.abril.com.br/brasil/fornecedores-da-petrobras-sob-suspeita-financiaram-campanha-de-121-parlamentares-em-atividade/>>.

Na Câmara, 96 dos deputados eleitos receberam dinheiro de empresas investigadas. Senado tem 25 integrantes com contribuições de campanha feitas por companhias ligadas ao doleiro Alberto Youssef. Dos deputados e senadores da atual legislatura, pelo menos 121 receberam dinheiro oficialmente como doação de campanha de empresas investigadas pela operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Um levantamento feito pelo site de VEJA nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revela que 96 dos parlamentares da Câmara e 25 do Senado estão na lista de beneficiados por repasses feitos por fornecedores da Petrobras. As doações foram feitas como manda o figurino, e não há até o momento qualquer suspeita sobre quem recebeu o dinheiro.

As empresas doadoras passaram a ser investigadas pela Lava-Jato porque depositaram recursos para a M.O. Consultoria – empresa de fachada do doleiro Alberto Youssef – ou porque foram cobradas a fazer doações pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O grupo de congressistas eleitos atualmente em atividade recebeu, ao todo, 29,7 milhões de reais de um conjunto de 18 grupos empresariais sob suspeita.

Como mostrou reportagem do site de VEJA, os [fornecedores da Petrobras agora investigados doaram, oficialmente, 856 milhões de reais](#) a partidos e candidatos entre 2006 e 2012. Entre os parlamentares em atuação no Congresso, o PT desponta com 12,6 milhões de reais recebidos, seguido por PP (4,4 milhões) e PMDB (2,6 milhões). Parlamentares da oposição, como DEM e PSDB, também foram beneficiados com 2,1 milhões de reais e 2 milhões, respectivamente.

Os beneficiados pelos grupos suspeitos formam uma bancada multipartidária. E, para especialistas, isso cria riscos para o sucesso de investigações de qualquer CPI no Congresso que pretenda investigar irregularidades na Petrobras. “Não significa que todos vão defender os interesses desses grupos, mas, em qualquer decisão que se tome, tem que ser analisado se os parlamentares não servem aos interesses de financiadores. Isso só pode ser verificado na atuação concreta”, alertou o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo.

ANEXO B – Texto NII-V

Notícia: Dilma e Lula sabiam da roubalheira na Petrobrás, diz Youssef. Se for verdade, é matéria de impeachment se ela for reeleita. Já seria agora, mas não há tempo.

Revista VEJA (publicada originalmente em 23 out 2014)

Assinada por: Reinaldo Azevedo

Fonte: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-e-lula-sabiam-da-roubalheira-na-petrobras-diz-youssef-se-for-verdade-e-materia-de-impeachment-se-ela-for-reeleita-ja-seria-agora-mas-nao-ha-tempo/>>.

Aquilo que os petistas tanto temiam desde o começo aconteceu: a operação Lava Jato bateu em Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, e em Dilma Rousseff, Eles sabiam da roubalheira vigente na Petrobras. É o que o doleiro Alberto Youssef assegurou à Polícia Federal e ao Ministério Público no curso do processo de delação premiada. Está na capa da VEJA, que começa a circular daqui a pouco. Eis a imagem. Volto em seguida.

Eu poderia engatar aqui aquela máxima de Carlos Lacerda sobre Getúlio Vargas, só para excitar a imaginação de Lula, trocando a personagem. Ficaria assim: “A Sra. Dilma Rousseff não deve ser eleita. Eleita não deve tomar posse. Empossada, devemos recorrer à revolução para impedi-la de governar.”

Mas aqueles eram tempos em que as pessoas prezavam muito pouco as instituições, a exemplo de certos partidos que estão por aí. Eu não! Eu prezo a lei e a ordem. Eu prezo a Constituição do meu país. Eu prezo os Poderes constituídos.

Se as acusações de Youssef se confirmarem, é claro que Dilma Rousseff tem de ser impedida de governar caso venha a ser reeleita, mas em razão de um processo de impeachment, regulado pela [Lei 1.079](#), que estabelece:

Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.

E o texto legal estabelece os crimes que resultam em perda de mandato. Entre eles, estão:

- atuar contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
- proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo;

Se é como diz Youssef — e lembro que ele está sob delação premiada; logo, se mentir, pode se complicar muito —, pode-se afirmar, de saída, que Dilma cometeu, quando menos, essas três infrações, sem prejuízo de outras.

Trecho do diálogo de Youssef com o delegado:

— *O Planalto sabia de tudo!*

— *Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado.*

— *Lula e Dilma, respondeu o doleiro.*

Se Dilma for reeleita e se for verdade o que diz o doleiro, DEVEMOS RECORRER ÀS LEIS DA DEMOCRACIA — não a revoluções e a golpes — para impedir que governe. Afinal, nós estamos em 2014, não em 1954.

ANEXO C – Texto NIII-V

Notícia: O penúltimo degrau da Lava Jato

Revista VEJA (publicada originalmente em 18 jun. 2015)

Assinada por: Rodrigo Rangel, Daniel Pereira e Robson Bonin

Fonte: < <https://veja.abril.com.br/brasil/o-penultimo-degrau-da-lava-jato/>>.

A Polícia Federal prende os donos e executivos de mais duas empreiteiras, atinge o topo da cadeia de comando do esquema de corrupção da Petrobras e está a um passo do ex-presidente Lula.

A partir das primeiras delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e do doleiro Alberto Yousseff, os responsáveis pela Operação Lava-Jato se deram conta de que estavam lidando com um caso que só ocorre uma vez na vida de um policial, de um promotor ou de um juiz. À medida que os depoimentos se sucediam e mais provas iam sendo encontradas, o esquema foi tomando a forma de uma gigantesca operação político-partidária e empresarial destinada a levantar fundos com contratos espúrios de empresas com a Petrobras. As raízes do esquema começaram a ficar cada vez mais profundas, enquanto sua copa passava a abranger políticos postados em galhos cada vez mais altos. Em abril, Carlos Fernandes de Lima, um dos procuradores da Lava-Jato, disse em uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que a investigação se tornara tão ampla que chegaria a “mares nunca dantes navegados”. Na sexta-feira passada, a Lava-Jato aproou para praias que pareciam inatingíveis, prendendo os presidentes das duas maiores empreiteiras do Brasil – Marcelo Odebrecht, presidente e herdeiro da empresa que leva seu sobrenome, e Otávio Azevedo, o principal executivo da Andrade Gutierrez. O nome da operação da Polícia Federal que fez as prisões não podia ser mais ilustrativo das pretensões dos investigadores: “Erga Omnes”, a expressão latina que significa “para todos” e nos tratados jurídicos é usada para proclamar um dos pilares do sistema democrático que diz que ninguém está acima da lei.

A Lava-Jato chegou ao topo? Não existe mais ninguém acima da lei em seu radar investigativo? A resposta é não. A operação chegou aos mais altos suspeitos do braço empresarial do esquema que desviou cerca de 6 bilhões de reais dos cofres da Petrobras. O braço político, acreditam os investigadores, pode subir mais um degrau além do ocupado, por exemplo, por João Vaccari, tesoureiro do PT, preso em Curitiba. Os presos da semana passada podem fornecer as informações que ainda faltam para que a lei identifique e alcance quem comandava o braço político do esquema criminoso. Quem permitia o funcionamento de uma engrenagem que abastecia PT, PMDB e PP com dinheiro sujo. Disse o delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula: “A ideia é dar um recado claro de que a lei vale para todos, não importa o tamanho da empresa, seu destaque na sociedade, sua capacidade de influência e seu poder econômico”.

O juiz Sérgio Moro determinou a prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, os presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, por considerar que os dois capitaneavam o cartel de empresas que ganhava contratos da Petrobras em troca do pagamento de propina a funcionários da estatal e a políticos. Em seu despacho, Moro registrou que delatores do petrolão haviam dito que a Odebrecht pagara subornos no exterior por meio da construtora Del Sur, sediada no Panamá. A Odebrecht vinha negando ter relação com a Del Sur. Moro também anotou a existência de um depósito feito pela Odebrecht numa conta no exterior controlada por Pedro Barusco, o delator que servia ao PT e prometeu devolver aos cofres públicos 100 milhões de dólares. Moro determinou a prisão de outros cinco executivos, três da Odebrecht e dois da Andrade Gutierrez, e expediu 38 mandados de busca e apreensão.

Resta apenas pegar a estrela principal no firmamento governista. Os procuradores e os delegados estão convictos de que a estrela dava expediente no Palácio do Planalto.

ANEXO D – Texto NIV-V

Notícia: Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT

Revista VEJA (publicada originalmente em 31 ago. 2016)

Assinada por: Carolina Farina, Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão

Fonte: < <https://veja.abril.com.br/politica/senado-encerra-mandato-de-dilma-e-fecha-ciclo-de-poder-do-pt/>>.

Processo que chega hoje ao fim se estendeu por nove meses pôs e encerrou maior hegemonia partidária da democracia brasileira.

O primeiro julgamento de Dilma Vana Rousseff se deu há 46 anos e foi immortalizado em uma fotografia que estampou a capa do extinto jornal *Última Hora* em 18 de novembro de 1970: aos 22 anos, a militante da luta armada contra a ditadura militar encara com uma firmeza triste o tribunal, enquanto os que a julgam escondem seus rostos da câmera. Dilma foi torturada e condenada a seis anos de cadeia, dos quais cumpriu 28 meses, até o final de 1972, no Presídio Tiradentes, em São Paulo. O segundo julgamento de Dilma Vana Rousseff encerrou-se nesta quarta-feira. Às 13h35 o painel do Senado Federal confirmou o já esperado veredicto: por 61 votos a 20, ela foi condenada por crime de responsabilidade – e definitivamente afastada do Palácio do Planalto, embora tenha mantido os direitos políticos. A postura dos juízes deste 31 de agosto e o fato de Dilma ter sido eleita com pouco mais de 54 milhões de votos em outubro de 2014 escancaram a diferença fundamental entre os dois julgamentos: o Brasil é hoje uma democracia. E um regime democrático não é simbolizado apenas pelo voto popular. São as instituições que formam um Estado democrático de direito.

Leia também:

[Confira o voto de cada senador no impeachment de Dilma](#)

[Senado mantém os direitos políticos de Dilma](#)

[Se errarmos, a democracia corrigirá, diz Renan Calheiros](#)

[Relembre os maiores barracos do processo de impeachment](#)

Ao cancelar o processo que culminou na queda de Dilma, as instituições brasileiras acabaram também por encerrar o ciclo de poder do Partido dos Trabalhadores – uma sigla que, nos treze anos que ocupou o Planalto, maior hegemonia de um partido desde a redemocratização, tentou se apropriar do Estado. Em nome de seu projeto de poder, o governo petista cometeu os crimes orçamentários que embasaram a denúncia contra a presidente, ao praticar reiteradamente pedaladas fiscais para maquiar contas públicas e esconder do país a grave crise que se avizinhava, de modo a garantir a reeleição de Dilma em 2014. Em nome de seu projeto de poder o PT institucionalizou o assalto aos cofres da Petrobras e recebeu doações eleitorais disfarçadas de empreiteiras como forma de lavagem de dinheiro. Em nome de seu projeto de poder o PT fez uso de dinheiro desviado das estatais para comprar parlamentares: o mensalão e o petrolão são, portanto, fruto da tentativa petista de se perpetuar no poder. Três tesoureiros da sigla, além de próceres petistas como José Dirceu, terminaram na cadeia em nome desse projeto. A desgovernança dos anos de PT no Planalto semeou a crise econômica e política pelas quais hoje o partido presta contas.

Ainda assim, afora tímidas admissões de erros pontuais, o processo de impeachment não resultou em um mea culpa do partido. Dilma e o PT insistem em dizer que a democracia brasileira sofre um golpe, e que seu impeachment representará uma ruptura institucional. Também vituperaram, em uma versão ampliada do terrorismo eleitoral levado a cabo em 2014, que Michel Temer acabaria com programas sociais e cortaria direitos trabalhistas. Enunciado esperado de quem insiste na retórica irredimível de que misteriosas “forças conservadoras” querem apeá-la do poder.

Leia também: [A VEJA, Mantega, sem querer, profetizou o impeachment de Dilma](#)

Ao falar aos senadores na segunda-feira, Dilma afirmou: “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos”. Repetiu nove vezes a palavra ‘golpe’ ao longo de seu discurso – e retomou o tom levemente arrogante e

professoral nas respostas aos senadores. Afirmou, como fez durante todo o processo, que não cometeu crime algum.

O resultado da votação de hoje é também reflexo do desprestígio do PT, que deixa o poder de maneira melancólica, imerso em escândalos de corrupção. O quadro se reflete na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, padrinho político de Dilma: abandonado pelos amigos, indiciado pela Polícia Federal e réu por tentar obstruir a Lava Jato, Lula esteve em Brasília para tentar reverter votos em prol da pupila tanto na votação na Câmara, em abril, quanto no Senado. Nos dois casos, o impeachment passou com mais votos do que o mínimo necessário. Ainda assim, **o partido obteve uma última vitória**: na reta final do julgamento, conseguiu emplacar com o ministro Lewandowski o fatiamento da votação – Dilma perde, portanto, o cargo, mas não ainda os direitos políticos. O que parlamentares dilmistas conseguiram, de fato, uma nova interpretação da Carta Magna, a despeito de o artigo 52 da Constituição estabelecer que, no impeachment, aplica-se a “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”.

Uma presidente isolada – Dilma isolou-se desde que a Câmara deu prosseguimento ao impeachment. Desde abril a petista entrincheirou-se no Palácio da Alvorada e evitava até mesmo lidar com os servidores. A situação só piorou quando foi formalmente afastada do poder pelo Senado. Como revelou VEJA em julho, Dilma chegou a desabafar nos seguintes termos ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre o processo: “Quero acabar logo com essa agonia”. Várias reuniões, almoços e jantares com senadores foram organizados em busca de apoio para virar o jogo. Até a véspera da votação ela fez corpo-a-corpo com senadores que se diziam indecisos. Sem sucesso. Findo seu calvário, é em Porto Alegre, junto da filha e dos netos, que Dilma planeja viver daqui para frente.

A receita para o desastre contou ainda com a incapacidade da presidente impedida e de seus assessores mais próximos de fazer com habilidade o jogo da articulação política. Quando o impeachment desenhose uma onda inevitável, já não lhe restavam mais soldados no Congresso, exceção feita às bancadas do PT e do PCdoB, além de outros satélites que escolheram morrer abraçados em troca de alguma moeda de troca da política. E nem mesmo no partido ao qual se filiou em 2001 Dilma encontrou refúgio: desde a posse esteve às voltas em constantes atritos com a legenda, motivados pela falta de diálogo na elaboração de medidas impopulares de ajuste fiscal

Em seu discurso no Senado, ela não fez nenhum aceno ao PT. Dilma ainda culpou diretamente o partido pelo pagamento de caixa dois ao responsável pelas campanhas que a levaram ao Planalto por duas vezes. Em resposta, o presidente nacional da sigla, Rui Falcão, não hesitou em dar as costas a uma das principais bandeiras de Dilma nos seus últimos momentos como presidente: a proposta de um plebiscito para a convocação de novas eleições. Em clima de divórcio, a legenda quer mesmo é virar a página da presidente condenada – sobretudo para que os resultados da sigla nas eleições municipais de outubro não sejam um completo fiasco.

O processo – O impeachment consumado hoje é um processo jurídico-político e no Congresso respeitou o amplo direito de defesa e o contraditório. Mas fato é que o embasamento jurídico é apenas um requisito do processo de impeachment. Esse processo, na essência, é político. E no campo da política, Dilma se autoinfligiu todos os danos. A corrosão de seu capital começou na campanha de 2014, quando ela mentiu aos eleitores sobre a necessidade de consertos na economia. Seu segundo mandato começou com ajustes de tarifas que ela prometera não fazer e um aumento da inflação que ela jurou que não viria.

Por ironia da história, partiu justamente da boca do senador Fernando Collor de Mello, ao qual Dilma passa a fazer companhia na triste galeria de presidentes condenados pelo Senado, a declaração que resume o quadro, feita da tribuna na terça-feira: “Além de infração às normas orçamentárias e fiscais, com textual previsão na Constituição como crime de responsabilidade, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de governo que faz, da cegueira econômica, o seu calvário, e da surdez política, o seu cadafalso”. Dilma teve a chance de se cercar de bons tripulantes para realinhar seu barco durante o que ela bradava se tratar de um período de ‘travessia’ e, sobretudo, erguer pontes. Cai, portanto, vitimada pela própria incompetência.

A votação de hoje resiste a qualquer questionamento. Ao longo de oito meses, o governo teve ampla oportunidade de atacar na Justiça todos os aspectos da tramitação do processo de impeachment. Seus argumentos foram analisados pelo Supremo Tribunal Federal, acolhidos em alguns casos, rejeitados na maioria. Ainda assim, a defesa da petista ingressará com novo recurso na corte. O impeachment requer a maioria de dois terços do plenário do Senado justamente para garantir que não paire nenhuma dúvida sobre uma decisão de tamanha gravidade. Cabe à Casa o papel de julgadora. Condenar uma presidente

por crimes orçamentários passa uma mensagem poderosa: a de que os governantes não recebem carta branca para realizar seus planos de governo a qualquer custo quando ganham uma eleição. Pela importância dessa mensagem para a ordem pública brasileira é que os juízes de Dilma neste 31 de agosto fizeram questão de mostrar os rostos.

ANEXO E – Texto NI-CC

Notícia: Operação Lava Jato está nas mãos de Sérgio Moro

Revista CARTA CAPITAL (publicada originalmente em 11 set. 2014)

Assinada por: Fabio Serapião

Fonte: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-serapiao/o-juiz-o-procurador-geral-e-o-futuro-da-lava-jato-4174.html>>.

Processos derivados da Operação Lava Jato estão sob a tutela do maior especialista em lavagem de dinheiro do País e do procurador que vem inovando a PGR.

Leia também

[PF deflagra sexta fase da Operação Lava Jato](#)

[Justiça aceita denúncia contra ex-diretor da Petrobras por desvio na Abreu e Lima](#)

[Justiça aceita primeira denúncia contra Alberto Youssef e mais seis](#)

[Alberto Youssef delatou os principais doleiros do país em 2003](#)

[PF suspeita de corrupção em contrato de 443 milhões da Petrobras](#)

Nos últimos 20 anos, a Justiça brasileira perdeu várias chances de passar a limpo o sistema político-partidário nacional. Muitas vezes por erros banais, outras por pressões externas ou falta de vontade, as chances de expor como atuam os caciques das mais diversas siglas e como se dá a promíscua relação entre seus partidos, doações eleitorais e licitações milionárias foram desperdiçadas. Para citar apenas alguns casos nos quais a Justiça falhou: as privatizações na era FHC; a operação Satiagraha e a relação de Daniel Dantas e políticos de PT, PSDB e demais partidos; a operação Castelo de Areia e o anulamento da investigação que poderia chegar nas nas contas da empreiteiras e de partidos no exterior e em muitos outros caso que dispensam citação.

O caso da Castelo de Areia, operação realizada pela da Polícia Federal, em 2009, e responsável por desarticular um suposto esquema de pagamento de propina da construtora Camargo Corrêa, é importante para entender o objeto deste texto: a Operação Lava Jato. Assim como muitas investigações da Polícia Federal posteriores a 2003, a Castelo de Areia teve início com a descoberta, por meio de uma delação premiada, do doleiro responsável por intermediar o pagamento de propina da empresa a agentes públicos. Na lista da propina estavam nomes de mais de uma dezena de políticos, do baixo ao alto escalão. O desfecho da operação é de conhecimento público: após a entrada de milionárias bancas advocatícias no processo, capitaneadas pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, a investigação foi interrompida por uma liminar do ministro Cesar Asfor Rocha para, em seguida, ser anulada pelo Superior Tribunal de Justiça. Ainda resta um recurso especial dormitando no STF, na gaveta do ministro Luis Roberto Barroso.

Se não fosse interrompida, a investigação da Castelo de Areia poderia ter se antecipado à Lava Jato ao expor todos os detalhes da relação da construtora com os diversos partidos titulares de governos com os quais a empresa mantém contratos, entre eles o governo federal. Mais que isso, de certa forma, a Castelo de Areia, em um mundo ideal, inviabilizaria a Lava jato, uma vez que teria desarticulado todo o esquema de distribuição de propina da empreiteira para abocanhar contratos bilionários com diversos entes públicos. Entre essas obras, já naquela época, estavam a da Refinaria de Abreu e Lima e o estaleiro da Transpetro, ambos da Petrobras e o primeiro alvo da atual investigação da PF.

Passado de lado, a Justiça brasileira tem uma nova chance e dessa vez parece estar mais bem preparada e com mais vontade. No último 17 de março, a Polícia Federal desencadeou uma das maiores operações contra a lavagem de dinheiro de sua história. Denominada Lava Jato, em alusão à utilização de uma rede de lavanderia para movimentar o dinheiro oriundo de práticas ilícitas, a operação contou com a participação de 400 policiais. Foram cumpridos 81 mandatos de busca e apreensão, 18 mandatos de prisão preventiva e 10 mandatos de prisão temporária em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Em um primeiro momento, a investigação tinha como objetivo averiguar a denúncia sobre a ação de doleiros em um empreendimento industrial na cidade de Londrina (PR). Após mais de quatro meses de diligências, a PF descobriu tratar-se de algo muito maior do que o imaginado. Com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça e quebra de sigilos bancários, os investigadores se depararam com uma organização criminoso

responsável por movimentar mais de 10 bilhões de reais nos últimos anos. Entre os presos estavam o doleiro Alberto Youssef, velho conhecido das páginas policiais e um dos delatores nos processos oriundos do escândalo do Banestado. Outro preso, incluído de última hora na lista por tentar sumir com documentos que eram alvo das buscas e apreensões, foi o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

Youssef, segundo as investigações da PF, seria o Kurt Pickel, doleiro flagrado na Castelo de Areia como responsável por enviar para o exterior dinheiro da Camargo Corrêa, de um pool de empreiteiras interessadas em distribuir propina a agentes públicos dispostos a facilitar a obtenção de contratos com estatais brasileiras, entre elas a Petrobras. Costa, nesse caso, desempenharia o papel de intermediador das empreiteiras com a Petrobras e partidos políticos. Além do salário milionário na estatal, o ex-diretor de Abastecimento ganhava sua comissão na "corretagem" das licitações a serem distribuídas entre as empreiteiras e encaminhava o quinhão endereçado aos partidos e políticos detentores da "posse política" do determinado setor da estatal. No caso, pelo que se tem notícia até o momento, o PMDB, PP e a ala peemedebista do PT. Para exemplificar a tal ala petista, o ex-vice-presidente da Câmara André Vargas e o deputado Cândido Vaccarezza, famoso depois de ser flagrado, em plena CPI do Cachoeira, enviado a seguinte mensagem ao então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, do PMDB, outro também suposto alvo do delator: "a relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (sic)".

Após a [delação premiada de Costa](#), os processos e investigações referentes à Lava Jato seguirão em duas mesas distintas. Enquanto o juiz federal Sérgio Moro continua com suas diligências em Curitiba a fim de provar o esquema criminoso envolvendo as empreiteiras, doleiros e empresas públicas, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, debruça-se sobre os termos da delação de Costa e, perante o STF, conduz a investigação dos detentores de foro privilegiado. Para os investigados, réus e afins, em nenhum dos lugares a situação é fácil.

Em Curitiba, o juiz Sérgio Moro coloca em prática todo o aprendizado de anos no combate à lavagem de dinheiro ao passo que esquivava-se de pequenos erros e armadilhas jurídicas espalhadas pelas caras bancas advocatícias envolvidas no caso. Considerado o maior especialista em lavagem de dinheiro do País, Moro cuida dos processos da Lava Jato com o esmero de um jurista disposto a mudar, pelo exemplo, o cenário do combate ao crime no País. Em Brasília, Rodrigo Janot completa um ano no cargo de PGR com números de causar inveja. Criou grupos de procuradores especializados e impõe um ritmo frenético para que as investigações e processos sob sua tutela tramitem da forma mais célere e correta possível. Tão logo desencadeada a Lava Jato, Janot criou uma força tarefa de procuradores para acompanhar o caso formada por Andrey Borges de Mendonça, Januário Paludo, Orlando Martello Junior, Carlos Fernando dos Santos Lima, Diogo Castor de Mattos e Deltan Dallagnol. O resultado do trabalho intenso em conjunto com a Polícia Federal e juiz Sérgio Moro é a delação de Paulo Roberto Costa.

A depender do trabalho e preparo do juiz Sérgio Moro e da equipe comandada por Rodrigo Janot, a Justiça brasileira conseguirá dar um passo importante no sentido de mostrar aos brasileiros como agem nos bastidores aqueles que, nos dias úteis, ou em parte deles, os representa nas casas legislativas e nos gabinetes do poder executivo das esferas municipal, estadual e federal. Assim como no caso da operação Castelo de Areia, a Justiça tem condições de mostrar como os políticos brasileiros retribuem as doações de campanha concedidas pelo empresariado e quais caminhos o dinheiro percorre desde o caixa das empreiteiras, passando pelos Paulo Roberto Costa da vida, sendo lavado por Alberto Youssef até retornar a economia real transmutado em carros, fazendas, apartamentos e tudo o mais que garante uma vida luxuosa a nossos políticos.

Assim como na Castelo de Areia, tanto as empreiteiras quanto os políticos citados negam qualquer relação com a organização criminosa desmantelada pela Polícia Federal. Para sustentar essa versão, estão em cena, mais uma vez, os advogados criminalistas mais caros do Brasil.

ANEXO F – Texto NII-CC

Notícia: TSE: publicidade da Veja é "propaganda eleitoral"

Revista CARTA CAPITAL (publicada originalmente em 26 out. 2014)

Assinada por: Rede Brasil Atual

Fonte: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/liminar-do-tse-proibe-revista-veja-de-fazer-publicidade-de-capa-3450.html>>.

Liminar da Justiça Eleitoral concedida nesta sexta-feira proíbe a Editora Abril de veicular publicidade da edição que foi antecipada e traz ataques a Dilma e Lula.

O ministro Admar Gonzaga, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concedeu na noite de sexta-feira 24 liminar que proíbe a Editora Abril, responsável pela publicação da revista *Veja*, de veicular publicidade da última edição em rádio, televisão, outdoor e propaganda paga na internet. A reportagem de capa afirma que a presidenta Dilma Rousseff, candidata à reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teriam conhecimento do esquema de corrupção da Petrobras.

"Tendo em vista que a Representada (revista *Veja*) antecipou em dois dias a publicidade da revista, entendendo que a propagação da capa, ou do conteúdo em análise, poderá transformar a veiculação em verdadeiro panfletário de campanha, o que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão", diz o relatório de Gonzaga.

Segundo o documento, "a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais, pela Representada poderá, inclusive, configurar a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, apurável por meio de Ação de Investigação Judicial Eleitoral".

Para o ministro, os contornos de propaganda eleitoral contidos na divulgação de *Veja* interferem de forma indevida e grave em detrimento da candidatura da presidenta Dilma Rousseff. "Considerando estarmos na antevéspera do pleito presidencial, a realização de propaganda eleitoral de conteúdo negativo poderá acarretar prejuízo irreparável ao equilíbrio e lisura do pleito."

Para ele, a divulgação da capa da *Veja*, ou "de excertos do conteúdo da matéria, a título de publicidade comercial, caracteriza propaganda eleitoral com excepcional capacidade de influenciar a opinião dos eleitores, ainda que estes não sejam leitores daquele periódico".

Ainda ontem, o PT entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de abertura de inquérito criminal para investigar o vazamento do suposto depoimento no qual o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), liga a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula ao esquema de corrupção na Petrobras. Segundo o PT, a informação publicada pela *Veja* é "inverídica, difamatória e caluniosa".

Na petição, os advogados também pedem acesso à íntegra do depoimento de delação premiada feito entre o doleiro, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal. "Deve-se destacar a necessidade de acesso imediato ao conteúdo do mencionado depoimento, visto que ampla divulgação de supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República, exatamente às vésperas da eleição presidencial, sem que se possibilite um mínimo contraditório da imputada, o que pode influenciar o eleitorado e abala a lisura do pleito", afirma a defesa do partido.

Mais cedo, o ministro Admar Gonzaga, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou pedido do partido para a retirada da reportagem da revista *Veja* na página do Facebook.

ANEXO G – Texto NIII-CC

Notícia: As consultorias na mira da Lava Jato

Revista CARTA CAPITAL (publicada originalmente em 03 jul. 2015)

Assinada por: Fábio Serapião

Fonte: < <https://www.cartacapital.com.br/revista/855/as-construtoras-na-mira-da-lava-jato.html> >.

Polícia Federal mapeia empresas e consultores que prestaram serviços para as empreiteiras alvo da operação.

Embora amplamente divulgado pelo fato de expor os pagamentos da Camargo Corrêa ao Instituto Lula, o laudo pericial 1047/2015, anexado aos processos da Lava Jato, é valioso por outros motivos. Elaborado pelo perito Ivan Roberto Ferreira Pinto, o documento tem como base a análise de um HD da marca Samsung apreendido na empreiteira. Nele, os investigadores da força-tarefa encontraram 1 terabyte de “registros contábeis” cujo conteúdo abarca as doações eleitorais realizadas pela empreiteira, valores recebidos de obras públicas e os pagamentos efetuados a consultorias no período entre 2008 e 2013.

Em uma primeira análise, o conteúdo bruto do HD revela as três partes envolvidas no *modus operandi* descoberto pela Lava Jato. A saber: as obras públicas possivelmente fraudadas, as consultorias utilizadas para maquiar os repasses de propina e os destinatários de doações eleitorais efetuadas com o objetivo de garantir a boa relação com os políticos detentores de poder nas estatais. Com as novas informações, a força-tarefa deve ampliar seu escopo de atuação.

Nesse cenário, procuradores e delegados devem mapear o caminho do dinheiro da empreiteira, passando pelas consultorias, até chegar aos políticos e agentes públicos por meio de doações eleitorais e propina. Além de aumentar o leque de obras investigadas, o laudo demonstra a possibilidade de irregularidades descobertas no passado, e mantidas impunes pelas altas cortes brasileiras, serem revisitadas. Um desses casos envolve a Soft Consultoria. Segundo o laudo, a empresa recebeu ao menos 7,1 milhões de reais da construtora desde 2008. Em um primeiro momento, os repasses aparentam legalidade, mas, assim como as empresas do doleiro Alberto Youssef, a Soft serviu como intermediária do pagamento de propina.

Embora a força-tarefa não possa utilizar os documentos da Operação Castelo de Areia, ao seguir o caminho do dinheiro será possível desvendar a mecânica dos repasses. De acordo com a investigação realizada em 2009, a Soft era utilizada por doleiros do Rio de Janeiro, em especial José Diney Matos e Jadair Fernandes de Almeida, para receber dinheiro da construtora e, posteriormente, enviar os valores ao exterior. Lá fora, o dinheiro era utilizado no pagamento de agentes públicos e lobistas envolvidos nas fraudes em obras públicas.

Sobre umas dessas transações entre a consultoria e a construtora, a PF aponta em um relatório da Castelo de Areia: “Salientamos que o contrato foi pago pela empresa Camargo Corrêa para a Soft, que subcontratou a Admaster, que subcontratou, no exterior, a Surpark, que por sua vez efetuava os depósitos nas contas indicadas pela construtora”. Caso consiga alcançar essas transações por meio das quebras de sigilo da consultoria e da construtora, os investigadores poderão, sem a necessidade de se valer do material da Castelo, mapear repasses a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos.

Outra consultoria citada no laudo da PF é a PFGB Assessoria. Com 7,3 milhões de reais recebidos desde 2008, a empresa é do ex-vice-presidente da construtora, Pietro Francesco Giavina Bianchi. Para os investigadores da Castelo de Areia, Bianchi era o “orquestrador” do esquema de pagamento de propina descoberto à época. Com o ex-funcionário foi apreendida uma vasta documentação relacionada a pagamentos realizados a políticos e movimentações em *offshore* e contas no exterior. “Sua liderança no complexo esquema de pagamento de supostas propinas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro fica clara pela quantidade de informações apreendidas em seu poder. Seja na residência, seja no escritório, em papel ou em mídia, Pietro foi o investigado que mais gerou provas a esta investigação”, afirma o relatório final da Castelo.

Além de visitar os crimes apurados, porém não punidos, na Castelo de Areia, o mapeamento deve aumentar exponencialmente o leque de obras investigadas pela Lava Jato. Um indício está no fato de a Globalbank Assessoria aparecer como destinatária de ao menos 3,5 milhões de reais pagos pela empreiteira. O dono da empresa é o ex-ministro de Fernando Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos. PP,

apelido do empresário, seria um lobista do setor elétrico. Uma investigação de sua consultoria deverá contribuir na apuração de desvios em obras como a Usina de Jirau, de Belo Monte, de Tucuruí e mais de uma dezena de empreendimentos relacionados ao sistema elétrico.

Abordar como fato principal do laudo as doações ao Instituto Lula, se não desnecessário, serve apenas para esconder que a Lava Jato alcança um momento crucial no qual terá de escolher entre restringir-se aos delitos cometidos na Petrobras ou expandir suas frentes de investigação para todos os setores nos quais o cartel de empreiteiras atuou.

Uma prova de que a escolha deve ser pela segunda opção pode estar no despacho de homologação da delação de Dalton Avancini, ex-diretor da Camargo Corrêa. Nele, o juiz Sergio Moro, além de requisitar detalhes de doações eleitorais, apontou a necessidade de o delator apresentar as provas sobre desvios não só na petroquímica, mas da Infraero e da Sanasa, empresa de Saneamento de Campinas. Aí, talvez, a caixa de Pandora venha a ser finalmente aberta.

ANEXO H – Texto NIV-CC

Notícia: Senado aprova impeachment e destitui Dilma

Revista CARTA CAPITAL (publicada originalmente em 31 ago. 2016)

Assinada por: Redação da CARTA CAPITAL

Fonte: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>>.

Senadores derrubam a primeira mulher a presidir o País em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade.

Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, reeleita em outubro de 2014 com 54 milhões de votos, foi removida de forma definitiva do poder nesta quarta-feira 31 pelo Senado, que confirmou seu impeachment por 61 votos a 20, sem nenhuma abstenção. Com o resultado, que será questionado pela defesa de Dilma no Supremo Tribunal Federal (STF), Michel Temer, interino desde 12 de maio, assume a presidência da República de forma definitiva até 2018.

[Ameaça Temer uma ação aberta pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#) que pede a cassação da chapa vitoriosa nas eleições de 2014. Caso o TSE casse a chapa Dilma-Temer ainda neste ano, novas eleições seriam convocadas. Se isso ocorrer a partir de 2017, um novo presidente da República seria eleito indiretamente pelo Congresso. Há dúvidas, entretanto, a respeito da vontade política da Justiça Eleitoral, hoje presidida por Gilmar Mendes, de levar adiante a ação.

A votação no Senado é o desfecho de um longo processo, cujo resultado estava definido há meses. No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de [três decretos orçamentários sem autorização do Congresso](#) e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada "pedalada fiscal", configuram crimes de responsabilidade.

Na prática, o que se viu foi um processo coberto por um verniz de legalidade, promovido pelo cumprimento das regras procedimentais previstas na Constituição, mas definido por uma batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta.

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão ligado ao legislativo e composto majoritariamente por ex-parlamentares, desempenhou um papel central no processo. No TCU foram elencados os argumentos para legalizar a remoção de Dilma Rousseff, uma história que ainda não chegou a seu fim.

Na terça-feira 30, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou a intenção de ingressar com uma representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila. Os dois foram ouvidos no primeiro dia da sessão de julgamento no Senado do processo de impeachment e D'Ávila admitiu que auxiliou Oliveira na confecção da representação contra Dilma que posteriormente ele mesmo, D'Ávila, auditou.

Eduardo Cunha, o artífice do golpe

Enquanto o TCU forneceu os "argumentos", o então presidente da Câmara [Eduardo Cunha](#) (PMDB-RJ), foi o responsável por colocar em prática o projeto de impedimento da presidenta. Eleito em 1º de fevereiro de 2015, ao derrotar o petista Arlindo Chinaglia, apoiado pelo Palácio do Planalto, Cunha foi desde o início um ferrenho opositor do governo, embora integrasse a base aliada.

Acosado pelas investigações da [Operação Lava Jato](#), Cunha elegeu o Executivo como alvo e buscou a todo tempo encurralar Dilma Rousseff. Para muitos, tratava-se de uma estratégia para forçar o governo a interferir no trabalho do Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República.

Cunha não poupou esforços. Autorizou a abertura de CPIs contra o governo, acelerou as análises das contas de Dilma e pautou projetos de lei, bem como votações de vetos presidenciais, que implicariam no aumento de gastos do governo em um período no qual o Planalto trabalhava para aprovar um ajuste fiscal. Mais importante que as "pautas-bomba", o peemedebista orientou os autores do pedido de impeachment a adaptar a peça acusatória às exigências burocráticas do Parlamento.

Outro objetivo da pressão sobre o Executivo era conseguir o apoio do PT contra a sua cassação no Conselho de Ética da Câmara. Por meses, o deputado cortejou governo e oposição de forma a evitar o avanço da análise de seu caso pelo Conselho de Ética. Cunha é acusado de quebra de decoro parlamentar por mentir a respeito da existência de contas na Suíça em seu nome. O parlamentar tem ao menos 5

milhões de dólares depositados no exterior. As ameaças do peemedebista foram públicas, mas a direção do PT decidiu não ceder à chantagem. Às 14 horas de 2 de dezembro de 2015, os deputados petistas Leo de Brito (AC), Zé Geraldo (PA) e Valmir Prascidelli (SP) anunciaram que votariam pela cassação de Cunha no Conselho de Ética. Quatro horas depois, [o então presidente da Câmara concedeu entrevista coletiva na qual anunciava o acolhimento do pedido de impeachment](#) assinado pelos advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo. A aceitação do pedido teve como uma de suas justificativas o significativo apoio popular à remoção de Dilma Rousseff. Durante todo o ano de 2015, com a economia em frangalhos e a enorme repercussão dos casos de corrupção envolvendo o PT na Lava Jato, Dilma enfrentou diversos protestos, os maiores deles em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. Organizados por grupos como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, o Revoltados Online e grupelhos favoráveis a uma intervenção militar, as manifestações reuniram centenas de milhares que protestavam contra a corrupção e o PT. Alvos de intensa cobertura midiática, os atos serviram de pretexto para Cunha desfechar sua vingança. A aceitação do pedido de impeachment e a intensificação das manifestações serviram de senha para a oposição capitaneada pelo PSDB mergulhar de forma definitiva na campanha contra Dilma. O grupo do senador mineiro Aécio Neves, que desde outubro de 2014 buscou deslegitimar a vitória eleitoral de Dilma, por meio de ações como um pedido de auditoria nas urnas eletrônicas, insistia em um desfecho célere para o processo, mas figuras como José Serra e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, resistiam. Em 10 de dezembro de 2015, oito dias depois de Cunha acolher o pedido, o PSDB, com a bênção de Fernando Henrique Cardoso, fechou posição a favor do impeachment.

O PMDB avança contra a Lava Jato

Com a possibilidade de formar um novo governo baseado no "centrão" fiel a Eduardo Cunha e no PSDB, agora unificado, Michel Temer vislumbrou a chance de assumir a presidência da República. Em atos considerados por Dilma como traição, afastou-se progressivamente da presidência.

Em 7 de dezembro, Temer vazou uma [carta privada a Dilma na qual revelava sua mágoa com a petista](#) e com o núcleo duro do Planalto por ser um "vice decorativo". Mais importante, no documento o vice deixava claro que sua prioridade dali em diante seria a unidade partidária, e não a manutenção do governo.

Por natureza dividido entre diversos caciques regionais, o PMDB divergia a respeito da possibilidade de apoiar Dilma ou fechar questão a favor do impeachment e de Michel Temer. Lideranças como Leonardo Picciani (RJ) e Jader Barbalho (PA) se mantiveram fieis à petista até o início de 2016, mas diante da onda pró-Temer mudaram de lado. Em 29 de março de 2016, por aclamação, com Cunha no papel de estrela da convenção e gritos de "fora PT" e "Temer presidente", [o PMDB abandonou oficialmente o governo Dilma](#).

Em maio, ficou demonstrado que o ímpeto de muitos no PMDB para derrubar Dilma tinha um único objetivo: breca a Lava Jato. Em uma das tantas conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sergio Machado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) explicitava: "Tem que resolver essa porra... [Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria](#)". A conversa prosseguiu:

MACHADO: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ: Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ: Com o Supremo, com tudo.

MACHADO: Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ: É. Delimitava onde está, pronto.

Governo desarticulado, Lula torpedeado

Durante todo o período de crise, ficou clara a dificuldade de articulação de Dilma e do PT, este duramente atingido pelo avanço da Lava Jato. A tentativa derradeira de salvação do governo foi a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a Casa Civil. O objetivo era unir a notória capacidade de articulação de Lula ao poder da "caneta", de nomear aliados para cargos disputados em Brasília. A carta final de Dilma e do PT foi, porém, torpedeada por setores contrários a sua permanência no poder, com o apoio do juiz Sergio Moro.

[Lula foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil](#) em 16 de março, mas na noite do mesmo dia a divulgação de áudios interceptados pela Polícia Federal no âmbito da Lava Jato paralisaram o País. Gravados entre 17 de fevereiro e 16 de março, os grampos foram tornados públicos no dia da posse de Lula por [Moro](#), da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos inquéritos da Lava Jato em primeira instância.

Entre as gravações, que traziam inclusive conversas pessoais de familiares de Lula, um áudio específico provocou imensa polêmica. Captado às 13h32 de 16 de março, depois de o próprio Sergio Moro ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente, [o grampo trazia uma conversa entre Lula e Dilma](#). Nela, os dois falam a respeito do "termo de posse", documento que confirmaria a nomeação de Lula para a Casa Civil, e Dilma diz para ele ser usado só "em caso de necessidade". O diálogo foi imediatamente interpretado como uma tentativa de Dilma de impedir uma eventual prisão de Lula, investigado na Lava Jato, e o veredito tomou as manchetes dos maiores veículos de mídia do País. Dois dias depois, em 18 de março, [Gilmar Mendes suspendeu monocraticamente a posse de Lula](#), decisão jamais submetida ao plenário do Supremo.

Apenas em junho, Teori Zavascki, colega de Mendes no STF e relator da Lava Jato na Corte, proferiu decisão afirmando que [o áudio sobre o termo de posse foi colhido "sem abrigo judicial"](#).

Sem a força política de Lula, Dilma viu seu governo se desfazer. Temer, que em 2015 avaliava o impeachment como "impensável", passou a formar um governo paralelo, composto por uma série de deputados federais do centrão de Cunha e que tem como segundo partido mais importante o PSDB, derrotado quatro vezes consecutivas nas urnas desde 2003. Neste contexto, a Câmara e o Senado, em meio a debates acalorados que mostraram o crescente isolamento do PT, apenas formalizaram a realidade política formada nas páginas de jornais e gabinetes.